

MARCELO SIANO LIMA

**O PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO: O CASO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO ENTRE OS ANOS DE 1991 E 1994**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciência Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito final para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^ª Dra. Marcia Barros Ferreira Rodrigues

VITÓRIA

2011

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Lima, Marcelo Siano, 1962-

L732p O presidencialismo de coalizão : a experiência no Estado do Espírito Santo entre anos de 1991 a 1994 / Marcelo Siano Lima. – 2011.

214 f.

Orientadora: Marcia Barros Ferreira Rodrigues.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Presidencialismo. 2. Poder legislativo. 3. Coalizão (Ciências sociais). 4. Poder executivo - Espírito Santo (Estado) - 1991-1994. 5. Espírito Santo (Estado) - Política e governo - 1991-1994. I. Rodrigues, Márcia Barros Ferreira. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

MARCELO SIANO LIMA

**O PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO: O CASO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO ENTRE OS ANOS DE 1991 E 1994**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciência Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito final para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em 31 de agosto de 2011.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profª. Drª. Marcia Barros Ferreira Rodrigues

Universidade Federal do Espírito Santo

Orientadora

Prof. Dr. João Barreto da Fonseca

Universidade Federal de São João del-Rei

Prof. Dr. Valter Pires Pereira

Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco

Universidade Federal do Espírito Santo

Aos meus pais, Tacito e Lourdes, cuja ternura, saudade, gratidão e amor são eternos – estrelas da vida inteira.

A Marisa Martins Barbosa, Maria da Penha Siano, Nize Lima Leão da Motta, (mãe) Leide Dercy, Lucia, Alvaro, Eliana, Juliana, Maria Carolina, Rodrigo, Beatriz e Marina, cordões umbilicais que me ligam às estrelas e que pelo amor e pelo afeto me religo a cada um deles nos mais íntimos momentos de minha existência, afirmando uma presença que, mesmo distante pelas circunstâncias da vida, jamais esteve ou estará ausente, tamanha a importância de todos para mim e para o meu viver. Minha família, minha raiz.

A Eliane Siqueira e Graça Rui, por tudo que me ajudam a ver, ouvir, sentir, tocar e conviver, especialmente meus medos, meus limites, meus prazeres, meus desejos e meus sonhos.

A Dina e Lucas Barreto, pelo acolhimento e pelo amor.

A Amylton de Almeida, pelo conjunto da obra.

A Bruno Guedes Pinto, Elimário Jussim Júnior, Ednéia Conceição Ancelmo, Fabiola Mazzini Evangelista, Jeanne Bilich, João Barreto e Priscila Caldeira - seres essenciais para a minha existência, meu ar, meu sol, meu fogo, minha paixão, minha vida enfim, aos quais devoto o mais profundo amor e amizade, e a mais intensa emoção hoje e sempre, como ontem.

A Maria Carolina Affonso, minha avó, minha *Ursula Buendia*, que tanto amei e admirei.

Ao Evaristo, que me fez perceber as maravilhas da História.

AGRADECIMENTOS

Salve Jorge, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Penha e Yemanjá, que me guiam, me acalentam e me protegem .

A minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Marcia Barros Ferreira Rodrigues, pela acolhida, pela competência e pela parceria iluminada no trafegar pelas vias da história.

Aos amigos fraternos e muito amados, Adriana Pereira Campos e Francisco Vieira Lima Neto; ao Professor Doutor Sebastião Pimentel Franco, que sempre me estimulou e apoiou; aos Professores Doutores Gilvan Ventura da Silva, Michael Soubbotnik e Valter Pires Pereira, pelo carinho, pela interação e pela magnitude do conhecimento que compartilharam de forma tão bela e generosa; ao Professor Doutor Antonio Carlos Amador Gil, pela parceria e pelo apoio nos momentos finais deste trabalho; aos demais professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, pela competência, pelo saber e pela profunda generosidade e dedicação; a Ivana Ferreira Lorenzoni, pelo carinho, pelo empenho e pelo profissionalismo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, por onde ando ao longo desses últimos vinte e cinco anos.

A vida se torna mais linda, mas deliciosa e significativa em razão de nossos desejos, de nossas realizações e da presença, em algum momento, ou em todos, de pessoas que nos complementam, a quem amamos e respeitamos, agradecendo pela oportunidade única e bela de existirem e de partilharem conosco a errática e maravilhosa experiência terrena. Esses sentimentos se materializam, para mim, através do contato ou da lembrança de Aída Bueno, Adriana Franco, Alana Rubia Stein Rocha, Albene Lima Meirelles, Aldi Corradi, Alexandre Caetano, Ana Cristina Givigi, Anelize Roriz Nunes, Ângela Maria Haddad Fafá, Ari José, Arilza Alves Bourguignon, Arthur Sérgio Rangel Viana, Beatriz Koehler, Beto Dercy, Carla Pera, Carlos Eduardo Casa Grande, Charles Stefenoni, Cida Siano, Claudio Rocha, Cléber Maciel, Cilmar Francischetto, Cristina Martins, Cyrus Monabjemi, Danielli Dias Marin, Deny Gomes, Eduardo Machado, Elicéia Bolelli da Rocha, Elizeth Siqueira, Elzi Ferreira dos Santos Silva, Fabiano Burock Freicho, Fatima Nascimento, Fernanda Queiróz, Francisca Selidonha, Francisco Carlos Suano, Geovani

Paixão, Gerson Bahiense, Gessé Jr., Gilda Rocha, Hélder Gomes, Hélio Júnior, Hertz Lincoln de Freitas, Ilso Ronchi Jr., Isadora Machado, João Batista Herkenhoff, João Francisco Martins, Jorge Ferreira, José Roberto Hernandez, Letícia Cardoso, Leonardo Mendes, Luciano Bazzoni Jr., Linda Kogure, Lucio Daeira, Luiz Son, Luzia Gomes, Marcia Botti, Marcio Luiz, Marco Godinho, Marco Vago, Marcos Igreja, Maria Gomes, Maria das Graças A. Abi Harb Santos, Maria Esperança Curcio Allemand, Maria de Fátima Côgo, Maria Inês Pupa, Maria Inês Loureiro, Maria Julia Freire, Maria de Lourdes de Lessa, Maria Lucia da Silva, Maria Valdívia Fernandes, Maria Virginia Lopes da Silva, Mariangêla Araújo, Marilena Schiavim Araújo, Mario Gama, Miguel Pedro Amm Filho, Nelsa Amaral, Noma Tonelli, Oreni Rangel, Patrícia Lima Pimentel Cristo, Paulo Gois, Paulo Roberto Sodré, Polyani Profilo, Rafael Claudio Simões, Regina Lucia Campos, Renata Barreto, Renato Barbosa de Moraes, Roberto Leão da Motta, Rodrigo Vacari, Rogério Leone, Rodrigo Antonio Coelho, Rodrigo Martins Bayer, Rose Duarte, Salvador Guarino, Sandra Cruz, Solange Barreto, Tâmara Souza Santos, Thiago Quesada, Wania Malheiros, Vanessa Maia, Valéria Morgado, Vera Nacif, Vera Tadei Lyra, Virginia Fraga e aos colegas que comigo cursaram as disciplinas do PPGHIS.

Aos meus colegas de docência e aos ex-alunos e ex-alunas do Colégio Suzete Cuendet, do Colégio Sagrado Coração de Maria, do Curso de Direito da Faculdade Nacional e do Curso de História da Unilinhães, simplesmente por tudo que representam.

Esta dissertação foi escrita no convívio das tardes e noites embevecidas com Adriana, Alcione, Alf, Almodovár, Billie, Bethânia, Caymmi, Caetano, Chet, Chico, Coltrane, Copolla, Dalva, Djavan, Dolores, Donato, Elizeth, Ella, Elza, Fellini, Gal, Galo, Gil, João Gilberto, Leny, Nana, Pessoa(s), Sellers, Stan Getz, Tom, Yo-Yo Ma – discussões profundas, samba, suor, jazz, óperas, cinema, delícias de forno e fogão, sinfonias, papo, free azul, cerveja, vinho e Cutty Sark. Uma pluralidade essencial de fazeres e sentimentos, de visões de mundo, de gostos e sabores na experimentação construtiva da vida.

Ao Bruno, Jeanne, João, Elimário e Sebastião pela interlocução, pelas sugestões, pelas parcerias, pela identidade de muitas idéias, pelas concordâncias e discordâncias que instigam o pensamento e a capacidade criativa, pelas revisões, pelo amor e pelo afeto que nos une.

RESUMO

A dissertação discute a construção das relações políticas e institucionais entre os Poderes Executivo e Legislativo do Estado do Espírito Santo, no período entre 1991 e 1994, geradoras de um paradigma de governo cujos aspectos constituintes revestem-se de interesse para a história política estadual. Como principais protagonistas de toda essa trama cito o então Governador do Estado, Albuíno Cunha de Azeredo, e os trinta parlamentares que integravam a Assembléia Legislativa, coadjuvados por um amplo e complexo conjunto de atores e interesses, inseridos no contexto histórico de mudanças que se processavam a partir da consolidação do regime político democrático, da alteração do ordenamento constitucional, da nova dinâmica econômica e das novas formas de representação dos interesses sociais. Atenção especial é dedicada ao processo de *impeachment* instaurado no Legislativo contra o Governador Albuíno em 1993, pois o considero como o elemento chave para o entendimento das disputas e dos jogos políticos entre os protagonistas de toda a trama histórica objeto desta pesquisa. Valho-me do referencial metodológico da *História do Tempo Presente*, e da perspectiva teórica do *presidencialismo de coalizão* e do *ultrapresidencialismo federalista* para construir esta dissertação, para caminhar por entre os acontecimentos, entendê-los e relacioná-los.

ABSTRACT

The dissertation discusses the construction of political and institutional relations between the Executive and legislative powers of the State of Espírito Santo, in the period between 1991 and 1994, generating a paradigm of Government whose constituent aspects are of interest to the State's political history. As the main protagonists of this whole plot I quote the then Governor of the State, Albuíno Cunha de Azeredo, and thirty parliamentarians who were part of the Legislative Assembly, assisted by a broad and complex set of actors and interests, entered into the historical context of changes that were from the consolidation of democratic political regime, the amendment of the constitutional system, the new economic dynamics and the new forms of representation of social interests. Special attention is devoted to the process of impeachment introduced in the legislature against the Governor Albuíno in 1993, because I consider it as the key element for the understanding of the disputes and games politicians among the protagonists of the whole plot historic object of this research. I'm worth of methodological frame of the story of the present time, and the theoretical perspective of presidential system of federalist coalition and “ultrapresidencialismo” to build this dissertation, to walk through the events, understand them and relate them.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

I – “ESSA PARTE DE SUBJETIVIDADE”	10
II - “DE OUTRORA E DO IMEDIATO SE REÚNAM”	
OBJETO DE ANÁLISE, PERSPECTIVA TEÓRICA E METODOLOGIA	35

CAPÍTULO 1

A CONJUNTURA POLÍTICA BRASILEIRA NO LIMAR DA DÉCADA DE 1990.

“A DEMOCRACIA É DINÂMICA, O DESPOTISMO É ESTÁTICO”	62
--	----

CAPITULO 2

O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E A CONSTITUIÇÃO DE 1988 . 95

CAPITULO 3

O CONTEXTO POLÍTICO, ECONÔMICO E SOCIAL DO ESPIRITO SANTO NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO DA DÉCADA DE 1980 112

CAPITULO 4

“ALBUÍNO, ESSE É O HOMEM”	125
---------------------------------	-----

CAPITULO 5

O PODER LEGISLATIVO E SUAS PRERROGATIVAS NA NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL 133 |

CAPITULO 6

O GOVERNO ALBUÍNO E OS ARRANJOS INSTITUCIONAIS: O PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO, O ULTRAPRESIDENCIALISMO FEDERALISTA E O PODER LEGISLATIVO.

“O SEGREDO ESTÁ NO NÚCLEO MAIS INTERNO DO PODER”	143
--	-----

CAPITULO 7

CONSIDERAÇÕES FINAIS	189
----------------------------	-----

REFERÊNCIAS	195
-------------------	-----

FONTES ORAIS	204
--------------------	-----

REFERÊNCIAS DE NORMALIZAÇÃO DO TRABALHO ACADÊMICO	205
---	-----

ANEXO A

CIRCULAR Nº 01/91 DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS DEPUTADOS ESTADUAIS DO ESPIRITO SANTO (IPDE).....	206
---	-----

INTRODUÇÃO

I

“ESSA PARTE DE SUBJETIVIDADE”

O objeto de estudo desta dissertação – a tessitura das relações políticas e institucionais entre os Poderes Executivo e Legislativo do Estado do Espírito Santo no período de 1991 a 1994, – foi escolhido por expressar, em sua gênese, um padrão de comportamento, de interesses e de cultura dos agentes políticos e das instituições públicas que dominou a cena estadual até os primeiros anos do século XXI.² Na estruturação desse modelo fizeram-se presentes os interesses e a cultura política que foram emergindo e ganhando vigor a partir do processo de redemocratização do país (décadas de 1970 e de 1980) e da promulgação dos textos das Constituições Federal (1988) e Estadual (1989). Atenção especial é concedida nesta dissertação aos significados dos trabalhos da Comissão criada no âmbito do Poder Legislativo para apurar possíveis crimes de responsabilidade imputados ao então Governador do Estado, Albuíno Cunha de Azeredo (15.03.1991 a 1º.01.1995) e que funcionou durante os meses de abril e maio de 1993. Considero esse processo o momento ímpar de todo o desvelar dessa tessitura, dos seus jogos e interesses políticos, bem como das relações institucionais que então se constituíam e que iriam manter-se, num processo de crescente sofisticação e vigor de seus meios e de seus operadores, até 2003.

O período de 1991 a 1994 foi o momento em que toda esse processo se operou de forma clara e vigorosa em suas tramas e em seus jogos de poder, além de mais sólida em suas representações, com os interesses políticos fazendo-se expressar abertamente por parte dos atores envolvidos - agentes políticos detentores de mandato eletivo. Para além das composições de bancadas e de distribuição de votos dos seus integrantes, importante de ser discutido, interessa-me precipuamente identificar os elementos que viabilizaram, a partir de então, a cristalização de uma estrutura de poder no Legislativo que equilibrou o

¹ PAILLARD, B. Imediata (história). In: BURGUIÈRE, André (org.). **Dicionário das ciências históricas**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1993, p. 411.

² Em 1º de janeiro de 2003, Paulo Hartung, eleito pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), assume o primeiro de seus dois mandatos consecutivos como Governador do Estado do Espírito Santo, executando um conjunto de medidas que vieram a dissolver esse modelo institucional gestado no início da década de 1990.

quadro de poder no Espírito Santo por mais de uma década, ainda que o Executivo permanecesse com os poderes e a capacidade de criar e propor agendas formalmente inalterados. Não irei ultrapassar neste trabalho a identificação dessa gênese, ainda que discuta os elementos que dela emergirem, cotejando-os com o meu quadro teórico e com algumas produções significativas sobre o período, particularmente o trabalho realizado conjuntamente pelo Professor Doutor André Ricardo Pereira e pelo então graduando Amarildo Mendes Lemos – “Cooptação ou coalizão de governo? O governo de Albuíno Azeredo no Espírito Santo (1990-1994)”.³

Apresentado o objeto de estudo, deixo para discorrer e discutir sobre seus aspectos múltiplos e significados históricos em momento oportuno do texto. Dedico-me agora a um exercício de memória e reflexão, na busca de introduzir e assentar um elemento vital na escolha do tema. Falo da *subjetividade* nele implícita, dos liames que me entrelaçam a todo esse drama histórico em sua profundidade. Trata-se de um exercício de escrita saboroso, que evoca memórias e sentimentos dispersos, os quais procuro sistematizar, compreender e explicar, numa perspectiva histórica.

Por tratar-se de um trabalho de pesquisa, esta dissertação não se constrói, entretanto, a partir do singelo relato das memórias de meu olhar, de meu ouvir e das minhas vivências e sentimentos. Eles me despertaram e me conduziram para o objeto de pesquisa, me instigaram a buscar na história e em outras disciplinas o ferramental para analisá-los e explicá-los, razão pela qual não posso renegá-los, devendo aos mesmos conceder a importância que de fato possuem em todo este trabalho e em minha vida. A esse respeito, valho-me da observação de Jacques Le Goff, para quem

a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 1990, p. 477).

Meu trabalho de pesquisa entrelaça acontecimentos e processos históricos, nos quais insiro-me como indivíduo que os vivenciei, tecendo as teias dos mesmos ao longo desta dissertação a partir das hipóteses, dos pressupostos teóricos e do ferramental metodológico. Não se trata, portanto, de um exercício narrativo de uma memória individual, de uma *história-relato* (LE GOFF, 1990). Sou um indivíduo movido por inquietações e angustiado por entender os jogos e as tramas que ao meu redor se

³ PEREIRA; LEMOS, 2002, p. 407-437.

desenvolvem. Desejo prestar minha contribuição, ainda que tímida, para a compreensão da história do Estado do Espírito Santo na aurora da derradeira década do século XX.

O exercício da subjetividade me conduz, por princípio, a cartografar minhas vivências, percorrendo caminhos que me trazem ao momento atual, perpassando as áreas e acontecimentos que me inquietaram e que instigaram a pesquisá-los. Sou nascido em Muqui, município da região sul do estado do Espírito Santo, cujo desbravamento remonta ao início da segunda metade do século XIX, operado por cafeicultores mineiros e fluminenses, desejosos de expandir sua produção (MENDONÇA, 1989, p. 33). Desde o desbravamento das terras onde hoje se situa o atual município, elevado a essa categoria político-administrativa em 1912, desmembrado de Cachoeiro de Itapemirim, o município teve suas atividades econômicas intimamente ligadas à produção e comercialização do café, fato comum a todas as demais municipalidades que integram o estado do Espírito Santo. As décadas de 1920 a 1960 representaram o período áureo da riqueza gerada pela economia cafeeira, com reflexos em todos os aspectos da vida política, social e cultural do município. Hoje, sua sede é uma daquelas cidades pequenas, simpáticas, ainda com a linha férrea cortando sua área urbana, com ruas a namorar um belo e ainda persistente casario construído na época da riqueza proporcionada pelo dinamismo da produção cafeeira. O entorno de sua área urbana é cercado de campos economicamente pouco explorados, com produção de café, de pequenas lavouras de subsistência e extensas áreas de pastagem para o gado de corte ou de leite – estas sempre a passar a impressão de estarem abandonadas ou subexploradas. Aqui e ali, numa paisagem típica do Espírito Santo dos últimos anos, constata-se o corte dos morros para extração de granito e rochas ornamentais, alterando a paisagem de toda a região, bem como a presença de áreas de floresta compostas por eucaliptos, utilizados na indústria de papel e celulose. A *rua*, como é conhecida a região de comércio situada na área central do sítio urbano do município, exceto em períodos festivos, tem o movimento cálido de uma cidade onde a renda econômica da maioria da população, quer pela desigualdade entre as classes sociais, quer pela pouca expressão monetária, impulsiona de forma lenta as atividades geradoras de renda operadas no setor de serviços. Há uma certa atmosfera típica das tardes de sábado instalada em toda a cidade, todos os dias da semana, com assentos públicos e bares a concentrar pessoas que conversam despreocupadamente sobre temas os mais diversos, com lojas, bancos e escritórios a atender um número reduzido de clientes.

Não incorrendo no equívoco propiciado pela generalização, tem-se a impressão de que a dinâmica da cidade não parece envolver a maioria de seus habitantes, que se colocam na condição de espectadores, de beneficiários dos serviços, esquecendo-se ou não significando devidamente o fato de que eles é que produzem as riquezas e que movimentam a economia municipal – eles é que são os agentes do fazer histórico. Aparentemente, inexistente a preocupação com o futuro coletivo, com os destinos do município, dando mesmo a impressão de que, muitas vezes, regozija-se no leito outrora fértil dos dutos das riquezas oriundas dos cafezais – sempre desiguais em sua distribuição, sem que as pessoas se apercebam da estagnação que tornou-se comum após a grande crise da cafeicultura a partir dos anos 1960. Essa é uma atmosfera típica desses municípios afetados pela crise da cafeicultura e nos quais o parcelamento do solo rural, a divisão das propriedades agrícolas, foi sendo estabelecido, desde o século XIX, de maneira a permitir a formação de grandes extensões de terras sobre o controle de poucas pessoas - latifúndios, não havendo um histórico de pequenas e médias propriedades na gênese de ocupação daqueles territórios. Algo bem diferente do que ocorreu em outros municípios como, por exemplo, Venda Nova do Imigrante e Conceição do Castelo, situados na atual região sudoeste serrana, mas na área de influência de Vitória, o que caracteriza historicamente o modelo de parcelamento do solo. A existência de pequenas e médias propriedades na região sul somente emergiu a partir das crises do fim do escravismo em 1888 e as da cafeicultura, especialmente a de 1897, o que motivou os proprietários rurais a desfazerem-se dos bens de raiz - terra, sobre o qual erigiram durante anos as plantações que geraram suas riquezas (SILVA, 1995, p. 55). Essas terras, fracionadas em pequenas propriedades, foram vendidas a imigrantes e parceiros, propiciando, então, o surgimento de um modelo híbrido, onde a tradição do latifúndio conviveu com a inovação, para o sul, da pequena e média propriedade expelida de suas entranhas em momentos de crise e de escassez de capitais vitais.

O município de Muqui, da mesma forma que eu e minha família, não pode ser entendido em sua trajetória como insulado da região onde situamo-nos em nossas raízes – o Espírito Santo –, nem de toda a dinâmica histórica quer em seu caráter regional, nacional e internacional. O desenvolvimento econômico de Muqui e sua posterior estagnação são elementos comuns à maior parte da região sul do Espírito Santo, fato que ressalto e analiso de forma sucinta pelo significado que tal processo possui para a

história estadual. Mas o faço circunscrito às necessidades prementes de traçar o cenário da vida capixaba no século XX, buscando suas raízes no XIX, espelhando-me na região sul sem, contudo, incorrer no erro de expandir para as demais os elementos analisados; o que, no caso, careceria de uma nova linha de pesquisa, não constituindo objeto deste trabalho. Mas a opção em observar de forma mais detalhada a dinâmica histórica do sul capixaba, recortando os elementos que julgo essenciais para o meu trabalho, é de importância vital para que se possa, no estudo do período 1991 a 1994, estabelecer as diferenças e as transformações que alteraram tanto o perfil econômico e social como, principalmente, o político do Espírito Santo. Ao longo deste trabalho irei formatando um diálogo entre os distintos contextos e atores históricos, focando nos aspectos adstritos às relações políticas que não podem ser compreendidos e explicados se insulados.

A região sul do Espírito Santo, aqui compreendida como aquela integrada pelos municípios e territórios localizados no entorno e abaixo da bacia do rio Itapemirim, estendendo-se até o rio Itabapoana, marco divisório entre as terras capixabas e fluminenses, tinha no atual município de Cachoeiro de Itapemirim, e em seus grupos sociais dominantes, o pólo concentrador de toda a força política e econômica da região desde meados do século XIX, quando do desenvolvimento da economia agrária de base cafeeira apoiada na mão-de-obra escrava e na grande propriedade rural monocultora (SILVA, 1995). O modelo descrito ligava-se intimamente àquele grupo social por estreitos laços de dependência. A dinâmica da produção cafeeira e sua importância para o estado, bem como a identificação do núcleo do poder político e das relações que estabeleceram ao longo da história, além das particularidades de Muqui e seus liames com toda essa realidade em que se achava inserida e da qual era tributária, é outro interesse que me move na construção deste capítulo introdutório. Há nele um olhar que se divide entre os séculos XIX e XX, como que a atestar a importância dos mesmos para a história capixaba, uma vez que foi nos dezenove que, de fato, o território do sul do Espírito Santo inseriu-se, com o café, na economia nacional e tornou-se o pólo dinâmico da cafeicultura por um período que avançou pelo século XX. Antes, a cana-de-açúcar, com seus lucros, áreas e trabalho escravo em quantitativos menores, retratando o baixo dinamismo da região até a introdução da cafeicultura, havia ocupado esse espaço, mas teve que dividi-lo, em papel secundário, com o café a partir da segunda metade do século XIX. Não abordarei neste trabalho os aspectos relacionados à economia

açucareira, indo direto ao café, dada sua importância para o conjunto da vida do Espírito Santo a partir de sua introdução.

Fixando-me nos aspectos relativos à consolidação da economia cafeeira, do arranjo produtivo do café - para me valer de uma terminologia atual de cunho mais abrangente, pois envolve todos os aspectos relacionados à produção, ao beneficiamento e a comercialização do produto – observo que a partir de meados do século XIX, e principalmente após a grande expansão do café pelas áreas produtoras nacionais (centro-sul) na década de 1870, a região sul capixaba

[...] estava sendo ocupada através da expansão da fronteira agrícola carioca e mineira. Era movida pelos interesses de grandes fazendeiros, que reproduziam, nesse espaço, o modo escravista de produção, e que não sofriam, tão intensamente, o problema de escassez da mão-de-obra escrava (SILVA, 1995, p. 51).

Sobre a importância do café para o Espírito Santo, e não só para a sua região sul, é relevante observar que:

A monocultura cafeeira dominará o cenário econômico capixaba por mais de um século (1853/1960). Imprimirá ritmo e sentido ao desenvolvimento sócio-econômico e constituirá a base principal das polarizações de interesses entre classes e frações de classe (agropundiária, mercantil-exportadora, pequeno proprietário etc.) e entre regiões produtivas, bem como animará as lutas sociais dessa fração do território nacional. Porém, não conseguirá, por suas próprias forças, romper as amarras sob as quais fora constituída e dessa forma engendrar a transformação do perfil sócio-econômico do Espírito Santo. Daí, sua longevidade, sua resistência a crises. (SILVA, 1991, p. 58).

Desde sua introdução, a economia cafeeira imbricava-se com a vida política e social do estado, mas não possuía o condão, pelas características próprias que assumiu em terras capixabas, de alavancar e diversificar os investimentos que poderiam contribuir para o desenvolvimento do estado, recolhendo-se em si mesma, não investindo seus lucros em novos empreendimentos que, de fato, em analogia ao caso de São Paulo, constituíssem as bases do desenvolvimento de uma economia capitalista. O capital “[...] se acumulava fora do circuito econômico espírito-santense, dificultando assim sua disponibilidade no estado” (ACHIAMÉ, 2010, p. 66). Os lucros da cafeicultura eram investidos na sua dinamização. A disponibilidade e o investimento de capitais vultosos na diversificação e modernização da economia capixaba só viriam a ocorrer a partir das décadas de 1960 e de 1970. Esses capitais não se originaram das riquezas geradas e investidas pela cafeicultura, mas das intensas políticas de incentivos fiscais e da implantação dos

chamados “grandes projetos”, ligados aos arranjos produtivos do papel e da celulose e da mineração e siderurgia, além da logística ferroviária e portuária que propiciou o crescimento de um sólido setor de comércio exterior.

A partir de sua introdução em terras capixabas, a economia cafeeira, especificamente aquela da região sul apresentou índices crescentes de produção (SILVA, 1995, p.52-53), associados ao uso intensivo do trabalho escravo e às grandes propriedades rurais. Já a região central – Vitória e suas áreas de influência – viveu situação diametralmente oposta entre os anos de 1857 e 1885 (SILVA, 1995, p. 53). O processo de imigração estrangeira, que ganhou considerável impulso nos anos 70 do século XIX, exerceu as funções de “[...] elevar o contingente populacional, promover a ocupação territorial e expandir as potencialidades produtivas capixabas” (CAMPOS JR., Carlos Teixeira apud SILVA, 1995, p. 51), além de “[...] aumentar a renda da província” (SILVA, 1995, p.51).

E foi a região central, com amplas áreas a serem desbravadas, ocupadas e exploradas, próxima do porto e sob a influência da capital, que acabou por se transformar no pólo concentrador das maiores parcelas desses imigrantes, o que a revestiu de uma característica bem distinta daquela do sul. Nesta, “[...] os interesses constituídos não requeriam o imigrante nem como proprietário nem como mão-de-obra” (SILVA, 1995, p. 51), pelo menos até o final da década de 1880. A tênue importância política e econômica da capital, equivalente tanto no Império quanto nas primeiras décadas da República, tendia a erodir de forma mais intensa caso se cristalizasse sua estagnação frente ao febril crescimento do sul amparado na cafeicultura, para onde já se deslocava o eixo sócio-econômico (SILVA, 1995, p. 52). Vitória tornar-se-ia uma cidade administrativa, com pequena atividade econômica e população ainda mais escassa do que já possuía, caso nenhum fator emergisse para reverter essa realidade.

Foi a imigração iniciada a partir da década de 1870, com a ocupação e exploração das novas áreas agrícolas, que permitiu a região central se consolidar “[...] como uma nova região produtiva, em bases totalmente diferentes daquela que se configurava paralelamente na região sul” (SILVA, 1995, p. 52). Os efeitos desse processo fizeram-se sentir sobre a vida da capital a partir de então, ganhando relativo impulso a partir da primeira década do século XX. Diferenças foram sendo estabelecidas entre as regiões central e sul do Espírito Santo, relacionadas à existência, na primeira, de uma

agricultura de subsistência, de uma estrutura fundiária baseada em pequenas e médias propriedades agrícolas, do envolvimento do núcleo familiar nas atividades produtivas e do cultivo de um produto para obtenção de ganhos excedentes. Esse produto era o café, cuja produção se expande pela região central a partir da inserção dessa mão-de-obra imigrante e da ocupação de novas áreas (SILVA, 1995, p. 52). A produção cafeeira garantiu a reinserção da região central em toda a cadeia econômica de produção, beneficiamento e comercialização econômicos, e na sua conseqüente reinserção no grande mercado.

Marta Zorzal e Silva (1995) tece um painel dos interesses e forças políticas no Espírito Santo desse período posterior a 1870, destacando que

[...] em cada uma das regiões (sul, central e norte), determinadas classes dominantes (escravistas e não escravistas) detinham distintas condições de organização e luta para agregar, em torno de seus interesses objetivos, forças capazes de dar suporte ao enfrentamento com as demais forças políticas constituídas, na Província do Espírito Santo, para a conquista da direção do Governo Estadual.

Na região sul essas forças políticas dominantes eram constituídas pelos latifundiários e fazendeiros escravistas produtores de café, os quais solidarizavam-se, em termos de bases de interesses, com as demais classes escravistas da região cafeeira do centro-sul [do Brasil].

Na região central, essas forças eram constituídas pelas classes ligadas ao capital mercantil-exportador/importador; classes remanescentes da ocupação territorial colonizadora, elites políticas e militares que aqui se estabeleceram ao longo dos séculos; as que se constituíram em função do povoamento realizado, ao longo do século XIX, decorrente da abertura da estrada de São Pedro de Alcântara [...]; e, ainda, aquelas decorrentes da imigração açoriana realizada em 1812 [...]. Essas classes não eram numerosas, porém, detinham a posse das terras apropriadas nessa região, antes da fase de imigração européia [...] de 1870. Constituía-se, em geral, em fazendeiros escravistas e não escravistas. Em termos de bases de interesses, as classes ligadas ao capital mercantil-exportador/importador e frações das elites políticas e militares [...], solidarizavam-se com as demais frações da burguesia mercantil cafeeira do centro-sul [do Brasil]. As demais conformavam a base agrofundiária da região central.

Na região norte, essas forças eram constituídas pelas classes remanescentes da ocupação territorial colonizadora – fazendeiros escravistas e classes ligadas ao capital mercantil-exportador/importador [...]. Conformavam tanto uma base mercantil quanto uma agrofundiária de interesses (SILVA, 1995, p. 60).

A riqueza, nas três regiões, concentrava-se na terra e na produção cafeeira. Eram em torno dos interesses dos proprietários de terras, presentes em todas as regiões do Espírito Santo, que se erigiram as agremiações partidárias no Império e na Primeira República. Nesse cenário, os grupos da região sul, pela importância de sua produção

cafeeira e pela extensão de seus domínios, exerceram significativa influência. Mesmo o conjunto de atores políticos ligados aos interesses mercantis importadores/exportadores, manteve relações harmônicas com os grandes oligarcas da região sul (SILVA, 1995, p. 52), atestando a importância dos mesmos tanto em termos políticos quanto econômicos.

As atividades mercantis importadoras/exportadoras, de forma mais vigorosa e sofisticada – tanto nos meios empregados quanto nos seus operadores e grupos orgânicos, inscrevem-se como as principais beneficiárias das grandes transformações da economia estadual a partir das décadas de 1960 e de 1970. Particularmente, a partir da segunda metade da década de 1990, cristalizaram seu campo político de influência e de controle sobre o aparelho de estado, tanto no Poder Executivo quanto no Poder Legislativo; não sendo possível identificar as fontes que nos conduzam para uma afirmação similar em relação ao Poder Judiciário. Essa cristalização do poder e da influência das atividades mercantis exportadoras/importadoras da segunda metade da década de 1990 representa um interessante objeto de estudo a ser explorado em produções acadêmicas futuras, em razão da importância de que os mesmos passaram a desfrutar em todos os aspectos da vida estadual, particularmente na definição das políticas e dos investimentos públicos e, por que não dizer, do próprio modelo de desenvolvimento e de relações políticas que então passou a se expressar no estado do Espírito Santo. Nesta dissertação, já veremos traços dos interesses e do poder desses grupos se expressando no cenário político, ainda que de forma não decisiva como hoje se apresentam. Por não se constituírem no objeto de estudo desta pesquisa, serão registrados por sua importância, mas não explorados.

Contrapondo-se ao processo em curso na região sul, particularmente em Cachoeiro, no limiar do século XX, Vitória, capital do Estado, antes da Capitania e da Província, era uma área inexpressiva do ponto de vista político, social e econômico, como observa o Presidente de Estado Muniz Freire em Relatório apresentado no último ano de seu primeiro governo (1892-1896):

“Vitória, cidade velha de aspecto colonial, pessimamente construída, sem alinhamento, sem esgoto, sem arquitetura, seguindo os caprichos do território, apertada entre a baía e um grupo de montanhas não tem campo para desenvolver-se sem a dependência de grandes despesas. Entretanto, possui um porto em condições admiráveis, indiscutivelmente muito superior a todos os outros do Estado e um dos quatro melhores do Brasil” (MUNIZ FREIRE, Relatório de 1896 apud SIQUEIRA, 1995, p. 78).

Segundo Maria da Penha Smarzaró Siqueira, “a cidade só perdeu este aspecto colonial ao iniciar o governo de Jerônimo Monteiro [...] que teve como meta a urbanização de Vitória, incluindo as obras de melhoramento do porto” (SIQUEIRA, 1995, p. 79). Indubitavelmente, foram as políticas, as ações administrativas e os investimentos públicos efetuados principalmente pelo Presidente de Estado Jerônimo Monteiro (1908-1912), que propiciaram o surgimento das condições que levaram, com o passar das décadas a partir de então, à transformação de Vitória na “[...] efetiva Capital capixaba [...] na efetiva sede do poder”.⁴ Curiosamente, Jerônimo Monteiro integrava uma das mais sólidas oligarquias políticas do sul capixaba, cuja longevidade estendeu-se, no tocante ao controle do aparelho de estado, ao último mandato do Governador Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, sobrinho do ex-Presidente de Estado, concluído em 1962. As ações do Presidente Jerônimo Monteiro, em especial as obras de melhoria e de modernização do porto de Vitória, se transformaram no principal elemento do início daquela mudança do eixo político e econômico, pois o mesmo servia de “[...] articulador da comercialização da produção agrícola do Estado”⁵, reforçando o sentido de centralização da vida política na capital do estado – projeto já acalentado pelo também ex-Presidente Muniz Freire (1892-1896 e 1900-1904) , segundo João Gualberto M. Vasconcellos⁶. Para Siqueira (1995, p.67), “no final da primeira década do século XX, Vitória já conseguira centralizar a maior parte do movimento marítimo do Estado no seu porto, tanto em número de navios como em toneladas”. Como a demonstrar a relevância que o porto passou a ter para Vitória, registre-se que:

No decorrer dos anos 1920, a maior parte do café capixaba – em especial a produção do sul do estado exportada pelo Rio de Janeiro – passa a se escoar pelo porto de Vitória, o mesmo ocorrendo com o café mineiro das zonas produtoras atingidas pela Estrada de Ferro Vitória a Minas. (ACHIAMÉ, 2010, p. 60).

Desde a década de 1870, em razão do incremento proporcionado pela entrada de imigrantes, uma alteração profunda se processava nas esferas econômica e social. A região central, onde se localiza Vitória, passou a receber grande número de imigrantes estrangeiros, distribuídos nas áreas próximas a serem desbravadas para a produção. Essas áreas desbravadas consistiam predominantemente de pequenas propriedades agrícolas de base familiar, com lavouras de subsistência.

⁴ VASCONCELLOS, João Gualberto M. de. A construção dos imaginários de Vitória. In VASCONCELLOS, João Gualberto M. de (Org.). **Vitória: trajetórias de uma cidade**. 1993, p. 35.

⁵ *Ibid.*, p. 34.

⁶ *Ibid.*, p. 32.

A capital começava a se impor como o centro do estado, num processo que, ao longo das décadas seguintes a 1870, foi se sofisticando e fortalecendo sua base econômica, sua influência política e sua vida cultural e social. Concomitantemente, manteve a região sul, especialmente Cachoeiro e suas oligarquias, considerável força política e econômica, numa dinâmica que perpassou boa parte do século XX, ainda que num processo de lento e gradual esvaziamento, redirecionado o poder cada vez mais para o centro, para Vitória. A crise da cafeicultura na década de 1950, aliada aos investimentos nas duas décadas seguintes, contribuíram para a mudança desse eixo de poder de forma definitiva.

Vitória, e os municípios que a circundam – Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana (que formam a Região Metropolitana da Grande Vitória, com as recentes agregações dos municípios de Guarapari e Fundão) - foram se fixando, a partir das décadas de 1960 e de 1970, no pólo dinâmico de atração de população e de investimentos. Esse modelo consolidou uma sociedade urbana e de base econômica calcada nos setores industrial e de serviços, determinantes para o Espírito Santo a partir de então. Sobre essa transformação, registra Geert Bank que

principalmente nas décadas de 60 e 70 muitos milhares de pessoas carentes migraram do campo para a cidade. Alguns projetos industriais promovidos pelo governo federal, conhecidos em nível local como *grandes projetos*, transformaram a sociedade local de forma irreconhecível (BANK, 1998, p. 236).

As características contemporâneas da economia capixaba, possuidora de uma “[...] estrutura produtiva bastante diversificada e predominantemente industrial” (ROCHA; MORANDI, 1991, p. 21), se assentam de forma vigorosa a partir desse período, sofisticando-se e ampliando-se, algo que mudará o perfil sócio-político-econômico do estado. Mas, para além dos investimentos vultosos e dos *grandes projetos*, a desarticulação da produção cafeeira e sua conseqüente perda de renda, além do desemprego nas áreas de produção do interior, muito contribuíram para essa transformação do perfil da vida estadual. Pelas características especiais que tal processo se revestiu na história do estado.

No interregno de tempo entre a primeira década do século XX e a de 1960, o território do Estado foi sendo ocupado progressivamente, abrindo-se novas fronteiras de povoamento e de exploração econômica, principalmente nas regiões situadas ao norte e a sudoeste da capital. O café persistia como o principal produto de nossa economia

ainda de base essencialmente agrária, visto que “[...] desde meados do século XIX, a cafeicultura, em função das vantagens econômicas que apresentava, tornou-se absorvedora dos recursos econômicos disponíveis e assumiu a posição de principal atividade produtiva da economia estadual” (ROCHA; MORANDI, 1991, p. 21). A importância da economia cafeeira foi acentuada “[...] a partir de fins da década de 1940, devido ao extraordinário crescimento dos preços internacionais e do plantio do produto” (ROCHA; MORANDI, 1991, p. 47). Somente entre os anos de 1940 e 1960 “[...] houve um crescimento de 74% no número total de cafeeiros” (ROCHA; MORANDI, 1991, p. 47). Em um estado de base econômica agrícola, tal fator deve ser levado em grande consideração, ainda mais quando observado que “[...] 68,1% da População Economicamente Ativa (PEA) estadual estava empregada no setor agrícola, e a lavoura cafeeira era responsável pelo emprego de aproximadamente 80% da população empregada nesse setor” (ROCHA; MORANDI, 1991, p. 47-48).

Eis a realidade e a magnitude da economia cafeeira para o Espírito Santo exatamente no período áureo da república liberal implantada com a promulgação da Constituição Federal de 1946 e que perduraria até o início do regime militar, em 1964. A economia capixaba mantinha-se solidamente assentada nos lucros da cadeia produtiva. Mas a produção do café e seus lucros estavam se transformando naquilo que hoje os economistas denominam como *bolha*⁷ - ainda que tal expressão seja utilizada, hoje, de forma mais usual nos aspectos relativos aos investimentos e rendimentos do capital financeiro. Valho-me da expressão, neste caso, por entender existentes semelhanças entre a presente crise econômica internacional e aquela vivida pela economia cafeeira a partir de meados da década de 1950, desde já penitenciando-me junto aos economistas pela liberdade de utilização da mesma. Há um amálgama entre ambas, tomadas cada qual no seu momento histórico e na dinâmica econômica da década de 1950 e dos

⁷ “Bolha econômica é um processo de variada duração (pode durar alguns meses ou vários anos) em que um determinado ativo torna-se extremamente sobrevalorizado, por conta principalmente de comportamentos irracionais do mercado em circunstâncias momentâneas. Numa situação normal de mercado, o preço de um determinado ativo corresponde ao seu "valor fundamental", isto é, ao dinheiro que se espera obter com ele, incluindo seus dividendos. Mas, quando um determinado ativo passa a ser vendido acima desse valor fundamental e esse processo persiste (sem a correção que normalmente ocorre nesses casos), em função de uma atitude irracional dos investidores em obter lucros cada vez maiores, baseada em expectativas no mercado futuro e em especulação financeira, forma-se uma ‘bolha’”. Disponível em: <<http://empresasefinancas.hsw.uol.com.br/bolha-economica.htm>> Acesso em: 18 jul. 2011.

primeiros 11 anos do século XXI. As crises econômicas, na forma diversa como se apresentam, costumam, no capitalismo, seguir movimentos cíclicos, sempre relacionadas a especulação, superprodução, endividamento ou ausência de mercado consumidor para bens e serviços produzidos e ofertados. Esses movimentos cíclicos, quando *estoura* a *bolha*, possuem o condão de afetar todas as esferas da vida econômica, política, social e cultural de uma determinada sociedade em seu tempo. Após a crise de 2008, com o *estouro* da *bolha* imobiliária e financeira estadunidense, sabemos, por reafirmações dramáticas e quase diárias, que os efeitos dessas crises se expressam numa escala global, desconhecendo-se fronteiras e os conceitos clássicos de soberania nacional, tendo em vista a natureza e a abrangência do processo econômico globalizado das últimas décadas.

Nesse contexto, observe-se que na segunda metade da década de 1950, no tocante ao parque cafeeiro do Brasil,

[...] ampliou-se de forma significativa a capacidade produtiva, e verificou-se a ocorrência de extraordinárias safras anuais, cujas produções eram bem superiores à capacidade de absorção do mercado consumidor. A superprodução converteu o “boom” em grave crise, e os preços internacionais do produto tiveram quedas espetaculares a partir de 1955. Nesse ano, registrou-se uma queda de 29%, e em 1959 de 51,7% em relação ao preço médio de 1954 (ROCHA; MORANDI, 1991, p. 50).

Houve, portanto, uma crise de superprodução em escala nacional, ainda que a participação do Espírito Santo representasse um percentual da ordem de 10% do total do café produzido no Brasil na segunda metade da década de 1950. A *bolha estourou* em razão da superprodução e da queda dos preços, afetando de forma profunda a economia capixaba (ROCHA; MORANDI, 1991). No Espírito Santo, no século XX, abolida a escravidão desde 1888 e acentuada a presença de imigrantes estrangeiros na propriedade das áreas territoriais em processo de ocupação e de conseqüente expansão da produção econômica de base agrícola, a produção cafeeira foi se assentando na pequena propriedade “[...] tipicamente familiar” (ROCHA; MORANDI, 1991, p. 50). Mas a crise afetou em cheio a economia estadual, com uma peculiaridade essencial para entendermos a persistência da cafeicultura como o elemento primordial da economia agrícola capixaba, pois

Numa economia “tipicamente capitalista”, como a de São Paulo, deveria ocorrer intenso processo de substituição de culturas, quando a

lucratividade da cafeicultura atingisse um nível bastante baixo, capaz de tornar essa atividade antieconômica.

Na “economia capixaba”, ao contrário, a tendência era que se preservasse a capacidade produtiva do café, uma vez que, apesar do baixo preço, este produto representava para os cafeicultores, quase que a única fonte de renda. Por outro lado, a unidade produtora dependia muito pouco do café para sua subsistência, pois produzia a parte fundamental dos produtos básicos de alimentação e poderia alterar hábitos de consumo com a substituição de produtos comprados no mercado por outros de sua própria produção. (ROCHA; MORANDI, 1991, p. 50).

As resistências da economia capixaba à crise e a desestruturação da base produtiva de nossa economia, o café, revelam, em si, a característica dos arranjos econômicos estaduais. A subsistência da maioria dos pequenos produtores pode ser vista como elemento fundamental para a resistência da cafeicultura como atividade econômica na maior parcela do território capixaba, apesar da crise. A economia estadual era ainda desprovida de capitais e de investimentos que lhe concedessem a devida sofisticação capitalista, razão pela qual não foi possível operar, como no caso de São Paulo, a substituição de culturas ou o incremento de outros arranjos econômicos. Mantinha-se a dinâmica econômica capixaba fundada na cafeicultura, mesmo com a grave crise que afetava todo o setor na segunda metade dos anos 1950, visto que a

“[...] ‘economia capixaba’ apresentava-se altamente resistente à crise e à desestruturação de sua base produtiva. Embora devesse ocorrer expansão da produção de outros produtos agrícolas tradicionais, deveria preservar-se tanto a capacidade produtiva da cafeicultura como a própria unidade básica de produção, a pequena propriedade familiar” (ROCHA; MORANDI, 1991, p. 50).

O desenvolvimento econômico, em especial com o incremento da industrialização, carecia de capitais públicos e privados, o que só viria a ocorrer nos anos 1960 e 1970, propiciando, exatamente por isso, o início da grande transformação da economia estadual que, desde então, sofisticou-se e ampliou-se de forma crescente. Revela-se, dessa forma, a baixa acumulação de capitais locais oriundos dos lucros das atividades produtivas a serem investidos na diversificação e no incremento da economia estadual até então, e a clara dependência dos investimentos externos.

A solidez do café como empreendimento econômico vital para o Espírito Santo, mesmo em momentos de crise, é observada ainda no século XIX, pois mesmo quando “em meio às crises cíclicas da cafeicultura, ocorriam novas expansões da lavoura de café” (ACHIAMÉ, 2010, p. 52). Na esteira da crise mundial de 1929, que afetou a economia

global de forma impactante, manteve a economia cafeeira a sua relevância, pois “o peso da exportação do café no conjunto da economia vai declinando ao longo dos anos 1930, mas sem ser totalmente desbancado do seu lugar primordial” (ACHIAMÉ, 2010, p. 87). Essas observações se revestem de importância quando analisado o cenário dos anos subsequentes a 1929, com claras demonstrações da vitalidade da produção cafeeira do Brasil. Percebe-se na crise dos anos 1950 uma dinâmica similar, ainda que movida por outros interesses e operada por novos atores sociais, oriundos dos setores ligados à comercialização do produto, que foram ganhando cada vez mais importância em toda a cadeia produtiva desde o seu surgimento. Alterou-se, no caso do Espírito Santo, a própria natureza da estrutura fundiária, com o predomínio, no século XX, das pequenas propriedades de base familiar, ao contrário das grandes propriedades localizadas especialmente na região sul que caracterizaram a segunda metade do século XIX e, num aspecto altamente relevante para a história política estadual, a formação das oligarquias que dominaram o poder político.

Mesmo não sendo este um trabalho sobre a cafeicultura e seus variados aspectos, não se pode abstrair o papel que a mesma desempenhou na formação econômica, política e social de nosso estado. Papel que, até hoje, desempenha de forma pujante, ainda que mitigada pelo desenvolvimento de outros arranjos produtivos, em especial os de base industrial e de serviços, em processo de crescente ascendência desde a década de 1960, ainda que circunscritos a algumas regiões do território estadual, não mais somente a metropolitana – uma das razões dos graves desequilíbrios regionais do Espírito Santo nestes dias atuais. Esta é a razão pela qual o tema foi acolhido logo na introdução desta dissertação, ainda que fugindo aos padrões clássicos de construção dos textos introdutórios.

Ao falar da *subjetividade* falo de mim e do meu espaço, e deste não posso subtrair a importância que a cafeicultura sempre desfrutou. Daí ter-me alongado discorrendo sobre a mesma e sobre o contexto histórico estadual. De resto, ao incorporar essa discussão sobre a cafeicultura e seus significados para o Estado do Espírito Santo logo na introdução do trabalho, exatamente na parte relativa à subjetividade, tenciono estabelecer a importância da mesma para a formação social, econômica, cultural e política da terra capixaba, e o seu caráter determinante presente até hoje na maioria dos Municípios. Me vali da liberdade de construção do campo de subjetividade para enlaçar-me, a minha família e o meu Município e sua região, ao café.

Retorno a Muqui, como que a bordo do trem que ligava a cidade tanto a Vitória, quanto a Cachoeiro e ao Rio de Janeiro. A cidade fora num período do século XX, especialmente entre as décadas de 1920 e 1960, justamente o período áureo da produção do café e do início do processo de crise de seus preço e produção, um importante pólo político (ACHIAMÉ, 2010; MENDONÇA, 1989), berço de diversos parlamentares estaduais e federais: Geraldo Vianna, César Vieira Machado, Cyro Duarte, Dirceu Cardoso (este chegou a eleger-se Deputado Federal e Senador da República), Mileto Rizzo, Ermando Silva, Honório Fraga, Sebastião Tâmara, Genésio Vieira Fraga e Manoel Lobato (MENDONÇA, 1989, p. 193).

Dirceu Cardoso, para tomarmos um exemplo importante para esta introdução, cumpriu sucessivos mandatos de Deputado Estadual e Federal, elegendo-se Senador da República pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) na histórica eleição legislativa de 1974⁸, mandato que cumpriu até 1983, quando, derrotado na tentativa de reeleição, não mais disputaria cargos eletivos, passando a integrar a estrutura administrativa dos governos estadual (Secretário de Estado de Segurança Pública) e, posteriormente, federal (presidente da Companhia Docas do Espírito Santo S. A.).

Dirceu Cardoso, nascido no interior do estado do Rio de Janeiro, advogado e professor, fora para Muqui no início da década de 1930, dirigindo o colégio secundário da cidade – que possuía elevada excelência, atraindo alunos de várias regiões do Espírito Santo e dos estados limítrofes (MENDONÇA, 1989). Fixara-se na cidade, lá iniciando sua trajetória política. Casara-se com a neta de um antigo e importante proprietário rural e produtor de café, o português Joaquim Affonso, meu bisavô paterno.

Minha família, nos dois ramos – Affonso (paterno) e Siano (materno), descendia de grandes proprietários rurais, produtores e comerciantes de café, homens importantes em seu tempo, que muita influência exerceram na vida do município e, por conseguinte, na articulação das forças oligárquicas no seu intento de manter a influência sobre o aparelho de Estado. Meu avô materno, Luiz Siano, italiano nascido na província de Salerno, foi eleito sucessivamente para três mandatos de Prefeito Municipal, entre os anos de 1920 a 1926. Como boa parte dos integrantes da classe política dirigente dos Municípios brasileiros de então, era possuidor da patente de Tenente-Coronel da Guarda

⁸ Essa eleição é considerada como o primeiro grande revés eleitoral do regime militar e de seu aparato de sustentação político-parlamentar, em razão do MDB, o partido de oposição ao mesmo, haver elegido a maioria absoluta (16) das 23 vagas de Senador da República então disputadas.

Nacional, concedida por ato do Presidente da República Epitácio Pessoa, em 1921. Os “coronéis”, figuras clássicas no mundo político brasileiro durante décadas, eram os chefes políticos locais, os homens que, em comum acordo com os chefes estaduais e, conseqüentemente, com os nacionais, mantinham o sistema de dominação política que perpassou toda a primeira república, ou república velha.

Os Affonso e os Siano tiveram, como Muqui, seus dias de glória e de grande importância perdidos em razão de problemas financeiros e da perda dos bens de raiz, de onde provinham suas fortuna e influência. Perderam não só a propriedade, mas, também, a influência que outrora detinham pela condição de chefes políticos. João Gualberto Vasconcellos, analisando o caso do ex-Presidente de Estado Jerônimo Monteiro (1908-1912), nascido na Fazenda Monte Líbano, em Cachoeiro do Itapemirim, cuja família persiste ativa na vida política e econômica do Estado até os dias atuais, construiu um instigante cenário da formação simbólica dessa elite de “coronéis”:

Não é absurdo considerar que Jerônimo Monteiro levou consigo, por toda a sua vida, o peso da educação da Monte Líbano, o peso de pertencer à família Souza Monteiro. A rigidez dos papéis sociais era muito grande, o papel dos filhos e herdeiros da tradição, ainda maior. A auto-suficiência unidade produtora de café não era somente econômica. Era muito mais profunda. Sua função imaginária compreendia a produção diferenciada de alguns indivíduos. Não estavam sendo preparados para pertencerem a uma massa empobrecida e explorada. Era, ao contrário, a produção imaginária dos dirigentes, daqueles que seriam capazes de guiar o povo, produção essa apoiada em práticas sociais excludentes, em procedimentos políticos e eleitorais corruptos, e legitimada por uma superioridade socialmente produzida. Esse círculo vicioso, implantado historicamente, era capaz de produzir significações sociais que alimentavam a existência dessas elites (VASCONCELLOS, 1995, p. 138).

Essa construção simbólica das elites, encarnada nos “coronéis”, e descrita por Vasconcellos, parece um elemento comum a todo aquele período da história brasileira, o compreendido entre o início do século XX e a efetivação das mudanças que viriam a ser operadas pelo governo que assumiu o comando do país com a vitória do movimento de outubro de 1930. Passados os anos, a tradição parecia dar sinais de sua reafirmação nos novos contextos históricos, ainda que lhes faltassem as condições objetivas – o latifúndio monocultor – para tanto. Mas a cultura de formação dessa elite persistiu, suportando transformações radicais da vida do país e o próprio desaparecimento da figura do “coronel”. Uma explicação para isso, afora a força da tradição, reside no fato,

como discutido no capítulo 1, da perenidade dos mecanismos de que se valiam essas elites para a afirmação de seu poder e importância social – especificamente o patrimonialismo, o clientelismo, o apadrinhamento e o favorecimento, pelos diferentes governos ao longo do século XX, do poder dos chefes políticos municipais e regionais.

Minha família, quando nasci, não mais possuía aqueles bens, nem a influência que outrora chegara a deter. Apenas Dirceu Cardoso mantinha-se ativo na vida política estadual, líder regional do Partido Social Democrático (PSD), na vigência da Constituição de 1946, e do MDB, no regime militar. O político Dirceu Cardoso era o meu ídolo. Sentia-me orgulhoso de saber-me membro de uma família integrada por um parlamentar federal, e achava que essa condição me qualificava para dar *pitacos* em assuntos de “gente grande”, tanto na infância quanto na adolescência. Não conseguia identificar em Dirceu os traços conservadores e reacionários que mais tarde me afastariam totalmente dele e de sua vida política.

Nasci e cresci nesse ambiente familiar onde os mais velhos haviam vivido a bonança da fortuna e do poder. Mantinham alguns certos traços desses grupos e famílias que outrora detiveram grande poder, perdendo-o ao longo do tempo. Nas conversas e festas familiares, sempre havia um tipo de evocação dos tempos áureos por parte de algum familiar. Ao ressignificar aquele momento tempos depois, percebi que erigia-se a figura de Dirceu Cardoso, reverenciado pela maioria, pois, de certa forma, para os Affonso, simbolizava a continuidade de sua importância – algo, de fato, mais ficcional que real. Mas o interesse difuso e confuso pela política já havia tomado conta de mim, e isto ainda na infância. Adorava participar dos comícios realizados na praça do centro da cidade, verdadeiras festas. Embebia-me com a oratória vibrante, típica dos integrantes da classe política de toda uma geração. Ouvia atentamente as discussões dos mais velhos e dos conhecidos. Entendia pouco, mas me emocionava aquele universo ainda incompreensível.

Em 1967, mudo-me com minha família para Vitória, com ainda incompletos cinco anos, continuando a visitar com relativa frequência minha cidade natal. Meu pai, médico do Ministério da Saúde, transfere-se para a capital, trazendo consigo toda a família – a esposa e os três filhos. Seu movimento não se difere do de muitos que, como ele, percebiam que manter-se no interior do estado poderia representar um impeditivo ao prosseguimento de suas carreiras profissionais e ao futuro de seus familiares. Isso

especialmente após a grave crise da cafeicultura do final da década de 1960, quando a queda acentuada de preços levou o governo federal a executar a controversa política de erradicação dos cafezais, o que desestruturou a economia capixaba de forma substancial, gerando hordas de migrantes que saíam do campo para as cidades ou, mesmo, para outras unidades da federação como o estado de Rondônia (ROCHA; MORANDI, 1991).

Não me prenderei nesta introdução a discorrer sobre os motivos e as características dessas mudanças econômicas pós-crise da cafeicultura dos anos 1960, mas os cito para enfatizar o impacto sofrido pelos municípios de base agrária cafeeira— Muqui entre eles.

Em Vitória, onde vivi a maior parte de meus anos, aprofundi o meu gosto pela política que, para mim, até a adolescência, resumia-se às disputas eleitorais e às críticas ao regime militar, aqui reproduzindo o desgosto de meu pai. Anticomunista ferrenho, fora apoiador do golpe em 1964, mas afastava-se progressivamente do regime em razão de sua intolerância quanto ao exercício do poder exclusivamente pelos militares. Era um saudosista do sistema partidário extinto pelo Ato Institucional nº 2 (A. I. 2), em 1965. Apoiara o golpe por achar que o país estava, com João Goulart, trilhando os caminhos rumo ao comunismo. Mas, como boa parcela dos segmentos que apoiaram e legitimaram o regime militar em sua gênese, não concordava com a ditadura, com a presidência sendo entregue a seguidos generais. Personagem importante nos primeiros anos de minha vida em Vitória foi o motorista de meu pai, Evaristo, que residia em nossa casa. Era um getulista apaixonado, que me encantava com as histórias de seu líder e dos seus feitos. Passava horas a ouvi-lo, sempre encantado com os relatos daquele homem de São Borja, cujos feitos políticos iam me sendo passados pelos relatos apaixonados e saudosistas de Evaristo.

Mas foi como secundarista, aluno do Colégio Salesiano do Forte de São João, mesmo bairro onde residia, que, a partir da segunda metade da década de 1970, iniciei minha formação política. Primeiro como integrante do grupo de jovens da paróquia, situada nas dependências do mesmo colégio onde estudava. Na extensão disso, despertei para a realidade do país, ingressei no movimento secundarista, participando da reabertura do grêmio do Salesiano. Aí o mundo começou a se abrir para mim. Fui me aproximando dos grupos que, à mesma época, participavam da rearticulação do movimento secundarista, cuja atuação havia sido restringida por atos de exceção do regime militar.

Ainda como secundarista, era presença constante nas históricas jornadas de discussão que realizavam-se no auditório do antigo Colégio do Carmo, no centro de Vitória. Foi a oportunidade que tive de participar do movimento pela anistia e de conhecer e me encantar com personagens que marcaram minha formação política, encantado que ficava ao ouvir os discursos de homens como Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela, Miguel Arraes, Alceu Colares, Paulo Brossard, Marcos Freire, Gregório Bezerra, Luis Inácio Lula da Silva, entre outros que a memória, agora sim a clamo, furta-se em colaborar para que eu feche com exatidão esse quadro de minha vida. Sem perceber, ia me sentindo cada vez mais atraído pela política e pelas discussões sobre os rumos do país, aproximando-me dos grupos organizados, ou não, que integravam a luta contra o regime militar.

Essa aproximação me atraiu cada vez mais intensamente para os fóruns de discussões, onde as questões políticas nacionais constituíam a agenda de fato. E assim me aproximo do então proscrito Partido Comunista Brasileiro (PCB), o *partidão*, à época muito ativo no processo de reorganização do movimento estudantil secundarista e universitário, uma das táticas na luta para a derrubada do regime militar e para a reorganização do movimento social brasileiro. Sua reestruturação, ainda na clandestinidade, era liderada pelo grupo que vencera as eleições de reabertura do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), integrado, entre outros, por Paulo Hartung, Ildelberto Muniz (“Paraíba”), Lelo Coimbra, Lauro Ferreira Pinto, Fernando Pignaton, Neivaldo Bragatto, Fernando Herkenhoff e Robson Leite. A segunda metade da década de 1970 representou um momento de significativo avanço na luta contra o regime militar. A propósito, registra a professora Antonia Colbari que:

O final da década de 70 foi marcado por significativas mudanças na vida social capixaba. Do ângulo político e institucional, era o início de um fecundo processo de organização e participação política de diferentes segmentos sociais. Era a idade de ouro dos movimentos sociais e/ou movimentos populares cuja contribuição foi decisiva para a renovação sindical e político-partidária (COLBARI, Antonia apud BILICH, 2005, p. 83).

Encontrava-me totalmente inserido nesse processo, ainda que de sua abrangência não tivesse a devida noção. Quanto ao PCB, nunca o integrei formalmente, mas era muito próximo, um “tarefeiro”, como se chamava naquela época. Não participava dos fóruns clandestinos de discussões, ainda que tenha abrigado um deles no terraço de minha residência, escondendo de meu pai o que faziam aquelas dezenas de pessoas em nossa

casa. Tempos depois fui saber que aquela reunião fora decisiva para a modelagem da inserção do PCB nas eleições de 1982, na qual seria eleito pelo voto direto o primeiro governador do Estado desde 1962.

Foi em razão da proximidade com o PCB que participei da convenção estadual do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em 1982. O PCB, na ilegalidade, tinha seus militantes filiados no PMDB. O número de convencionais ligados ao partido foi essencial para a vitória do então Deputado Federal Gerson Camata sobre o também Deputado Federal Max Mauro. Camata, político oriundo da extinta Aliança Renovadora Nacional (ARENA), vencera um militante histórico da oposição capixaba, oriundo do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que ajudara a fundar. Eram os estertores do regime militar, e o PCB havia decidido que Camata, por sua origem conservadora e populista, homem do interior, agregaria maior apoio popular e condições de governabilidade do que Max Mauro e sua postura, à época, tida como de intransigência. Camata atrairia, como de fato o fez, os setores conservadores insatisfeitos ou contrariados com o regime militar em agonia. Os comunistas direcionaram os votos de seus convencionais e de seus aliados próximos para a candidatura de Camata, fiéis à diretriz geral do partido de que o processo de transição democrática deveria passar por uma frente ampla, que congregasse não apenas os tradicionais quadros da oposição ao regime militar, mas, também, os seus apoiadores que dele tivessem se afastado. Essa era a estratégia, e Camata, no caso do Espírito Santo, era o elemento tático para aprofundar, na via eleitoral, a crise de legitimidade política do regime militar. Camata foi eleito Governador e assumiu em março de 1983.

Ao ingressar na UFES, em 1981, estava muito próximo do PCB, como também das atuantes pastorais da Igreja Católica. Participava ativamente do movimento estudantil, sempre aliado aos quadros do PCB que, naquela época, travava renhida disputa com o então nascente Partido dos Trabalhadores (PT) pela hegemonia do movimento social na luta contra o regime militar. Sentia-me confuso, pois meus companheiros de Igreja, em sua quase totalidade, integravam o PT. Eu não entendia as disputas, muito menos as internas dentro do PCB. Achava que todos deveríamos estar juntos na luta contra o inimigo que se apresentava comum, o regime militar e seus prepostos civis.

Fui me afastando do *partidão* face ao agravamento das lutas internas, especialmente após a saída de Luiz Carlos Prestes dos quadros do partido. Aproximava-me do PT,

mantendo, entretanto, a visão de unidade das forças. Eram momentos difíceis aqueles – o regime militar erodia a olhos vistos e nós, integrantes de sua oposição, envolvíamos-nos numa luta intestina. Sem compreender em profundidade o contexto em que estava inserido, vivia a época onde as bases da organização político-partidária atual estavam se estruturando, com suas fraturas e estranhezas. Mantinha relações de amizade e companheirismo, nem sempre harmônicas, com os diversos grupos e tendências políticas. Militava ativamente no movimento estudantil, tendo ocupado postos no Diretório Estudantil do Curso de Direito, no DCE e no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFES como representante discente – oportunidade em que participei da estruturação do processo de eleição direta do Reitor da Universidade, ao lado dos companheiros de militância Adriana Pereira Campos e Francisco Vieira Lima Neto, hoje docentes desta instituição.

Mas a percepção do distanciamento das entidades estudantis do conjunto dos estudantes era algo que me incomodava de forma crescente. A ditadura já erodira por completo em 1985, e nós deixamos de contar com a agenda clássica que marcou a reorganização do movimento no final da década de 1970. Movimentos autonomistas, militâncias múltiplas, a inserção de políticas do corpo e a defesa de novos comportamentos passaram a ocupar espaços substanciais nas discussões dentro da Universidade. Ficáramos, nós, militantes do movimento estudantil, *parados no tempo*, reativos às agendas que se erigiam e ganhavam cada vez mais espaço. Falávamos de Marx, Lênin, Trotsky, da organização e do fortalecimento dos partidos políticos; enquanto outros se remetiam a Foucault, Guatarri, Deleuze, Artaud, Freud, Reich e Althusser. Amigos me criticavam por manter uma militância política definida como *reformista, atrasada, burocrática*.

O movimento estudantil de fato, na forma com que se encontrava organizado à época, insulara-se. Não queria negar o movimento estudantil, ressaltava sua importância, mas sabia de suas limitações no novo cenário e a sua patente incapacidade de se reinventar, dominado que estava pelos quadros organizados dos partidos políticos, que não sabiam pensá-lo para além da instrumentalização em benefício de seu fortalecimento – uma miragem. Sentia-me como em um terreno pantanoso, prestes a submergir. Fui entender a situação em que me achava inserido a partir da leitura de uma série de artigos

denominada “Dossiê Movimento Estudantil”, publicado na revista “Desvios”⁹. Foi sendo conduzido ao entendimento do que estava vivenciando por meio da leitura do artigo inicial, assinado pela professora Maria Célia Paoli, no qual afirma que

[...] a falta de identidade estudantil nas vivências universitárias, propõe uma reflexão sobre aquilo que está sendo recusado, recusando também que este espaço fique vazio.

O que está sendo recusado? É sobretudo a forma de existência das entidades de representação estudantil. Não só através de seus limites mais visíveis, como a distância entre os seus militantes e a grande maioria dos estudantes, a retórica de um discurso político que não se abre para um mundo reconhecível pelo seu público, o quase monólogo que as entidades praticam entre si, a incapacidade de seu poder de mobilização. A crítica vai mais além, mostrando a fantasmagoria de práticas políticas que se querem específicas, mas que estão sem nenhum fundamento presente e corpóreo, enredadas simultaneamente em um passado e em um futuro míticos (PAOLI, Maria Célia. Dossiê Movimento Estudantil: apresentação. **Desvios**. São Paulo: Paz e Terra, n. 4, 1985, p. 59).

Percebi que era o momento de buscar novos caminhos a serem trilhados. Não me afastei do movimento estudantil, mas busquei me aproximar desses novos grupos, num esforço individual. Encontrei tempos depois com uma declaração que transcrevo aqui – já datava de anos quando de minha leitura, mas me pareceu fresca e identitária. As configurações da intelectualidade brasileira e francesa são passíveis de serem cotejadas (reafirmo: com o devido cuidado):

O que me “desconcertou” um pouco, na época, foi o fato de que esta questão que eu me colocava não interessou em absoluto aqueles para quem eu a colocava. Consideraram que era um problema politicamente sem importância, e epistemologicamente sem nobreza.

[...]

Aquilo que eu havia tentado fazer neste domínio foi recebido com um grande silêncio por parte da esquerda intelectual francesa. E foi somente por volta de 68, apesar da tradição marxista e apesar do P.C., que todas estas questões adquiriram uma significação política com uma acuidade que eu não suspeitava e que mostrava quanto meus livros anteriores eram ainda tímidos e acanhados. Sem a abertura política realizada naqueles anos, sem dúvida eu não teria tido coragem para retomar o fio desses problemas e continuar minha pesquisa no domínio da penalidade, das prisões e das disciplinas.

[...]

Não vejo quem – na direita ou na esquerda – poderia ter colocado este problema do poder. Pela direita, estava somente colocado em termos de constituição, de soberania, etc., portanto em termos jurídicos; e, pelo marxismo, em termos do aparelho do Estado. Ninguém se preocupava com a forma como ele se exercia concretamente e em detalhe, com sua especificidade, suas técnicas e suas táticas. Contentava-se em denunciá-lo no “outro”, no adversário, de uma maneira ao mesmo tempo polêmica e global: o poder no socialismo

⁹ DESVIOS. São Paulo: Paz e Terra, n. 4, 1985, p. 57-91.

soviético era chamado por seus adversários de totalitarismo; no capitalismo ocidental, era denunciado pelos marxistas como dominação de classe; mas a mecânica do poder nunca era analisada. Só se pôde começar a fazer este trabalho depois de 1968, isto é, a partir das lutas cotidianas e realizadas na base com aqueles que tinham que se debater nas malhas mais finas da rede do poder (FOUCAULT, 1998, p. 2-3 e 6).

Já abandonara o curso de direito e estava cursando o de história. Precisava construir as pontes pelas quais tráfegaria para fora da Universidade. Fui trabalhar como estagiário na Associação de Mutuários do Sistema Financeiro da Habitação (ASCAM), quando conheci a atual Ministra Iriny Lopes, sua presidenta. Numa noite, em outubro de 1985, durante uma reunião da ASCAM no Clube Vitória, fui surpreendido com o convite do então Deputado Estadual Paulo Hartung para trabalhar como seu assessor na Assembléia Legislativa. Vibrei com a perspectiva de trabalho que me era proposta, e a aceitei de pronto.

Ao longo desses anos, desde 1985, fui me envolvendo cada vez mais na vida política capixaba. Cheguei a compor, nomeado pelo então Arcebispo Metropolitano de Vitória, D. Silvestre Luiz Scandian, o Conselho da Comissão Justiça e Paz (CJP), oportunidade que tive de conviver e atuar de perto com personagens que já integram a história de nossa terra, como D. Geraldo Lyrio Rocha, João Batista Herkenhoff, Vera Nacif, Alberto Fontana, Rogério e Marialva Vello, Fatima Nascimento, Ana Rita Esgário, Ricardo Santos, Sandro Chamon do Carmo, Ewerton Montenegro Guimarães, Antonio César Penedo, Claudio Vereza, Vasco Alves de Oliveira Júnior e Eduardo Machado.

Escrevendo estas linhas me vêm à mente episódios que compõem o mosaico da história capixaba: as negociações com o então Secretário–Chefe da Casa Militar, Coronel Luiz Sérgio Aurich, para evitar o uso de força na retirada das pessoas que ocupavam a região onde hoje localiza-se o bairro Jardim Carapina, no município de Serra; as reuniões debaixo de uma fraca luz de poste numa rua sem calçamento da região de São Pedro, discutindo com dezenas de moradores locais estratégias de legalização da ocupação daquela área; o enterro e a posterior investigação, por uma equipe designada pelo Arcebispo D. Silvestre e coordenada pelo advogado Ewerton Montenegro Guimarães, para apurar os fatos relacionados ao assassinato do padre Gabriel Maire; as denúncias de tortura praticadas por agentes policiais e a terrível visão dos vitimados; as discussões sobre estratégias, táticas e agendas da Igreja de Vitória e dos movimentos sociais durante os trabalhos da Assembléia Estadual Constituinte em 1989; o diálogo com o

movimento social, particularmente com os grupos de direito à moradia, e os camponeses. Enfim, um sem-número de fatos que não caberia elencar nesta dissertação.

Fui amadurecendo politicamente inserido nesse movimento, exercendo triplo papel durante o ano de 1986 – o de assessor parlamentar, o de membro do Conselho da CJP e do ativo militante estudantil, mas já em processo de desligamento deste. A atuação na CJP e o trabalho na Assembléia já me seduziam, abrindo oportunidades de me inserir em outras esferas das lutas políticas e da organização social. Na Assembléia, onde trabalho até hoje, já exerci diversas funções, assessorando nessas duas décadas e meia, além de Hartung, os parlamentares Penha Feu Rosa, Ricardo Ferraço, Eval Galazzi e Lelo Coimbra. Quando da eleição da Mesa Diretora, presidida pelo Deputado Claudio Vereza (2003-2004), passei a ocupar cargos de diretor de área – primeiro, o de Documentação e Informação (2003); e depois, o das Comissões Parlamentares (de 2004 até os dias atuais). Como assessor e como diretor, convivi de perto com sete Mesas Diretoras e oito governadores.

O objeto de estudo desta dissertação, muitos de seus personagens e de suas histórias, dos jogos e das articulações de poder, acompanhei de perto e tive, por vezes, informações mais precisas do que aquelas repassadas à população pelas mídias. Pude participar ao longo desses anos da construção do ordenamento jurídico do Estado. Foi assim na Constituinte de 1989, quando assessoriei o Deputado Paulo Hartung nos debates e na elaboração das proposições por ele apresentadas ao texto. Foi um período rico de debates e de interação do Legislativo com a sociedade, o único momento em que, de fato, presenciei essa articulação desde 1985.

Essa vivência no Poder Legislativo sempre me inquietou num aspecto particular: entender o funcionamento da Casa, a dinâmica dos jogos políticos e das relações de poder, juntando os fragmentos e analisando-os de forma sistêmica. Para tanto é preciso transitar da condição de operador político para a de pesquisador, não perdendo os referenciais do primeiro, essenciais para a construção do segundo. Foi o que busquei ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da UFES.

Sabedor do fato de haver me alongado nesse relato inicial, considero-o fundamental para justificar os motivos pelos quais escolhi meu objeto de pesquisa, cuja fundamentação teórica e metodológica passo a discutir no próximo item.

II

“DE OUTRORA E DO IMEDIATO, SE REÚNAM¹⁰”

OBJETO DE ANÁLISE, METODOLOGIA E PERSPECTIVA TEÓRICA

Preliminarmente, algumas observações devem ser efetuadas sobre os rumos do projeto de pesquisa que resultaram na elaboração desta dissertação. O projeto original, apresentado quando de meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em História das Relações Sociais e Políticas da UFES, tencionava estudar acontecimentos políticos nos quais identificava a constituição do presidencialismo de coalizão no Espírito Santo no período compreendido entre 1991 e 2002. No desenvolvimento do projeto, fui me deparando com uma plethora de informações que, sistematizadas, indicaram-me a necessidade de alterar o espaço de tempo e os acontecimentos a serem estudados, para aprofundar a observação e a análise histórica sobre um conjunto de acontecimentos que se encontram na raiz da crise de governabilidade e de governança que grassou no Espírito Santo durante a década de 1990 e os primeiros anos do século XXI, e que teve no que as mídias denominavam de *parlamentarismo capixaba*¹¹ talvez a sua mais visível expressão. Sou daqueles que sempre se inquietou com o uso dessa expressão, por achá-la equivocada quanto a metáfora, incorreta no conteúdo e imprópria quanto ao objeto em si. Sempre me pareceu que por detrás dessa denominação o que se queria era ocultar o que de fato estava ocorrendo nos poderes públicos do Estado do Espírito Santo.

Optei, em comum acordo com a minha orientadora, Professora Doutora Marcia Barros, por concentrar-me no estudo dos acontecimentos ocorridos entre os anos de 1991 a 1994. Mantive o foco na história política do Estado do Espírito Santo e na constituição do presidencialismo de coalizão e do ultrapresidencialismo federalista/estadual, nos jogos de poder através dos quais eles se manifestaram em terras capixabas naqueles anos, especialmente no tocante às relações entre os Poderes Executivo e Legislativo, elementos onde pulsavam as características desse processo.

¹⁰ LE GOFF in CHAVEAU; TÉTART, 1999, p. 101-102.

¹¹BUENO, Marcelo Cunha. Disponível em: <http://revistacrescer.globo.com/Revista/Crescer/0,,EMI27395-15565,00-U+TENHO+O+PODER.html>> Acesso em: 17 jul. 2011.

Dessa maneira, trouxe para o proscênio de minha dissertação a genealogia de todo um conjunto de acontecimentos interligados, através dos quais desvela-se a crise institucional que viveu o Espírito Santo até os primeiros anos do século XXI¹². E, no período estudado, um episódio em especial se mostra revelador do nível de tensão e de disputas políticas, com significação fundamental para esta dissertação: o processo de *impeachment* instaurado na Assembléia Legislativa contra o Governador Albuíno, em 1993, e que tramitou nos meses de abril e maio. Concentro-me nesse processo, pois nele identifico o momento em que se instala toda uma ambiência favorável a afirmação de novas relações. Esse momento, e os atores políticos que protagonizaram os acontecimentos, valeram-se dos mecanismos do presidencialismo de coalizão, das prerrogativas constitucionais e das normas internas que regulam o funcionamento do Poder Legislativo, para avançarem na adoção de uma postura política mais agressiva de ocupação e de disputa de espaços de poder, expressas nas ações de parte dos parlamentares integrantes da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo e do próprio Governador do Estado, este desejoso de operar uma recomposição de forças que se lhe apresentassem mais vantajosas para a consecução dos seus interesses. Abduquei da proposta original de estudo de todo o período da crise – 1991 a 2002, para concentrar-me nos aspectos que caracterizam as bases da sua emergência. Fica entretanto o desejo de retomada do tema num estudo futuro, haja vista a imperiosa necessidade de sistematizar o estudo de um período histórico tão significativo para o Estado do Espírito Santo.

Essa crise, no seu todo, tem o seu estudo ainda a se constituir em trabalho acadêmico, haja vista sua heterogeneidade de fatores, presentes nas esferas da política, da economia, do pensamento, dos paradigmas institucionais e da vida social do estado em todo o período. Sua gênese, entretanto, encontra-se pulsante nos acontecimentos dos anos de 1993 e de 1994.

Feitas essas considerações iniciais, passo a explorar os aspectos teóricos e metodológicos sobre os quais erigi esta dissertação. Como apresentada, ela aborda acontecimentos recentes da história política do Espírito Santo. Muitos dos personagens históricos estudados ainda estão a atuar no cenário político, econômico e social, o que impõe ao pesquisador um trabalho ainda mais criterioso de abordagem do tema e de seus acontecimentos constitutivos. Esta dissertação não se propõe a ser um relato de

¹² Cf. nota 2.

acontecimentos, fruto de exercícios de memória. Ela se vale de ambos, alinhavando-os e relacionando-os entre si e com um conjunto de informações e teorias para, aí sim, obter-se o entendimento e a relevância histórica do objeto estudado.

Ao efetuar a opção pelo meu objeto, deparei-me com o receio de justificar o estudo de uma história inscrita em marcos temporais recentes, sabedor de que isso me afastava do veio comum a boa parte dos trabalhos acadêmicos de história, mas, mesmo assim, nunca fácil de ser trilhado. Refiro-me ao distanciamento temporal entre o pesquisador e o seu objeto de estudo. No meu caso, eu e o meu objeto confundimo-nos no tempo e no espaço, levando-me ao encontro de uma série de desafios, pois

Em sua relação com a história, na sua maneira de fazer história – de fazer a história – o homem, o cidadão, intervêm como cientista. Qual é então a parte de “verdade” não histórica? Quais são os jogos de influência entre os climas ideológicos e os contextos históricos? Qual é sua parte de responsabilidade na emergência e na afirmação dos movimentos históricos e historiográficos? Enfim, há uma responsabilidade do historiador em seu papel cada vez mais valorizado de comentarista do presente ou do imediato? (CHAVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. Questões para a história do presente. In _____. **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999, p. 7).

Essas indagações perpassam o trabalho do historiador do tempo imediato/presente, sem maniatá-lo, mas ao contrário, colocando-o frente a desafios metodológicos que instigam a busca de respostas e a identificação de fontes e teorias que as embasem. Mas as indagações de Chaveau e Tétart (1999) devem estar sempre em mente no desenvolvimento do trabalho de pesquisa e na escrita dessa história que aborda acontecimentos de épocas recentes. E os aborda exatamente pela angústia que os homens sentem em responder às indagações sobre a época em que vivem, fenômeno que se tornou amplo no decorrer da segunda metade do século XX, a partir do desenvolvimento de novas mídias e da possibilidade de comunicação em tempo real. O conhecimento do tempo imediato, dos acontecimentos que o integram, passou a ser algo disponível a todos, numa escala crescente e cada vez mais sofisticada. Ao discutir o “desabrochar da história do presente” Pierre Rioux mostrava, em artigo publicado em 1990, que “[...] a afirmação da história do presente é um fenômeno de geração” (RIOUX apud CHAVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. Questões para a história do presente. In _____. **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999, p. 15). Geração exposta aos impactos dos “[...] acontecimentos deste último século [XX]

sobre os homens e sobre sua vontade de ‘reagir’, isto é, de tentar explicar o presente”¹³. Diferentemente de séculos anteriores, o século XX, com o desenvolvimento e a disseminação de novas mídias, *bombardeou* os homens de acontecimentos múltiplos, que estão a acontecer simultaneamente em lugares tão singulares quanto a sua rua, o seu bairro, a sua cidade, o seu estado, o seu país ou outra região do planeta e, mesmo, da galáxia. Há uma plethora de acontecimentos, *tudo ao mesmo tempo agora*, tornando o homem enredado numa teia da qual procura não o ato de libertar-se, mas percorrer os tênues e emaranhados fios que o conduzam a alguma explicação de sua época e das conexões entre os universos de valores e acontecimentos da *casa* e os do *planeta* ou da *galáxia*. A história, e os acontecimentos e processos que a constituem, abordada de forma compartimentada, estanque, desconectada das demais áreas de conhecimento é há muito rejeitada e criticada por ser incompleta, equivocada ou inócua.

As heterogeneidade das dimensões em que se inserem os homens, tomados na dimensão individual ou na coletiva, passaram cada vez mais a inquietar-nos na busca de explicações, de referências e de conexões entre elas. Nesse contexto, “[...] a história não é somente o estudo do passado, ela também pode ser, com um menor recuo e métodos particulares, o estudo do presente”¹⁴. Eric Hobsbawm observa que “já se disse que toda história é história contemporânea disfarçada”¹⁵. E lançar-se sobre este presente, sobre esse momento histórico contemporâneo, é um exercício angustiante, tamanha a quantidade de informações, signos e caminhos que se apresentam para serem identificados e explicados. Mas é uma tarefa reservada ao historiador, que se reapropriou dessa função, em razão de que:

Os últimos trinta ou quarenta anos constituem a era mais revolucionária da história [...] Jamais o mundo, ou seja, as vidas dos homens e mulheres que vivem no planeta, foi transformada de modo tão profundo, dramático e extraordinário em tão breve período (HOBSBAWN, 1998, p. 247-248).

Esses tempos a que se refere Hobsbawm correspondem às quatro últimas décadas do século passado, exatamente o período de auge da guerra fria, da dissolução dos regimes socialistas em países da Europa Oriental, da propagada vitória e hegemonia do sistema econômico capitalista, da inserção nas agendas de lutas sociais de temas relacionados à individualidade e à preservação do planeta e de seus recursos naturais, do enfrentamento

¹³ CHAVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. Questões para a história do presente. In _____. **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999, p. 15.

¹⁴ Ibid., p. 15.

¹⁵ HOBSBAWN, 1998, p. 243.

vigoroso das leis de segregação racial nos Estados Unidos, da guerra do sudeste asiático, do acirramento dos conflitos armados no Oriente Médio, da eclosão de sangrentas guerras civis e da prática de genocídios em diversas regiões do continente africano, da afirmação política da religião islâmica, do crescimento dos arsenais de armas de destruição em massa da própria humanidade, da desestruturação dos sistemas de bem-estar social, do incremento dos interesses econômicos numa escala global, do crescente predomínio do capital financeiro e especulativo na condução dos interesses econômicos e do desenvolvimento da mídia e conseqüente facilitação de acesso à informação em tempo real numa escala global, para ficar em alguns casos exemplares.

E é este presente prismático, embaralhador de signos e de acontecimentos, de pessoas e de coisas, da casa e do mundo, tudo aparentemente desconexo, mas intimamente relacionados entre si pela gama de interesses e forças que os gera e os movimenta, que encontramos-nos inseridos, construindo a história no tempo presente. Este tempo dramático, como o fora todos os anteriores para os que nele viveram. Estes tempos caracterizados pela informação em tempo real, disponível nos veículos de mídia ou na rede mundial de computadores. Estes tempos onde as distâncias geográficas e própria noção da cronologia parecem se ressignificar a todo instante, dando à humanidade uma nova perspectiva do que seja o tempo e o espaço.

O poema “Remix século XX”¹⁶, de Waly Salomão, brasileiro e baiano, musicado por Adriana Calcanhato, embaralhando signos, bens materiais e informações múltiplas, ilustra o cotidiano destes tempos, onde “tudo que é sólido se desmancha no ar”, parafraseando Karl Marx, pois não há nada sólido, tudo é fluido. Portanto, estar atento à história no tempo presente é manter-se alerta com relação a tais pressupostos. É óbvio que seria eu mesmo contraditório com minhas colocações se julgasse serem as mesmas uma nova lei geral, de caráter imutável. Ao contrário elas se inserem nesse universo fluido, podendo, e devendo, ser objeto de questionamento, de discussão, de negação. O fundamental não é criar nenhum cânone, mas trazer a realidade e evitar que continuemos como espectadores meio que abobados ou perdidos diante dela. A história, e as demais áreas de conhecimento, podem, e devem, tecer essa teia, permitindo que o texto de Salomão possa ser significado, dentro do estilo aparentemente caótico e na

¹⁶ SALOMÃO, Waly. **Remix século XX**. Disponível em: <<http://ocanto.esenviseu.net/seculo20.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

heterogenia que o caracteriza em sua raiz. Com a palavra Waly Salomão, na voz suave de Adriana Calcanhoto:

Armar um tabuleiro de palavras-
souvenirs.
Apanhe e leve algumas palavras como
souvenirs.
Faça você mesmo seu micro tabuleiro
enquanto jogo linguístico.

Babilaque pop chinfra
parangolé beatnick vietcong
bolchevique technicolor biquini
pagode axé mambo
rádio cibernética

Celular automóvel buceta
favela lisérgico maconha
ninfeta megafone microfone
clone sonar sputinik
dada

Sagarana estéreo subdesenvolvimento
existencialismo fórmica arroba
antivirus motoserra mega sena

Cubofuturismo biopirataria dodecafônico
polifônico naviloca polivox

Pesquisar a história desta época é como caminhar por entre os versos do poema de Salomão. Tudo é lançado a seco diante de nós, ou lançado por nós mesmos na frente de outros, numa multiplicidade heterogênea de representações de nossos papéis – individual e coletivo. Não apenas vemos ou ouvimos, mas sentimos essa multiplicidade heterogênea na sua beleza e na sua feiúra, sem espaços para que possamos isolar este ou aquele elemento no fluxo de nossos cotidianos cada vez mais diminutos em termos de tempo, dominado pela rapidez nas formulações que devemos apresentar diante dos desafios que seguidamente se colocam diante de nós. No cotidiano de nossas existências, hoje assistimos a sangrentas batalhas pela televisão, ao *estouro* de alguma nova *bolha econômica*¹⁷ com seus reflexos de abrangência global e individual, a pregações fundamentalistas de caráter religioso-moral ou político, aos efeitos pavorosos de desastres naturais ou interagimos com algum jogo ou nas redes sociais, ao mesmo

¹⁷ Cf. nota 6.

tempo em que nos alimentamos, nos divertimos, nos amamos, trabalhamos ou simplesmente postamo-nos estáticos diante da tela de um aparelho de televisão, computador ou celular. A virtualidade às vezes parece se constituir na própria realidade. Mas não o é, e a história, ao enveredar-se pelo estudo e a observação criteriosa do tempo presente, vai contribuindo, associada a outras disciplinas, no esforço de clarificar o que de obscuro ou incompreensível exista e angustie o ser humano. A história vai fazendo a crítica dos conteúdos, analisando-os e explicando-os em sua devida profundidade.

Dessa forma, rompem-se as barreiras que a desinformação ou a informação direcionada para o atendimento de certos interesses políticos e econômicos, algo comum em todas as mídias corporativas, prevaleça na sociedade. A história, e as demais áreas de conhecimento que se debruçam sobre o cotidiano na sua observação e análise criteriosa, geram o contraponto ao discurso corporativo ou àquele oficial. Ao iluminar o acontecimento e ao dissecá-lo sistematicamente, a partir de métodos e teorias, a história faz-se atuante no tempo presente, representando papel de destaque.

A respeito deste “tempo presente”, na busca de um lume a me guiar por suas trilhas, recorro às observações do pesquisador francês Pieter Lagrou, do *Institut d' Histoire Du Temps Présent* (IHTP), que argumenta:

Como se define o “tempo presente” senão por um *continuum* entre o período estudado e o momento da escritura? Mais que um arbitrário “cordão de controle sanitário” ou “*no man's land*” de trinta ou cinquenta anos, tratar-se-ia de um período de duração variável relativamente homogêneo e ininterrupto ou, em todo caso, de um período caracterizado pela ausência de cesuras radicais. A característica da História do Tempo Presente consistiria naquilo que se pode chamar de unidade temporal do sujeito e do objeto, daquele que estuda e o que ele estuda. O historiador é contemporâneo dos acontecimentos que ele estuda em um sentido distinto daquele da coabitação física com as testemunhas. O período estudado não está fechado: não há esse elemento de alienação, de alteridade, que é próprio do estudo de períodos mais afastados. Não ocorreu ainda ruptura cronológica entre o tempo dos acontecimentos e o tempo da escritura de sua história. Os paradigmas, os dados essenciais e a “armadura intelectual” que se tenta analisar no passado fazem ainda parte do presente. As experiências formadoras de uma vida humana fazem ainda parte de nosso horizonte de experiências vividas. Não ocorreu ainda “ruptura cognitiva” que impediria um real *Einfühlen* ou identificação mental com seu objeto de estudo (LAGROU, Pieter. Sobre a atualidade da história do tempo presente. In: PÔRTO JR., Gilson (Org.). **História do tempo presente**. Bauru: EDUSC, 2007, p. 36-37).

Concordo com a professora Ana Maria Mauad, quando afirma que a reflexão que se segue, elaborada pelo historiador francês Pierre Nora, “[...] habilita a história do tempo presente a adquirir o estatuto de uma nova acepção de história contemporânea reconhecendo o acontecimento como a peça-chave para uma intrincada rede temporal que tece na atualidade” (MAUAD, Ana Maria. *Dimensões do presente: palavras e imagens de um acontecimento, os atentados ao World Trade Center e ao Pentágono, em 11 de setembro de 2001*. In PÔRTO JR. (Org). **História do tempo presente**. Bauru: EDUSC, 2007, p. 227-228).
 Afirma Nora:

[...] nenhuma época se viu, como a nossa, viver seu presente como já possuído de um sentido ‘histórico’. E somente isso seria suficiente para dotá-la de uma identidade, para libertar a história contemporânea de sua imperfeição. As guerras totais e as transformações revolucionárias, a rapidez das comunicações e a penetração das economias modernas nas sociedades tradicionais, em resumo, tudo o que se costuma entender por ‘mundialização’ assegurou uma mobilização geral das massas que, por trás do *front* dos acontecimentos, outrora representavam os civilizados da história; ao passo que os movimentos de colonização, logo depois de descolonização, integravam à historicidade de tipo ocidental sociedades inteiras que, ainda, ontem, dormiam o sono dos povos ‘sem história’ ou o silêncio da opressão colonial. Essa vasta democratização da história, que fornece ao presente sua especificidade, possui sua lógica e suas leis: uma delas – a única que aqui desejamos isolar – é que a atualidade, essa circulação generalizada da percepção histórica, culmina num fenômeno novo: o acontecimento (NORA, Pierre. *O retorno do fato*. In Le Goff, Jacques; Nora, Pierre (Direção). **História: novos problemas**. 3. ed Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 180).

Esta monografia insere-se nos marcos do tempo presente. Me reporto a acontecimentos inscritos em uma linha de tempo na qual se constituíram toda uma vivência e todo um conjunto de relações interligadas, cuja abrangência e significados constituem objeto da pesquisa histórica. Sua atmosfera de disputas e paixões, bem como as conseqüências de ambas, ainda pulsam, impondo ao historiador o uso de critérios mais rigorosos em seu esforço de pesquisa, haja vista o duplo papel que desempenha – o de ator de uma história que ele próprio estuda. A esse propósito, observo que:

[...] para responder à queixa relativa à “falta de distância”, garantindo o tempo, a objetividade, o *estudo do presente* deve levar em conta, ao contrário, o fato de que o observador é, ao mesmo tempo, um contemporâneo, até mesmo, em parte, um ator. Cumpre reconhecer-lhe essa parte de *subjetividade* que é necessária a toda verdadeira curiosidade, mesmo científica. Pois é bem ela que é misteriosamente motriz e não a pesquisa de uma objetividade laplaciana. A *pesquisa sobre o presente* pode ser concebida como um processo de *objetivação*, que, a um tempo, vai procurar uma realidade exterior que

está em questão e faz sair do pesquisador um lugar de coleta de dados e de emergência de idéias (PAILLARD, B. Imediata (História).In: BURGUIÈRE, André (Org.). **Dicionário das ciências históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p. 411).

A História do Tempo Presente é “[...] um construto relativamente novo em seus métodos, é uma ‘criança que aprende seus primeiros balbucios’, mas que já dá sinal de que será madura em suas análises e intelectualmente sólida em suas argumentações” (PÔRTO JR, 2007, p. 10). Não há, portanto, o que temer ao me enveredar através por meio dela na escolha e na pesquisa de meu objeto. O historiador não pode abstrair-se do estudo analítico de épocas recentes, pois isso é feito, e sistematicamente, por outras disciplinas ou, de forma intensa e massiva, pelas mídias – estas desprovidas do arcabouço metodológico que caracteriza as interpretações acadêmicas. Não pode o historiador paralisar-se frente ao seu tempo e transferir a competência de análise e discussão do mesmo para outros campos de pesquisa, como se desconhecesse o seu papel, enquanto sujeito, de fazer a história.

Alguns marcos devem ser observados para recobrir o historiador da necessária segurança na análise de seu tempo. Recorro a Jacques Le Goff, historiador com sólida produção medievalista, que a propósito dessa discussão afirmou:

É verdade que para mim os historiadores da história imediata são os outros. Mas nós pertencemos ainda assim à mesma tribo, temos o mesmo ofício. O que espero dos historiadores da difícil história imediata, inclusive dos jornalistas, que, se fizerem bem seu ofício, são verdadeiros historiadores da história imediata são quatro atitudes:

- . ler o presente, o acontecimento, com uma profundidade histórica suficiente e pertinente;
- . manifestar quanto a sua fontes o espírito crítico de todos os historiadores segundo os métodos adaptados a suas fontes;
- . não se contentar em descrever e contar, mas esforçar-se por explicar;
- . tentar hierarquizar os fatos, distinguir o incidente do fato significativo e importante, fazer do acontecimento aquilo que permitirá aos historiadores do passado reconhecê-lo como outro, mas também integrá-lo numa longa duração e numa problemática na qual todos os historiadores de ontem e de hoje, de outrora e do imediato, se reúnam (LE GOFF, Jacques. A visão dos outros: um medievalista diante do presente.In: CHAVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Org.). **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999, P. 101-102).

Essas quatro atitudes elencadas por Le Goff, analisadas detidamente, indicam para o historiador do tempo presente a necessidade de não perder-se na construção de textos memorialistas, de crônicas ou de relatos, que nada acrescentariam ao trabalho de

pesquisa histórica, após o devido cotejamento, em fontes de pesquisa. Faltar-lhes-ia a *profundidade histórica suficiente e pertinente* a que se refere Le Goff e que constitui, de fato, um dos pilares da produção histórica. Ao historiador, de qualquer época, que se valha de qualquer tipo de metodologia, acredito não ser possível afastar-se desses ensinamentos.

A professora Ana Maria Mauad acrescenta mais algumas considerações sobre essa discussão, clarificando-a ainda mais

No verbete sobre história imediata, B. Paillard segue a linha de recomendações de Le Goff, evidenciando que qualquer trabalho de história na perspectiva do imediato e corrente deve assumir uma atitude epistemológica aberta, mas balizada por quatro diretrizes que enumera [...]

[...] segue a linha de recomendações de Le Goff, evidenciando que qualquer trabalho de história na perspectiva do imediato e corrente deve assumir uma atitude epistemológica aberta, mas balizada por quatro diretrizes que enumera [...]

1ª – Abordagem transdisciplinar dos fenômenos sociais: reveladora de uma realidade complexa e multideterminada.

2ª – Considerar o retorno do acontecimento a partir de uma discussão substantiva sobre a temporalidade social. O acontecimento como um indício, como a expressão de uma dinâmica mais profunda.

3ª – Propor uma reflexão sobre a incerteza e o porvir humano.

4ª – Avaliar a subjetividade inerente aos estudos do presente e conceber sua pesquisa como um processo de objetivação (MAUAD, Ana Maria. *Dimensões do presente: palavras e imagens de um acontecimento, os atentados ao World Trade Center e ao Pentágono, em 11 de setembro de 2001*. In PÓRTO JR.(Org.). **História do tempo presente**. Bauru: EDUSC, 2007, p. 226).

O acontecimento foi durante longo tempo no século XX renegado pela historiografia e pelos historiadores, associado ao historicismo, ao mero relato de fatos e personagens elevados a um nível de importância ou de superioridade no contexto de uma época ou sociedade – algo comum nas produções historiográficas dos séculos anteriores, abandonado por todo um conjunto de historiadores dos *Annales*¹⁸ como M. Bloch e

¹⁸ “Designa ao mesmo tempo: 1) uma revista fundada em 1929 por [...] Marc Bloch e Lucien Febvre [...] para promover a história econômica e social e favorecer os contatos interdisciplinares no seio das ciências sociais. 2) A rede de colaboradores e simpatizantes que se formou em torno da revista e se transformou, depois da guerra, em instituição universitária [...]. 3) A concepção da ciência histórica, de suas exigências metodológicas, de seu objetivo, de suas relações com outras ciências do homem que Bloch, Febvre e seus discípulos desenvolveram na revista – o que chamam de ‘espírito dos Anais’ – e ilustraram em suas

Lucien Febvre – que o classificaram pejorativamente de “história fatual”, denunciado por historiadores como K. Lamprecht, P. Lacombe e G. Monod como sendo a “[...] superfície da história”¹⁹. A propósito, reproduzo o pensamento de Febvre, elaborado no contexto da crítica ao domínio positivista da história e da historiografia contra o qual insurgiram-se os *Annales*:

A objetividade aparente dissimula uma opção arbitrária que valoriza a psicologia individual e as decisões dos ‘grandes homens’ em detrimento das mentalidades coletivas, coloca em relevo os ‘grandes acontecimentos’ e o curto prazo, sem conceder aos movimentos lentos e profundos a atenção que merecem, negligencia a análise complexa das interações em proveito do relato linear, trata como parente pobre o estudo das estruturas econômicas e sociais, ou a relega, em virtude do ‘sistema da cômoda’, em ‘gavetas’ separadas, sem laço orgânico e vivificante com a evolução política (LÉVÊQUE, P. História política. In: BURGUIÈRE, André (org.), 1993, p. 382-383).

A importância do estudo do acontecimento vem sendo resgatado e robustecido pela historiografia desde as duas décadas finais do século XX

A história contemporânea, confrontada com a ampliação cotidiana do acontecimento pelas mídias, foi a primeira a reabilitar o estudo do acontecimento. Primeiro, foi como representação, como forja do imaginário e das pulsões coletivas, que o fatual readquiriu os seus direitos. Em seguida, uma abordagem mais sutil das noções de modelo e de estrutura revela que, com frequência, o acontecimento cristaliza todos os funcionamentos de um sistema e que contribui, por sua vez, para modificar as estruturas de uma sociedade [...]

[...] hoje em dia, o acontecimento, que se tornou sintoma, ponto de observação, reflexo das estruturas e agente de sua evolução, não é mais incompatível com a ambição científica da história (DUMOULIN, O. Événementielle [Acontecimento] (História). In: BURGUIÈRE, André (Org.). **Dicionário das ciências históricas**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1993, p. 315-316).

O acontecimento se move, se transforma em razão da dinâmica social que o gera. Seu resgate o instala nessa perspectiva, e não mais naquela do positivismo, dentro da qual mantinha-se como que estático, preciso, determinado, circunscrito ao esforço de construção de uma história de heróis e de grandes feitos, exatamente os motivos pelos quais foi renegado pela historiografia e pelos historiadores em boa parte do século XX. Negava-se para se que pudessem construir outros caminhos, identificar novos objetos, novas abordagens e novos problemas. Negava-se um historicismo de base oficial, num momento histórico – final do século XIX e boa parte do XX - em que as sociedades

obras” (BURGUIÈRE, André. (Anais (Escola dos) (*Annales, Ecole des*). In _____. **Dicionário das ciências históricas**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1993, p. 49).

¹⁹ DUMOULIN, O. Événementielle [Acontecimento] (História). In: BURGUIÈRE, André. **Dicionário das ciências históricas**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1993, p. 315.

experimentavam sonhar com novos projetos que não aqueles originários dos grupos dominantes nas diversas esferas da vida política, econômica e social.

Há que se construir uma teia histórica, relacionando os acontecimentos ao conjunto das dinâmicas social, cultural, econômica, e política de seu tempo. Há que se tomar o acontecimento como elemento de construção e de análise da história de uma determinada época, trafegando com o mesmo pelos anos e pelos processos – materiais e mentais. O objeto desta dissertação é assim trabalhado, visto que encadeia acontecimentos tomados como elementos dinâmicos, geradores de novos arranjos políticos, econômicos e sociais.

Juntamente com o resgate do acontecimento, ocorre o do estudo do tempo presente, “[...] num movimento que não se pode dissociar dos ‘retornos’ (retorno do fato, retorno do político), emergia uma preocupação crescente com o estudo do passado próximo e com o imediato” (CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. *Questões para a história do presente*. In _____ **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999, p. 12). E nesse processo “[...] o estudo do político, o retorno da história política tiveram e têm ainda um papel aglutinador e dinâmico”(CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. *Questões para a história do presente*. In _____ **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999, p. 14).

O “retorno do político” a que se referem Chauveau e Tétart (1999), foi responsável, segundo ambos, pela afirmação da história do presente. Segundo René Rémond:

Era [...] inevitável que o desenvolvimento da história econômica ou social se fizesse às custas do declínio da história dos fatos políticos [...] ora, o movimento que leva a história, o mesmo que acarretou o declínio da história do político, hoje traz de volta essa história ao primeiro plano (RÉMOND, René. *Uma história presente*. In: _____ **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996, p. 14).

O mesmo Rémond complementa o raciocínio, afirmando que “admiti-se, hoje, em dia, que o político também pode ser um objeto de conhecimento científico assim como fator de explicação de outros fatos além de si mesmo” (RÉMOND, René. *O retorno do político*. In CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Org.). **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999, p. 51). Para se alcançar o objetivo traçado por Rémond, faz-se necessário entender o político inserido num universo amplo de relações, diálogos e interseções com as múltiplas esferas da vida econômica e social. Assim

sendo, o político retorna não mais para relatar a história de Estados, governantes, dinastias e guerras, mas para cristalizar um campo de investigação fértil, no qual atuam as forças heterogêneas da sociedade, numa permanente disputa pelo poder.

Vali-me do saber histórico, associado ao da filosofia, da economia e aos das ciências política e jurídica, para embasar o meu trabalho. Uma das características da opção pela História do Tempo Presente é exatamente essa, a de buscar, a partir da história, um diálogo transdisciplinar, mas que já vêm gerando transformações – inicialmente subterrâneas, mas que podem (e aqui não há nenhuma pretensão a jogos de futurologia) resultar numa alteração de comportamentos, numa ruptura que já está ocorrendo ou que esteja em processo de gestação no ventre da humanidade, ainda imperceptível aos olhares coletivos.

Estamos vivendo a ruptura, operando-a, ainda que a mesma não esteja (nem poderia, em razão da sua conjuntura atual) nos conduzindo a novos paradigmas e sistemas de pensamento ou de representações. Assim também me foram levadas a arejar certas convicções sobre o que viria a ser o poder.

O poder está fragmentado por diversos expedientes que o tentam reger, em vários corpos que se tentam docilizar; nunca se poderia possuí-lo, do poder se pode identificar apenas quem não o exerce, quem não o “possui” – ao contrário, por exemplo, do objeto de atenção marxista, pois a exploração da mais-valia de um operário ou de um camponês é possível de ser esquadrihada por uma geografia do lucro.

Ao buscar um conceito de poder que melhor interagisse com as minhas dúvidas sobre as relações políticas, encontrei a definição do filósofo francês Michel Foucault:

[...] o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Esse investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso (FOUCAULT, 1984, p. 28).

Percorri algumas das vastas páginas da obra de Foucault (1998), inteirei-me de seu método e aventurei-me em um dos pilares de seu projeto, o poder/saber. Ele refunda a relação do observador para com os diversos dispositivos discursivos e institucionais que o cercam:

Quer dizer que pode haver um “saber” do corpo que não é exatamente a ciência de seu funcionamento, e um controle de suas forças que é mais que a capacidade de vencê-las: esse saber e esse controle constituem o que se poderia chamar a tecnologia política do corpo. Essa tecnologia é difusa, claro, raramente formulada em discursos contínuos e sistemáticos: compõem-se muitas vezes de peças ou de pedaços; utiliza um material e processos sem relação entre si. O mais das vezes, multiforme. Além disso, seria impossível localizá-la, quer num tipo definido de instituição, quer num aparelho do Estado. Estes recorrem a ela; utilizam-na, valorizam-na ou impõem algumas de suas maneiras de agir. Mas ela mesma, em seus mecanismos e efeitos, se situa num nível completamente diferente. Trata-se de alguma maneira de uma microfísica do poder posta em jogo pelos aparelhos e instituições, mas cujo campo de validade se coloca de algum modo entre esses grandes funcionamentos e os próprios corpos com sua materialidade e suas forças [...] Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-se porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de ‘poder-saber’ não devem então ser analisadas a partir de um sujeito de conhecimento que seria livre ou não livre em relação ao sistema de poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredio ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento. [...] Trataríamos aí do “corpo político” como conjunto dos elementos materiais e das técnicas que servem de armas, de reforço, de vias de comunicação e de pontos de apoio para as relações de poder e saber que investem os corpos humanos e os submetem fazendo deles objetos de saber (FOUCAULT, 1998, p. 26-27).

Encontrei, em seguida, nas palavras de um renomado estudioso do projeto foucaultiano, Roberto Machado as respostas que eu buscava:

O interessante da análise [foucaultiana] é justamente que os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras. Daí a importante polêmica e a idéia de que o poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existe de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo,

mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação (MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998, p. XIV).

Para dar conta da própria natureza do poder, a abordagem de Foucault se desdobra multiforme e dispersa. O filósofo Roberto Machado traça as linhas díspares da abordagem foucaultiana do poder de maneira muito competente:

[...] não existe em Foucault uma teoria geral do poder. O que significa dizer que suas análises não consideram o poder como uma realidade que possua uma natureza, uma essência que procuraria definir por suas características universais. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente. Esta razão, no entanto, não é suficiente, pois, na realidade, deixa sempre aberta a possibilidade de se procurar reduzir a multiplicidade e a dispersão das práticas de poder através de uma teoria global que subordine a variedade e a descontinuidade a um conceito universal. Não é assim, entretanto, que Foucault tematiza o poder, como também não foi assim que tematizou nenhum de seus objetos de investigação. A razão é simples, embora apresente uma grande descontinuidade com o que geralmente se entende e se pratica como teoria. É que, para ele, toda teoria é provisória, acidental, dependente de um estado de desenvolvimento da pesquisa que aceita seus limites, seu inacabado, sua parcialidade, formulando conceitos que clarificam os dados – organizando-os, explicitando suas inter-relações, desenvolvendo implicações – mas que, em seguida, são revistos, reformulados, substituídos a partir de novo material trabalhado. Nesse sentido, nem a arqueologia, nem, sobretudo, a genealogia têm por objetivo fundar uma ciência, construir uma teoria ou se constituir como sistema; o programa que elas formulam é o de realizar análises fragmentárias e transformáveis (MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998, p. X-XI).

Esse poder, que não está na mão de ninguém, pode, entretanto, ser regido por mecanismos e técnicas que potencializem a capacidade produtiva desse corpo e, paralelamente, o mantenha submisso o máximo que puder às administrações interessadas em sua força para que assim se sustentem os efeitos de sua regência, benesses que alcançam quem obtém o sucesso na dinâmica de medidas de controle do fluxo sem leito do poder, a beligerante relação entre as vontades. Roberto Machado novamente nos esclarecerá certas diretrizes do projeto foucaultiano:

E esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra seu exercício não possam ser feitas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento de poder. Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder, teia que se alastra por toda a

sociedade e a que ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de forças. E como onde há poder há resistência, não existe propriamente o lugar de resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social. Foucault rejeita, portanto, uma concepção do poder inspirada pelo modelo econômico, que o considera como uma mercadoria. E se um modelo pode ser elucidativo de sua realidade é na guerra que ele pode ser encontrado. Ele é luta, afrontamento, relação de força, situação estratégica. Não é um lugar, que se ocupa, nem um objeto, que se possui. Ele se exerce, se disputa. E não uma relação unívoca, unilateral; nessa disputa ou se ganha ou se perde (MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998, p. XIV).

O fenômeno que se alça objeto desta dissertação é a nova economia política das relações de poder entre o Executivo e Legislativo do Estado do Espírito Santo no período entre 1991 e 1994, analisado sob o prisma do presidencialismo de coalizão (ABRANCHES, 1988), com as revisões críticas (SANTOS, 2006; LIMONGI, 2006; RENNÓ, 2006) – que serão expostas, e do sistema político ultrapresidencialista (ABRUCIO, 1998). A eles, agrego o instigante artigo de Pereira e Lemos (2002), por trazer em seu conteúdo dúvidas sobre os princípios de cooptação ou coalização de que valeu-se o Governador Albuíno na formatação de seu modelo de governança e de governabilidade. O artigo de Pereira e Lemos (2002) constitui o mais bem sistematizado estudo sobre o tema que esta dissertação irá trabalhar. Esta a razão de tomar as dúvidas e hipóteses dos referidos autores para discuti-las, mitigá-las com os fundamentos teóricos de que me valho. Creio que Pereira e Lemos (2002) trazem para o debate aspectos dos mais relevantes sobre o tema, deixando espaços para que outros pesquisadores possam, como humildemente tentarei, aprofundar a análise por eles iniciada, dialogando com seu texto e apresentando hipóteses e caminhos que aperfeiçoem a análise publicada em 2002. Desde já assento que meu campo de investigação dirige-se ao mesmo objeto de Pereira e Lemos (2002), mas acrescentando novos acontecimentos e informações que, antes de negá-los, podem servir para elucidar questões que à época afligiam os autores que não temeram em inscrevê-las no corpo da matéria. O presidencialismo de coalizão e o ultrapresidencialismo encontram-se na raiz tanto desta dissertação quanto do artigo de Pereira e Lemos (2002).

Sobre o presidencialismo de coalizão, uma observação introdutória, e, desde logo, instigante:

De uns tempos para cá, referir-se ao sistema político brasileiro nomeando-o como presidencialismo de coalizão se tornou comum. A adjetivação que passou a acompanhar nosso presidencialismo deixa subentendido que este tem algo de peculiar, de especial. Não praticaríamos um presidencialismo qualquer, vulgar. Teríamos um regime com características próprias. Para o bem ou para o mal, o presidencialismo brasileiro funcionaria dessa forma particular; como um *presidencialismo de coalizão* (LIMONGI, Fernando. *Presidencialismo e governo de coalizão*. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Org.). **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 237).

O conceito de presidencialismo de coalizão foi cunhado originalmente pelo cientista político Sérgio Abranches, em artigo publicado em 1988. Analisando o quadro institucional brasileiro, Abranches ressalta algo que, para ele, constituía uma singularidade:

[...] o Brasil é o único país que, além de combinar a proporcionalidade, o multipartidarismo e o “presidencialismo imperial”, organiza o Executivo com base em grandes coalizões. A esse traço peculiar da institucionalidade concreta brasileira chamarei, à falta de melhor nome, “presidencialismo de coalizão” [...] (ABRANCHES, 1988, p. 21-22).

Reputo ao professor Fabiano Santos a mais objetiva explicação do conceito, que na sua visão:

[...] descreve o modelo institucional típico da América do Sul: o presidente constrói base de apoio concedendo postos ministeriais a membros dos partidos com representação no Congresso, e estes, em troca, fornecem os votos necessários para aprovar sua agenda no Legislativo [...] o Brasil navega preferencialmente entre coalizões com maiorias amplas e alguns poucos experimentos minoritários (caso isolado do governo Collor) [...] (SANTOS, Fabiano. *Governos de coalizão no sistema presidencial: o caso do Brasil sob a égide da Constituição de 1988*. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Org.). **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p.225).

Dessa forma, o presidencialismo de coalizão expressa o conjunto de mecanismos através dos quais o Poder Executivo forma as chamadas “maiorias parlamentares”, sua base legislativa essencial para que exerça a governança seja da União, dos Estados ou dos Municípios. Nesta dissertação, concentro minha atenção nos efeitos desses mecanismos no Estado do Espírito Santo, no período entre 1991 e 1994.

Os mecanismos do presidencialismo de coalizão propiciam ao Poder Executivo o exercício de suas prerrogativas através da constituição de maiorias nas Casas Legislativas, algo essencial em qualquer sistema de governo presidencialista ou parlamentarista desde que o absolutismo transformou-se, a partir do início da Era

Moderna no ocidente, em um fenômeno histórico inadequado ou contrário ao próprio sentido de transformação que é inerente à história.

O presidencialismo de coalizão se materializa através de alianças entre o grupo partidário ao qual se vincula o Chefe de Estado e um conjunto de partidos políticos que não necessariamente o apoiaram em sua eleição. No desenvolvimento de sua aplicação, vimos que tais alianças atingem não apenas as instituições partidárias organizadas, mas lideranças políticas independentemente de sua cor ideológica ou da formalização, pelo seu partido, de aliança com o Executivo. Tem sido assim a aplicação prática desse mecanismo no Brasil desde o início do primeiro governo civil da transição – o do Presidente Sarney em 1985.

No período histórico compreendido entre 1945 e 1964, caracterizado pela norma constitucional promulgada em 1946, e pelas transformações institucionais realizadas durante o longo período dos governos de Getúlio Vargas (1930-1945), a coalizão partidária já dera sinais de sua vitalidade em alguns períodos administrativos. O Presidente Dutra (1946-1951), por exemplo, eleito pelo PSD, partido fundado por aliados de Getúlio Vargas em 1945, governou tendo em seu ministério uma participação da UDN, partido criado em 1945 e constituído pelos principais opositores de Vargas (GOMES... [et al.], 2007). A UDN não compusera a chapa de Dutra, ao contrário, lançara o principal candidato a disputar com ele a presidência. Mesmo assim, Dutra a instalou no ministério.

Em troca do necessário apoio parlamentar, expresso em votos favoráveis para a aprovação de suas políticas e medidas administrativas, o Executivo concede a tais partidos o controle de setores da burocracia estatal. Assim entendido, os paradigmas de Estado e de governança se fazem objetivos na vida nacional dos países da América do Sul, em razão desse modelo institucional, cuja influência se faz presente, no caso brasileiro, nos Estados e nos Municípios. Não há como exercer o poder, como governar, sem a construção de alianças que resultem na formação de maiorias parlamentares.

No Brasil, esse modelo e suas práticas características se fortaleceram e tornaram-se comuns em razão das prerrogativas constitucionais do Legislativo pós-redemocratização e, principalmente, pela utilização das mesmas como elemento vital das lutas políticas a partir de então. As normas que regem as Casas Legislativas e a dinâmica dos mandatos parlamentares, expressas nos seus Regimentos Internos, regulamentam tais

prerrogativas constitucionais, concedendo ao agente político parlamentar o esteio sobre o qual este passa a erigir seu mandato e suas ações. Esses regimentos definem as regras do jogo interno de poder no parlamento, delimitando os meios e os campos através dos quais passam a se expressar as lutas políticas que transformam o Legislativo num poder efetivo, apesar da longa tradição de força de nosso presidencialismo que Abranches classifica de *imperial*.

As Constituições de 1988, Federal, e 1989, Estadual, expressam, no Brasil, a ordem democrática erigida em razão do fim do regime militar. Ressalta-se que mesmo após a posse do primeiro presidente civil pós-regime militar, José Sarney, em 1985, o ordenamento constitucional vigente no Brasil permaneceu sendo aquele outorgado pelos militares em 1967 e substancialmente emendado em 1969, situação revertida apenas em outubro de 1988. Na ordem constitucional emergida em 1988-89, como ressaltado anteriormente, o Poder Legislativo foi fortalecido em suas prerrogativas, expressando uma tentativa de deter a hipertrofia do Executivo do Executivo brasileiro. Mas existem nuances nesse processo, que serão externalizadas a seguir, introduzidas pelo trabalho de Luiz Fernando Abrucio (1998).

A obra de Abrucio(2008) é centrada na análise de um ator político fundamental “[...] em nossa história republicana, mas que infelizmente quase nenhuma atenção recebeu da ciência política brasileira: os governadores de estado” (ABRUCIO, 1998, p, 17). Estes gozaram de enorme influência política ao longo da primeira república (1889-1930), especialmente após o “pacto dos governadores” coordenado pelo então Presidente Campos Sales (1898-1902), e que definiu o paradigma de poder político durante o período. Eram chefes políticos determinantes na vida nacional. No longo período dos governos Vargas (1930-1945), a figura do Governador é substituída pelas Juntas Governativas e, posteriormente, pelos interventores diretamente nomeados pelo governo central, dentro de um novo paradigma, o de centralização do poder a partir da supressão da força que essas lideranças regionais, os então denominados Presidentes de Estado, exerceram durante a primeira república. E exerceram numa conexão de poderes e interesses com os chefes políticos municipais e com o governo central (FAORO, 2004).

No período da república liberal (1945-1964), sob a égide da Constituição de 1946, os agora denominados Governadores de Estado, não mais se articulavam como na primeira república, mas mantinham intactos os laços de dependência com os chefes

políticos municipais e vice-versa, estruturando nesse campo o seu espaço de poder e aí erigindo as condições para o exercício do mesmo. A redemocratização da década de 1940 pôs fim aos governos Vargas, mas preservou uma certa “domesticação” dos Governadores de Estado que, entretanto, mantiveram, no plano municipal, as bases de sustentação de seu poder, tal como na primeira república, ainda que repaginadas (FAORO, 2004; LEAL, 1997). Exerceram, bem como, considerável influência política, sendo o exemplo mais emblemático dessa afirmação as articulações que envolveram a desestabilização e derrubada do Presidente João Goulart, em 1964. Nesse processo pontificaram como lideranças civis do dispositivo golpista governadores como Carlos Lacerta (UDN), da Guanabara, Magalhães Pinto (UDN), de Minas Gerais, e Ademar de Barros (PSP), de São Paulo. No regime militar (1964-1985), os Governadores deixam de ser eleitos pelo voto direto, passando sua escolha para o âmbito do Colégio Eleitoral, seguindo indicações expressas do poder central. Mesmo indicados por Brasília, boa parte deles estruturou conexões com as lideranças políticas de seus Estados e dos respectivos Municípios para forjar seus grupos políticos e exercer a condição de chefe político local – o baiano Antonio Carlos Magalhães é com certeza o melhor exemplo dessa nova construção de poder. Registre-se que esses fatos não podem ser generalizados, mas devem ser registrados pois de fato ocorreram e criaram estruturas que perduram até hoje, como no caso da Bahia, ainda que em processo de transição para novos arranjos de poder, para o surgimento e o fortalecimento de outros grupos que dominarão as estruturas de poder em razão de um determinado contexto histórico.

Independentemente do contexto histórico, fossem denominados de Presidente, Interventores, integrantes de Juntas de Governo ou Governadores, o fato é que o ocupante do Poder Executivo estadual durante a República sempre foi um ator político de importância considerável, por deter em suas mãos as estruturas de Estado. O “poder não é objeto, é relação”, portanto, construído historicamente como práticas ou relações, como observa Roberto Machado na introdução da obra de Foucault (1998, p. XIV). E essa dimensão de poder esses atores políticos regionais souberam sempre operar, não necessariamente com sucesso. Isso explica os motivos pelos quais mesmo nos momentos de quebra da normalidade democrática (1930-1934; 1937-1945; 1964-1985), os detentores do Executivo estadual usufruíram de importância nos jogos políticos, em menor ou maior grau, conforme sua capacidade de articulação e de exercício do poder. Segundo Abrucio, dada as características do exercício do Poder Executivo no nível dos

Estados, [...] a cúpula governante instalada no Poder Central nos dois regimes autoritários deste século – o Estado Novo e o regime militar – buscou acabar com todo o poder político concentrado nas governadorias [...] (Abrucio, 1998, p. 19), alcançando sucesso relativo e limitado a determinados períodos desses mesmos regimes, em especial o militar. Vargas e os generais Presidentes não viviam nos Estados, não coordenavam os jogos políticos locais nem estabeleciam as conexões necessárias ao fortalecimento do aparelho de Estado e dos grupos que o controlavam. E mais, retomando Foucault (1998), não há um poder materializado sob a forma de objeto. Sendo assim, torna-se impossível intentar suprimir as lideranças regionais, pois mesmo nesses momentos de exceção, são elas que prestam a devida legitimidade ao regime central. E só alcançam tal objetivo por dominarem o aparelho de Estado e manterem sólidas suas conexões com as lideranças políticas municipais.

Com a redemocratização da década de 1980, realizam-se as eleições para os governos estaduais em 1982. Novamente esses atores políticos retomam o proscênio, exercendo substancial influência sobre os rumos do processo de transição a partir de sua posse, em março de 1983. É sobre essa nuance do poder dos governadores que Abrucio (1998) desenvolveu seu trabalho.

Segundo Abrucio, abordando o que chama de “caráter de socialização da classe política brasileira”,

[...] o político-padrão tem sua carreira definida primordialmente pela dinâmica política de seu estado (Abrucio&Samuels, 1997). Isto ocorre não só em razão de o nível estadual ser o distrito eleitoral que circunscreve a disputa pelos cargos de deputado estadual e federal, senador e governador, mas também porque os patamares iniciais da carreira política, que são os postos de vereador e prefeito, têm uma lógica marcada pelo forte controle que os governos estaduais – muito mais do que o Governo Federal – exercem sobre a grande maioria dos municípios (ABRUCIO, 1998, p. 18-19).

Esse “político-padrão” a que se refere Abrucio não pode ser generalizado, mas deve-se reconhecer que constituem a maior parte dos integrantes da classe política brasileira. No caso da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, no período estudado nesta dissertação, esse tipo de agente político mostrou-se predominante tanto na composição da Casa quanto na definição, a partir de seus interesses, do paradigma de relações entre o Legislativo e o Executivo capixaba.

Abrucio aprofunda sua análise sobre a importância política dos governadores no período da redemocratização da década de 1980, ao afirmar que:

[...] os líderes locais, se quiserem ter suas demandas atendidas pela União, precisarão mais dos governadores do que dos parlamentares federais, uma vez que os chefes dos Executivos estaduais têm um maior poder de pressão no momento da execução orçamentária, este sim, o momento da “verdade orçamentária”, e não da elaboração do Orçamento no Congresso Nacional (ABRUCIO, 1998, p. 19).

A obra de Abrucio, publicada em 1998, não incorporou as transformações que se processaram no interior do Congresso Nacional e nos paradigmas de representação parlamentar. Se no início da década de 1990, período em que concentra o seu estudo, o poder dos Governadores na liberação de recursos orçamentários era determinante, quase exclusivo, hoje não mais. Cristalizou-se no interior do Congresso uma cultura que privilegia todo o processo orçamentário – da sua tramitação à execução do orçamento aprovado. Os parlamentares federais, Senadores e Deputados, perceberam a importância que a liberação de recursos federais representa para Estados e Municípios, e se estruturaram para uma atuação proativa em todo o processo. Isso não contradiz a observação de Abrucio (1998), mas acrescenta um elemento novo, erigido da assunção, pelos parlamentares, do exercício das suas prerrogativas constitucionais e de toda a economia das relações de poder advindas da questão orçamentária, elemento essencial para qualquer ente federado. O episódio conhecido como “escândalo dos anões do orçamento” (1993-1994), estudado por Anselmo Laranja (2006), teve o condão de revelar o nível de organização, à época concentrado e embrionário, que alguns parlamentares federais desenvolviam em torno das matérias orçamentárias. Esse episódio, ainda que sobre ele pesem as práticas delituosas de seus autores, exemplifica como o Congresso, no caso alguns parlamentares, já percebiam a força política que o orçamento público se reveste. No caso dos “anões”, revestiu-se em favor de suas contas bancárias. Hoje, mais sofisticado, a inclusão de emendas e a sua execução pela União é vital para a manutenção de diversas carreiras políticas no plano federal, pela teia de conexões que estabelece com os entes federados, com os agentes políticos e com a sociedade civil.

No período da redemocratização da década de 1980, Abrucio identifica quatro causas que explicam o fenômeno do (re)fortalecimento dos Governadores de Estado, “ [...] o modo de transição política ocorrida no país, a alteração da estrutura federativa, o desmantelamento do Estado Nacional-Desenvolvimentista e a formação de um sistema

político ultrapresidencialista nos Estados (ABRUCIO, 1998, p. 21-22). Os Governadores eleitos em 1982 souberam ocupar o vácuo político que o regime militar, em seu processo de erosão, ia abrindo. E a partir de 1988, todo o edifício constitucional que sacramentava a União como o elemento político centralizador por excelência do federalismo brasileiro da Carta de 1967, veio por terra, erigindo-se um novo pacto federativo, inscrito na Constituição em vigor e alvo, desde a sua promulgação, de inúmeras críticas de setores que o desejam mais dilatado, mais favorável ao ente federado. Mas essa é uma discussão importante, só que para ser travada em outro momento. Fica, entretanto, o registro.

Em todo o trabalho de Abrucio (1998) a questão do federalismo é elevada à condição de elemento histórico determinante de todo o processo. Torna-se fundamental para o desenvolvimento dessa discussão que se assente o conceito de federalismo e de federação. O federalismo, cuja experiência fundante é a da independência das treze colônias americanas do domínio inglês em 1776, com a promulgação dos estatutos jurídicos que organizariam a nova nação, e que foi introduzido no Brasil na Constituição de 1889, substituindo os paradigmas da centralização do Império, deriva de federação, e é assim definido:

[...] consiste na união de coletividades regionais autônomas que a doutrina chama de Estados Federados [...], Estados-membros [...] ou simplesmente Estados [...] O cerne do conceito de Estado federal está na configuração de dois tipos de entidades : a União e as coletividades regionais autônomas (Estados federados).

[...]

A autonomia federativa assenta-se em dois elementos básicos: (a) na existência de órgãos governamentais próprios, isto é, que não dependam dos órgãos federais quanto à forma de seleção e investidura; (b) na posse de competências exclusivas, um mínimo, ao menos, que não seja ridiculamente reduzidos [...]

A repartição de competências entre a União e os Estados-membros constitui o fulcro do Estado Federal, e dá origem a uma estrutura estatal complexa, que apresenta, a um tempo, aspectos unitário e federativo.

[...]

Os limites da repartição de poderes dependem da natureza e do tipo histórico de federação. Numa descentralização é mais acentuada, dando-se aos Estados-membros competências mais amplas [...] Noutras, a área de competência da União é mais dilatada, restando reduzido campo de atuação aos Estados, como no Brasil da Constituição de 1967, que construiu mero federalismo nominal. A Constituição de 1988 buscou resgatar o princípio federalista e estruturou um sistema de repartição de competências que tenta refazer

o equilíbrio das relações entre o poder central e os poderes estaduais e municipais (SILVA, 2011, p. 99-102).

Abrucio observa que, no processo histórico de construção do ultrapresidencialismo federalista no Brasil, alguns elementos merecem especial atenção:

O fortalecimento dos governadores na redemocratização teve como um dos impulsos fundamentais o enfraquecimento da União no pacto federativo [enfraquecimento se comparado ao existente em razão da Constituição de 1967], antes marcado por um modelo extremamente centralizador [...] O enfraquecimento da União ocorreu concomitantemente à fragilização da Presidência da República [governos Sarney e Collor], núcleo do sistema político brasileiro durante décadas, enquanto se fortaleciam os governadores de estado.

Estes fatores interligam-se criando não só incentivos para fortalecer os governadores como também para constituir um relacionamento intergovernamental não-cooperativo, seja entre os estados e a União seja dos estados entre si. Formou-se assim, na redemocratização, um *federalismo estadualista*, no qual os estados se fortaleceram sem no entanto estabelecerem coalizões hegemônicas de poder no plano nacional para reconstruir o Estado e o sistema político (ABRUCIO, 1998, p. 22-23).

Como contraponto ao poder dos governadores no plano federal em razão do federalismo estadualista,

[...] no âmbito interno dos estados a força dos chefes dos Executivos estaduais resultou na formação de um sistema político *ultrapresidencialista*. O ultrapresidencialismo estadual brasileiro constituído na redemocratização tinha três características básicas: a) o Executivo controlava o processo decisório em toda a sua extensão; b) os outros Poderes não constituíam *checks and balances* sobre o Executivo; c) o governador era o verdadeiro centro das decisões do governo, não havendo a dispersão de poder que acontecia no nível federal na relação entre presidente e ministros (ABRUCIO, 1998, p. 23).

Para Abrucio, os Governadores estaduais na redemocratização dos anos 1980 fortaleceram-se sobremaneira no jogo político nacional, e “tal como o baronato, os chefes dos Executivos estaduais detiveram um poder sem contrapesos, anti-republicano e por diversas vezes avesso à submissão a uma autoridade maior (ABRUCIO, 1998, p. 20). A metáfora a ligar Governadores do período pós-redemocratização das décadas de 1970 e de 1980 e os barões do Império, embasa-se no fato de quem ambos “[...] possuíram em seus ‘feudos’ [Estados] um domínio quase que incontestável sobre as instituições e os grupos políticos” (Abrucio, 1998, p.20).

Esses os marcos teóricos sobre os quais erigi esta dissertação, dialogando com os mesmos e com os acontecimentos que caracterizam o contexto histórico do Estado do Espírito Santo no período entre 1991 e 1994. Guiado pelo ultrapresidencialismo

federalista (ABRUCIO, 1998) e pelo presidencialismo de coalizão (ABRANCHES, 1988), caminhei pela história recente do Estado do Espírito Santo.

O artigo de PEREIRA e LEMOS (2002), por abordar tema similar ao dessa dissertação, utilizando-se, também, dos mesmos referenciais teóricos, iluminou ainda mais os caminhos, permitindo um diálogo proveitoso e altamente significativo para a construção desta dissertação.

Quanto ao conjunto de hipóteses a serem abordadas, defino-as em quatro:

A – oriunda do processo de redemocratização e da nova ordem constitucional, bem como da correlação de forças internas no contexto histórico capixaba, houve uma mudança da cultura política de parcelas dos integrantes do Poder Legislativo do Estado do Espírito Santo, que tornou-se determinante no interior deste;

B – os jogos políticos marcados pelas pressões por parte de integrantes do Legislativo conceberam as características que o presidencialismo de coalizão e o ultrapresidencialismo federalista assumiram no Espírito Santo;

C – essas características encontram-se inscritas em acordos tácitos e na estruturação de uma conjunto de relações e no atendimento de demandas dos parlamentares por espaços de poder no aparelho de Estado e na distribuição de recursos públicos;

D – esses jogos políticos e as características das relações entre os Poderes Executivo e Legislativo, foram operados no sentido de robustecer o segundo diante do histórico de concentração de poder do primeiro, valendo-se os parlamentares das normas do Regimento Interno da Assembléia Legislativa e das prerrogativas a eles asseguradas pela Constituição do Estado para exercitarem suas ações.

O teor desta dissertação foi dividido em 7 capítulos, além da Introdução, destinados a expor e discutir :

- a) No Capítulo 1, a conjuntura política brasileira no limiar da década de 1990;
- b) No Capítulo 2, o Estado Democrático de Direito e a Constituição de 1988, abordando os conceitos essenciais e as transformações advindas do novo ordenamento constitucional federal;

- c) No Capítulo 3, o contexto político, econômico e social do Espírito Santo no processo de redemocratização da década de 1980;
- d) No Capítulo 4, as articulações políticas que envolveram a eleição do Governador Albuíno Cunha de Azeredo em 1990;
- e) No Capítulo 5, o Poder Legislativo e suas prerrogativas na nova ordem constitucional de 1988-1989;
- f) No Capítulo 6, o governo de Albuíno (1991-1994) e os arranjos institucionais – o presidencialismo de coalizão, o ultrapresidencialismo federalista e o Poder Legislativo;
- g) No Capítulo 7, as conclusões finais do trabalho.

Poderes Executivo e Legislativo no período, criando as bases para a análise das mesmas no período de governo de Albuíno Azeredo.

Na construção desta dissertação me vali da consulta às fontes bibliográficas relacionadas ao tema, da pesquisa de material publicado no jornal A Gazeta - à época o de maior circulação no estado, das normas constitucionais e infra-constitucionais cabíveis, bem como do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo e de documentos relacionados ao processo de *impeachment* instaurado contra o Governador Albuíno em abril de 1993.

Dois atores políticos de atuação significativa no período 1991-1994 concederam-me entrevista, cujo material será exposto ao longo da dissertação. Decidi por não transcrevê-las, valendo-me de citações contidas na fala dos dois entrevistados. São eles:

A – o jornalista Rogério Medeiros: na época exercendo o cargo eletivo de Vice-Prefeito de Vitória, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), e que fora candidato ao cargo de Governador no pleito de 1990, sendo derrotado no primeiro turno pelos candidatos Albuíno Cunha de Azeredo e José Ignácio Ferreira;

B – o advogado Fernando Silva: na época exercendo o mandato de Deputado Estadual e ocupando cargos importantes na estrutura de poder do Legislativo, que se transformou no principal aliado e interlocutor do Governador Albuíno dentro da Assembléia.

A obra de Helena de Almeida (2009) foi fartamente utilizada na extração de depoimentos de atores políticos que participaram ativamente do processo eleitoral de 1990, e que contribuem para esclarecer as suas múltiplas nuances e a gênese de todo o quadro de crises que caracterizou parte considerável do governo de Albuíno Cunha de Azeredo. A obra de Almeida (2009) é uma rica fonte de documentos que não poderia jamais ser desprezada ou desconsiderada. E não o foi.

CAPÍTULO 1

A CONJUNTURA POLÍTICA BRASILEIRA NO LIMIAR DA DÉCADA DE 1990

“A DEMOCRACIA É DINÂMICA, O DESPOTISMO É ESTÁTICO”²⁰”

A década de 1990 inicia-se no Brasil, de fato, no ano de 1982, quando em novembro foram realizadas as primeiras eleições diretas para os governos estaduais desde a edição do Ato Institucional nº 2 (A. I. 2) em 1965 - norma de exceção baixada pelo regime militar que se instaurara no comando do país em abril de 1964. No caso do Estado do Espírito Santo, o último Governador eleito diretamente fora no ano de 1962 - Francisco Lacerda de Aguiar.

Essas eleições se processaram no contexto de um quadro partidário alterado por uma norma legal de 1979, quando o regime militar, já em seu processo de distensão, permite a formação de novas agremiações partidárias, extinguindo-se, por inúteis aos novos rumos que os militares pretendiam cursar, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Estes haviam surgido na década de 1960, quando o regime extinguiu os partidos políticos existentes durante o período de vigência da Constituição de 1946. Aliás, os principais partidos que dominaram o cenário político brasileiro entre 1945 e a sua extinção em 1965 – o Partido Social Democrata (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), haviam sido criados ainda no processo de erosão do Estado Novo varguista em 1945 para que pudessem, uma vez organizados, disputar as eleições daquele ano.

O regime militar manteve seus aliados mais diretos agrupados no Partido Democrático Social (PDS), fracionando-se os grupos opositores pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Popular (PP) – de efêmera duração. Com o objetivo de dificultar a eleição de candidatos dos partidos opositores, o regime cria a figura do “voto vinculado”, obrigando o eleitor a escolher integrantes de um mesmo partido político para todos os cargos em disputa nas eleições de novembro de 1982. Disputavam-se em 1982 os mandatos de todos os

²⁰ BOBIO, 1986, p. 9.

governadores, da maioria dos prefeitos municipais (exceto os das capitais, estâncias hidrominerais e áreas de segurança nacional – um impedimento que caiu por terra em 1985, quando estes também passaram a ser eleitos diretamente), de um senador, e da integralidade dos membros da Câmara dos Deputados, das Assembléias Legislativas e das Câmaras Municipais. O voto vinculado era uma típica norma casuística, instrumento de que se valia o regime para postergar sua derrocada, ou então manter sob seu estrito controle os rumos das lutas políticas e da agenda de liberalização operadas pela oposição. Essas normas eram comuns no jogo político operado pelo regime, que dela se valia quando sentisse que as urnas, apesar do controle férreo exercido sobre a classe política, poderiam, ao ser abertas, apresentar resultados desfavoráveis a seus candidatos – as reformas introduzidas pelo Presidente Geisel em 1977, quando fechou o Congresso Nacional, tinham esse espírito, manifestado, por exemplo, na eleição pelo Colégio Eleitoral de um terço da composição do Senado e na restrição ao uso do rádio e da televisão para as campanhas eleitorais.

A democratização do país, no entender do General e ex-Presidente Ernesto Geisel, não seria jamais plena. Ficava assentado no campo de oposição ao regime que as negociações que alguns setores desta travavam com representantes do governo, especialmente com o então Senador Petrônio Portella, que, esbarrariam no limite existente no próprio conceito de democracia. Mas se intensificava, paralelamente, a organização e as lutas sociais, demonstrando ao governo que o poder não constitui algo a ser concentrado num determinado campo de interesses ou de forças. Como observa Roberto Machado, aludindo ao pensamento de Michel Foucault, “[...] as relações de poder não se passam fundamentalmente nem ao nível do direito, nem da violência; não são basicamente contratuais nem unicamente repressivas (MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 13. ed. Rio de Janeiro:Edições Graal, 1998, p. XV). No base das formulações de Foucault identifica-se a inexistência de algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação (FOUCAULT, 1998, passim). Por ser uma prática social, constituída historicamente, o poder não é coisa ou objeto natural, como bem observa Roberto Machado em sua análise da obra de Foucault (1998). Nesse sentido, o regime militar não percebia, ou antes, pela própria matriz do seu pensamento e de suas concepções conservadoras e autoritárias, não concebia que o poder não se negocia, não se pactua. O que se negocia, o que se pactua

são os espaços a serem ocupados numa determinada estrutura de Estado historicamente tomada, e, mesmo assim, como no caso do presidencialismo de coalizão, sem a certeza de que tal operação resultará em sucesso.

A dinâmica histórica se processa de forma errática, portanto, sendo impossível assentar comportamentos ou paradigmas como se revestidos de uma natureza pétrea. Aqui faço uma provocação ao texto da própria Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 60, parágrafo 4º, define todo um campo de normas que não podem ser alteradas por Emenda Constitucional. Ora, isso engessa o texto constitucional, resultando, de fato, numa garantia de imutabilidade de princípios e normas que, em 1987 e em 1988, num processo de construção histórica, o constituinte brasileiro decidiu, portanto votou, por manter inalteradas por todo o sempre. E impôs ao processo histórico brasileiro um limite, qual seja, o de elevar ao nível de norma constitucional uma determinada dinâmica social e política.

Só uma nova Constituição pode alterar o disposto no aludido parágrafo do artigo 60, visto que o processo constituinte tem por princípio a (re)construção do ordenamento jurídico maior da República, estando, portanto, isento de amarras à antiga ordem, que, uma vez promulgado, derrogará por completo. Não me perfilo aos críticos da vedação inscrita no parágrafo 4º do artigo 60. Creio que a mesma possui o condão, principalmente no campo dos direitos individuais, coletivos e sociais, de garantir, pela forma abrangente como foi redigida, inúmeros avanços e conquistas para a sociedade como um todo, haja vista que afronta-se exatamente o pensamento político conservador e excludente dos setores dominantes. Mas não ser crítico, e mesmo não condenar a essência de imutabilidade da referida norma constitucional, não pode significar uma ruptura no entendimento do que seja o poder e da incapacidade que a norma jurídica – em seus diferentes níveis hierárquicos – possui ao tentar circunscrevê-lo neste ou naquele espaço.

O poder não se confina, ele rompe todas e quaisquer amarras exatamente por ser algo heterogêneo e em constante transformação. Como resultado de processos históricos, ele está sempre num veio fluido, em permanente construção e desconstrução. Essa, numa perspectiva calcada no pensamento de Foucault, e a qual me filio, a impossibilidade do sucesso das ações do regime militar em operar, ele próprio, a sua transição para uma nova ordem.

Na segunda metade da década de 1970, as ações de abertura/distensão promovidas pelo governo Geisel, contrariamente à sua vontade, esbarrariam no limite expresso pela própria ausência do poder como algo unitário e global. Contrariamente a vontade do Presidente e de seus principais interlocutores com a sociedade civil e a oposição, o Senador Petrônio Portella e o Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, General Golbery do Couto e Silva, a sociedade brasileira não aceitou, no seu todo, os termos do processo de abertura/distensão propugnado pelo regime. Mas reconheço, como na época se fez, a importância do movimento político efetuado pelo regime, dando mostras de que reagiria com menos brutalidade às transformações que ocorriam no interior da sociedade e na agenda da oposição. O regime dava mostras do esgotamento do modelo repressivo que o caracterizou desde a edição do Ato Institucional nº 5 (A. I. 5) em 1968.

Geisel criticava a oposição, contrariado pelo fato dela querer ir sempre além daquilo que o regime propunha como possível para um determinado momento histórico no período 1964-1985. Segundo o ex-Presidente, analisando o quadro político brasileiro no período do regime militar, com ênfase nas medidas do processo de abertura/distensão²¹ lenta, gradual e segura:

quando o governo procurava avançar no processo de normalização, embora lentamente, de forma gradual, para se poder chegar a uma solução final sem maiores dificuldades, quando se revelava a tendência de que se ia para uma abertura de fato, a oposição pressionava e queria muito mais. Essa foi a dificuldade no relacionamento [entre a oposição civil e o dispositivo civil e militar hegemônico no regime instaurado em 1964] (D'ARAÚJO; CASTRO (Org.), 1997, p.443).

A visão de Geisel deve ser entendida, pela liderança e pelo poder que desfrutou no conjunto das Forças Armadas e junto aos grupos civis a ela aliados desde o período inicial do regime, como altamente representativa dos setores que, como ele, tendiam a promover um processo de liberalização política no país durante o regime militar. Geisel fora partícipe desse regime desde o seu nascedouro, tendo ocupado o cargo de Ministro-Chefe da Casa Militar durante a presidência do General Humberto Castello Branco,

²¹ O processo de transição do regime militar para o regime civil e democrático no Brasil é historicamente conhecido pelo uso dos substantivos abertura ou distensão, acompanhado dos adjetivos lenta, gradual e segura. Trata-se de uma construção semântica do próprio regime para definir as alterações políticas que julgava necessárias serem feitas no Brasil a partir dos anos 1970, após os chamados “anos de chumbo”, que iniciaram-se com a edição do A. I. 5 em 1968, e tiveram seu principal momento durante o governo do Presidente Emilio Médici (1969-1974), período de maior repressão por parte dos órgãos integrantes do Estado brasileiro.

entre 1964 e 1967. Seu irmão mais velho, Orlando, fora o poderoso e temido Ministro do Exército do Presidente Médici (1969-1974), responsável pelo comando da força no período de enfrentamento armado com os grupos civis que o enfrentaram através das táticas de insurreição guerrilheira, tanto nas cidades como nas áreas rurais.

O Presidente Ernesto Geisel (1974-1979) mantinha vivo os ideais do movimento dos tenentes, ocorrido na década de 1920 – nos anos 1930, com algumas dissidências, a maioria deles foi cooptada pelo governo de Getúlio Vargas, “domesticados” em sua rebeldia. Os tenentes, e suas inúmeras revoltas, tinham sido aliados essenciais no sucesso do movimento de outubro de 1930. Diria mais: foram essenciais. Ressalta-se que, em 1930, uma sensível fissura ideológica já havia afetado o movimento, com a aproximação de um de seus mais populares e influentes membros, Luis Carlos Prestes, com os quadros do Partido Comunista do Brasil (PCB) e com os enviados pela Terceira Internacional, (*Comintern*), quando de seu exílio na Bolívia no final da década de 1920. Oficialmente, Prestes só se filiaria ao PCB na década de 1930, mas já no movimento de outubro, manifesta-se crítico à adesão dos tenentes às oligarquias dirigentes, encabeçadas por Vargas, numa aliança que mostrou-se vitoriosa.

Vargas, uma vez no poder, era sabedor do grau de mobilização do movimento tenentista, daí se esforço de cooptação dos principais quadros para a nova ordem política. Os tenentes se revoltara no final da década de 1910 e durante toda a década de 1920, enfrentando nas armas os governos de então, principalmente o de Artur Bernardes (1922-1926), que administrou valendo-se das medidas excepcionais previstas na Constituição e conhecidas como “estado de sítio”, tamanho o impacto das revoltas e o nível de crise que as mesmas criavam no interior das forças armadas e no equilíbrio de poder federativo – essencial para os governos da primeira república brasileira desde o governo do Presidente Campos Sales (1898-1902) e sua política dos governadores”, um dos pilares do poder político das oligarquias regionais na primeira república. Mais, eram críticos ferozes do sistema oligárquico da primeira república. Aspiravam mudanças do país. E lutaram por elas, o que não pode ser compreendido como tendo sido o tenentismo um movimento de caráter revolucionário. Não foi, nem pretendia ser. Não eram mudanças no modo de produção e na distribuição da propriedade e dos bens produzidos o objeto de suas lutas. Ainda que, em sua grande maioria, descendessem de famílias de pequenos e médios agricultores, suas concepções ideológicas, sob o aspecto

dos direitos sociais, aproximava-os do pensamento conservador das elites políticas e econômicas do país.

A cooptação operada por Vargas, alterou o próprio tenentismo, pois:

O Tenentismo, em sua fase inicial indefinido politicamente, embora já comprometido com o legalismo democrático e com o espírito da Constituição de 1891, sofre em seu processo de socialização política, profundas transformações. Vitoriosa a Revolução [de outubro de 1930], ao partilhar o poder, passa a lutar por reformas sociais, pela expansão do Estado, pela nacionalização dos recursos estratégicos e pelo alijamento efetivo das máquinas oligárquicas do jogo político. Isso significa que o ideário dos jovens militares muda de rumo no exercício do poder, passando a enfatizar mais mudanças de conteúdo que deveriam moldar os novos acordos do que o formalismo constitucional que daria prioridade à restauração da democracia [...] Para os Tenentes, a sobrevivência das clientelas políticas poria em questão a viabilidade da democracia, provocando fatalmente a volta dos velhos costumes de corrupção política (GOMES [et al.], 2007, p. 159).

Mas o pensamento anti-oligárquico manteve-se na mente de homens como Geisel, mesmo tendo sido Presidente de um regime que repaginou tais relações para, ao final, reforçar o poder político dos chefes locais e regionais. A visão política de Geisel sobre a sociedade brasileira e a democracia refletia o de boa parte de homens que, como ele, haviam lutado nas jornadas tenentistas nos anos 1910 e 1920, e que na década de 1960 ocupavam as posições de comando nas forças armadas, em especial no Exército, a mais poderosa e numerosa delas, de onde saíram todos os cinco Presidentes do regime militar. Dou destaque a essa visão de Geisel, pelos motivos que anteriormente já explicitiei, acrescentando o fato de que a mesma expressa o pensamento de boa parte daqueles jovens oficiais das revoltas dos anos 1910 e 1920 que, uma vez no exercício efetivo do governo, deram seguimento a um processo de modernização do parque industrial brasileiro, ampliaram a infraestrutura, e buscaram afirmar o controle de áreas como a Amazônia. Foi uma modernização econômica de cunho político essencialmente conservador e autoritário, próprio do pensamento desses militares, que desconfiavam da classe política – um paradoxo, pois a ela se aliaram na sustentação do regime que comandaram, e que nutriam sérias dúvidas sobre a capacidade da população decidir, no voto, os destinos do país. Percebe-se aí o próprio limite que a democracia possuía para eles. A transcrição a seguir é exemplar desse pensamento político. Após afirmar ser contrário às eleições diretas para Presidente, Geisel afirma:

O que deram as eleições diretas no Brasil ? Collor e Itamar. Não discordo da importância de se ouvir a população, mas creio que a

nossa população está ainda num nível muito baixo do ponto de vista cultural e do ponto de vista econômico. Não se pode querer aplicar no Brasil um sistema eleitoral que pode ser ótimo na Alemanha, ou que funciona muito bem na Inglaterra [...] Por que não os imitamos evitando ou impedindo a proliferação de partidos que nada representam, mas atrapalham e só servem aos seus donos?

Devemos estudar e refletir muito sobre o que é o Brasil. Qual é o nível educacional, o nível mental, o nível de discernimento, o nível econômico do povo brasileiro nas diferentes regiões do país [...]

Essa história de democracia plena, absoluta, para o Brasil, é uma ficção. Temos que ter democracia, temos que evoluir à procura de uma democracia plena, mas no estágio em que estamos impõem-se certas limitações. Qual é o estímulo, em muitas regiões do país, para o povo votar? São os favores que ele recebe [...] A mentalidade no Brasil é essa ! Usar as coisas do governo em favor da sua facção, e os outros que se danem. Será que isso é democracia? Eles vão dizer: 'Pode não ser, mas que é prático é. E que é proveitoso é.' Proveitoso para o bolso deles (D'ARAÚJO; CASTRO (Org.), 1997, p. 443 a 445).

Isso dito por um homem considerado o mais poderoso dos generais que ocuparam a presidência no decorrer do regime militar após 1964 (GASPARI, 2002, *passim*). Aparentemente confuso, o pensamento de Geisel não brotou de nenhum homem senil ou ideologicamente equivocado. Ele expressou, reitero, o pensamento do grupo de militares que, como ele, vieram do tenentismo ou foram por suas idéias fortemente influenciados. Esse pensamento supõe a tutela da população por uma elite, a militar, que a considera incapaz, por ausência de meios materiais e de conhecimento, de exercer seus direitos de voto e de participação política. Deixa claro o desprezo pelo patrimonialismo, pelo clientelismo e pela corrupção eleitoral, criticando duramente aqueles que os praticam. Mas, paradoxo dos paradoxos, quando no exercício do governo, manteve esses grupos na sua base de sustentação, aos mesmos cedendo os mecanismos pelos quais mantinham-se ativos no cenário político. Teria o tenentismo, na experiência junto a Vargas, assimilado como necessária a convivência e a pactuação mútua de interesses com essas oligarquias e grupos políticos dominantes nas distintas regiões do país? Essa é mais uma das *jabuticabas*²² da história política brasileira. A particularidade dessa foi ter frutificado exatamente num regime militar, de exceção, sob o comando de chefes militares oriundos do generalato do mais alto nível hierárquico do Exército, e que se revezaram, periodicamente, no comando do Executivo federal durante

²² Aqui é utilizado como um recurso lingüístico lúdico-retórico, como metáfora para definir situações únicas, existentes ou referentes, de forma intrínseca, a uma determinada região do país ou ao Brasil de forma singular. Baseia-se na crença da existência desse fruto apenas em nosso país.

todo o período. E logo eles, que nunca disseram ser apreciadores desse fruto, muito antes pelo contrário.

Bem, como o tenentismo não se constitui em objeto de estudo desta dissertação, valho-me desses questionamentos e de toda essa discussão para alicerçar o entendimento das bases em que se processou a transição política brasileira na década de 1980 – tomando aqui o processo de eleição do Presidente Tancredo Neves e do seu Vice, José Sarney. São pistas essenciais para o melhor entendimento de todo o processo. Agrego mais um elemento: os militares deixaram os governos dos Estados nas mãos dos políticos a ele aliados e filiados à ARENA, excetuando-se o caso do antigo Estado da Guanabara e do novo Estado do Rio de Janeiro – governador por um político do MDB, oriundo do antigo Partido Social Progressista (PSP), Antônio de Pádua Chagas Freitas, cujos governos foram caracterizados pela prática intensiva de clientelismo e de assistencialismo, além da valorização das lideranças políticas regionais. Os militares trouxeram para si, ou delegaram a uma camada de servidores públicos, os tecnocratas, a administração federal e de seus órgãos, reforçando o caráter hipertrofiado do Poder Executivo federal durante todo o período de 1964 a 1985, apesar das sucessivas crises econômicas. São novas pistas de um caminho a ser trilhado, o da caracterização do Executivo como o ator privilegiado no jogo político do país, relevando o Legislativo a um papel secundário e o Judiciário ao de órgão responsável por dirimir questões que sequer chegassem na periferia dos grandes interesses do regime. Esse o paradigma de Estado do regime militar que posso, desde já, reconhecer.

Valho-me dessa discussão, também, para, identificado o paradigma de estado, cartografar suas relações com a sociedade. Registro, e aqui retomando os aspectos do paradigma de Estado, que no decorrer do regime militar, a presença do setor público na economia brasileira atingiu níveis consideráveis, especialmente nas áreas de infraestrutura, mineração e siderurgia. E o governo do Presidente Ernesto Geisel foi dos mais pródigos nesse sentido. O Estado, no caso a união federal, foi responsável por boa parte dos investimentos financeiros necessários ao desenvolvimento e exploração desses setores, surgindo daí uma série de órgãos públicos da administração direta e indireta, com destaque para as empresas de economia mista como, por exemplo, a Siderbras (Siderurgia), Portobras (Portos), RFFSA (Ferrovias), Nuclebras (Energia nuclear), Embraer (Aeronáutica), Infraero (Aeroportos) e Telebras (Telecomunicações). Era a transposição, no contexto do regime militar, das políticas de desenvolvimento da

América Latina preconizadas desde décadas anteriores, escoradas no investimento público como elemento indutor do processo de industrialização e de modernização do país. No Brasil, após a redemocratização em 1985, os sucessivos governos, em menor ou maior grau, até 2003, iriam proceder ao desmonte de parte considerável dessa estrutura, privatizando-a, num processo similar ao vivido nos anos 1980 e 1990 por diversas nações ao longo de todo o planeta. Era o *neoliberalismo*, que mais adiante abordarei.

Como visto anteriormente, os militares, fiéis ao ideário tenentista, nutriam sérios receios de que o povo objeto de sua tutela, o brasileiro, *despreparado*, pudesse se lançar a *aventuras e traquinagens* que viessem a representar sérios problemas para o seu tutor. Este não admitia um comportamento autônomo por parte do tutelado. Mas, como discutido anteriormente, não poderia jamais conter a história e seu fluxo dinâmico de construção e desconstrução sistemática de representações. Daí a sociedade brasileira, mesmo nos momentos históricos de maior repressão política, como no governo do Presidente Médici, jamais ter silenciado suas reivindicações ou alterado sua agenda de luta em razão do desejo do regime militar e dos setores civis que o sustentavam politicamente. Houve recuos, táticos e estratégicos, mas jamais o abandono dos grandes interesses, fosse no campo político - a redemocratização, fosse no campo econômico e social - uma melhor distribuição de renda, melhores salários e direitos individuais e coletivos.

Os militares, avocando para si a representação de tutores desta sociedade, nutriam verdadeira ojeriza a toda e qualquer manifestação que pudesse criar uma ambiência de desestabilização da ordem econômica capitalista. Vivíamos o período da “guerra fria”, do mundo bipolar, e a atmosfera global não circundou o Brasil em sua trajetória diária. Ao contrário, essa atmosfera esteve presente, e foi determinante e diretora dos acontecimentos, quando das articulações que, em 1964, e mesmo antes, levaram à deposição do Presidente João Goulart.

Mesmo quando do afastamento do cargo do Presidente Costa e Silva em agosto de 1969, incapacitado em virtude dos problemas decorrentes de um acidente vascular cerebral, os chefes militares, representados pelos Ministros de Estado que chefiavam as respectivas pastas de cada uma das forças – Marinha, Exército e Aeronáutica, impediram o cumprimento da Constituição de 1967, que previa a posse do Vice-

Presidente Pedro Aleixo. Eles formaram uma junta militar que passou a governar o país até a posse, no mês de outubro de 1969, do general por eles escolhido para a Presidência, Emilio Garrastazu Médici, que ocupava o cargo de Ministro-Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI). Sobre a junta militar de 1969, uma nota cômica: em 1988, questionado sobre uma possível interferência dos militares nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, que presidia, o Deputado Ulysses Guimarães, após rechaçar a hipóteses, referiu-se aos membros da junta – General Lyra Tavares, Almirante Augusto Rademaker e Brigadeiro Marcio de Souza e Melo, como os “três patetas”²³. O Deputado Ulysses, paulista, homem público de longa carreira, iniciada nos anos 1950 nos quadros do PSD, que liderara o MDB e agora o PMDB – presidia não apenas o partido e a Constituinte, mas também a Câmara dos Deputados, que se destacou nos anos 1970 como a uma das vozes mais respeitáveis e aguerridas da oposição ao regime militar, valia-se de uma metáfora cômica para ilustrar um momento dramático da história do Brasil. Mas o interesse de Ulysses não era a produção da comédia, mas impedir que a farsa se revestisse como representações de realidade. Ainda era presente na memória política brasileira os inúmeros pronunciamentos e golpes das Forças Armadas em momentos de crise política e institucional do país, como mais adiante detalharei. Alguns setores da sociedade brasileira, a exemplo da década de 1950, ainda alimentavam a idéia de que os pronunciamentos e golpes militares constituíam a única alternativa segura nos momentos em que se sentiam acuados em seus interesses – uma visão clássica do pensamento conservador e excludente de setores médios e do grande capital do Brasil até então. Contra essa idéia, na verdade um projeto político-ideológico para o Estado brasileiro, o Deputado Ulysses valeu-se de uma metáfora cômica, mas que sinalizava claramente o comportamento dos grupos políticos que compunham, apesar de suas divergências ideológicas, a maioria da Assembléia Nacional Constituinte. Não havia, diferentemente de 1964, condições objetivas para que as Forças Armadas, através de seus chefes, no caso os três Ministros Militares (Marinha, Exército e Aeronáutica)²⁴ ensaiassem opinar sobre a vida política do país. O

²³ Seriado televisivo estadunidense, de gênero cômico, com grande audiência no Brasil desde a década de 1950, e que até hoje consta grade de programação de canal de televisão a cabo – TCM, sem a popularidade de outrora.

²⁴ O Ministério de Estado da Defesa foi criado em 1999, subordinando em sua esfera político-administrativa as três pastas militares e o antigo Estado Maior das Forças Armadas (EMFA). Seu primeiro titular foi o então Senador capixaba Elcio Alvares, filiado ao Partido da Frente Liberal (PFL). Elcio já havia anteriormente ocupado os cargos de Ministro de Estado da Indústria, Comércio e Turismo do Presidente Itamar Franco, de líder do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso no Senado Federal, além de Governador do Estado do Espírito Santo no período 1975-1979.

regime militar, cuja erosão por completo se deu em 1985, precisava ser sepultado, e junto com ele o comportamento de alguns grupos militares de investirem-se de comentaristas do cenário político nacional, fato este sempre associado a uma possível intervenção que viesse a alterar as normas constitucionais em vigor.

Dentro do contexto da transição política brasileira, os partidos de oposição, PMDB e PDT, elegem os Governadores de 10 Estados— São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais, Acre, Amazonas, Pará, Goiás, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo. Os três principais Estados em população e renda do país - Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro passam a ser governados por políticos experientes, oriundos da resistência ao regime militar. No caso do Estado do Rio de Janeiro, em pleno regime militar, e apesar das grosseiras manipulações intentadas por setores das forças armadas e de áreas do empresariado, Leonel de Moura Brizola, o mais *satanizado* dos políticos brasileiros em 1964, alvo da ira tanto dos militares quanto dos grupos civis mais a direita no espectro ideológico, elege-se Governador do Estado. Era uma prova dura para os grupos que resistiam à transição. Mas os tempos eram outros, e Brizola soube articular-se para garantir para si e para o Estado do Rio de Janeiro, as condições de governabilidade e de governança necessárias à sua administração, mesmo sob ataques diários de alguns órgãos das mídias, que se lançaram a uma tarefa insana de desconstrução de sua imagem de homem público.

A ação desses Governadores, bem como da base parlamentar oposicionista no Congresso Nacional, substancialmente acrescida, mas diversificada em suas filiações partidárias, ao lado da crescente mobilização e organização do movimento social como detalhado mais adiante, impulsionou o processo de erosão do regime militar, auxiliados pela crise econômica e fiscal que já se arrastava há anos.

Mas antes de abordarmos esses aspectos, voltemos o olhar para o interior do próprio regime, observando a feroz disputa travada entre setores pró e de oposição ao processo de consolidação da transição democrática. Atos de terrorismo foram praticados em várias cidades, com explosões de bombas, sempre com a participação daqueles que o ex-Ministro Delfim Neto chamou de *tigrada* (GASPARI, 2002). Em 1981, ocorre o ato mais emblemático desse embate, quando do atentado a bomba no Riocentro, situado na cidade do Rio de Janeiro. Lá se realizava uma comemoração alusiva ao dia 1º de maio, e que reunia milhares de pessoas. Após o atentado, o núcleo político do regime,

responsável por o processo de transição, e encabeçado pelo então Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, General Golbery do Couto e Silva (mantido no cargo pelo Presidente João Figueiredo), abandona o governo por discordar da leniência do então Presidente, General João Batista Figueiredo, em relação às resistências que setores ligados aos órgãos de repressão política vinham praticando (GASPARI, 2002). Sobre esse episódio, esclarece o ex-Presidente Ernesto Geisel:

Golbery deixou o governo por causa do problema do Riocentro. Ele achava que o Figueiredo tinha que mandar apurar direito o que tinha acontecido e punir os responsáveis, isto é, que ele tinha que enfrentar a área militar, ou a área radical que tinha atuado nesse episódio. O problema do Riocentro era o fato em si. Com a abertura, deveria estar encerrado o problema da repressão. O Riocentro foi um recrudescimento, uma nova explosão reacionária contra a abertura (D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 435)

Antes, em 1980, outra baixa nesse grupo já havia ocorrido, quando do súbito falecimento do então Ministro da Justiça, Petrônio Portella que, junto com Golbery, liderava a execução do processo de transição por parte do regime. O Presidente Figueiredo, num curto espaço de tempo, fica sem seus dois principais articuladores junto à classe política, e associado a uma série de problemas de saúde que o debilitava fisicamente, foi perdendo o controle sobre setores vitais do governo. Logo se instala uma indisposição política com o então Vice-Presidente da República, o civil Aureliano Chaves de Mendonça que, como Golbery e Portela, era homem da inteira confiança do ex-Presidente Ernesto Geisel, que havia ungido Figueiredo como seu sucessor. Aureliano divergia de Figueiredo em relação à tolerância com relação aos grupos internos ao aparelho de Estado que persistiam na prática do terror e da tortura. Cobrava firmeza contra esses grupos, não sendo ouvido pelo Presidente.

À época, as eleições para Presidente e Vice se davam no chamado Colégio Eleitoral, sempre controlado pelos parlamentares ligados organicamente ao partido de sustentação do regime – ARENA e PDS, este após 1979. O MDB, e depois o PMDB, dele participava, mas em posição bem inferior ao governo, haja vista as regras que instituíram e regiam todo o jogo eleitoral naquele cenário. Mesmo assim, o MDB na sucessão de Médici, e o PMDB na de Geisel, apresentam candidatos – no primeiro caso o Deputado Ulysses Guimarães, no segundo um general dissidente do regime, Euler Bentes Monteiro.

No processo de escolha de Figueiredo como seu sucessor, Geisel desbaratou a estrutura que seu Ministro do Exército, General Sylvio Frota, homem identificado com a chamada “linha dura” do regime, estava construindo junto aos quartéis, ao empresariado e à ARENA. Geisel o exonera do cargo, num episódio que passou para a história como mais uma das graves crises militares da história do Brasil, só que esta protagonizada por militares que controlavam, desde 1964, o aparelho de Estado. Crise abortada pela forma rápida e brutal com que agiu o Presidente, não permitindo que Frota articulasse qualquer tipo de reação à sua exoneração (GASPARI, 2002, *passim*). Antes da exoneração de Frota, ainda no início de seu governo, um acontecimento prenunciava o comportamento do novo governo quanto à prática sistemática de violações do corpo – tortura, uma política oficial do governo Médici, usada de forma sistemática em todo o período. Geisel exonerou o comandante do segundo exército, sediado na cidade de São Paulo, após constatar que suas determinações relativas à supressão da tortura como instrumento de repressão política estavam sendo desafiadas/descumpridas, e isso dentro de organizações militares situadas na maior cidade do país. Os órgãos de repressão e seus integrantes, cuja autonomia de ação no governo anterior fora total, tinham ganhado vida própria dentro do próprio aparelho de Estado, sentindo-se em condições de desafiar a autoridade do Presidente que, é sempre bom lembrar, era um General de Exército. Havia, por parte do Presidente, uma sinalização de que algumas práticas repressivas estavam extintas, a tortura a presos políticos era uma delas. O descumprimento de suas ordens punha em cheque a sua autoridade e o desqualificava junto à sociedade no exato momento em que tentava avançar no seu projeto de abertura/distensão. E isso ele jamais admitiria. Esses dois fatos, ambos no interior do Exército, foram essenciais para que Geisel demonstrasse seu poder e sua autoridade, enquadrando os possíveis dissidentes, mas que, mesmo assim, permaneceram silenciosamente aguardando o momento em que pudessem agir. Os acontecimentos ocorridos no governo Figueiredo, em especial o atentado cometido no Riocentro, mostrou o quão ativos ainda estavam esses grupos, ainda que sem a força e a proteção superior com que contavam em épocas anteriores. Eles haviam ganhado vida própria, agindo à margem da própria hierarquia do regime militar.

Na economia, o governo Figueiredo teve na pessoa de seu Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Antônio Delfim Neto (que já fora Ministro da Fazenda dos governos Costa e Silva e Médici), o homem forte que conduzia

essa área de importância estratégica para qualquer regime ou governo. O país vivia uma situação econômica dramática, fruto dos endividamentos externo e interno, e do desequilíbrio fiscal, fatos que lançaram o país numa espiral de aumento de preços de bens e serviços e de índices inflacionários que perdurou de forma grave até a implantação das políticas e medidas de governo conhecidas como “Plano Real” em 1994, pelo então Presidente Itamar Franco. As demais áreas de governo eram controladas por alguns Ministros de peso, quer pela influência política, quer pelo volume de recursos orçamentários que movimentavam – entre eles destaque o então Ministro do Interior, Mario Andreazza, e os Ministros militares. Isso passa uma impressão de fragmentação do núcleo de poder do regime militar, com diversos pólos gozando de relativa autonomia de ação, o que denota o espectro de uma ambiência de crise no interior do próprio regime e de suas estruturas políticas e administrativas.

Nesse quadro de crise econômica, aliado a uma certa sensação de vazio do poder, pelas características do próprio governo do Presidente Figueiredo, o movimento social e os grupos de oposição organizados nos partidos políticos com representação nos governos e Casas Legislativas avançavam na luta pela extinção do regime militar .

A transição política dos anos 1970 e 1980 teve o condão de expor as contradições intestinas da sociedade e do sistema de dominação política, obnubilados durante o regime militar. Essas contradições expressavam não apenas distintas posturas ideológicas e representações sociais, mas, também, demandas, múltiplas e facetadas, fruto das transformações do país e dos modos de vida e de organização de seu povo.

O regime militar, já enfraquecido, e apesar da existência de setores resistentes a qualquer tipo de liberalização, não tinha como mais conter os movimentos sociais e políticos que lutavam por suas agendas específicas. A unificá-los, apenas o desejo de ver extinto o regime implantado em 1964, com a eleição de um Presidente da República pelo voto direto e secreto, algo que não ocorria desde o ano de 1961.

Nesse contexto, surgiram e se afirmaram as lideranças sindicais da região do ABC paulista, lideradas pelo então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Lula. Mas o movimento social, impulsionado pelas pastorais de diversas Arquidioceses e Dioceses da Igreja Católica e pelo sentimento de grande insatisfação com o aumento dos preços e a perda do poder de compra dos salários, aliado às táticas de enfrentamento do regime por parte dos grupos de oposição, avançava em suas lutas,

espalhando-se por todo o Brasil, na cidade e no campo – o embrião do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se articulou e ocupou a primeira área rural em 1981 (Ronda Alta/RS).

Os anos finais da década de 1970, especialmente 1978 e 1979, foram muito intensos no tocante às lutas sociais e políticas no Brasil. Eram movimentos de grande vigor, opto por destacar dois deles: o dos metalúrgicos da região conhecida como ABC paulista (os Municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul) - que congregava as lideranças operárias e sindicais forjadas no período de crescimento da industrialização, geralmente manifestando-se através de greves e organização da classe trabalhadora em sindicatos; e o de luta pela anistia, que agregava principalmente os setores médios da sociedade civil - em ambos, a presença dos militantes das pastorais e comunidades eclesiais de base (CEBs) da Igreja Católica. O regime militar, já no início do mandato do Presidente Figueiredo (1979), encontrava-se insulado, valendo-se da negociação com setores da oposição civil, organizados partidariamente ou não, como estratégia para garantir o intento de seu projeto de *abertura lenta, gradual e segura*.

Tentou-se até mesmo popularizar a pessoa do Presidente Figueiredo, na perspectiva de torná-lo aceitável por setores da sociedade civil. Em vão. Sua saúde precária, aliada à perda de seus principais articuladores e à grave crise econômica que se arrastava desde o malogro do chamado “milagre brasileiro” a partir de 1973, e a falta de políticas e ações de governo que atendessem aos anseios da população - especialmente, no tocante ao controle da perda do poder aquisitivo dos salários vitimados pela espiral inflacionária, além de um cenário econômico internacional adverso, bem diferente daquele da época do “milagre”. Esse cenário foi tornando o governo Figueiredo mais impopular a cada dia. Da impopularidade de Figueiredo, que corroía a própria base de sustentação civil do regime militar, valeram-se os grupos de oposição – partidos e sociedade civil - para avançar com suas bandeiras de natureza mais política.

Mesmo assim, não se pode esquecer, o regime ainda detinha o controle sobre o aparato policial-militar, além do arcabouço das legislações de exceção como a Lei de Segurança Nacional (LSN). O A.I. 5 fora revogado pelo Presidente Geisel em 1978, já na operação do processo de *abertura lenta, gradual e segura*, negociada por Portela e Golbery. Figueiredo representava para esse projeto o homem da transição. Ao concluir seu mandato em 1985, deveria ter deixado assentadas as bases sólidas que o projeto de

abertura/distensão previa: revogação dos principais atos de exceção e do arcabouço legal que os complementava, eleições diretas para Governador, anistia política, entre outras medidas. Em parte Figueiredo foi exitoso na implantação dessas medidas. Mas não obteve êxito em transformar-se numa representação segura do regime para consolidar a transição. Literalmente, Figueiredo deixou o governo da República pela porta de trás do Palácio do Planalto, incapaz de ter executado o projeto gestado ainda no governo Geisel, e no contexto de uma crise econômica e fiscal cada dia mais dramática.

Em 1984 uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), apresentada originalmente por ainda desconhecido Deputado Federal do PMDB de Mato Grosso, Dante de Oliveira, catalisou as massas nas principais cidades brasileiras. Milhões de brasileiros foram para as ruas num movimento conhecido como “Diretas Já”, pedindo a aprovação da PEC articulada por Dante de Oliveira, que restituía o voto direto e secreto para a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República. Milhões de pessoas nas ruas valeram-se de uma bandeira de luta importante, as eleições diretas, mas se moviam, também, em razão de todo um contexto de crises e de falta de perspectivas para a solução das mesmas. O regime militar, ainda que bastante enfraquecido, mantinha o controle do aparelho de Estado e, desta forma, pressionou os parlamentares federais a rejeitarem a chamada “Emenda Dante de Oliveira”, valendo-se do dispositivo constitucional que exige *quorum* qualificado para a aprovação de PEC’s, sempre em dois turnos de votação. Por alguns votos a emenda não foi aprovada, e o regime comemorou, juntamente com o silêncio sorridente de algumas personalidades dos partidos de oposição, a manutenção da escolha do sucessor do Presidente Figueiredo através do Colégio Eleitoral. Mas a dinâmica histórica deste país jamais seria a mesma.

Derrotada a “Emenda Dante”, em 25 de abril de 1984, o PMDB lança a candidatura do então Governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, que o representaria nas eleições a serem realizadas pelo Colégio Eleitoral em 1985. O PMDB

[...] fora bem-sucedido ao transferir gradativamente o objetivo da mobilização popular [pelas Diretas] para o projeto de candidatura indireta de Tancredo Neves. A partir do mês de junho, o ritmo de acontecimentos se acelerou, e a aliança em torno de Tancredo assumiu maior consistência (GOMES; PANDOLFI; ALBERTI (Org.), 2002, p. 492).

Tancredo era o candidato civil, disputando, com chances reais de vitória, à Presidência da República no Colégio Eleitoral. Havia, entretanto, apesar das adesões que a

candidatura do PMDB vinha recebendo, inclusive do então Vice-Presidente da República, Aureliano Chaves, o receio quanto ao comportamento dos militares diante de todo o processo em curso. Havia receios de uma eventual manifestação de insatisfação de setores militares, que poderia resultar em ações de caráter golpista.

Na década de 1980, os regimes militares implantados em diversas nações da América do Sul ao longo das décadas de 1960 e de 1970, viviam, por motivos diversos, seu processo de agonia, que se completaria até 1989. A crise precipitara-se na Argentina, um dos mais brutais regimes militares, em razão da derrota sofrida frente ao Reino Unido na guerra das Malvinas em 1982. Naquele país, a transição do regime militar para o civil foi marcado pela prisão e julgamento de militares de alta patente, inclusive da totalidade dos membros das diversas juntas que governaram o país no período de 1976 a 1983, resultando na aplicação de severas penas aos mesmos. Isso criou uma atmosfera de receio entre os militares nos países que, como o Brasil, continuavam submetidos ao seu comando político. Os militares temiam atos de revanche por parte dos civis. No Brasil, a Lei de Anistia de 1979 já havia assegurado o *perdão* de forma irrestrita, tanto para os envolvidos nos atos de repressão quanto para os que foram perseguidos pelo regime. Recentemente, o Supremo Tribunal Federal (STF) revalidou os termos daquela lei, decidindo serem improcedentes as ações jurídicas que intentarem criminalizar os atos praticados pelos envolvidos nas ações repressivas durante o regime militar.

Cientes dessa atmosfera de temor e com a situação argentina a sinalizar caminhos que poderiam ser percorridos pelos grupos de oposição brasileira quando da derrocada do regime militar, a coordenação da campanha de Tancredo, e ele próprio, articularam-se para obter garantias de que o resultado do Colégio Eleitoral, que se delineava favorável ao candidato do PMDB, seria respeitado. Tais garantias foram obtidas. Elas:

[...] explicitavam tendências militares que se consolidaram nos meses finais do governo Figueiredo. O ministro do Exército, general Walter Pires, havia anteriormente informado ao presidente que a grande maioria dos generais de três e quatro estrelas em postos de comando eram favoráveis ao fim dos governos militares e à não interferência da corporação na escolha do colégio eleitoral [...] parcelas significativas das forças armadas desejavam o retorno aos quartéis – com garantias de que não seriam submetidas a revanches – como forma de retomar a profissionalização e a coesão das tropas.

Homologado candidato do PMDB para a disputa presidencial em 12 de agosto de 1984, Tancredo Neves se reuniu apenas 12 dias depois com o ex-presidente Geisel, emitindo o mais claro sinal de que as bases da transição para um regime civil e democrático estavam alicerçadas. O mais significativo líder militar da distensão e o artífice

civil da conciliação sintetizavam, no encontro, a imagem e o sentido da transição (GOMES; PANDOLFI; ALBERTI (Org.), 2002, p. 493).

Estabelecidas as garantias aos militares, o processo de transição seguiu seu rumo, respeitando-se as regras estabelecidas na legislação em vigor. No dia 15 de janeiro de 1985, a chapa composta por Tancredo Neves, Presidente, e pelo Senador José Sarney, Vice-Presidente, sagra-se vitoriosa no Colégio Eleitoral reunido no plenário da Câmara dos Deputados.

Tanto na campanha das Diretas quanto na articulação e na mobilização de forças políticas no apoio a Tancredo Neves, os Governadores eleitos em 1982 desempenharam papel de destaque. Além de participarem ativamente da coordenação das duas campanhas, garantiram, no caso das Diretas, “[...] suporte logístico às manifestações, além de fornecerem proteção contra possíveis interferências repressivas do Governo Federal, por meio do controle das Polícias Militares [...]” (ABRUCIO, 1998, p. 20). Os Governadores dos Estados saem desses processos de mobilização politicamente muito fortalecidos, cacifando-se como atores de peso no cenário político nacional nos anos vindouros. As eleições presidenciais de 1989 resultaram na vitória de um desses Governadores para a chefia do Executivo da República, o alagoano Fernando Collor de Mello. Sobre essa eleição e seus significados, tratarei ainda neste capítulo.

Na composição da chapa do que se chamou *Aliança Democrática*, despontam as presenças de dois homens cuja trajetória política remontava ao período histórico iniciado em 1945 e interrompido com o advento do regime militar em 1964: Tancredo Neves e José Sarney. Tancredo, oriundo do Partido Social Democrático – PSD, fora personagem de significativa importância no período anterior ao golpe, tendo ocupado o Ministério de Estado da Justiça do Presidente Getúlio Vargas, entre junho de 1953 e agosto de 1954, e o cargo de Primeiro Ministro, entre setembro de 1961 e junho de 1962, em decorrência da aprovação da Emenda Constitucional nº 4 ao texto da Constituição Federal promulgada em 1946, que instituiu o parlamentarismo no Brasil em 1961, garantindo, num amplo acordo entre as elites políticas e econômicas e os comandos militares, a posse do Vice-Presidente João Goulart na titularidade de Chefe do Poder Executivo da República. Essa solução negociada pôs fim a uma crise institucional que se arrastara desde a renúncia ao cargo de Presidente por parte do Sr. Jânio Quadros, em agosto de 1961. Tancredo Neves era uma liderança histórica da

política brasileira na segunda metade do século XX, um liberal, que exerceu grande influência na oposição ao governo militar, tendo sido um dos líderes do MDB.

O Senador José Sarney trilhava, desde os idos de vigência da Carta de 1946, um caminho distinto de seu colega de chapa. Era oriundo da UDN, o partido que se contrapunha às forças do PSD e do PTB. No regime militar, compunha os quadros orgânicos da ARENA, tendo sido presidente nacional do PDS, legenda que congregou a base de apoio ao regime militar em razão da extinção, por força da Lei nº 6767/1979, das duas agremiações partidárias oriundas da estrutura implantada pelo A.I. 2. Para ser candidato a Vice-Presidente, abandonou o PDS, filiando-se ao PMDB, haja vista que a legislação eleitoral impedia candidatos de agremiações distintas compondo as chapas eleitorais. Era um neófito no campo oposicionista ao regime militar. A oposição, pela primeira vez, no esteio da crise de legitimidade e de governança do regime, se organizava com chances reais de conquistar, ainda que por via indireta, a Presidência da República. E conquistá-la tendo como candidato um nome emblemático da oposição ao regime, um homem de notável trajetória parlamentar e em cargos no Poder Executivo, que congregou em torno de si a base política necessária para derrotar o candidato do dispositivo militar e civil, o ex-Governador de São Paulo, Paulo Maluf. Este era um civil, empresário, de longa carreira na ARENA, tendo ocupado a Prefeitura do Município de São Paulo no início dos anos 1970.

Maluf saíra candidato vitorioso na convenção do PDS, derrotando o ex-Ministro dos Transportes e do Interior (governos Costa e Silva/Médici e Figueiredo, respectivamente), Mario Andreazza. A derrota de Maluf no Colégio Eleitoral teve o sabor de revanche por parte de muitos de seus antigos companheiros de PDS que, para poderem votar na chapa Tancredo/Sarney, abandonam o partido e fundam o Partido da Frente Liberal (PFL), que constituirá o governo federal em composição com o PMDB, dando início ao “presidencialismo de coalizão” (ABRANCHES, 1988).

Mas a história dos homens se faz pela via, também, do inesperado. E Tancredo não assumiu, tendo sido internado na véspera da posse, faleceu em abril de 1985. No vácuo de poder criado a partir daí, consagrou-se o entendimento do texto da Constituição Federal de 1967, com as emendas introduzidas em 1969, de que o Vice – Presidente assumiria de imediato a Chefia do Poder Executivo, ainda que interinamente. As forças econômicas, políticas e sociais que sustentaram a campanha da Aliança Democrática

não queriam correr riscos. Não se aventava entre elas, compostas pelos grupos dominantes em suas áreas de atuação, especialmente a econômica, a hipótese de um substituto interino que não Sarney. Sua escolha e a composição de forças expressas na chapa com Tancredo, deveria ser preservada. E foram.

Com o governo Sarney, tem início então a chamada “Nova República”, que perduraria até a posse do primeiro presidente eleito diretamente pelo voto popular desde 1960, Fernando Collor de Mello. O professor e ex-Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira assim caracterizou o período:

O pacto democrático-popular que levou à transição democrática em 1985 foi comandado por um partido, o MDB, que aliava um legítimo espírito democrático com um saudosismo em relação ao período democrático anterior a 1964, que afinal se revelou claramente populista. O governo que se instala em 1985, a partir da aliança entre o PMDB e o PFL, terá claramente esse caráter, quando não retorna formas ainda mais arcaicas de fazer política (BRESSER PEREIRA, 1998, p.42).

A análise de Bresser Pereira, ele próprio Ministro da Fazenda durante alguns meses do ano de 1987, no esteio de uma forte instabilidade política e econômica provocada pelo malogro do “Plano Cruzado II”, possui elementos altamente significativos para uma reflexão aprofundada sobre os paradigmas do Estado brasileiro em construção no período da transição democrática. A análise de Bresser desnuda o funcionamento das instituições e dos agentes políticos no período, revelando a existência de um pacto político de matriz conservadora na dominação do aparelho de Estado. Se entre 1964 e 1985 a luta contra o regime militar e sua legislação e atos de exceção unia os mais diversos setores da sociedade, impunha-se como a principal bandeira e o elemento catalizador de todas as energias das forças de oposição; uma vez alterada a conjuntura política, antigos comportamentos e concepções conservadoras e, mesmo, reacionárias, de padrões de governança e de governabilidade fizeram-se impor no cenário nacional. Recorre ao próprio Bresser Pereira para aclarar devidamente alguns conceitos vitais já mencionados e que constituem elementos essenciais de todo este trabalho:

Governabilidade e governança são conceitos mal-definidos, frequentemente confundidos. Para mim, governabilidade é uma capacidade política de governar derivada da relação de legitimidade do Estado e do seu Governo com a sociedade; governança é a capacidade financeira e administrativa, em sentido amplo, de um governo implementar políticas. Sem governabilidade é impossível governança, mas esta pode ser muito deficiente em situações satisfatórias de governabilidade [...] (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 33).

O Brasil do período da transição, e aqui a recuamos no tempo até o ano de 1983, quando da posse dos primeiros governadores de Estado eleitos diretamente, persistia, mesmo após a posse de Sarney, na estagnação econômica, com uma inflação até então de níveis jamais vistos, crise fiscal, elavada e crescente taxa de endividamento interno e externo e uma diminuição substancial da renda *per capita*. Na “Nova República”, o cenário de crise manteve-se inalterado. Pior, a continuidade desse cenário de crises minava a legitimidade do governo civil, haja vista as frustrações daqueles que acreditaram na miragem de que a alternância de regime, de governo, iria transformar uma realidade adversa de caráter estruturante. Apenas em 1994, com a implantação pelo Presidente Itamar Franco das medidas que caracterizaram o chamado “Plano Real”, é que a crise inflacionária seria revertida - persistindo, entretanto, aquela de natureza fiscal.

A transição do regime militar para o civil deu-se, portanto, nesse contexto histórico. Dado o caráter centralista da administração federal, suas políticas e ações se faziam e se fazem sentir em todas as unidades da federação, pautando os entes estaduais e municipais, direcionando suas ações e impedindo-os de agir de forma plena na execução de seus projetos, especialmente pela falta de recursos financeiros, altamente concentrados na União.

Nesse contexto, Abranches escreve seu artigo publicado em 1988. Descrevia o autor a cena político-institucional brasileira do primeiro governo civil que sucedeu ao regime militar.

Recebido para publicação em novembro de 1987, o artigo de Abranches foi redigido no calor dos debates da Assembléia Nacional Constituinte instalada em 1º de fevereiro de 1987, e no esteio das transformações institucionais geradas pela dinâmica do processo de transição do regime militar para o regime democrático civil. Tomava como parâmetros para a construção de sua análise o governo do presidente José Sarney, iniciado em 1985, e a dinâmica das instituições e dos embates políticos do período iniciado com a Constituição de 1946 (LIMONGI, 2006). A Assembléia Nacional Constituinte foi um instrumento decisivo na consolidação da nova ordem democrática que se erigia sob os escombros do regime militar, na sequência de outras medidas relevantes tais como a anistia política (1979), o multipartidarismo (1979), a revogação do Ato Institucional nº 5 (1978), as eleições diretas para Governadores dos Estados (1982) e Prefeitos das capitais (1985), e a eleição indireta de um civil para o cargo de

Presidente da República (1985). A transição jurídico-formalística consolidava-se com a Constituinte e a consequente revogação do texto constitucional e de diversas normas infra-constitucionais ainda vigentes, bem como os atos de exceção de que se valeu o regime militar, e mesmo o Presidente Sarney, ao longo de sua vigência. As Assembléias Nacionais Constituinte, e a de 1988 não foi uma exceção, muito antes pelo contrário:

[...] quase por definição, espelham momentos de tensão e de conflitos, uma vez que são instaladas para instituir um novo ordenamento do poder, ao mesmo tempo em que, simbólica e efetivamente, devem alterar ou eliminar a moldura política antecedente (SOUZA, 2003, p. 38).

Havia no Brasil de 1988 uma atmosfera de certo retorno ao período anterior a 31 de março de 1964, como se a sociedade brasileira, de novo, e com ênfase qualificada pelas transformações ocorridas nas diversas estruturas do país, reencontrasse nas ruas e no campo o seu espaço de lutas, de enfrentamentos e de reivindicações. Sobre esse processo, Luiz Werneck Vianna tece uma instigante consideração, similar àquela problematizada por Abranches (1988), citada logo a seguir:

O longo período militar (1964-1985) que antecedeu a reunião da Assembléia Constituinte brasileira de 1987, sustentado que foi pelo duplo movimento de restritividade política versus modernização econômica, proporcionou uma diferenciação social ampla sem uma estrutura política abrangente e estável que pudesse canalizar e representar as demandas de grupos, organizações, segmentos profissionais, etc, junto aos aparelhos de Estado (WERNECK VIANNA, Luiz apud SOUZA, 2003, p. 39).

Essas lutas, agora na ordem política civil, contribuíram para que o processo de construção democrática no Brasil pudesse ser erigido. O filósofo italiano Norberto Bobbio afirma, a propósito, que “para um regime democrático, o estar em transformação é seu estado natural: a democracia é dinâmica, o despotismo é estático e sempre igual a si mesmo” (BOBBIO, 1986, p. 9). Desta forma, os conflitos no interior da sociedade devem ser compreendidos como comuns aos regimes democráticos, ao processo de construção dos mesmos e a sua existência. Não há democracia sem conflitos, especialmente em sociedade complexas e heterogêneas como a brasileira. Mas isso causa pânico nos setores que controlam o poder, que lidam com a distribuição da economia desse poder. Esses setores geralmente organizam-se de forma vigorosa quando percebem que a base institucional sobre a qual se encontram estabelecidos seus interesses possa vir a ser afetada.

Mas tensões e conflitos são próprios do processo de criação de um novo ordenamento do poder (SOUZA, 2003). Este, no caso brasileiro de 1988, erigiu-se de uma sociedade forjada nas profundas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais pelas quais viveu o país, em especial a partir da segunda metade do século XX. E sua capacidade de luta e mobilização foi robustecida, de forma substancial, ao longo dos anos de luta contra o regime militar. Essas transformações, analisadas por Abranches (1988) no plano macropolítico, expressavam uma realidade na qual

[...] verificam-se disparidades de comportamento, desde as formas mais atrasadas de clientelismo até os padrões de comportamento ideologicamente estruturados. Há um claro “pluralismo de valores”, através do qual diferentes grupos associam expectativas e valorizações diversas às instituições, produzindo avaliações acentuadamente distintas acerca da eficácia e da legitimidade dos instrumentos de representação e participação típicos das democracias liberais. Não se obtém, portanto, a adesão generalizada a um determinado perfil institucional, a um modo de organização, funcionamento e legitimação da ordem política. Esta mesma “pluralidade” existe no que diz respeito aos objetivos, papel e atribuições do Estado, suscitando, de novo, matrizes extremamente diferenciadas de demandas e expectativas em relação às ações do setor público, que se traduzem na acumulação de privilégios, no desequilíbrio permanente entre as fontes de receita e as pautas de gasto, bem como no intenso conflito entre as prioridades e as orientações do gasto público. Simultaneamente, e por causa deste mesmo perfil múltiplo e fracionado das demandas, acumulam-se insatisfações e frustrações de todos os setores, mesmo daqueles que visivelmente têm se beneficiado da ação estatal (ABRANCHES, 1988, p. 6).

Esse pluralismo, quando existente, gera as mais variadas demandas, institui e alimenta os mais complexos e sofisticados liames nas relações entre o Estado e o conjunto da sociedade. Não há um comportamento único, um paradigma universal a perpassar essas relações. Elas nascem e se impõem complexas e sofisticadas. A questão das pluralidades é, para Abranches, um elemento essencial. O próprio Estado vai se instituindo também num ente plural, em razão das transformações da sociedade, das relações no interior desta e dos mecanismos de exercício do poder, em particular das alianças e composições políticas que precisam ser formatadas para o exercício da governabilidade. Abranches em seu artigo identificava que o governo civil tinha mantido intacto todo um aparato de privilégios gerados a partir do Estado, fruto da tradição patrimonialista brasileira. Foi essa disparidade de comportamentos que se fez manifestar de forma clara e sólida a partir do processo constituinte de 1987-1988, como que se desvelando na história do Brasil um elemento até então oculto, reprimido,

controlado pelo poder e silenciado, inobstante as diversas rupturas que o negam peremptoriamente.²⁵

A ordem constitucional promulgada em 1988, no plano federal, e em 1989, nas unidades integrantes da federação, expressou em si o redesenho da República, do Estado e do papel de seus atores políticos, econômicos e sociais.

A antiga ordem, outorgada pelo governo militar em 1967, e profundamente robustecida com as alterações de 1969, derogou aquela promulgada em 1946. Esta trazia em si o DNA de um pensamento político que se auto-apresentava como liberal, mas que referendava através da ação de seus atores, especialmente daqueles que detinham o controle das instituições públicas, a permanência de toda uma estrutura de dominação, que se abria de forma lenta e resistente, quando não repelia de plano – o que variava conforme o governante - a participação de novos atores que passaram a buscar na vida nacional o espaço para sua expressão, ainda que postos numa dimensão secundária, como coadjuvantes do grande drama encenado desde 21 de abril de 1500. Mas esse papel secundário, numa sociedade de massas complexa como a do Brasil no limiar da década de 1990, tendia a sofrer investidas por parte desses setores *outsiders*. Uma condição que não lhes era favorável nem desejável, haja vista que as transformações do país, e consequentemente da composição de sua estrutura social, instalava toda uma ambiência de crescentes reivindicações por espaços seja de poder, seja de participação. Esse processo fora robustecido pela dinâmica da luta pelo fim do regime militar. Mudanças no aparelho de Estado e nas relações deste com a sociedade estavam a ser exigidas.

O texto da Constituição Federal de 1988 acolheu diversas dessas expectativas especialmente no tocante às políticas sociais e aos direitos e garantias individuais e coletivos. Mas a reação conservadora se fez sentir no decorrer dos trabalhos constituintes. Um grupo suprapartidário de parlamentares, conhecido como “centrão”, articulou-se no sentido de conter ou negar os avanços que a sociedade requeria ou sonhava ver integrados no texto da nova Constituição da República – o caso da reforma agrária é dos mais emblemáticos nesse sentido, por tratar-se de uma política estruturante, que alteraria as bases do capital e da propriedade fundiária. Os avanços

²⁵ Aqui me refiro aos inúmeros conflitos, das mais variadas matizes, que ocorreram ao longo da história brasileira e que foram, pela história oficial, silenciados ou relegados a uma dimensão de esquecimento.

nessa área foram pífios, o que demonstrou a força que os grupos políticos conservadores possuíam no interior da Constituinte. Grupos esses que se originavam dos mais diversos estratos da sociedade, mas que demonstraram ser possuidores de uma ideologia e de uma mentalidade excludentes, que preservava as estruturas de poder estabelecidas, com elas pactuando espaços de poder ou recursos financeiros a serem investidos em suas bases eleitorais. As alterações de quadros ministeriais, num cenário desses, é uma regra, haja vista a necessidade de atender-se aos grupos em sua complexa heterogeneidade. A Assembléia Nacional Constituinte

[...] foi instalada em março de 1987 [...] com a missão de sepultar o 'entulho autoritário' e formular instrumentos democráticos que sustentassem o novo regime civil. Os debates que precederam a votação da Carta deixaram evidentes os avanços ocorridos na sociedade brasileira, mas refletiram também a permanência de resistências a propostas mais progressistas (GOMES; PANDOLFI; ALBERTI (Org.), 2002, p. 493).

Comandada por setores compromissados com as agendas de mudanças, estabeleceu normas de funcionamento que propiciaram a abertura de espaços para a ampla participação da sociedade em sua heterogeneidade - quer nas audiências públicas, quer através de emendas populares. Pela primeira vez no desenvolvimento dos trabalhos de uma Assembléia Constituinte no Brasil, a população teve espaço para ser ouvida e contribuir, com suas propostas, para a elaboração do texto constitucional promulgado em outubro de 1988. Os embates ideológicos no decorrer de seus trabalhos, e mesmo a interferência direta do então Presidente José Sarney junto aos constituintes na defesa da prorrogação de seu mandato, de quatro para cinco anos, não podem ser entendidos como atos de retrocesso, mas de manutenção de uma estrutura de poder fundada no patrimonialismo - característica da política brasileira desde o período colonial (FAORO, 2004, passim).

Pouco mais de um ano separam a data de promulgação da Constituição, em 1988, e a eleição direta do primeiro Presidente da República. Nesse período, o governo Sarney afundava-se ainda mais na grave crise econômica e fiscal que, de resto, arrastava-se desde a década anterior e do regime militar. A aprovação popular de seu governo atinge níveis bastante baixos. A influência política de Sarney no processo eleitoral que elegeria seu sucessor foi bastante débil, refletindo a falta de apoio popular de seu governo e, mesmo, a própria crise de legitimidade de um governante que assumiu o cargo sem expressar em si as aspirações de mudança pelas quais o povo brasileiro tanto ansiara, e

que teve na campanha das Diretas e na de Tancredo momentos de grande vigor na sua expressão. O Senador José Sarney, então presidente nacional do PDS, estivera no campo de articulação para a derrubada da Emenda das Diretas em 1984, tendo se regozijado com a sua não aprovação²⁶.

O pleito de 1989 foi dos mais importantes da história do Brasil, pois destinava-se a eleger, pelo voto direto, o primeiro Presidente da República desde 1960, que sucederia a José Sarney, o Vice tornado efetivo em razão da morte do titular, em 1985. Foi uma *eleição solteira*, como são conhecidas na classe política esses pleitos onde encontra-se em jogo um único cargo eletivo. As diversas forças políticas organizadas partidariamente no Brasil lançaram seus candidatos nesse pleito, valendo-se do fato dessa ser a primeira eleição em dois turnos para cargos majoritários do Poder Executivo, inovação introduzida pela Constituição de 1988. Achava-se na época que o primeiro turno das eleições era o momento propício para que todas as forças se apresentassem, independentemente de suas possibilidades concretas de vitória, para que pudessem fazer o debate de suas propostas, cacifando-se no mercado político para os pleitos futuros. Hoje, passados vinte e um anos desde aquele pleito, o entendimento dos partidos e das principais lideranças políticas é bem outro.

Visualiza-se já no primeiro turno o estabelecimento de alianças sólidas para a efetiva criação das condições de governança e de governabilidade do eleito para cargo majoritário do Poder Executivo – Presidente da República, Governador do Estado e Prefeito Municipal. Os mecanismos do presidencialismo de coalizão (ABRANCHES, 1988) se sofisticaram, demonstrando ao conjunto da classe política brasileira os caminhos que, de fato, devem trilhar na conquista do poder. Assim sendo, as alianças partidárias amplas, bem como os compromissos que as embasam, são formalizadas já no primeiro turno das eleições, evitando-se, dessa forma, o enfrentamento de obstáculos políticos, em especial os de ocupação de espaços nas estruturas administrativas de poder, que as negociações processadas apenas quando da realização de um possível segundo turno possam colocar diante dos partidos e de suas lideranças.

Mas em 1989, entretanto a maioria do eleitorado brasileiro de então debutava na escolha direta do Presidente da República. Isso açulou a população e os partidos. Ao todo, 22

²⁶ Disponível em: <<http://www.marcovilla.com.br/2011/02/sarney-contra-as-diretas.html>>. Acesso em: 18 jul. 2011.

candidatos disputaram o pleito, e dois tiveram suas candidaturas anuladas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Disputaram o pleito lideranças como Ulysses Guimarães (PMDB), Mario Covas (PSDB), Aureliano Chaves (PFL), Paulo Maluf (PDS), Luis Inácio Lula da Silva (PT), Roberto Freire (PCB), Leonel Brizola (PDT), Fernando Collor de Mello (PRN), Enéas Carneiro (PRONA), Fernando Gabeira (PV), Ronaldo Caiado (PSD) e Guilherme Afif (PL). Ao lado destes, diversos outros candidatos, a maioria desconhecidos do eleitorado. De uma forma geral, a primeira eleição direta para Presidente da República Federativa do Brasil demonstrou o caráter heterogêneo da sociedade brasileira e de sua classe política, refletidas no grande número de candidatos – originários de setores tradicionais, das novas formas de organização da sociedade e, mesmo, aqueles que se apresentaram sabedores que não possuíam nenhuma perspectiva de sucesso. Foi uma eleição em que se fizeram notar de forma clara as diferentes ideologias, os distintos projetos de desenvolvimento do país e de organização do Estado e da sociedade, bem como os interesses dos diversos que a integram.

A década de 1980 havia sido, no nível mundial, rica em enfrentamentos ideológicos e na concepção e imposição de novos paradigmas de governo e de governança, a partir das experiências vividas por nações de importância global. As políticas econômicas implementadas e as ações de governo executadas, principalmente, no Reino Unido e nos Estados Unidos da América, conhecidas como *neoliberais*, impulsionaram uma rápida transformação em todo o panorama mundial.

A influência dos Estados Unidos, secundado pelo Reino Unido, junto aos organismos internacionais de fomento e ao grande capital financeiro, foi conduzindo os mesmos a adotarem medidas restritivas de concessão de recursos para economias que viviam em quase permanente estado de crise, como a da maioria dos países da América Latina, particularmente a do Brasil. Exigiam-se, para a concessão desses recursos, que as nações interessadas operassem profundas reformas estruturais em seus paradigmas de governo e de governança, a exemplo do que os Estados Unidos e o Reino Unido estavam fazendo desde o início da década.

Era a agenda *neoliberal*, com suas imposições de cortes de gastos públicos, de diminuição da estrutura administrativa ao mínimo para atendimento dos serviços tidos como essenciais (definição exógena aos Estados e aos interesses reais de suas sociedades, visto que impostas pela referida agenda), de privatização de empresas

controladas pelos governos, de supressão de direitos sociais adquiridos ao longo de décadas de lutas, de revogação de normas legais que restringissem a exploração econômica de qualquer espécie e em qualquer área, de extinção ou diminuição drástica de taxas e impostos sobre produtos e bens importados, de controle da emissão de moeda, entre outras medidas e pressupostos. Essa agenda era revestida da áurea de possuidora das soluções para todos os males que afligiam as nações, e deveriam ser seguidas de forma disciplinada pelas mesmas. Em menos de uma década, por exemplo, o Reino Unido havia privatizado quase todas as atividades que se mantinham sobre o controle público e diminuído drasticamente suas políticas de caráter social, mesmo que ao custo de acirrados enfrentamentos no interior da sociedade.

A recompensa reservada para as nações que implementassem tais medidas seria a sua plena inserção no mercado internacional, então vivendo outro dos efeitos dessa agenda *neoliberal*, a chamada *globalização*, que exigia das nações a quase abdicação de seus direitos clássicos de soberania. Em troca, elas poderiam, também, sentarem-se na mesa junto com as grandes nações, dividindo os ganhos desse comércio em escala global que desconhecia fronteiras e nacionalidades.

Concomitantemente, os Estados Unidos aumentam drasticamente os gastos de seu orçamento de defesa, numa clara disputa com o bloco soviético que então atravessava uma crise sem precedentes, tanto econômica quanto social. O governo reformista soviético vinha implementando medidas que enfrentassem e superassem a estagnação econômica do país, sabedor dos reflexos que isso geraria para todo o mundo em razão da disputa de poder bipolar conhecida como *guerra fria*. À mesma época, a China avançava na estruturação de sua economia, cuja exuberância passa a ser sentida de forma impactante na primeira década do século XXI.

A crise no chamado *bloco soviético* alastrou-se por todos os países da Europa Oriental, em graus distintos, mas com efeitos bem semelhantes. Atingiu, inclusive, a Iugoslávia, cujo governo socialista sempre fizera questão de manter-se distante da esfera de comando de Moscou. Essa crise na Europa Oriental se expressou através de intensas jornadas de lutas, de manifestações de oposição há muito silenciadas ou reprimidas, no ressurgimento vigoroso das chamadas nacionalidades e seus projetos seccionistas (o caso da Iugoslávia é o mais exemplar), da ocorrência de greves de trabalhadores em

áreas vitais da economia, da perda de competitividade dos bens e produtos de suas economias, do aumento de preços e da perda de renda, entre outros fatores.

O elemento simbólico de toda essa crise foi derrubado, em 1989, diante de forças militares e policiais estáticas - o muro erguido nos anos 1960 e que dividia a cidade de Berlim em duas esferas distintas e inconciliáveis: a capitalista e a socialista. Posteriormente, já no início da década de 1990, a outrora poderosa União das Repúblicas Socialistas Soviéticas seria dissolvida em diversas nações autônomas, pondo fim a décadas de domínio por parte do Partido Comunista que, com a revolução vitoriosa de 1917, marcou a história mundial.

Foi nesse cenário que Fernando Collor de Mello, ex-Governador de Alagoas, que havia saído do PMDB e ingressado no Partido da Reconstrução Nacional (PRN) para disputar as eleições de 1989, sagrou-se vitorioso nas urnas em segundo turno. Sua campanha era vazia de propostas, mais voltada para articular e reunir as massas em torno de sua figura, propagandeada, com competência, como a de um *redentor da pátria*. Na disputa do segundo turno, quando ele enfrentou o candidato dos partidos de esquerda, Luis Inácio Lula da Silva (PT), seu discurso ganhou tons ideológicos mais definidos. Ele soube representar e propagar-se, com o inestimável apoio de diversos setores da mídia corporativa e do grande capital, como sendo a opção que o eleitor brasileiro possuía de segurança e de estabilidade para o desenvolvimento do país. Esse discurso se construiu a partir da oposição às agendas propositivas do candidato Lula, apresentado como incapaz de conduzir o Brasil na nova ordem internacional e, pior, de retroceder o país a uma condição similar àquela que os países da Europa Oriental estavam enfrentando. Collor vendia-se como o moderno, contra Lula, o retrógrado, o socialista. A propósito, registro que:

O discurso do candidato Fernando Collor de Mello rompeu com as expectativas formuladas pela agenda consensual da transição. Dominando modernas estratégias de *marketing* [...] construiu sua imagem pública pela negação dos envelhecidos e desgastados instrumentos de negociação política, facilmente identificáveis no governo Sarney (GOMES; PANDOLFI; ALBERTI (Org.), 2002, p. 494).

Mesmo apoiado pela maioria das lideranças tradicionais do campo liberal que haviam disputado, e perdido, o primeiro turno das eleições, Lula é derrotado pela máquina montada a favor de Collor pelo grande capital nacional e estrangeiro e pelos grupos sociais e políticos conservadores e ideologicamente a direito no espectro político

brasileiro, ambos já conquistados pelas propostas e pelos paradigmas da agenda *neoliberal*. Como exposto na citação anterior, ele soube capitalizar o discurso do *outsider*, mesmo sendo um político de raízes tradicionais num dos Estados mais pobres do Brasil, e, por essa razão, como herança patrimonialista, possuidor de vasto patrimônio e de concessões de serviço de radiodifusão. Lula também apresentava-se como *outsider*, mas tinha a marca da esquerda num momento histórico em que esta sofria uma das mais sérias surtidas. Pior, era um ex-operário, sem curso superior. Reunia em si todas as representações de um candidato a ser satanizado pelas elites brasileiras. E foi.

O governo de Collor, um “incapaz” segundo o ex-Presidente Ernesto Geisel (D'ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 451), foi curto. Tomou posse em 1990 e foi afastado pelo Congresso Nacional em 1992, que instalara processo de *impeachment* em razão das acusações de prática de crimes de responsabilidade. Sua renúncia ao cargo de Presidente, lida por seu advogado durante a sessão do Senado da República que o estava julgando dos crimes a ele atribuídos, não impediu que a Câmara Alta do Congresso decidisse, pelo voto de seus membros, pela cassação de seu mandato e conseqüente suspensão de seus direitos políticos. Há que se observar que todo essa crise política protagonizada por Collor seguiu, sem tropeços de nenhuma espécie, as normas constitucionais e infra-constitucionais. Nada foi feito no sentido de impedir o processo a partir de atos de força. O debate foi público, e a reação popular determinante na solução do caso, aliada ao comportamento da maior parte da classe política brasileira diante do Presidente que agonizava em público vítima de suas próprias ações.

A posição dos agentes políticos integrantes das duas Casas do Congresso Nacional, bem como a da maioria dos Governadores de Estado foi de equidistância de Collor durante o seu processo de agonia. O Presidente não possuía apoio formal junto à maior parte da classe política:

Governante sem maioria no Congresso, e que despertou os temores de significativas parcelas do eleitorado e da opinião pública, procurou converter a legitimidade das urnas em uma arma capaz de destruir as resistências a seu governo.

[...] rejeitando o diálogo com o Congresso, procurou transformar-se em um superpresidente (GOMES; PANDOLFI; ALBERTI (Org.), 2002, p. 494).

Essa postura de Collor frente à classe política - passado aquele período de cordialidade que costuma caracterizar o início de mandatos eletivos no Executivo, quanto o Legislativo, pressionado e temeroso pela expressão de votos que o Presidente, Governador ou Prefeito alcançou - busca estabelecer uma agenda de governabilidade, aprovando as medidas iniciais de caráter emblemático sempre apresentadas como para marcar espaços, dividir épocas e impor a marca do novo mandatário. Fernando Collor, mais do que José Sarney, deveria ter operado com sagacidade os mecanismos do presidencialismo de coalizão (ABRANCHES, 1988). Seu bloco de apoio orgânico nas duas Casas do Congresso sempre fora pequeno – constituído mais de simpatizantes ou de agentes políticos sempre interessados em benesses do Executivo do que de uma sólida base parlamentar como, por exemplo, hoje desfruta a Presidenta Dilma Rousseff. Negociar individualmente o apoio de parlamentares num universo de mais de quinhentos integrantes, é sempre uma tarefa arriscada quanto ao seu sucesso. Ao contrário, a negociação com blocos ou partidos, onde a discussão se processa a partir das premissas políticas do presidencialismo de coalizão, é possuidora em si de uma maior segurança quanto ao efetivo apoio dos grupos políticos organizados àquilo que for pactuado entre os Poderes, Executivo e Legislativo.

O Presidente Collor ainda que tentou atrair para a composição inicial de seu governo lideranças emblemáticas dos grandes partidos. Mas as lutas internas nessas agremiações partidárias, e as desconfianças em relação a um Presidente que se apresentava como possuidor de um temperamento explosivo e arrogante, reduziu, desde o início de seu mandato, seu campo de alianças e, mesmo, de simpatias junto aos agentes políticos. Não comete nenhuma insanidade ao afirmar que a administração de Collor não viveu seus poucos anos sob a égide de uma permanente e grave crise de governabilidade e de governança em razão, principalmente, do apoio que desfrutou junto aos setores atendidos por suas ações no campo econômico e a mídia corporativa – especialmente as organizações Globo e a cultura da classe política brasileira em manter-se aliada ao Executivo, reiterando a tradição do patrimonialismo na sua formação e na operação de seus interesses. Mas de fato os problemas de alianças políticas foram sérios para Collor desde o início de seu governo.

Impossibilitado de contar com o apoio formal dos grandes partidos na sua base de sustentação legislativa, valeu-se da atração de algumas personalidades políticas de reconhecido trânsito dentro do Congresso Nacional e de respeitabilidade no

estabelecimento de alianças e no atendimento de interesses que, ao fim e ao cabo, acarretam o apoio necessário, ainda que precário, pois precisa ser constantemente reafirmado e repactuado. Foi assim, por exemplo, quando, logo no início de seu governo, atraiu para o cargo de líder no Senado entre 1990 e 1991, o capixaba José Ignácio Ferreira, então filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Ignácio aceita o convite, a contragosto do partido, do qual acaba se desligando e filiando-se ao Partido Social Trabalhista (PST), legenda inexpressiva, dessas que o surgem no mercado político para servir de base de ação para determinados agentes políticos que não desfrutam de apoio aos seus projetos no seio das agremiações partidárias mais solidamente organizadas.

Nas sucessivas crises ministeriais e, principalmente, após as denúncias feitas por seu próprio irmão, Pedro, à revista *Veja* em sua edição de 23 de maio de 1992, Collor foi atraindo personalidades políticas do campo conservador como Célio Borja, Marcílio Marques Moreira e Jorge Bornhausen, além de outras historicamente identificadas com os grupos progressistas, como José Goldemberg. Era a forma, desde o início de seu mandato, que ele operava para manter as condições de governança e de governabilidade. O PFL, por exemplo, mantinha, através de suas principais lideranças, grandes simpatias por Collor, mas não se manteve unido na sua defesa e na sustentação de seu governo. Collor expressava a idéia de que poderia governar acima dos partidos, respaldado pelos milhões de votos que obtivera e pela representação que possuía junto a setores das elites econômicas e sociais. Essa fórmula, desde o início, estava fadada ao fracasso, só respirando, e por aparelhos, no primeiro ano de sua administração. As crises políticas e as denúncias constantes de malversação de recursos públicos, de inversão de padrões éticos e práticas administrativas contrárias às leis passaram a povoar o noticiário das mídias com intensidade a partir de 1991.

O fracasso do plano econômico por ele anunciado no primeiro dia de seu governo, e a profunda antipatia e revolta provocadas pelas medidas do mesmo, em especial o confisco do dinheiro dos brasileiros depositados em suas contas correntes, aliada à perda de competitividade da indústria nacional frente à entrada desenfreada de produtos importados, além da profunda insatisfação quanto ao desmonte da estrutura administrativa, foram minando ainda mais as frágeis bases de apoio do Presidente na sociedade, tornando impossível seu projeto *cesarista* - desconhecendo as instituições e suas prerrogativas constitucionais.

Collor - que assumira o governo achando-se maior que os partidos e as instituições, que achava possível esquizofrenicamente controlar toda uma cultura política patrimonialista assentada desde a colônia, e da qual ele era legítimo representante e beneficiário - governou cercado por poucos e confiáveis homens, muitos deles desembarcando de seu projeto ao longo do curso do mandato como foi caso do então Deputado Renan Calheiros. Collor terminou o seu governo solitário, cercado em sua casa por poucos amigos e distante daquela massa de milhões de brasileiros que um dia, por força do marketing, com ele se encantara ao ponto de ser ungi-lo, pelo voto, Presidente da República.

Itamar Franco, Vice-Presidente da República eleito na chapa de Collor em 1990, assume a Presidência em 29 de dezembro de 1992, por força da cassação do titular pelo Senado Federal. Itamar cumpre o restante do mandato iniciado em 1990, normalizando o quadro de crise institucional e também o econômico.

Neste capítulo, procurei delinear a conjuntura política brasileira no início dos anos 1990, apresentando, discutindo e sistematizando os acontecimentos históricos que a caracterizaram. A escolha dos mesmos decorreu da opção por concentrar-me nos aspectos mais significativos para a compreensão do Estado e das instituições públicas no decorrer da última década do século XX.

No capítulo seguinte, formulo uma discussão sobre o Estado e as instituições públicas no Brasil – concentrando-me nos Poderes Executivo e Legislativo, por considerá-la elemento essencial para o alcance dos objetivos desta dissertação. O estudo dos acontecimentos de 1991 a 1994, no Espírito Santo, pressupõe essa discussão, uma vez que eles ocorreram no interior dos mesmos, moldando-os conforme os interesses e os jogos de forças resultantes do processo histórico de então. Lançar tais acontecimentos no corpo desta dissertação sem que se estabeleça a devida relação dos mesmos com o Estado e as instituições públicas seria, no mínimo, conduzi-la para o veio de um narrativa cronológica, o que foge por completo ao que se encontra delineado na Introdução do trabalho. Ao longo do Capítulo 2, discutindo o Estado e as instituições públicas terei, oportunidade de aprofundar a abordagem tanto sobre o presidencialismo de coalizão quanto do ultrapresidencialismo federalista.

CAPÍTULO 2

O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

Um dos principais itens da agenda que mobilizava os grupos sociais e políticos na luta contra o regime militar tornou-se realidade com a promulgação, em outubro de 1988, da nova Constituição Federal, “[...] um texto razoavelmente avançado [...] moderno, com inovações de relevante importância para o constitucionalismo brasileiro e até mundial”, segundo o professor de direito constitucional José Afonso da Silva. (SILVA, 2011, p. 89). Com a Carta de 1988, o Estado de direito estava (rest)estabelecido no Brasil, haja vista que as estruturas básicas do mesmo entraram em plena vigência, respaldadas pelo texto da nova Constituição. Há que se compreender inicialmente o próprio conceito de Estado de direito. Sua estrutura sistematiza-se pela existência de:

- 1) Estrutura formal do sistema jurídico, garantia das liberdades fundamentais com a aplicação da lei geral-abstrata por parte de juízes independentes;
- 2) Estrutura material do sistema jurídico: liberdade de concorrência no mercado, reconhecida no comércio aos sujeitos da propriedade;
- 3) Estrutura social do sistema jurídico: a questão social e as políticas reformistas de integração das classe trabalhadora;
- 4) Estrutura política do sistema jurídico: separação e distribuição do poder (NEUMANN, F apud GOZZI, Gustavo. Estado contemporâneo. In: BOBBIO; MATTEUCI; PASQUINO. **Dicionário de Política**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986, p. 401).

Esses são fundamentos clássicos do estado liberal. A existência dessas estruturas acolhidas no texto constitucional não garante, *per si*, a efetiva aplicabilidade das mesmas, sempre a depender quer de uma norma legal complementar, quer de efetivas transformações nas estruturas sociais, políticas e econômicas do país. A esse respeito, o professor José Afonso da Silva tece algumas considerações significativas:

Na origem, como é sabido, o Estado de Direito era um conceito tipicamente liberal [...] Essas exigências [do Estado de Direito liberal] continuam a ser postulados básicos do Estado de Direito, que configura uma grande conquista da civilização liberal.

A concepção liberal do Estado de Direito servira de apoio aos direitos do homem, convertendo os súditos em cidadãos livres [...] contudo, se

tornar insuficiente, pelo que a expressão *Estado de Direito* evoluíra, enriquecendo-se com conteúdo novo.

Houve, porém, concepções deformadoras do conceito de Estado de Direito, pois é perceptível que seu significado depende da própria idéia que se tem do Direito [...] “Estado de Direito” pode ter tantos significados distintos como a própria palavra “Direito” e designar tantas organizações quanto as que se aplica a palavra “Estado” [...]

[...]

Por outro lado, se se concebe o Direito apenas como um conjunto de normas estabelecidas pelo Legislativo, o Estado de Direito passa a ser Estado de Legalidade, ou Estado legislativo, o que constitui uma redução deformante. Se o princípio da legalidade é um elemento importante do conceito de Estado de Direito, nele não se realiza completamente (SILVA, 2011, p. 112-115).

O professor José Afonso da Silva (2011) prossegue na sua discussão, apontando para a criação de um conceito que, no seu entender, reflete o contexto histórico contemporâneo: Estado Democrático de Direito. Para ele, tal Estado

[...] não significa apenas unir formalmente os conceitos de Estado Democrático e Estado de Direito. Consiste, na verdade, na criação de um conceito novo, que leva em conta os conceitos dos elementos componentes, mas os supera na medida em que incorpora um componente revolucionário de transformação do *status quo*. E aí se entremostra a importância do art. 1º da Constituição de 1988, quando afirma que a República Federativa do Brasil se constitui em Estado Democrático de Direito, não como mera promessa de organizar tal Estado, pois a Constituição aí já o está proclamando e fundando.

[...]

É um tipo de Estado que tende a realizar a síntese do processo contraditório do mundo contemporâneo, superando o Estado capitalista para configurar um Estado promotor de justiça social que o personalismo e o monismo político das democracias populares sob o influxo do socialismo real não foram capazes de construir (SILVA, 2011, p. 119-120).

Esse conceito de Estado Democrático de Direito, consagrado na Constituição, na forma exposta por Silva (2011), atualiza a discussão, quebrando os paradigmas clássicos que o enclausuram o conceito de Estado de Direito numa perspectiva meramente liberal e instrumental-jurídica. As transformações históricas são, portanto, recepcionadas no conceito discutido por Silva (2011), mas por tratar-se de uma discussão sobre poder, desde já reconheço que adotei uma visão de Estado Democrático, não desconhecendo que outras coexistem e com ela disputam a primazia política e ideológica.

O restabelecimento do Estado de Direito, e pela Constituição de 1988, do Estado Democrático de Direito, era parte do processo histórico da transição constitucional do regime autoritário para o democrático no Brasil.

As distintas visões ideológicas presentes em todo e qualquer processo histórico indicava, desde o início dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte em 1987, que os embates sobre as múltiplas concepções de Estado e de sociedade em disputa, através de diferentes proposições, desempenhariam papel de destaque em todo o desenrolar do processo de elaboração da nova Carta. Antes, nas eleições de 1986, na qual foram eleitos os parlamentares investidos de poderes constituintes, agregados ao terço de senadores que já encontravam no gozo de seus mandatos desde 1983 – uma peculiaridade do processo constituinte brasileiro da década de 1980, essas visões ideológicas, por não se situarem no campo da metafísica, se organizaram para a eleição de bancadas suprapartidárias que tivessem uma clara e objetiva posição quanto aos aspectos em discussão ou, no mínimo, fossem abertas às influências e negociações comuns dos jogos políticos – que se revestiu no caso em tela, pela importância do tema, de características especiais.

A Assembléia se instala numa atmosfera política de rompimento com o regime militar e com o seu ordenamento autoritário. O regime militar teve o condão de obnubilizar aspectos tradicionais presentes na história brasileira, em particular o caráter retrógrado de nossas elites nas esferas sociais e políticas. Esqueceu-se, ou omitiu-se propositalmente por interesses da transição negociada, na forma como se processou no Brasil a eleição indireta do primeiro Presidente civil em 1985, que amplos setores da sociedade compuseram, ao lado dos militares, o movimento que, em 1964, rompeu com a normalidade constitucional e derrubou o então Presidente João Goulart.

Essa composição já havia sido intentada numa série de acontecimentos ocorridos em 1950 - resistências a candidatura presidencial e a posse de Getúlio Vargas; 1954 – manifestação de oficiais de alta patente contra a proposta de aumento em 100% do valor do salário mínimo e, a mais emblemática, a crise que envolveu o governo Vargas resultando no suicídio do Presidente; em 1955 – resistências à eleição e posse do Presidente eleito, Juscelino Kubitschek; e 1961 – forte oposição ao cumprimento da Constituição de 1946, que determinava a posse do Vice-Presidente João Goulart na chefia do Executivo federal em razão da renúncia do Presidente Jânio Quadros, o que só

ocorreu numa solução negociada que resultou na adoção de um sistema de governo parlamentarista, que se estenderia até 1963 (GOMES... [et al.], 2007).

Havia a presença atuante, em todos esses acontecimentos, da composição entre setores civis e militares, desejosos de alterar a ordem constitucional para conformar a realidade política aos seus interesses. O que conseguiram realizar, com sucesso, em 1964. Tentaram, em vão, até 1964, alterar a ordem constitucional e os resultados eleitorais valendo-se de atos da desestabilização política do país, intentando insurgências ou golpes de estado, malogrados até o derradeiro contra o Presidente João Goulart. Até o golpe de 1964, não obstante todo o contexto de crise institucional que os setores a direita no espectro ideológico promoviam, as forças armadas mantinham-se divididas - apesar de vários de seus membros, com destaque para diversos oficiais de alta patente, terem sido partícipes em todos os acontecimentos. Em 1964 emergem os fatores especificamente militares que as unificasse:

Esse fator decorreu, quando a esquerda ‘avançou o sinal’ na busca de apoio militar: o levante dos sargentos em Brasília e a revolta dos marinheiros no Rio unificaram a maior parte da oficialidade.

Através das Forças Armadas, apoiadas pela direita, assustadas pela propaganda anticomunista e auxiliadas pela ‘desestabilização’ estimulada também pelo Pentágono, o Estado desabou em 31 de março [...] (GOMES... [et al.], 2007, p. 354-355).

Iniciava-se o regime militar, que se estendeu até 1985. Ao quadro delineado acima, acresço aquele das disputas ideológicas em nível mundial, que dividiu as nações em áreas de influências de dois distintos sistemas de regime político e econômico – capitalista e socialista, a chamada *guerra fria*, razão do envolvimento do Pentágono, ou seja, do governo dos Estados Unidos da América no golpe de 1964 no Brasil.

Feito esse resgate histórico sobre a composição de forças de direita e conservadoras, retomo a análise da Constituição e do processo constituinte brasileiro de 1987-1988. E retomo exatamente na questão do estado de direito que volta a vigor, constitucionalmente, em sua plenitude após a promulgação do texto de 1988.

Para se entender os significados da Constituição Brasileira de 1988, é necessário abordar os aspectos conceituais e históricos da própria Constituição. O professor e constitucionalista José Afonso da Silva, abordando a natureza da norma constitucional em caráter amplo, afirma que :

A constituição do Estado, considerada sua lei fundamental, seria, então, a organização dos seus elementos essenciais: um sistema de normas jurídicas, escritas ou costumeiras, que regula a forma do Estado, a forma de seu governo, o modo de aquisição e o exercício do poder, o estabelecimento de seus órgãos, os limites de sua ação, os direitos fundamentais do homem e as respectivas garantias. Em síntese, a constituição é o conjunto de normas que organiza os elementos constitutivos do Estado.

[...]

Essa noção de constituição estatal, contudo, não expressa senão uma idéia parcial de seu conceito, porque a toma como algo desvinculado da realidade social, quando deve ser concebida como uma estrutura normativa, uma conexão de sentido, que envolve um conjunto de valores (SILVA, 2011, p. 37-38).

Ressalta o professor José Afonso da Silva que o pensamento constitucionalista foi caracterizado historicamente por diferentes concepções doutrinárias – sociológicas (Ferdinand Lassalle), política (Carl Schmitt) e jurídica/norma pura (Hans Kelsen). São construções teóricas originárias das formulações jurídicas dos séculos XIX e XX, em especial após as revoluções liberais que assolaram a Europa ocidental nos dezenove.

José Afonso critica tais concepções por serem unilaterais, por não expressarem o caráter plural das sociedades em seu tempo, por assemelharem-se a documentos, a estatutos jurídicos desligados de toda a história. Esta a razão pela qual ele, como outros constitucionalistas de diversas nações se lançaram ao estudo e a formulação de uma nova concepção – a da constituição total,

[...] “mediante a qual se processa a integração dialética dos vários conteúdos da vida coletiva na unidade de uma ordenação universal e suprema”.

Busca-se, assim, formular uma *concepção estrutural de constituição*, que a considera no seu aspecto normativo, não como norma pura, mas como norma em sua conexão com a realidade social, que lhe dá o conteúdo fático e o sentido axiológico. Trata-se de um complexo, não de partes que se adicionam ou se somam, mas de elementos e membros que se enlaçam num todo unitário. O sentido jurídico de constituição não se obterá, se a apreciarmos desgarrada da totalidade da vida social, sem conexão com o conjunto da comunidade [...]

A constituição é algo que tem, *como forma*, um complexo de normas (escritas ou costumeiras); *como conteúdo*, a conduta humana motivada pelas relações sociais (econômicas, políticas, religiosas etc.); *como fim*, a realização dos valores que apontam para o existir da comunidade; e, finalmente, *como causa criadora e recriadora*, o poder que emana do povo. Não pode ser compreendida e interpretada, se não se tiver em mente essa estrutura, considerada *como conexão de sentido*, como é tudo aquilo que integra um conjunto de valores (SILVA, 2011, p. 39).

A Constituição deve ser entendida como um “[...] *organismo vivo*, por meio do qual encontramos a organização estrutural do Estado, a forma de governo, o modo de aquisição e o exercício do poder, traduzido por um conjunto de normas jurídicas, escritas ou costumeiras [...]” (BULOS, 2009, p. 31).

Sob o ponto de vista jurídico-formalístico, creio que as considerações anteriores traduzem com clareza a importância da Constituição e do Estado de direito. Bulos (2009), ao reconhecer a Constituição como possuidora de um caráter dinâmico, *vivo*, circunscreve-a o na dimensão dos processos históricos das sociedades. Dessa forma, reconhece que o texto constitucional é resultante de um processo de conflitos, de lutas, de diferentes concepções. Considero bastante oportuno esse entendimento, haja vista que todo e qualquer ordenamento constitucional ou infra-constitucional emerge, e aqui foco o caso brasileiro a partir de 1988, de um amplo processo de mobilização de interesses heterogêneos em disputa. A sociedade brasileira não mais se posta como uma mera espectadora diante dos trabalhos legislativos. Ao contrário, os grupos de interesses se organizam e pressionam na construção das normas jurídicas, não sendo objeto desta dissertação discutir os graus de sucesso ou insucesso daí resultantes. Mas devo reconhecer essa mudança, própria de uma sociedade de massas como a brasileira, fruto da disseminação das informações e da articulação, espontânea ou não, de interesses em torno de um determinado objetivo.

A produção da norma jurídica não mais representa em si um constructo forjado por grupos determinados ou dominantes em uma sociedade. Para além das questões de natureza ideológica, há um sentimento pulsante de participação no processo de produção da norma jurídica – o que denominamos de processo legislativo. No Brasil, esse processo foi durante séculos uma prerrogativa de bacharéis ou de integrantes das Casas Legislativas. Hoje não mais. Ainda que o voto seja uma prerrogativa exclusiva do legislador, as pressões sociais e dos grupos de interesses, reitero, heterogêneos por definição, fazem-se sentir de forma crescente e mais organizada. O interesse da sociedade na construção do aparato constitucional e infra-constitucional não é apenas crescente, mas responsável pela mobilização de parcelas consideráveis da população em torno de seus interesses. No Brasil, isso pode ser exemplificado recentemente nos acontecimentos que envolveram a tramitação na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei que altera o Código Florestal e nas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF),

interpretando a Constituição da República nos aspectos relativos aos direitos individuais e coletivos.

As sociedades sempre se organizaram e viveram num campo heterogêneo de interesses e de concepções. Há uma multiplicidade latente nesse aspecto ao longo de toda a história, e em todo o planeta. Entretanto, em razão exatamente dos enfrentamentos político-ideológicos, essa multiplicidade social e de interesses pode ter sido obstruída em suas manifestações objetivas ou, mesmo, na afirmação e no reconhecimento de sua existência.

Todavia, não há como negar esse elemento histórico. O predomínio de um interesse ou de uma concepção sobre outra é resultante dos enfrentamentos e das articulações de natureza política que se desenrolam em determinado momento histórico. Nesse sentido, retomo o pensamento de Michel Foucault, estudado pelo filósofo Roberto Machado, e já manifestado na introdução desta dissertação, por entender ser o mesmo possuidor dos elementos que nos permitem clarificar toda essa discussão, exatamente por abordar a questão do poder:

Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente. Esta razão, no entanto, não é suficiente, pois, na realidade, deixa sempre aberta a possibilidade de se procurar reduzir a multiplicidade e a dispersão das práticas de poder através de uma teoria global que subordine a variedade e a descontinuidade a um conceito universal (MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998, p. X).

A Constituição não é um conceito universal ou uma teoria global capaz de reduzir a multiplicidade e a dispersão das práticas de poder a que se refere Machado, a partir de seus estudos do pensamento de Michel Foucault. Simplesmente por que o poder como algo unitário e global inexistente. E isso se reflete no texto da própria Constituição Federal de 1988, em graus diferenciados conforme o agente, mas reconhecendo a existências de poder não apenas no Estado, ou numa fração deste. O poder, por ser prática social, desta forma constituído historicamente, se manifestará nos mais variados aspectos do texto constitucional, em seus múltiplos capítulos e artigos.

As visões de José Afonso da Silva e de Bulos, bem como as de Foucault acerca do poder, se conjugam e nos remetem ao sentido histórico da gênese da própria Constituição no ocidente, associada a fatores de natureza política, uma vez que:

as primeiras constituições se inseriram no quadro de um processo de limitação e fragmentação do poder absoluto [...] por isso ainda hoje o próprio conceito de Constituição é frequentemente considerado como coincidente com o de poder político repartido entre diversos órgãos constitucionais, sendo reconhecidas aos cidadãos, além de uma série de direitos fundamentais, adequadas garantias contra os abusos cometidos pelos titulares dos órgãos do poder político (VERGOTTINI, Giuseppe. Constituição. In: BOBBIO; MATTEUCI; PASQUINO. **Dicionário de Política**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986, p. 258).

Era contra o poder absoluto dos monarcas do ocidente europeu que, no início da Era Moderna, inicialmente no Reino Unido, conflitos políticos pavimentaram o caminho para que surgissem, através das Constituições, os mecanismos de contenção do poder absoluto dos príncipes. Se no Reino Unido os Barões lideraram e se apropriaram do movimento, isso não reduz o enfrentamento do absolutismo a uma disputa entre pares, entre elementos da nobreza. Os que não participavam das reuniões do Parlamento, participavam nas ruas e nos campos das revoltas tanto contra o absolutismo dos príncipes, como contra a exploração por parte dos setores que ascendiam social e politicamente. É dessa concepção de poder formulada por Foucault de que falo, e que nos abre os horizontes para que possamos não apenas interpretar nossos tempos e identificarmos nossos papéis sociais, mas para que possamos, de fato, na nossa multiplicidade, na heterogeneidade de nossas concepções e interesses, agirmos como sujeitos históricos. Temos que estar atentos aos movimentos das sociedades ao longo da história, mesmo aqueles mais subterrâneos e silenciosos, pois eles estarão sempre em movimento. O poder por não se constituir em algo global unitário, como observa Roberto Machado a partir de Foucault, não se constitui mercadoria exposta ou prenda a ser conquistada. Ele se transmuta constantemente, sendo disperso por, portanto diluído em todos os aspectos da vida humana.

Feitas essas colocações que considero fundamentais, ressalto que a partir das normas constitucionais surgem e se desenvolvem uma série de regulamentos que complementam seus dispositivos – é o que denominamos de normas infra-constitucionais. Em termos hierárquicos, a Constituição encontra-se situada no topo do ordenamento jurídico de todo e qualquer Estado, submetendo as demais normas aos princípios nela contidos, que, por esta razão, não podem ser subvertidos. Isso se aplica, também, no campo das interpretações das normas constitucionais. Não foi outra a razão pela qual o STF brasileiro entendeu como legítima a união estável entre pessoas do mesmo sexo, ainda que essa não seja norma acolhida expressamente no texto da

Constituição nem prevista no ordenamento infra-constitucional em vigor. Mas como o poder é disperso, a interpretação conjugada dos dispositivos constitucionais relativos aos direitos e garantias sociais, individuais e coletivos permitiram que o STF concluísse como legítima uma prática socialmente assentada, e que, curiosamente, teria uma tramitação acirrada no Congresso Nacional se formulada como projeto de lei, com possibilidades concretas de rejeição.

Essa discussão sobre os aspectos conceituais da Constituição e do Estado de direito se escora na relevância que o processo constituinte, e que as Cartas de 1988, Federal, e de 1989, Estadual, tiveram no processo de reorganização da vida nacional após o regime militar. E isso constitui elemento essencial desta dissertação. Impossível seria proceder a qualquer tipo de análise de acontecimentos envolvendo, como no caso, agentes políticos dos Poderes Executivo e Legislativo do Estado do Espírito Santo sem que fosse delineado todo o contexto histórico e institucional onde ocorreram. Nesse sentido, avanço um pouco mais na discussão, já agora sinalizando para alcançar o outro elemento integrante deste capítulo – o Estado brasileiro analisado numa perspectiva histórica.

A Constituição brasileira em vigor, desde a sua promulgação, vem sendo alvo de inúmeras críticas por parte de diversos autores e de agentes políticos, ambos criticando uma propalada prolixidade do texto e, em razão disto, os entraves que o mesmo interpõem para que se exerçam de forma plena a governabilidade e a governança do país. Em outras palavras, atribuiu-se à Constituição de 1988 um caráter restritivo às mudanças do país. Ora, já ficou assentado anteriormente que a Constituição é um elemento histórico dos mais dinâmicos. Dessa forma, não seria ela um entrave às alterações que venham a ser formuladas. Se entraves existem eles se originam dos enfrentamentos de poder. A Constituição é produto dos embates históricos, cujos resultados alteram-se conforme a composição das forças em disputa.

Retomo as críticas dirigidas ao texto de 1988. Uma visão apressada de algumas dessas críticas pode criar a falsa perspectiva de que o Brasil, em razão da sua Carta Constitucional, tornou-se um país inviável, ingovernável – pior, de que as normas constitucionais engessaram a própria dinâmica histórica, não havendo condições para que o texto acolha as próprias transformações históricas. Indo ainda mais forte nas tintas, é como se o constituinte tivesse decidido por refundar o Brasil a partir de 1988,

impelido pelo desejo de revogar todo e qualquer indício de retorno ao regime militar de cunho autoritário, que erodira por completo em 1985. Nada mais falso.

O Brasil de 1986, ano da eleição da maioria dos constituintes federais, não era um país inserido em nenhum processo de ruptura política pela via revolucionária. Antes pelo contrário, vivia um processo de transição pactuada entre as lideranças civis que tornaram-se vitoriosas no Colégio Eleitoral de 1985 e os principais chefes militares. Ao lado de ambos, perfilavam-se os representantes dos grupos sociais e econômicos hegemônicos, tanto os de origem nacional quanto os estrangeiros. A assunção do governo federal pelo PMDB trouxe para a base de sustentação do regime civil grande número de lideranças políticas regionais, as quais se juntaram aquelas que se organizaram no PFL após sua criação.

Esses dois partidos, PMDB e PFL, governando em coalizão, deram ao Presidente Sarney a sua base de apoio político-legislativa. No pleito de 1986, com base nos resultados para a escolha dos membros da Câmara dos Deputados, PMDB e PFL elegeram, juntos, 378 das 487 cadeiras em disputa²⁷, o que representou 77,61% do total. O PT, que já se apresentava como o principal partido de oposição no imaginário do eleitorado brasileiro, elegeu somente 16 parlamentares, e o PDS, já perdida a fatia de seus militantes que migraram para o PFL, 33.

O Presidente Sarney, e sua base de sustentação política, contava, inquestionavelmente, com maioria mais que folgada na Câmara dos Deputados, mais de dois terços do total de parlamentares. Isso sem contar com o apoio que recebia, formal ou informalmente, de membros do próprio PDS, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – 17 parlamentares, do Partido Liberal (PL) – 6 parlamentares e do PCB – 3 parlamentares. As grandes bancadas eleitas pela aliança no governo, principalmente pelo PMDB, é historicamente atribuída ao sucesso, até aquele momento, novembro de 1986, das medidas de estabilização econômica do chamado “Plano Cruzado I”, que viria a malograr ato seguinte às eleições em razão de problemas estruturais que há muito careciam de ajustes que, pelo caráter impopular que as medidas poderiam gerar, foram sendo postergados por determinação do próprio Presidente Sarney (GOMES; PANDOLFI; ALBERTI (Org.), 2002, p.493).

²⁷ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Ao ser empossado em fevereiro de 1987, os eleitos para o Congresso Nacional, que junto com o terço de senadores eleitos no pleito de 1982 iriam se reunir em Assembléia Nacional Constituinte já refletia no comportamento de seus membros todo o desgaste causado pela crise do “Plano Cruzado II”, lançado no final de 1986 como tentativa, frustrada, de corrigir o plano original e, dessa forma, manter a estabilidade econômica do país. A crise fiscal, associada à chamada “crise da dívida externa” e, principalmente, a inflação com suas conseqüentes perda de poder aquisitivo dos salários e elevação constante dos preços de bens e serviços, criara um verdadeiro trauma no imaginário do povo brasileiro. Pela natureza do trauma, profundo, e pela sua duração, até 1994, cumpre definir o conceito de imaginário, elemento vital nesse processo. Valho-me da formulação cunhada pelo cientista social grego Cornelius Castoriadis, para quem

o imaginário de que falo não é imagem de. É criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de alguma coisa. Aquilo que denominamos ‘realidade’ e ‘racionalidade’ são seus produtos (CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 2. ed. Tradução Guy Reynaud; revisão técnica de Luis Roberto Salinas Fortes - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 13).

O Presidente Sarney, e sua aliança política, detinham a maioria nominal das cadeiras no Congresso e na Constituinte – esta formada pelos integrantes daquele. Mas as divergências internas na base de sustentação do governo, principalmente no PMDB, dificultavam o cenário político para o governo, que, dessa forma, se enfraquecia enquanto ator político relevante no processo de elaboração da nova Constituição da República. As dissidências no PMDB, e as fortes críticas ao governo e a pessoa do Presidente da República, bem como às lideranças que comandadas pelo então Governador do Estado de São Paulo, Orestes Quércia, passavam a assumir papéis relevantes no comando da máquina do maior partido de sustentação do governo, resultaram na fundação, em junho de 1988, portanto antes da promulgação da nova Constituição, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Para governar, e para garantir a defesa de seus interesses, especialmente a duração de seu mandato, o Presidente Sarney escorou-se nos mecanismos do presidencialismo de coalizão, distribuindo aos partidos e lideranças políticas espaços consideráveis na estrutura administrativa federal. Inclusive, e principalmente, por ser este tema de interesse desta dissertação, nas estruturas federais situadas nos Estados – tanto aquelas da administração direta quanto as da indireta e fundacional. Esta foi a forma com que

Sarney passou a se valer para manter-se em condições de exercício da governabilidade. Seus índices de aprovação, e os de seu governo, despencavam a cada pesquisa de opinião, e muitas lideranças, mesmo aquelas que permaneceram no PMDB, buscavam distanciar-se da figura do Presidente da República em razão do desgaste de sua imagem e da de seu governo.

Ao seu lado, de forma quase que monolítica, manteve-se o PFL e um aglomerado de partidos e de parlamentares de direita ou movidos por interesses de cunho pessoal. Sarney remonta a sua base de sustentação política, repaginando os mecanismos do presidencialismo de coalizão. Agora, mais que partidos, busca lideranças nestes, procurando cooptá-las com a concessão dos clássicos espaços no interior da máquina administrativa e da liberação dos recursos orçamentários, essenciais para a realização de obras e serviços nos Estados e nos Municípios. Na formulação de seu artigo sobre o presidencialismo de coalizão, Abranches (1988), cientista político integrante dos quadros de uma das mais conceituadas instituições de pesquisa social do Brasil, o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), não poderia imaginar por que caminhos iriam trilhar, nem os meios pelos quais se valeriam para tanto, as coalizões partidárias ou políticas cuja existência era fundamental para o exercício da governabilidade.

Retomo agora a abordagem sobre as críticas à Constituição brasileira de 1988, feito todo esse apanhado histórico e nele inserido o seu processo de elaboração. Segundo o professor Marcus André Melo, “[...] por suas características supostamente singulares, a Constituição brasileira tem sido apontada como um dos elementos determinantes do (mau) funcionamento das instituições no país (MELO, Marcus André. Hiperconstitucionalização e qualidade da democracia: *mito e realidade*. In: MELO; SÁEZ, 2007, p. 237). O cientista político italiano Giovanni Sartori

[...] cunhou o termo *constitutional graphomania* para designar a tendência das constituições promulgadas após a Segunda Guerra Mundial a serem detalhadas e minuciosas e cita explicitamente o caso brasileiro como elemento de patologia institucional. Seu vaticínio é efetivamente pessimista: a hiperconstitucionalização traria os germes de sua própria destruição ao criar incentivos para a violação das regras constitucionais. Para Sartori [...] [quanto mais buscamos uma Constituição que regule e assegure tudo, mais estaremos favorecendo o desrespeito a ela e o *débaçle* do país]. A combinação de incentivos errados e rigidez produziria assim uma síndrome cujo desenlace seria uma crise institucional (MELO, Marcus André. Hiperconstitucionalização e qualidade da democracia: *mito e realidade*. In: MELO; SÁEZ, 2007, p. 237).

A crítica de Sartori inscreve-se no campo da ciência política. O autor italiano, e isso fica claro na construção do texto de Melo, não leva em consideração os aspectos empíricos relativos à vigência do ordenamento constitucional brasileiro de 1988. Não possui elementos para discutir o pensamento de Sartori acerca de outras Constituições que insere em suas críticas. Suas preocupações revestem-se de gravidade, haja vista apontarem, ao fim e ao cabo, para a eclosão de crise institucional provocada pela hiperconstitucionalização. Prefiro, como parece ter sido também a opção de Melo (2007), manter em suspenso, sob observação clínica, as colocações do cientista político italiano. Mas, como fruto da dinâmica histórica das sociedades, não posso manter-me inerte diante do paciente.

Guiado por Melo (2007), cumpre perscrutar as colocações de Sartori, cotejando-as com a realidade histórica dos países que adotaram o tipo de ordenamento constitucional por ele objeto de crítica. Cumpre observar, entretanto, que as colocações de Sartori são utilizadas, no Brasil, por setores que verbalizam suas críticas ao texto constitucional, valendo-se do pensamento de um conceituado cientista social para respaldar suas posições. É com esse grupo que Melo, a meu ver corretamente, dialoga. E ao assim proceder, põe a nu uma série de equívocos e de paradigmas e posturas ideológicas ocultas por detrás dessas críticas.

No desenvolvimento de seu artigo, Melo vai cotejando as críticas ao hiperconstitucionalismo com o próprio funcionamento das instituições brasileiras, demonstrando, ao final, existir uma “[...] convivência relativamente pacífica entre governabilidade e a extensa constitucionalização da vida pública no país (MELO, Marcus André. Hiperconstitucionalização e qualidade da democracia: *mito e realidade*. In: MELO; SÁEZ, 2007, p. 238). As teses de Melo parecem paradoxais, e ele próprio, ciente disso, constrói as vias que contribuem para o seu devido entendimento. Mas o paradoxo já denota em si um caráter dessa discussão, o tocante aos paradigmas nos quais se embasam as posturas críticas com que Melo dialoga.

O texto constitucional de 1988 é alvo de questionamentos sobre o excesso de dispositivos desde a fase de sua elaboração. Pudera, nenhuma outra Carta Constitucional brasileira foi tão ampla no estabelecimento de princípios, direitos e deveres como a vigente. Destaque especial, nesse sentido, deve ser dado aos dispositivos sobre políticas sociais, direitos e garantias individuais e coletivas. A

constitucionalização dessas matérias, e na proporção com que se efetivou, impactou o imaginário conservador brasileiro. A propalada argumentação de que a excessiva constitucionalização, na proporção assumida no Brasil, impede que alterações impostas pela dinâmica histórica sejam acolhidas pelo texto constitucional, já o disse acima, é falsa. A Constituição criou ela própria os meios através dos quais seu texto pode ser objeto de supressão ou de acréscimo de dispositivos – a Emenda Constitucional. Mas o texto de 1988 criou, também, um impedimento à abrangência de aplicação dessas Emendas, vedando toda e qualquer uma que possa abolir do texto constitucional em vigor a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; e os direitos e garantias individuais. É o que encontramos elencado no parágrafo 4º do artigo 60 da Constituição Federal, conhecidas como *cláusulas pétreas*.

Afora esses, todos os demais dispositivos podem ser objeto de Emenda, obedecida as normas de apresentação e votação – ambos a requerer maioria qualificada e votação em dois turnos. As alterações podem ser efetuadas, mas no bojo de uma ampla negociação a envolver o número de congressistas – senadores e deputados federais – necessários para a sua aprovação. Pela sua posição no topo da hierarquia das leis, a Constituição precisa ser objeto de um tratamento especial quando de sua possível alteração, o que se expressa nos mecanismos anteriormente comentados.

Melo observa que se revestem de sucesso as propostas de alteração do texto constitucional, principalmente quando originárias de uma agenda de reformas formulada e executada pelo Poder Executivo. A Constituição, e o Congresso Nacional, não representaram óbices intransponíveis para a execução das agendas de reformas estruturantes submetidas à análise e votação pelos ex- Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva, a partir de 1995. Ao contrário, no caso do Presidente Fernando Henrique a totalidade de propostas apresentadas obteve sucesso absoluto quando de sua votação. Os meios pelos quais valeu-se o Executivo para alcançar esse sucesso são merecedores de um estudo mais aprofundado, o que não constitui objeto desta dissertação.

Concluo a discussão sobre esse aspecto trazido por Melo observando que nosso texto constitucional não é nenhuma *jabuticaba* – só florescendo no Brasil. As Constituições da Índia, de Portugal, da Áustria, do México, da Colômbia e os documentos

constitucionais da Suécia, para ficarmos em alguns exemplos, são bem mais extensos e detalhistas que o texto brasileiro (MELO, Marcus André. Hiperconstitucionalização e qualidade da democracia: mito e realidade. In: MELO; SÁEZ, 2007, p. 240).

Feitas essas considerações sobre o Estado Democrático de Direito e sobre a própria Constituição de 1988, passo a seguir a formular uma discussão sobre os aspectos históricos do Estado brasileiro e sobre as práticas que caracterizam nossa classe política.

Tomo o conceito de Weber sobre Estado para balizar essa discussão. Para o pensador alemão, “todo Estado supõe um conjunto de organismos e burocracias próprias e um ordenamento legal” (WEBER, Max apud ALMEIDA, Maria Hermínia. O Estado no Brasil contemporâneo. In: MELO;SÁEZ, 2007, p. 18). Claro que a esse conceito clássico de Weber acrescentaram-se outras nuances ao longo do último século e das duas primeiras décadas deste. Não se pode pensar o Estado como um ente acima da sociedade, regulador da vida social. O Estado implica em poder, e aí retomo a concepção de Foucault, de que o poder não é objeto. O poder se constrói e se desconstrói historicamente, conforme a dinâmica de cada sociedade. E o Estado, mantido o paradigma weberiano, deve estar aberto a tais transformações históricas, mantendo sua essência, mas incorporando as transformações em seu próprio corpo, em sua estrutura.

Observa a professora Maria Hermínia Tavares de Almeida que

[...] ainda que a penetração completa das instituições públicas tenha demorado muito mais tempo – formas de poder privado continuaram importantes século 20 adentro -, o Estado brasileiro conseguiu definir precocemente seus limites e fazê-los reconhecer no plano internacional (ALMEIDA, Maria Hermínia. O Estado no Brasil contemporâneo. In: MELO;SÁEZ, 2007, p. 19).

Duas questões se apresentam nesse pensamento da professora Maria Hermínia – a primeira, a persistência do que ela denomina de “formas de poder privado”, e, a segunda, a afirmação do Brasil enquanto Estado Nacional de forma precoce. De fato, o processo de construção do Brasil enquanto esse Estado Nacional se deu de forma vigorosa, ainda no decorrer do período colonial. As “formas de poder privado” constituem um elemento indissociável da formação do Estado brasileiro, que delas se valeu na afirmação de sua autoridade e no enfrentamento de invasões e revoltas. Delas valeram-se, também, os grupos oligárquicos que se formaram ainda na colônia, para

garantir a afirmação de suas representações junto à sociedade e o controle da máquina administrativa do próprio aparelho de Estado (FAORO, 2004, *passim*).

Com relação às elites políticas, essenciais na estruturação desta dissertação, observo que:

A homogeneidade das elites políticas do período monárquico (1822-1889) constitui, na opinião de historiadores, a principal explicação para a unidade territorial do Brasil independente. Faoro (1986) [2004] sublinhou a importância da continuidade do estamento burocrático – centralizador e patrimonialista –, herdeiro da tradição administrativa portuguesa. Carvalho (1980) [2003] chamou a atenção para a existência de uma elite nacional homogênea, do ponto de vista de seu treinamento e ideologia [...] A homogeneidade ideológica teria possibilitado o estabelecimento de um modelo de dominação baseado em instituições políticas representativas, responsáveis por reduzir os conflitos centrífugos (ALMEIDA, Maria Hermínia. *O Estado no Brasil contemporâneo*. In: MELO;SÁEZ, 2007, p. 19).

Segundo Carvalho (2003):

[...] essa elite política muito cedo foi capaz de definir instituições e estabilizar um sistema político representativo que embora não fosse democrático, permitia que a disputa pacífica [nem sempre] pelo poder e a alternância dos incluídos nas posições de mando fossem reguladas pela competição eleitoral (CARVALHO, José Murilo apud ALMEIDA, Maria Hermínia. *O Estado no Brasil contemporâneo*. In: MELO;SÁEZ, 2007, p. 19).

Maria Hermínia observa que

A equalização do direito de participação tardaria muito a se completar, mas o processo de fato teve início logo depois da independência. Ao longo de sua história, o Brasil teve sete constituições [...] Entretanto, apesar de todas as mudanças institucionais, as eleições se firmaram como principal mecanismo de acomodação, competição e contestação pacífica, durante 180 anos de vida política (ALMEIDA, Maria Hermínia. *O Estado no Brasil contemporâneo*. In: MELO;SÁEZ, 2007, p. 20).

Na essência, não discordo do pensamento da professora Maria Hermínia, mas creio que uma nuance importante deve ser acrescida: essas eleições, ainda que realizadas de forma regular, exceto no período do Estado Novo (1937-1945) nem sempre se processaram num contexto de igual oportunidade a todos. Nem mesmo atingiram o conjunto da população – este, de forma massiva, só teve acesso pleno ao processo eleitoral a partir da promulgação da Constituição de 1988, que derogou antigos obstáculos à participação popular no processo eleitoral.

Óbvio que tais obstáculos representavam a essência de determinados contextos históricos. As transformações do país e de sua sociedade foram impondo, e a Carta de 1988 acolheu, o resultado dessa nova economia do poder.

Entretanto, e aqui um ponto significativo, há um que de persistência de práticas políticas originárias ainda do período colonial: o patrimonialismo, o clientelismo e o nepotismo são algumas delas, de caráter altamente contemporâneo e de efeitos nefastos sobre o Estado e a sociedade como um todo.

O objeto de estudo desta dissertação versa sobre uma combinação desses fatores, associado a uma disputa pela primazia do controle dos aparelhos de Estado e dos benefícios que disse advêm. Isso demonstra o quão dinâmica é a história, e o quanto ainda temos que avançar na transformação de instituições e do próprio imaginário político brasileiro, que sustenta e clama, muitas vezes, pela continuidade de práticas e paradigmas que constituem uma inversão da própria democracia. Esta só não se afeta de forma irreversível por ser dinâmica, como observa Bobbio (1986), e por este fato incorporar como elemento constituinte de si essas contradições e os conflitos dela originários.

CAPÍTULO 3

O CONTEXTO POLÍTICO, ECONÔMICO E SOCIAL DO ESPÍRITO SANTO NO PERÍODO DA REDEMOCRATIZAÇÃO DA DÉCADA DE 1980.

O Espírito Santo adentra a década de 1980 consolidando o modelo de desenvolvimento econômico implantado a partir do final dos anos 1960, baseado na concessão de incentivos fiscais, na atração de grandes empresas - CST, hoje Arcelor Mital Tubarão; Aracruz Celulose, hoje Fibria; SAMARCO Mineração (com sua usina de pelotização e a conclusão do porto de Ubu); na ampliação do parque de produção da Companhia Vale do Rio Doce (com a construção, em parceria com grupos estrangeiros, de diversas usinas de pelotização de minério na área do complexo portuário de Tubarão, com a ampliação daquele porto e a construção do de Praia Mole, ambos no Município de Serra, este último operado pela antiga CST); e a conclusão do de Capuaba (em Vila Velha, porto público), além de melhorias sensíveis no modal ferroviário, com a modernização da Estrada de Ferro Vitória a Minas.

Esses investimentos, fortemente alavancados pelo governo federal, tinham em contrapartida os mecanismos fiscais tanto da União quanto do Estado, representado pelo Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (FUNDAP). O setor de petróleo era ainda pouco expressivo, com a exploração basicamente em terra, na área dos Municípios de São Mateus e de Jaguaré.

Na região ao norte da Grande Vitória, estendendo-se pela faixa próxima ao litoral até a divisa com o Estado da Bahia, ocorreu, de forma incisiva, na década de 1970, o plantio de florestas com fins industriais, resultado da implantação de empresas como a Aracruz Celulose e a Cenibra, esta na região do Vale do Rio Doce, em Minas Gerais. Essas florestas com fins industriais foram plantadas em áreas antes ocupadas por florestas nativas – derrubadas para tal finalidade -, e por culturas agrícolas e criações de animais, daí resultando num modelo fundiário altamente concentrador da propriedade e que expeliu, por inteira desnecessidade de sua presença e de seu trabalho, enormes populações. Estas, também, robusteceram as periferias das cidades de porte médio e, principalmente, da região metropolitana, contribuindo ainda mais para uma brutal concentração populacional em determinadas áreas e para a existência de enormes vazios

em outras, especialmente aquelas mais afetadas pela erradicação dos cafezais e pelo plantio de florestas industriais.

O projeto de desenvolvimento gestado pelo governo federal, conhecido como Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND I e II), vinha transformando as estruturas políticas, sociais e econômicas capixabas desde o final da década de 1960. Uma economia de base industrial e de serviços, voltada para o comércio exterior, cristalizava sua importância nas terras capixabas, e de forma irreversível.

A região metropolitana, então composta por cinco Municípios (Vitória, Serra, Cariacica, Vila Velha e Viana) absorvia a maior parte desses empreendimentos e investimentos. Esse fator respondeu, em grande parte, pelo aumento substancial da população concentrada nessa região, que foi se afirmando com a maior do Estado. O crescimento econômico, feito sem o devido planejamento, gerava passivos sociais que os governos deveriam saldar. A região da Grande Vitória não estava preparada para receber as levas humanas que para cá acorriam em busca de emprego e melhores condições de vida. Já nos anos 1960, em razão da crise provocada pela erradicação dos cafezais e pela nova queda dos preços do café no mercado internacional, grandes levas de migrantes rumaram para a região metropolitana ou, no caso de alguns Municípios da região noroeste – caso de Colatina -, para as novas fronteiras agrícolas que se ampliavam na região norte do país, particularmente no então Território Federal de Rondônia.

Os governadores indicados pelo regime militar, especialmente Christiano Dias Lopes Filho (1967-1971) e Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1975), ambos ligados aos grupos políticos e econômicos que durante o período anterior a 1964 articularam o desenvolvimento industrial do Estado, executam em seus governos uma série de políticas voltadas para a efetivação daquele objetivo. Christiano e Arthur foram colaboradores próximos de Jones dos Santos Neves e de Carlos Lindemberg, os dois governadores que ao lado de Francisco Lacerda de Aguiar, administraram o Espírito Santo entre 1945 e 1966 – “ES 21 anos, três governadores”²⁸, parece ser o título do drama que se desenrolava na vida política de então. Cristiano e Arthur, ambos integrantes da ARENA, antes do PSD, não chegaram a inaugurar os grandes projetos, mas foi no governo de ambos que as articulações junto ao governo federal (governos

²⁸ Nesse cômputo não considero os Vice-Governadores e aquele eleito indiretamente pela Assembléia, que assumiram a titularidade do Executivo em razão da renúncia ou cassação de um dos três – Jones, Carlos ou Francisco.

Costa e Silva e Médici) se intensificaram ao ponto de obterem o sucesso pelo qual tanto ansiavam.

Muda o eixo da ação do Estado, que moderniza suas agendas de políticas públicas, adequando-se a todo o processo de industrialização a partir do modelo político autoritário vigente à época. O Espírito Santo perfila-se, disciplinado e modestamente trajado – como é próprio daqueles que não possuem grandes capitais -, na fila de espera dos investimentos federais que garantiriam, na forma preconizada à época, a industrialização e a modernização das unidades federadas marginalizadas no processo de desenvolvimento em curso desde os anos 1950.

Os impactos sociais e econômicos logo viriam a ser sentidos na própria classe política. O crescimento da região metropolitana, na rapidez e com o vigor com que se processava, indicava que uma alteração no campo espacial dessa classe política dirigente não tardaria a se processar. Esse fato foi potencializado com a crise da cafeicultura dos anos 1960, que além de população, subtraiu do interior do Estado as rendas originárias da produção cafeeira, sem que esta se extinguisse ou perdesse a importância que até hoje desfruta para a economia das áreas situadas fora do eixo metropolitano que então se consolidava. Interessante ressaltar que desde o início dos investimentos econômicos que transformaram o perfil da economia brasileira a partir da década de 1950, o eixo de poder no Estado vai ensaiando seu redirecionamento rumo a Vitória (SILVA, 1995).

O centro político vai se fixando de vez na região metropolitana, cujo eleitorado começa a despontar como o de maior quantidade. Ainda se passariam alguns anos até que, na segunda metade da década de 1980, o Estado tivesse consolidado na classe política da região metropolitana o seu eixo dirigente. Entre as décadas de 1960 e de 1970 foi ocorrendo aquele processo típico de erosão de uma antiga ordem e o estabelecimento de uma nova, fruto das transformações de caráter geral por que passava o Estado. Durante certo tempo a relação ainda se dá de forma assimétrica, com as áreas tradicionais ainda exercendo inquestionável influência e poder. Mas as condições objetivas de reversão desse cenário vão se estabelecendo e, junto com elas, vai sendo operada a transição de poder regional.

Como no restante do Brasil, as elites políticas capixabas do período anterior às transformações da década de 1960 provinham do interior, tendo forte ligação, até

mesmo orgânica, com os grupos agropecuários, ressaltando, no caso, aqueles ligados aos arranjos produtivos do café. Ressalte-se que desde o século XIX fixara-se e desenvolvera-se na capital, Vitória, um grupo ligado ao setor de comércio exterior, cuja importância crescia, mas que não seria ele o determinante quando do grande salto industrial gestado no final dos anos 1960, e sim elementos oriundos de outros Estados e do exterior, que aqui se estabeleceram para atuar junto aos grupos que se instalavam no setor industrial e no de serviços.

Do ponto de vista das relações políticas, os quatro governadores indicados pelo regime militar – Christiano Dias Lopes Filho, Arthur Carlos Gerhardt Santos, Elcio Alvares e Eurico Rezende, pela própria característica de exceção do regime político, e pelas características da classe política local, cuja origem remontava aos antigos partidos criados a partir de 1945, misturando-se no MDB e na ARENA antigos e frateros companheiros dos antigos PSD, UDN, PTB e PSP - para ficarmos nos mais significativos na história do Estado naquele período -, mantiveram relações cordiais com o Legislativo. Exceção de Cristiano que enfrentou uma dissidência comandada por integrantes da própria ARENA, o chamado “cupim de aço”. Esse movimento reivindicava um melhor tratamento por parte do Governador dentro do próprio partido, a ARENA. Essa dissidência, apesar de relevante, pois ocorreu durante o primeiro governo indicado pelo regime militar, não afetou a administração, mas sinalizou para a necessidade dos governadores indicados dedicarem maior atenção aos grupos políticos que lhe davam sustentação. Isso se traduzia, de forma básica, no atendimento de suas agendas de interesses pessoais ou assistenciais de eleitores, de ocupação de postos na estrutura administrativa em suas bases eleitorais e na destinação de recursos e realização de obras e melhorias de serviços públicos nas mesmas.

Feito esse breve apanhado do período militar, concentro-me agora no período da redemocratização, já no ano de 1982, quando Gerson Camata, nascido na região noroeste do Espírito Santo, torna-se Governador do Estado. Com ele tem início o ciclo democrático interrompido pela ditadura, em 1964. Populista, egresso da ARENA e do PDS, em razão do amplo leque de forças que o elegeram, seu governo oscilou entre o conservadorismo e algumas iniciativas de grande repercussão política e social, como os assentamentos rurais. Seu grande significado político foi o de instalar e liderar um novo ambiente, com novos atores, numa transição entre o Estado controlado pelos grupos do interior e a hegemonia dos grupos operando a partir da Grande Vitória.

Sucedendo a Eurico Rezende – político de origem na UDN e que fora líder do Presidente Ernesto Geisel no Senado Federal -, o economista e radialista Gérson Camata assume o Governo do Estado do Espírito Santo no dia 15 de março de 1983. O largo entre os Palácios Anchieta, sede do Executivo, e Domingos Martins, sede do Legislativo, estava tomada por centenas de pessoas que queriam festejar a posse do primeiro Governador eleito diretamente desde 1962. Tanto ele quanto o seu Vice, o empresário José Moraes, haviam militado na ARENA, e abandonaram a sustentação política do regime militar já nos seus estertores, pressentindo as mudanças por que passaria o Brasil.

Moraes fora para o breve Partido Popular (PP), legenda criada em 1980, por Tancredo Neves e José de Magalhães Pinto, ambos mineiros, o primeiro oriundo do MDB e o segundo da ARENA. Na verdade a legenda acolhia políticos oriundos dos dois partidos da era militar – do MDB, saiu o grupo mais moderado, que defendia o diálogo com o regime e uma transição política sem atropelos ou radicalizações; da ARENA, saíram tanto os insatisfeitos com os rumos do regime militar, quanto aqueles que careciam de uma legenda partidária para disputa eleitoral, visto que não detinham o controle dos diretórios do PDS. Foi o caso, no Espírito Santo, do ex-Governador Elcio Alvares, antecessor de Rezende, e figura muito ligada ao ex-Presidente Ernesto Geisel.

A inviabilidade eleitoral do PP frente ao poderio e à capilaridade das estruturas partidárias do PMDB e do PDS, bem como a notória dificuldade de fundar diretórios nos mais diversos Municípios do Brasil, aliada à necessidade de viabilidade eleitoral de seus quadros, fez com que as principais lideranças da agremiação deliberassem, em Convenção Nacional no ano de 1981, pela incorporação do PP ao PMDB. No rearranjo interno advindo dessa incorporação, coube ao grupo egresso do PP, que no Espírito Santo em sua maioria seguiu as diretrizes da Convenção Nacional, filiando-se ao PMDB, indicar o candidato a Vice-Governador na chapa do partido. E o escolhido foi José Moraes.

Elcio Alvares, retorna ao PDS, onde acreditava possuir as condições para sair candidato do partido ao governo, embasado na popularidade desfrutada em razão de seu mandato de Governador (1975-1979). Mas Elcio tornara-se desafeto do Governador Eurico Rezende, que nunca manifestou o desejo de vê-lo candidato à sua sucessão. Elcio tinha as certeza de contar com as intenções de voto da maioria dos capixabas, e isso o levou à

convenção do PDS crente na vitória. Esqueceu-se de uma regra básica: não conquistou os convencionais, não teve capacidade de superar o poder do Governador Eurico Rezende nessa empreitada. Ele perde a convenção para o ex-Prefeito indicado de Vitória, Carlos Alberto Limdemberg Von Schilgen, que fora seu Vice-Governador, e era apoiado por Eurico, que detinha o controle da máquina do PDS.

Camata, cuja candidatura havia sido articulada como forma de atrair as dissidências do PDS e os setores mais conservadores, vence as eleições. A composição da Assembléia Legislativa refletiu a grande vitória do PMDB nas eleições de 1982. O partido elegeu 16 dos 27 Deputados, cabendo ao PDS as demais 11 cadeiras²⁹. Mesmo com o pluripartidarismo, o quadro político da Assembléia manteve-se dividido entre duas agremiações partidárias – PMDB e PDS, refletindo o nível de organização desses partidos em todos os Municípios capixabas e a presença, em seus quadros, de lideranças políticas expressivas até então. As eleições de 1982 expressaram, no cenário capixaba, a continuidade do quadro partidário do período anterior. Mas esse seria substancialmente alterado no pleito seguinte, em 1986, já refletindo o nível de organização de novas forças políticas e de sua capacidade de arregimentação de votos para eleição de seus candidatos. Era, portanto, uma característica da forma de operar, no Espírito Santo, a própria transição democrática em curso. Dos partidos registrados junto ao Tribunal Superior Eleitoral em 1982, o PTB, por não estar organizado no Espírito Santo, sequer disputou qualquer cargo eletivo, diferentemente dos demais – PMDB, PDS, PT e PDT, que lançaram nomes para os diferentes cargos em jogo naquele pleito.

A bancada do PDS manteve-se durante todo o governo Camata uma posição de neutralidade frente ao Governador. Seus integrantes, na maioria parlamentares que já haviam ocupado mandatos anteriores, boa parte oriunda dos quadros dos antigos partidos extintos pelo A.I. 2 em 1965, preocuparam-se mais em se rearticular no interior do novo governo, mantendo preservados seus mecanismos de sustentação política, baseado no atendimento às demandas individuais de eleitores tais como obtenção de empregos na máquina pública (a exigência de concurso para o preenchimento destes é uma norma da Constituição Federal de 1988), internação de pessoas adoentadas, investimentos em obras e serviços em suas bases eleitorais, enfim, as velhas práticas de patronagem e clientela que encontram-se na raiz do sistema político brasileiro, antes

²⁹ Fonte: Diretoria de Documentação e Informação da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

mais do que hoje. Alguns Deputados, bem poucos, arriscavam-se a fazer um tipo de oposição mansa ao governo, evitando denúncias ou embates frontais com o Poder Executivo. Este, em troca, amenizou a apuração de possíveis irregularidades que pudessem ter sido cometidas durante os longos anos de governo da ARENA e do PDS, limitando-se a denúncias de fatos menores como a célebre compra de grande quantidade de carnes para a residência oficial do governo, situada na Praia da Costa, Vila Velha. Lembro-me certa feita de uma conversa com um antigo Deputado do PDS, já em seu terceiro mandato, cujo nome omitirei. Questionei-o sobre sua postura dócil frente ao governo. Argumentei que ele, um homem oriundo de um partido de sustentação do regime militar, deveria atuar de forma mais agressiva frente ao primeiro governo do PMDB. Na época, 1985, para meu espanto, ele respondeu de forma plácida: “Meu filho, Deputado do interior não se atrita com governo. Ele perde eleição. Eu preciso do Camata para continuar representando meus eleitores na Assembléia.”

Esse era o tom da relação entre o Executivo e o Legislativo no decorrer do governo Camata, com alguns tropeços advindos de erros da equipe de governo. Camata governou de forma pacífica com o Legislativo. O mesmo ocorrendo com José Moraes, que o sucedeu na governadoria em 1986, quando ele renunciou ao cargo para disputar uma vaga no Senado da República, onde manteve-se, ininterruptamente exercendo seus mandatos, até 2011, quando deixou o cargo por não haver disputado as eleições do ano anterior, tendo apoiado sua esposa, Rita.

A partir da redemocratização, o crescimento do eleitorado da Grande Vitória e a entrada em cena de novos atores políticos, de diversas matizes ideológicas, trouxeram para essa região, de fato, o centro de decisão e da vida política do Estado. A composição atual da Assembléia Legislativa ilustra bem esta situação: de 30 Deputados, apenas 9 possuem suas principais bases eleitorais fora dos municípios da Grande Vitória (Vitória, Vila Velha, Cariacica, Viana, Serra, Fundão e Guarapari)³⁰. É a primeira Legislatura³¹ com tal característica que, aliás, julgo irreversível, haja vista que quase 60% do eleitorado capixaba concentra-se na região metropolitana. E este eleitorado vem manifestando, a cada eleição, uma tendência irreversível de escolha de candidatos de suas regiões, uma

³⁰ Fonte: Diretoria de Documentação e Informação da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

³¹ Na forma do parágrafo único do artigo 44 da Constituição Federal de 1988, cada legislatura tem a duração de quatro anos, findo os quais, e realizadas novas eleições para escolha dos parlamentares, inicia-se um novo período, na forma definida no aludido dispositivo constitucional. As eleições das Mesas Diretoras das Casas Legislativas ocorrem no primeiro e no terceiro ano de cada legislatura.

vez que o vínculo com o interior do Estado, fruto da grande migração do final dos anos 60 e dos anos 70 do século XX, foi sendo superado em razão da dinâmica da vida política, cultural, social e econômica capixaba.

Diametralmente oposta era a realidade da Legislatura iniciada em 1983. Dos trinta parlamentares estaduais, apenas 10 tinham o centro de sua base eleitoral na região metropolitana. Mesmo assim, e tomo como exemplo o então Deputado Paulo Hartung, tinham que se socorrer dos votos de Municípios do interior para elegerem-se. Ainda que em processo de concentração acentuada na região metropolitana, o eleitorado capixaba mantinha suas raízes políticas no interior, uma característica que foi sendo alterada ao longo do tempo. Hartung, para exemplificar o enunciado acima, dependeu substancialmente dos votos do Município de Guaçuí, sua cidade natal, nas duas eleições que disputou para a Assembléia Legislativa – 1982 e 1986, mas principalmente na primeira, quando debutava no cenário político oriundo do movimento estudantil da UFES. Essa força do interior, ainda que viva, hoje representa importância menor em razão da acelerada concentração na região metropolitana.

O governo Camata não efetuou composições com outros partidos para garantia de sua base parlamentar. Não precisava, em razão do controle pelo PMDB da maioria das cadeiras do Legislativo estadual. Seu secretariado era composto por parlamentares estaduais, lideranças políticas de municípios expressivos do interior capixaba (Colatina e Cachoeiro) e por um conjunto de técnicos oriundos, principalmente, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES). O poderoso Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES) foi entregue a um empresário ligado ao Vice-Governador José Moraes, Carlos Guilherme Lima, sócio de uma corretora de valores mobiliários que sofreria intervenção do Banco Central durante o governo, o que acarretou o seu afastamento do cargo que ocupava. Retornaria no governo José Moraes para comandar a pasta dos Transportes, sempre bem aquinhoadas na distribuição de recursos do orçamento estadual.

Camata e posteriormente José Moraes, não precisaram se valer dos mecanismos do presidencialismo de coalizão, mas atraíram membros de outros partidos, não do PDS, para cargos secundários na administração. Na Secretaria de Estado da Agricultura (SEAG), chefiada por Ricardo Santos, e na Coordenação Estadual de Planejamento (COPLAN), chefiada por Orlando Caliman, primo do Governador, encontravam-se

grande número de técnicos ligados ao PT, nenhum deles em posição de comando, mas ativos na assessoria dos titulares das duas pastas. No caso da SEAG, durante o governo Camata, o Espírito Santo foi destaque nacional na implantação de políticas de criação de assentamentos rurais, o que gerava forte atrito com os setores mais conservadores do governo, especialmente com o Vice-Governador José Moraes. Este, uma vez empossado no cargo, altera o comando da SEAG, substituindo Ricardo Santos por um quadro oriundo do agronegócio.

Camata e José Moraes retomam a política de alianças com os chefes políticos municipais, característica do período entre 1945 e 1964, interrompida ou desprovida de fôlego durante os governos estaduais indicados pelo regime militar. Estes não precisavam disputar eleições para cargos majoritários, exceto as três vagas do Senado. Após 1982, estava em jogo a eleição, a cada quatro anos, do Governador e do Vice, além dos parlamentares federais e estaduais. O Poder Executivo estadual desenvolveu uma intensa política de desenvolvimento da infraestrutura, especialmente nos setores de logística, saneamento e eletrificação rural, bem como de financiamento e dinamização da economia cafeeira, ainda abalada pela crise de erradicação dos cafezais dos anos finais da década de 1960.

A imagem do Governador Camata no imaginário coletivo da população, especialmente aquela do interior e das áreas de periferia da região metropolitana, foi se consagrando como a de um administrador competente e operativo, preocupado com o bem-estar dos mais humildes, que religou os laços históricos que uniam o Estado à economia cafeeira, a principal atividade desenvolvida nas pequenas e médias propriedades rurais. Isso rendeu a Camata dividendos eleitorais colhidos de forma competente a cada eleição entre 1986 e 2006.

Nas eleições de 1986, o candidato derrotado por Camata na convenção do PMDB em 1982, o Deputado Federal Max Freitas Mauro, consegue, finalmente, a legenda do partido para disputar o governo estadual. Apesar de seus índices de popularidade elevados e da considerável taxa de aprovação popular ao seu governo, Camata não consegue unir o partido em torno do seu candidato, o então Senador José Ignácio Ferreira. A convenção do PMDB, um evento de massa realizada no ginásio do clube Álvares Cabral, foi tensa, com trocas de acusações entre correligionários o tempo todo. Max havia conseguido articular em torno de si a grande maioria dos prefeitos do

PMDB, num ensaio do que seria, de forma mais ampliada, a eleição de Albuíno em 1990. Havia sabido capitalizar o descontentamento do partido e de seus filiados com o então Governador José Moraes, cuja postura arrogante contrariava consideráveis alas do partido e de seus filiados que ocupavam mandatos eletivos.

Max Mauro, sagrado candidato do PMDB, iria enfrentar, como seu principal opositor, o ex-Governador Elcio Alvares, agora filiado ao PFL. Elcio iniciou a campanha com grande vantagem sobre Max, que gestionava no sentido de obter o apoio formal do Governador José Moraes e do candidato ao Senado, Gérson Camata, que resistiam tenazmente. Tudo parecia caminhar para uma adesão de ambos, informal, ao candidato do PFL. Mas a interferência direta do Presidente Sarney, que pugnava por uma vitória acachapante do PMDB nas eleições de novembro de 1986, juntamente com a recusa de Elcio em negociar espaços em seu governo, caso eleito, para pessoas indicadas por Camata e José Moraes, levaram a que ambos se integrassem na campanha de Max Mauro (ALMEIDA, 2010). A revanche de Camata e Moraes volta-se contra o candidato Camilo Cola, grande empresário do setor de transporte rodoviário de passageiros, que filiara-se recentemente ao PMDB egresso do PDS. Atingido também o fora o antigo Secretário de Estado dos Transportes de Camata, Sérgio Ceotto, indicado como candidato a Vice-Governador na chapa com Max.

Camata e Moraes, dentre as várias exigências para apoiarem Max, exigem, e conseguem, a substituição de Ceotto por Carlos Alberto Cunha, ex-Deputado Estadual, ex-presidente do PMDB e que havia presidido a Companhia Habitacional (COHAB) no governo Camata. Ceotto era tido por Camata e Moraes como responsável pela articulação do PMDB em torno da candidatura de Max, principalmente dos Prefeitos e lideranças políticas do interior.

Retomando a questão “Camilo Cola”: à época, a legislação eleitoral validava o instituto da sublegenda, através do qual um mesmo partido ou coligação poderia lançar mais candidatos que o número de vagas disponíveis ao Senado da República, uma herança do regime militar, que seria extinta posteriormente. Nesse sentido, o PMDB lançou seis candidatos ao Senado em duas chapas - curiosamente os três principais eram egressos dos quadros da antiga ARENA: Camata, Camilo Cola e João Calmon – veterano parlamentar federal, presidente do condomínio dos Diários Associados e considerado o padrinho político de Camata.

A campanha de Max na convenção fora incentivada por Camilo Cola, conhecido por não economizar recursos em suas campanhas. Seu marketeiro, Nelson Mendes, estruturou as peças publicitárias de Max Mauro e a própria campanha. Valendo-se do prestígio de Camata surge o slogan *Macaca*, com as iniciais de Max, Camilo e Camata, tentando incutir no eleitorado a unidade dos mesmos. Calmon, candidato à reeleição, ficara de fora. Ele seria resgatado pela ação de Camata e Moraes, que subverteram a *Macaca* e articularam o segundo voto ao Senado para João Calmon junto às lideranças políticas municipais do PMDB. O resultado das eleições, como a demonstrar a força política de Camata e a competência dele e de Moraes em operarem tanto a máquina administrativa quanto a estrutura partidária com a qual se reconciliaram ao longo da campanha, sagrou Max Mauro como Governador do Estado, tendo Camata e Calmon como os Senadores eleitos para cumprimento do mandato de oito anos.

Essa campanha deixou marcas profundas no PMDB. Max, uma vez empossado Governador, passa a sofrer acusações de Camata e de Moraes sobre o não cumprimento dos acordos eleitorais. Na verdade, Max Mauro valeu-se do poder que detinha para tentar afastar-se de dois atores políticos com os quais rivalizava desde a derrota na convenção do PMDB, em 1982. A relação entre eles jamais foi tranqüila, agravando-se a cada dia em razão do propalado cerco que Max acusava Camata de operar em Brasília, retendo junto ao governo federal o repasse de verbas para o Estado e desviando investimentos, obras e serviços que poderiam ser carreados para cá. A relação de Max com o governo federal manteve-se tensa até o final do governo Sarney. Com Camata, jamais se reconciliou.

A Assembléia Legislativa eleita em 1986 já refletia em sua composição o nível de organização das demais agremiações partidárias capixabas. Acabara a era de dois partidos, mantida mesmo nas eleições de 1982. Em 1987, ao iniciar-se a Legislatura, o PMDB mantinha-se como a maior bancada da Casa, com quatorze parlamentares, o PFL com dez, o PDS com um (fruto da debandada em massa de seus filiados rumo ao PFL), o PT com três, o PDT e o PC do B com um parlamentar cada.

Max monta um secretariado similar ao de Camata, sem espaços para composição com outros partidos políticos. A oposição a ele no Legislativo, especialmente por parte de alguns parlamentares do PFL é tenaz. Max consegue eleger seu candidato para a presidência da Casa, em 1983, mas é derrotado na escolha do sucessor desse mesmo

cargo, exatamente pelo candidato do PDS - o que demonstra o nível de tensão entre o Executivo e o Legislativo. Max não tinha o perfil negociador de Camata. Era duro, tido como intransigente e perseguidor, como acusavam seus opositores mais loquazes. Sofreu algumas derrotas em proposições enviadas ao Legislativo. O cenário para o governo no âmbito do Legislativo era bastante adverso, fato este agravado pela ausência de uma interlocução política eficaz entre os poderes. Nesse contexto, Max assiste, sem grande capacidade de ingerência, aos trabalhos da Assembléia Estadual Constituinte durante o ano de 1989.

Se no campo político Max enfrentava notórias dificuldades, no campo administrativo e financeiro seu governo recuperou a capacidade de investimento a partir de um severo ajuste nas contas públicas e na contenção de gastos. Isso levou a que iniciasse um programa de investimentos em infraestrutura, (sempre ela !), por todo o Estado, além de firmar convênios com Prefeituras para a realização de obras e serviços. É no seu governo que se concluíram as obras da Ponte “Deputado Darcy Castello de Mendonça”, a 3ª ponte, iniciada no governo de Elcio Alvares e mantida paralisada por quase desde então, por falta de recursos financeiros que viabilizassem a continuação da obra, apesar de sua importância para o desenvolvimento da região metropolitana. A obra somente seria retomada após uma articulação envolvendo os governos estadual e federal e a iniciativa privada.

Em 1988, Max convida o engenheiro Albuíno Cunha de Azeredo para retornar ao Espírito Santo (ele residia no Rio de Janeiro), e assumir o cargo de Secretário-Chefe da Coordenação Estadual de Planejamento (COPLAN). Albuíno fora indicado a Max pelo irmão deste, Saturnino. Ambos, Saturnino e Albuíno, eram sócios em uma empresa de consultoria na área de transportes, a Enefer. Ao assumir a COPLAN, Albuíno tornou-se responsável pela pasta que cuida da área orçamentária do governo. Hábil, logo percebeu que o repasse de recursos do Estado aos Municípios era vital para a manutenção destes e para o cumprimento de suas obrigações públicas. Ele havia compreendido, ainda neófito nos jogos políticos e eleitorais, que a estrutura administrativa dos Municípios era um elemento vital para a garantia do sucesso eleitoral de qualquer projeto político que viesse a intentar. Desde o primeiro instante mostrou-se extremamente afável aos pleitos formulados por Prefeitos e parlamentares, no tocante à liberação de recursos orçamentários para obras e serviços nos Municípios. O gabinete de Albuíno na

COPLAN transforma-se no centro de verdadeira romaria de Prefeitos e lideranças políticas. Segundo Helena de Almeida,

Ao se tornar secretário, Albuíno não trazia o desejo de disputar um mandato eletivo. Promoveu a descentralização do governo, municipalizando ações e agradando aos prefeitos. Passou, também, a se relacionar com os deputados estaduais, aproveitando o vácuo produzido pelo governador Max Mauro, que tinha dificuldades, segundo aponta, em transitar pela Assembléia Legislativa (ALMEIDA, 2009, p. 141).

Alguém afável, finalmente, despontava no interior do governo Max disposto a estabelecer a interlocução com a classe política, com o setor produtivo e os grupos sociais. Albuíno vai trabalhando a imagem de um homem de ação, possuidor de competência administrativa, de fácil trânsito junto a todos e comprometido com o desenvolvimento do interior do Estado. Perceba-se que esta questão se impunha de forma dramática, haja vista o esvaziamento sistemático da economia dos Municípios situados fora do eixo da região metropolitana, e a conseqüente queda de receita dos mesmos. As lideranças municipais vão se recolocando no mercado político como atores essenciais para o sucesso de toda e qualquer candidatura majoritária - desde que possuidores de recursos para execução de obras e serviços em suas bases. E esses recursos eram repassados pelo Estado através da COPLAN, ou mediante convênios com as diversas Secretarias de Estado e órgãos da administração indireta. Há colocada então uma solução de compromisso: o apoio do Estado às Prefeituras deveria ter como contrapartida o apoio das mesmas aos projetos políticos da administração estadual.

Eis o veio onde Albuíno Cunha de Azeredo começa a construir sua candidatura ao governo na sucessão de Max Mauro, em 1990. Em razão de sua grande capacidade de gerenciamento e de sua respeitabilidade e confiabilidade junto à classe política e ao setor produtivo – além de sócio da Enefer, era Professor Universitário e funcionário de carreira da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD, atual Vale) - , Max o destaca para implantar o sistema de transporte coletivo de passageiros da região metropolitana, o Transcol. Como as empresas do setor resistiam ao sistema, o Governador, na forma da lei, baixa intervenção em todas elas, concessionárias e permissionárias de serviço público, e coloca Albuíno no comando da operação. O Transcol é implantado e vai se transformar, em 1990, numa das principais peças de campanha de Albuíno.

CAPITULO 4

“ALBUÍNO, ESSE É O HOMEM”³²

A concentração do eleitorado capixaba nos municípios da região metropolitana da Grande Vitória (Municípios de Vitória, Serra, Cariacica, Viana, Guarapari e Fundão) é, hoje, da ordem de 45,85 % do total do Estado – de 2.520.339 eleitores registrados no Estado do Espírito Santo, 1.155.793 votam nas seções eleitorais da área metropolitana.³³ Vila Velha já é o primeiro colégio eleitoral capixaba. Essa alta concentração de eleitores não alterou o funcionamento dos pleitos eleitorais nem a postura da maior parte dos candidatos a cargos proporcionais (Deputados federais e estaduais) que residam ou possuam na região metropolitana a sua principal base política. Dado o caráter heterogêneo dos candidatos, o seu grande quantitativo e a forma dispersa com que se manifestam os eleitores, a maioria quase absoluta dos candidatos precisam operar um equilíbrio entre os votos da região metropolitana e aqueles oriundos dos Municípios do interior para garantia de sua eleição. Como observam Pereira e Lemos, “[...] qualquer partido que tentasse obter a condição de majoritário no Estado teria que ser capaz de conquistar os votos do interior” (PEREIRA; LEMOS, 2002, p. 410). O mesmo princípio se aplica, em proporções ainda maiores, para os candidatos a cargos majoritários no Poder Executivo (Presidente da República, Governador do Estado) e no Poder Legislativo (Senador).

Não se ganha eleições no Espírito Santo sem a conjugação de forças do eleitorado da Grande Vitória com o do interior, com raras exceções de candidatos que possuam um reduto eleitoral na área metropolitana que sozinho lhe garanta o sucesso em sua empreitada. No caso dos cargos majoritários, isso se torna simplesmente impossível, haja vista a divisão quase igualitária no quantitativo de eleitores entre a Grande Vitória e o interior, conforme demonstrado anteriormente a partir dos dados fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Espírito Santo³⁴.

³² Slogan da campanha de Albuíno Azeredo ao governo do Estado em 1990.

³³ Eleitorado do Estado do Espírito Santo, conforme dados consolidados em 14.08.2011. Disponível em <http://www.tre-es.gov.br/internet/callPage.jsp?page=pages/eleitorado_atual.jsp> Acesso em 14 de agosto de 2011

³⁴ Cf. nota 32.

Isso reforça a necessidade de alianças políticas com lideranças municipais e regionais, que possuem lugar de destaque na definição do resultado dos pleitos em razão do apoio que venham a prestar a este ou aquele candidato, especialmente quando este estiver disputando cargo proporcional numa das Casas Legislativas Estadual ou Federal. No caso de candidaturas majoritárias, especialmente as do Poder Executivo, esse apoio tende a ser mais complexo, haja vista que as campanhas são movidas não apenas pelo apoio obtido na base local pelo candidato, mas, também, de uma série de fatores a ele conjugados, tal como a excelência das campanhas nas mídias. Mas a participação das lideranças municipais e regionais, todavia, apesar desse aspecto, é imprescindível para que o candidato possa ser conhecido pelo eleitor das inúmeras localidades que integram o território estadual.

As eleições de 1990 foram disputadas no contexto do desgaste político sofrido pelo então Presidente Fernando Collor, bem como no das modificações estruturais que suas políticas públicas e medidas de governo foram revestindo todos os setores da vida política, social e econômica nacional.

Por tratar-se da eleição que dará início ao período objeto desta dissertação, dedico a esta parte uma atenção especial, analisando mais detalhadamente os jogos políticos e o comportamento dos atores e instituições envolvidas no processo.

O jornalista Rogério Medeiros³⁵ afirmou textualmente que a candidatura e a posterior vitória de Albuíno nas eleições de 1990 fora “produto da máquina”, de que Albuíno era um “homem da máquina”³⁶. A declaração de Medeiros, que havia disputado, e perdido, as eleições para o governo em 1990, indica-nos um campo interessante a ser explorado: o uso da máquina administrativa. No caso de Albuíno, repetindo uma estratégia cuja importância contribuíra em 1986 para a eleição de Max Mauro, ocorreu uma junção das estruturas e forças dos governos do Estado e de diversas Prefeituras, ocupadas por políticos de diferentes partidos.

Como observado anteriormente, Albuíno procurou manter, desde sua posse na COPLAN, uma excelente relação de parceria com os Prefeitos Municipais, transformando-se em um interlocutor importante dos mesmos junto ao governo do

³⁵ A entrevista do jornalista Rogério Medeiros foi concedida a Marcelo Siano Lima na sede do jornal eletrônico *Século Diário*, no dia 1º de julho de 2011. Doravante será citado apenas o sobrenome do entrevistado, o dia, o mês e o ano de sua entrevista.

³⁶ MEDEIROS, 1º de julho de 2011.

Estado, “Albuíno foi, para Max Mauro, candidato em razão do apoio dos prefeitos fortalecido pelos convênios que ele, Max, fazia como governador através da Secretaria de Planejamento [...]” (ALMEIDA, 2009, p. 137). Segundo o ex- Deputado Fernando Silva (PFL), “Max controlava o Estado e Albuíno as Prefeituras”³⁷. Isso o alçaria à condição de candidato? Estavam dadas as condições objetivas para a sua candidatura e conseqüente vitória? Bem, havia um longo caminho a ser percorrido nesse sentido.

O jornalista Rogério Medeiros afirma que “Albuíno não era a opção de Max para a sua sucessão. Essa opção era Vitor Buaiz [então Prefeito de Vitória, filiado ao PT]”³⁸. E completa afirmando que Vitor não aceitou a candidatura em razão das dificuldades que previa enfrentar dentro de seu partido, com as diversas tendências que o integram. Aí, segundo Rogério, veio a segunda opção “o Senador José Ignácio Ferreira”³⁹, que se nega a aceitar, afirmando que não seria “candidato chapa branca”⁴⁰. Segundo Max Mauro, confirmando a informação de Rogério Medeiros, “Ignácio não queria o apoio do governo. Me disse que se ele fosse eleito, eu teria um amigo, que eu não me preocupasse, mas não queria ser candidato chapa branca” (ALMEIDA, 2009, p. 136). Max Mauro logo percebeu os motivos que levaram Ignácio a recusar o seu apoio: ele estava se aproximando, através de parlamentares amigos, do Presidente eleito, Fernando Collor, de quem se tornaria líder no Senado. Segundo Max, “ele não queria o meu apoio por isso. Aí ele viu o peso da máquina, ou melhor, o peso do poder, porque eu não usei a máquina, eu usei a força do poder, sem abuso” (ALMEIDA, 2009, p. 137).

Esse breve relato de acontecimentos ocorridos nos idos de 1990 ilustra os caminhos que começaram a pavimentar a candidatura de Albuíno ao governo estadual. Sem seus favoritos na disputa à sua sucessão, Max Mauro passa a enxergar no seu Secretário de Planejamento uma alternativa para o pleito ainda que, segundo Rogério Medeiros, pelo menos no início, o Governador não achasse possível que Albuíno vencesse as eleições⁴¹. Rogério, em determinado momento da entrevista, classificou a candidatura de Albuíno como um “tapa buracos”⁴². As primeiras pesquisas de intenção de voto eram decepcionantes para a candidatura de Albuíno, que aparecia com míseros 2%, subindo

³⁷ A entrevista do ex-Deputado Fernando Silva (PFL) foi concedida a Marcelo Siano Lima no gabinete da Direção das Comissões Parlamentares da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, nos dias 12 e 13 de julho de 2011. Doravante será citado apenas o sobrenome, o dia, o mês e o ano de sua entrevista.

³⁸ MEDEIROS, 1º de julho de 2011.

³⁹ MEDEIROS, 1º de julho de 2011.

⁴⁰ MEDEIROS, 1º de julho de 2011.

⁴¹ MEDEIROS, 1º de julho de 2011.

⁴² MEDEIROS, 1º de julho de 2011.

posteriormente para 4% (ALMEIDA, 2009, p. 137). Visto de hoje, 2011, o vaticínio de Rogério Medeiros e os receios de Max Mauro parecem bastante factíveis.

Mas a campanha eleitoral estava apenas começando. Era o mês de janeiro de 1990, Fernando Collor ainda não assumira a Presidência, e o Brasil permanecia refém da crise de governabilidade da presidência Sarney, com elevados índices inflacionários e graves problemas de ordem fiscal. O Espírito Santo, no governo Max, havia passado por um vigoroso ajuste fiscal, comandado pelo Secretário de Estado da Fazenda, José Teófilo de Oliveira Jr.. Com as finanças públicas equilibradas, o Estado ganhou capacidade de investimento, e investiu de forma vigorosa.

O ex-Governador Max Mauro, comentando os baixos índices de intenção de voto de Albuíno, demonstrou estar ciente das dificuldades de seu possível candidato, mas alertava para alguns fatores essenciais em qualquer jogo eleitoral:

Uma pessoa que tem 4% de aprovação em janeiro daquele ano, só se elege porque o governo enfileirou quase todos os prefeitos, conseqüentemente quase todos os vereadores, a base de tudo. Com obras em todos os municípios eu não digo, mas em todos os distritos uma obrzinha, além do dinheiro. Corrigi as finanças e em 89 e 90 eu estava investindo 22% da capacidade do Estado em obras. Você quer que perca a eleição? Como? Não dá para perder eleição. É obra pra burro. Fizemos o Transcol, concluímos a Terceira Ponte, desapropriei o São Lucas, inaugurei hospital neste estado todo, fiz estradas, 7.500 km de eletrificação rural. Como perder a eleição ? (ALMEIDA, 2009, p. 137)

As realizações do governo Max lhe garantiram, às vésperas do pleito de 1990, uma aprovação popular da ordem de 84% (ALMEIDA, 199, p. 137). Rogério Medeiros⁴³ e Fernando Silva⁴⁴ se unem ao afirmar que, uma vez escolhido candidato ao governo, Max Mauro passou a tratar Albuíno Azeredo como se este fosse um produto seu, uma criação sua. O Governador não percebia que o apoio dos Prefeitos, e dos Vereadores, numa frente suprapartidária, tinha outras matrizes além do Palácio Anchieta⁴⁵ e dos interesses de seu ocupante de então, Max Mauro.

E essas matrizes de apoio a Albuíno podem ser localizadas, inicialmente, no movimento de Prefeitos que não comungavam com o Palácio Anchieta, que não compunham a base de sustentação política do Governador Max Mauro nem mesmo eram filiados ao seu partido, o PMDB. Nesse grupo de Prefeitos merecem destaque pela intensa articulação

⁴³ MEDEIROS, 1º de julho de 2011.

⁴⁴ SILVA, 12 e 13 de julho de 2011.

⁴⁵ Sede administrativa e política da governadoria do Estado do Espírito Santo.

que desenvolveram em torno da viabilização da candidatura de Albuíno, Theodorico de Assis Ferração (PTB), de Cachoeiro, Dilo Binda (PFL), de Colatina, e Enivaldo dos Anjos (PFL), de Barra de São Francisco. Max Mauro, desconhecendo que o poder é algo fluido, não se atentou, ou desprezou, as articulações que esses Prefeitos vinham fazendo de forma intensa. Rogério Medeiros afirma que Max nunca aceitou as ligações de Albuíno com Ferração e Enivaldo, por achar, exatamente, que o candidato era uma criação sua⁴⁶. O próprio Albuíno reconhece que

essa aproximação deu ao governo mais sustentação política e, automaticamente, fui lançado candidato. Não me lancei candidato. Os prefeitos me lançaram num manifesto dirigido ao governador, mas esse não era o desejo de Max (ALMEIDA, 2009, p. 141).

Aí retomou-se a malograda tentativa de Max em sagrar o Senador José Ignácio o seu candidato. Novamente é o próprio Albuíno quem comenta:

O José Ignácio teria dito que não gostaria de ser candidato chapa branca. Na verdade, ele não queria ser candidato com o carimbo do governo, o que teria pesado muito na decisão de Max e embora uma grande parte do governo me apoiasse, os secretários principais não ficaram comigo. Na época, o secretário da Casa Civil, Sérgio Ceotto, já tinha conversado com o José Ignácio. Ou seja: dentro do governo havia um movimento pró-José Ignácio. Fizeram uma campanha ardorosa contra mim, o que deixou claro que eu não era, de saída, o nome do governo. No meio do caminho Max começou a perceber que minha candidatura tinha viabilidade (ALMEIDA, 2009, p. 142)

A inviabilidade eleitoral de Albuíno, atestada nas primeiras pesquisas de opinião, eram vistas por ele como superáveis. A campanha de Albuíno ao governo do Estado estava se alicerçando em cinco elementos:

- a) Apoio de uma forte base de Prefeitos e Vereadores, agregando as lideranças municipais e regionais, e garantindo a capilaridade da candidatura por todo o território estadual.
- b) Intenso uso da máquina administrativa do Estado e das Prefeituras;
- c) Estruturação de uma competente campanha de marketing político, com a utilização massiva das mídias, em especial a televisiva;
- d) Apoio do Governador Max Mauro, com elevado índice de aprovação popular;

⁴⁶ MEDEIROS, 1º de julho de 2011.

- e) Apoio suprapartidário de candidatos aos cargos na Câmara Federal e na Assembléia Legislativa.

Um sexto e um sétimo elementos viriam a se juntar a esses já no desenrolar da campanha. Um era a exploração da trajetória de vida de Albuíno – menino pobre, que lutou e venceu na vida. O outro foi o caráter plebiscitário de que se revestiu o pleito em razão da consolidação, como principal candidato contrário a Albuíno, do Senador José Ignácio Ferreira, Líder do Presidente Collor no Senado Federal.

José Ignácio era uma figura pública de longa folha de serviços prestados ao Estado. Fora cassado pelo regime militar quando exercia o mandato de Deputado Estadual, na década de 1960. No início dos anos 1980, fora presidente da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil. Era um militante na defesa dos direitos humanos, tendo pertencido ao Conselho da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese e Vitória. Eleito Senador pelo PMDB em 1982, exercia um mandato dos mais atuantes, particularmente na viabilização de investimentos, públicos e privados, para o Espírito Santo. Em 1988 fora um dos fundadores do PSDB, partido do qual se afastaria quando assumiu a liderança do governo do Presidente Collor no Senado Federal.

A campanha de Albuíno explorou esse fato para ligar o Senador José Ignácio de modo umbilical à figura do Presidente Collor e de seu governo - que além dos desgastes políticos e da crise econômica, eram rejeitados por considerável parcela do eleitorado brasileiro, ainda no esteio dos traumas da campanha eleitoral de 1989. Collor, decididamente, não era um bom cabo eleitoral naquelas eleições.

A conjugação desses fatores dava ao candidato as condições objetivas para tocar a sua campanha, apesar de ainda situar-se em níveis baixos de intenção de votos. As perspectivas de crescimento estavam colocadas. Um detalhe importante nesse processo é que o apoio suprapartidário ao candidato Albuíno, além de desagradar o Governador Max Mauro, criava pólos de poder independentes do Palácio Anchieta, um elemento essencial que viria a compor algumas das sucessivas crises políticas do período entre 1991 e 1994. Segundo Rogério Medeiros, “Enivaldo e Ferraço é que tinham o controle dos Prefeitos. O Max não tinha”⁴⁷. Percebe-se desde a campanha o quadro de conflitos internos que se apresentava explosivo no governo uma vez eleito. As disputas internas já se delineavam antes mesmo das eleições, fato que seria agravado, de forma constante,

⁴⁷ MEDEIROS, 1º de julho de 2011.

após a posse do novo Governador em 1991. Rogério vai além em sua análise. A partir do apoio dos Prefeitos, afirma de forma categórica que Albuíno era um “produto de Ferraço e Enivaldo, os homens que levantaram a sua candidatura”⁴⁸. Segundo Rogério, “ambos queriam o governo”⁴⁹, e percebiam em Albuíno as condições para realizarem, por via indireta, seus objetivos, já que nenhum dos dois lançou-se candidato nas eleições de 1990, permanecendo no comando das Prefeituras como forma de consolidar a estratégia de viabilização e fortalecimento da candidatura de Albuíno.

Essa discussão, resgatando acontecimentos significativos do processo eleitoral de 1990, tem por objetivo contextualizar o futuro governo Albuíno, identificando, já na candidatura, elementos desestabilizadores do quadro de governabilidade do Estado. Diferentemente do item anterior deste capítulo, neste não me deterei nas ações administrativas do governo, mas sim nos jogos de poder que constituem o objeto desta pesquisa. Mas vamos em frente.

Apesar de toda a articulação de apoio a Albuíno, o apoio de seu partido, o PMDB, mostrava-se distante:

Além da oposição dentro do governo, onde o núcleo mais forte não mostrava simpatia ao nome, Albuíno enfrentava oposição dos partidos. A direção do PMDB, encabeçada por Dilton Lyrio [Deputado Estadual e duas vezes Presidente da Assembléia Legislativa – governos Camata e Max Mauro], era contrário à sua candidatura. O presidente não abriu as portas do partido. Alegava que Albuíno era ‘um jumbo cheio de chumbo’. Não ia decolar (ALMEIDA, 2009, p. 142).

Essas posturas foram conduzindo Albuíno para fora do PMDB. Ele estava convencido de sua viabilidade eleitoral e não iria abrir mão de tentar a candidatura ao governo. No início de 1990, sela, juntamente com Max Mauro, sua saída do PMDB, filiando-se ao PDT pelas mãos do ex-Governador da Bahia e candidato derrotado a Vice-Presidente na chapa do PMDB, encabeçada pelo Deputado Ulysses Guimarães em 1989. O encontro decisivo ocorreu na residência do presidente nacional do PDT, no Rio de Janeiro, Leonel Brizola. O próprio Waldir, figura histórica da oposição ao regime militar, já havia se filiado ao PDT, saído do PMDB, partido do qual fora um dos fundadores. O PMDB do Espírito Santo, ainda repleto de integrantes do governo Max Mauro, fica sem o Governador e sem aquele que almejava ser o candidato oficial à sua sucessão. A

⁴⁸ MEDEIROS, 1º de julho de 2011.

⁴⁹ MEDEIROS, 1º de julho de 2011.

influência interna do grupo político do Senador Gérson Camata, com quem Max Mauro travava renhida disputa desde 1982, passa a comandar o partido.

Uma vez no PDT, Albuíno e Max ficam a vontade para exercerem o controle do Diretório Regional, e assim viabilizarem o campo de alianças que daria a sustentação à candidatura de Albuíno. Agregam numa aliança o PDT, juntamente com o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Esta foi a coligação pela qual Albuíno disputaria o governo, tendo como principais adversários José Ignácio Ferreira (PST), Rogério Medeiros (PT) e João Calmon (PMDB). Seu Vice-Governador era o ex-Prefeito de Nova Venécia, Adelson Salvador, que renunciara ao mandato para disputar as eleições de 1990.

Albuíno vence as eleições em segundo turno, disputando contra José Ignácio Ferreira, num clima, como observado anteriormente, de quase plebiscito. A equipe de campanha de Albuíno havia conseguido criar a polarização entre os candidatos pró (Ignácio) e contra (Albuíno) o governo do Presidente Fernando Collor. A isso aliam-se os demais seis elementos relacionados acima e a grande aprovação popular do Governador Max Mauro. Este, percebendo as disputas que se travavam em torno do candidato pela hegemonia de sua campanha e, mesmo, pela viabilização da mesma, não mediu esforços no sentido de colocar toda a estrutura da administração estadual em prol do sucesso da candidatura de seu ex-Secretário de Planejamento. Muito menos os Prefeitos mediram esforços, em mais um lance de uma renhida disputa política que marcará a administração de Albuíno desde sua posse.

CAPITULO 5

O PODER LEGISLATIVO E SUAS PRERROGATIVAS NA NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL

“O SEGREDO ESTÁ NO NÚCLEO MAIS INTERNO DO PODER”⁵⁰

Max Weber observa que:

‘O nível do parlamento depende da condição de que este não simplesmente debata grandes questões, mas de que as solucione decisivamente; em outras palavras, sua qualidade depende da seguinte alternativa: o que ocorre no parlamento tem realmente importância ou o parlamento não passa de um mal tolerado boi de presépio de uma burocracia dominante (WEBER, 1997, p. 38).

O pensamento weberiano sinaliza uma agenda para o Legislativo. Weber conclama os parlamentares a se articularem no sentido de transformar o Poder Legislativo num ator institucional dinâmico no contexto histórico, o que passa necessariamente pela assunção de uma postura proativa frente às questões de cada Estado-Nação, ou dos entes que o integram. Manter-se no plano de “casa de discursos”, sejam estes da natureza que for, possuidores de qualquer conteúdo, é muito pouco diante dos desafios que se impõe historicamente ao Legislativo. Ainda que escrito por um alemão, analisando a situação do país às vésperas do início da 1ª Guerra Mundial (1914-1918), o pensamento de Weber pode ser estendido a toda e qualquer nação que possua suas instituições democráticas, e o Legislativo em especial, funcionando normalmente.

O que Weber deseja é que o Parlamento seja, de fato, um Poder do Estado, e não uma instituição meramente homologatória das agendas encaminhadas pelo Executivo, muito menos uma “casa de discursos” ou o espaço para o exercício do proselitismo. Independentemente do regime político ou do sistema de governo, o Poder Legislativo deve construir-se e afirmar-se como um ator histórico fundamental. Para tanto, além de prerrogativas e da existência dos recursos humanos e materiais adequados, todos essenciais, o Legislativo precisa ser revestido junto ao imaginário coletivo do papel especial que lhe é reservado historicamente e que bem retrata Max Weber.

⁵⁰ CANETTI, Elias apud BOBBIO, 1986, p. 10.

Valho-me da introdução de Max Weber para iniciar a discussão sobre as prerrogativas do Poder Legislativo brasileiro, concentrando minha atenção no Estado do Espírito Santo. Considero que Max Weber, de forma sintética, soube como poucos definir e expor os desafios que se apresentam ao Poder Legislativo, e isso já em 1917. Dada a natureza do objeto desta dissertação, cartografar as prerrogativas do Poder Legislativo é uma exigência natural para o desenvolvimento do trabalho. Por não me propor a realizar um estudo comparado entre as competências dos Poderes Legislativo e Executivo, concentrei minhas atenções na análise do primeiro, resgatando no segundo aspectos que julgo essenciais para que se estabeleça a construção desta dissertação, numa perspectiva de diálogo entre ambos.

Preliminarmente observo que, como um dos Poderes do Estado, a exemplo dos demais, as prerrogativas e competências do Legislativo encontram-se elencadas na Constituição. A promulgação da Constituição Federal de 1988 trouxe no texto, no *caput* do artigo 11 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 (ADCT/CF – 1988), a determinação para que cada Estado, através de suas Assembléias Legislativas, revestida de poderes constituintes e respeitados os princípios constantes da Carta Magna federal, elaborasse no prazo de um ano, portanto até 5 de outubro de 1989, sua nova Constituição.

Tratava-se de uma medida necessária, em razão do novo ordenamento constitucional federal de 1988 já estar em plena vigência, convivendo com os ordenamentos estaduais de 1967, com princípios e normas no mais das vezes em profunda contradição. Como já observado em capítulo anterior, a promulgação das novas Constituições Federal e Estadual tinham por objetivo derrogar a ordem imposta pelo regime militar nas Cartas de 1967. A história do país estava a exigir, pelas mudanças profundas que vínhamos atravessando nos mais diversos campos da vida política, econômica, social e cultural, que um novo ordenamento constitucional fosse elaborado e promulgado. Essa a tarefa determinada pelo aludido dispositivo do ADCT/CF – 1988.

Não me interessa nesta parte, abordando o caso do Espírito Santo, em discutir o processo de elaboração constitucional de 1989; ademais, ele fora bastante similar ao federal de 1987-1988 no tocante à participação popular. Alguns exemplos serão apontados como elemento ilustrativo do processo, como instrumento para melhor fundamentação de toda a minha argumentação.

Início minha abordagem transcrevendo uma interessante passagem da Circular nº 01/91⁵¹, datada de 25 de fevereiro de 1991, do Instituto de Previdência dos Deputados Estaduais (IPDE), firmada pelo seu presidente, e também presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo à época, Deputado Valci Ferreira. Na Circular, o Deputado Valci tece aos associados do Instituto, Deputados em exercício do mandato e ex-Deputados, além de pensionistas, todo um histórico sobre a criação e as normas que regiam o IPDE e o sistema de previdência dos parlamentares. Terminando o documento, diz o Deputado Valci:

Meu prezado colega:

Finalmente, uma última idéia.

Nos últimos anos, com o restabelecimento das prerrogativas e da força do Poder Legislativo, nós legisladores federais, estaduais e municipais, passamos a ser olhados como impertinentes, inconvenientes, intrusos no ‘bolo do Poder’. E para nos combaterem, se levantam as vozes dos contrariados, principalmente dos que têm a ‘chave do caixa’, os homens do Executivo, para financiarem campanhas difamatórias do Legislativo. Ontem, falavam que o deputado não pagava imposto de renda, depois falaram da inércia dos parlamentos, ultimamente falam do alto salário, do nepotismo e do IPDE. Vão continuar falando sempre. Futuramente vão nos criticar alegando que estamos com força demais. Precisamos reagir. O que o povo quer de nós é trabalho. Muito trabalho. Bom salário e boa previdência são um direito e uma conquista de todos os parlamentos do mundo.

A nova Constituição Federal e Estadual nos abrem um amplo caminho para o trabalho na elaboração de leis e no controle e fiscalização do Poder Executivo, até hoje senhor absoluto dos orçamentos e dos destinos públicos do povo capixaba. A nossa imagem, acredito eu, não se desgastou porque temos, agora, um bom salário ou uma boa previdência; ela se desgastou, isto sim, porque não tínhamos força constitucional para legislar, nem mesmo para fazer uma simples emenda ao orçamento do Estado. Hoje, tudo mudou. A partir da nova ordem constitucional, em forma de co-gestão com o Executivo, nós somos e seremos os verdadeiros ordenadores das políticas públicas, os agentes de todo e qualquer processo de desenvolvimento político, econômico e social do Espírito Santo. Nada se faz sem a Lei, e a Lei é produto de nosso trabalho. Por tudo isto, estamos incomodando, principalmente estamos incomodando o Executivo imperialista do passado, acostumado a ver um Legislativo constitucionalmente amordaçado e fraco.

Mas não tenho dúvida, este é o nosso grande momento. O momento de nossa afirmação. O Poder Legislativo vai exercitar sua força e as suas prerrogativas de Poder legiferante e de fiscal do Governo. E, apesar das críticas encomendadas, vamos buscar o nosso fortalecimento no trabalho, crescendo de importância no contexto da política nacional.

⁵¹ A íntegra da Circular nº 1/91 encontra-se transcrita, de forma digitalizada, no Anexo A desta dissertação, P. 207-214.

O documento firmado pelo Deputado Valci Ferreira não pode ser entendido como uma simples circular a um conjunto de associados de um instituto de previdência. Na parte acima transcrita, ele constitui uma verdadeira agenda de ações a serem empreendidas pelo Legislativo na construção de seu campo de ação política. E este, na visão do Deputado Valci, presidente do IPDE e da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo à época, se processaria a partir da “co-gestão com o Executivo”. Valci se prevalece da nova ordem constitucional para fundamentar seu texto. Ele entende que o Legislativo se fortaleceu no novo contexto histórico do país pós-1988 e 1989. E apresenta algumas pistas de como seriam essas ações, basicamente pautadas no exercício pleno do poder legiferante, na fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo e na propositura de emendas aos projetos de lei dos Orçamentos do Estado, do Plano Plurianual e das Diretrizes Orçamentárias (previstos nos incisos I, II e III do *caput* do artigo 165 da Constituição Federal).

Essa Circular, analisada hoje, era um chamamento para que os parlamentares revissem a sua cultura política, transitando de uma postura dócil diante do Executivo, fato imposto pelo caráter autoritário da Constituição de 1967, para uma postura que se não agressiva, despontava como intolerante à inércia do parlamento e dos seus integrantes. Era preciso responder às críticas da sociedade, e isso só seria possível, como observa o Deputado Valci Ferreira, através de muito trabalho. Aquele era o momento, em sua visão, da afirmação do Legislativo, de seu crescimento no “contexto da política nacional”.

Não se pode entender essa Circular apartada de seu contexto histórico. Realmente, após a promulgação das novas Constituições, o Poder Legislativo passou a ser alvo de um cerrado controle por parte da sociedade. Durante o regime militar, como mecanismos de compensação à docilidade das Casas Legislativas, diversas benesses foram concedidas aos parlamentares – são aquelas que o Deputado Valci aponta como alvo de críticas: isenção de pagamento do imposto de renda, melhoria da previdência dos parlamentares, vencimentos elevados em comparação ao conjunto dos servidores públicos e dos integrantes dos demais poderes, entre outras. Essas críticas eram constantes, pois o Legislativo estava sendo esquadrihado pela opinião pública e pelas mídias. Isso provocava contrariedade entre seus membros, haja vista que os mesmos sentiam-se acuados e tolhidos no exercício de direitos que há décadas usufruíam.

O Deputado Valci insurgia-se, inclusive, contra o caráter hipertrofiado do Executivo brasileiro, presentindo por parte deste um certo temor em relação a algumas prerrogativas que foram instituídas ou restituídas ao Legislativo com o advento da Carta de 1988. De fato, vivia-se um momento de redefinição dos jogos políticos, com todos os agentes públicos articulando seus mecanismos decorrentes do novo ordenamento constitucional. O Legislativo, tolhido em suas prerrogativas ao longo do regime militar, ansiava por ocupar um lugar de destaque no contexto político nacional. E a Circular 01/91 do IPDE expressava, reitero, uma agenda de ações a serem empreendidas na (re)construção dessas prerrogativas.

Nada mais justo do que a preocupação do Presidente do Legislativo do Espírito Santo em formular uma proposta dessa agenda. Entretanto, ele a faz não na condição de Presidente do Poder, mas de Presidente do IPDE, um órgão fundado para gerir aposentadorias e pensões pagas a ex-parlamentares e seus dependentes. Benefícios que eram custeados, em sua maior parte, pelo Tesouro Público. Uma pérola do patrimonialismo.

Nesse contexto, complexo, a Circular 01/91 pode ser entendida como um documento não de propositura de agendas, mas de mecanismos de que deveriam se valer os parlamentares para, estabelecido os conflitos de interesses com o Poder Executivo, pressionar em benefício da manutenção de seus privilégios. Invertia-se a ordem do discurso, usando-se de um princípio legítimo e desejado, a autonomia do Legislativo e o seu fortalecimento no novo momento da história brasileira para manter privilégios de um grupo de cidadãos e cidadãs, como se os mesmos formassem uma casta.

Retomo os significados da Circular para nela enfatizar um aspecto que considero historicamente relevante no caso do Espírito Santo. O Presidente do IPDE, e da Assembléia Legislativa, em 1991, manifesta sua visão de como deveria se portar o Legislativo. Não haveria condescendência, não haveria trégua na função de fiscalização e controle. Ou seja, sinalizava os meios pelos quais o Legislativo reagiria frente às constantes cobranças de extinção de seus privilégios. Há no documento uma inconformidade com o tratamento, que considerava injusto, recebido pelo Legislativo. Esse era o pensamento de Valci, mas que incorporava o de grandes parcelas dos parlamentares à época no exercício de seus mandatos.

Esse pensamento, no contexto histórico do Espírito Santo, fundamentou a ação de alguns parlamentares após a promulgação da Constituição, e, principalmente, após a posse do Governador Albuíno em 1991.

Como afirmei anteriormente, uma nova cultura estava se formando no Legislativo e se baseava nas prerrogativas deste, oriundas do texto constitucional de 1988-1989.

Que prerrogativas eram essas que levavam o Deputado Valci, na defesa do privilégio da aposentadoria especial dos parlamentares, a esgrimir ameaçadoramente? Analiso algumas delas na sequência, focando minha atenção no caso do Legislativo do Estado do Espírito Santo.

A função legiferante era uma delas, esta é uma função própria da Casa Legislativa, só derogada em momentos de exceção política ou quando do uso de medidas legais, constitucionalmente criadas, como os antigos Decretos-Leis, as Leis Delegadas e o instituto do decurso de prazo na tramitação de matérias no âmbito do parlamento. Qual dimensão legiferante a Constituição agregou ao Legislativo? Poucas. Vejamos, no caso do Espírito Santo, o texto do parágrafo único do artigo 63 da Constituição de 1989, que reserva como de competência privativa do Governador a iniciativa de leis que tratem da criação de cargos e funções; do aumento da remuneração dos servidores; da fixação do efetivo da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar; da organização administrativa e de pessoal do Poder Executivo; do regime jurídico do servidor público do Executivo; da organização do Ministério Público, da Procuradoria Geral do Estado e da Defensoria Pública; da criação e estruturação de órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional.

No artigo 64, consta a vedação de aumento de despesas previstas “nos projetos de iniciativa do Governador do Estado, ressalvado o disposto no art. 151, §§ 2º e 3º [Projetos de Lei dos Orçamentos anuais, do Plano Plurianual e das Diretrizes Orçamentárias – mesmo nesses casos, o aumento de despesa não pode ser efetuado além do que for originalmente proposto pelo Poder Executivo, podendo, isso sim, haver o remanejamento do total geral para outras áreas que não aquelas encaminhadas no texto original]. Nesse sentido, o campo legiferante apresenta-se bastante limitado, tolhendo o Legislativo e preservando o Poder Executivo na iniciativa das principais normas jurídicas. É a imposição de agenda pelo Executivo ao Legislativo, uma característica do funcionamento do sistema político brasileiro desde o regime monárquico. Óbvio que

existe um vasto campo de proposições a ser explorada pelos parlamentares, mas que precisam ser cotejadas com outros dispositivos constitucionais para, então, revestir-se da devida legitimidade.

Os principais avanços encontram-se nas competências de fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo e na possibilidade dos parlamentares apresentarem emendas aos Projetos de Leis dos Orçamentos – os previstos nos incisos I, II e III do *caput* do artigo 65 da Constituição Federal. Para o exercício dessas prerrogativas, uma série de normas infra-constitucionais e aquelas internas das Casas Legislativas (Regimento Interno) foram sendo editadas a partir de 1988. A isso acrescenta-se a maior relevância do Tribunal de Contas, que passou, ele também, a contar com prerrogativas constitucionais e uma série de normas complementares que fortalecem a sua atuação institucional.

Especial atenção deve ser dada ao instituto das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI). Na Constituição do Estado do Espírito Santo a sua criação, bem como suas competências, estão inscritas no parágrafo 3º do artigo 60, que abaixo transcrevo:

Art. 60. ...

[...]

§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no regimento interno da Assembléia Legislativa, serão criadas mediante requerimento de um terço dos seus membros para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores, no prazo de noventa dias.

A CPI transformou-se no mais vigoroso instrumento de apuração de denúncias e de luta política manejado pelo Legislativo brasileiro a partir de 1988, fato esse a merecer um estudo acadêmico específico, que explore o viés político dessas comissões, o que não é o caso desta dissertação. Ressalto que essas comissões, privativas das Casas Legislativas, pelos poderes de que são revestidas pela Constituição, podem investigar de maneira criteriosa e aprofundada toda e qualquer denúncia que, consubstanciada em requerimento, e atendidas às exigências dos regimentos internos das Casas Legislativas, sejam elevadas à condição de objeto de investigação por Comissão Parlamentar de Inquérito. Nesse sentido, e aqui faço um recorte para aproximar essas comissões do objeto de estudo desta dissertação, temos assistido a uma crescente transformação das

CPIs em uma arena de luta política, ou em espaço privilegiado para a atuação parlamentar ou, também, num instituto que, partindo de um tema de grande relevância para a sociedade, alavanca carreiras políticas a partir da criação no imaginário coletivo de representações políticas deste ou daquele parlamentar. Seria uma temeridade criticar a existência dessas Comissões, mas tão temerário quanto é não observar o seu nas diversas nuances acima elencadas. E são vários os exemplos empíricos a sustentar essa afirmativa. Deles pinço um exemplar recente, pela abrangência de seus trabalhos e pelas conseqüências históricas que poderia gerar: a “CPI dos Correios” (2005/2006), que funcionou no âmbito do Congresso Nacional, composta por Senadores e Deputados, que acabou investigando a prática do suposto “mensalão”, teve seus trabalhos conduzidos de forma a criar uma ambiência de desestabilização institucional do governo federal, na perspectiva de influenciar os resultados das eleições presidenciais de 2006; hoje, através de um conjunto de depoimentos de diversos atores políticos, que parcelas da oposição tentaram criar, a partir das denúncias e da sua reverberação nas mídias, um clima político que possibilitasse a abertura de processo de *impeachment* contra o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Articulações e acordos políticos puseram por terra essa estratégia.

E foram justamente esses aspectos, inseridos no contexto das normas de funcionamento interno do Poder Legislativo, de que se valeram alguns parlamentares para demonstrar sua força política. Destaco mais um entre eles, o de analisar e deliberar sobre o veto do Governador a proposições legislativas. Outro aspecto relevante é o de propor emenda ao texto constitucional (PEC), além do exame minucioso das matérias em tramitação e sua alteração através de emenda ou substitutivo. E mais alguns de substancial importância, tais como a convocação de Secretário de Estado para prestar esclarecimentos sobre fatos específicos, o requerimento de informações e o comparecimento anual do Governador do Estado ao plenário da Assembléia para prestar contas de seus atos e responder aos questionamentos formulados pelos parlamentares.

Ao lado dessas, há uma série de competências privativas do Legislativo, que o Professor José Afonso da Silva (2011) elenca, e das quais pinço algumas a título de exemplo:

[...] eleger sua Mesa Diretora e constituir suas comissões permanentes, temporárias, ou especiais ou de inquérito; [...] elaborar e votar o seu regimento interno; [...] organizar seus serviços administrativos; [...] dar posse ao Governador e ao Vice-Governador do Estado; [...] julgar anualmente as contas prestadas pelo Governador referentes à administração direta ou indireta e apreciar relatórios sobre a execução

dos planos de governo; [...] promover a responsabilidade do Governador, quando for o caso; apreciar a denúncia contra o Governador nos crimes de responsabilidade e nos delitos comuns; solicitar a intervenção federal no Estado para garantir o livre exercício de suas funções; [...] autorizar o Governador a efetuar ou contrair empréstimos; [...] escolher dois terços dos membros do tribunal de Contas do Estado, bem como aprovar os nomes do outro terço indicado pelo governador; aprovar ou sustar o ato de intervenção estadual em Município; [...] aprovar a alienação ou concessão de terras públicas estaduais; [...] fixação dos subsídios do Governador e do Vice-Governador, dos Secretários de Estado e dos próprios Deputados Estaduais, observado o que dispõem os arts. 37, X (teto), 39, § 4º (fundamento do subsídio) [...] (SILVA, 2011, p. 624-625).

Pode o parlamentar, ainda, em Comissões ou no Plenário, discursar, debater e inquirir sobre fato determinado, estabelecendo uma discussão política sobre temas de interesse da sociedade. E pode fazer sem os receios que se abatem sobre a maioria dos cidadãos, visto que o “o Deputado é inviolável, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos”, conforme preceitua o artigo 51 da Constituição Estadual.

Há, ainda, um dispositivo que inscreve no campo das competências exclusivas da Assembléia Legislativa a prerrogativa de “sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar” (artigo 56, inciso IX da Constituição Estadual).

Não desejo estabelecer comparativos entre as atribuições atualmente vigentes e aquelas constantes dos textos constitucionais anteriores aos de 1988-1989, pois isso foge ao objeto de estudo desta dissertação. Importa-me ressaltar que as atribuições do Poder Legislativo, na forma apresentada, são amplas, permitindo aos parlamentares considerável margem de ação política no exercício de seus mandatos. Eles têm as prerrogativas, a Constituição as institui e o Regimento Interno da Assembléia Legislativa disciplina a sua aplicabilidade.

Retomo a discussão da Circular 01/91, após haver explorado o campo de prerrogativas do parlamentar. O documento firmado pelo Deputado Valci Ferreira, além de pródigo em ameaças veladas, como se intentasse estabelecer a ambiência para o surgimento de uma crise entre os poderes, oculta, por superficial, as prerrogativas que anteriormente relacionei, o que só reforça os indícios de tratar-se de documento redigido no calor das disputas políticas e em defesa de certas práticas assentadas no interior do Legislativo capixaba. Essa Circular indica um caminho a ser trilhado pelo conjunto dos parlamentares que desejarem valer-se do conjunto de suas prerrogativas constitucionais. Estes sempre terão as condições objetivas para o exercício pleno do seu mandato, desde que queiram exercê-lo em sua plenitude.

Há uma nuance nesse processo, nessa cultura, qual seja, a da economia do poder. O parlamentar, em tese, goza de todas as prerrogativas constitucionais que lhe são concedidas. Fazê-las efetivas em sua plenitude é algo que deve ser entendido para além dos aspectos jurídicos e formalísticos. O poder, por ser fluido, distribuiu-se de forma errática e gera, em diferentes momentos, situações onde o silêncio ou a leniência convenientes podem ditar o comportamento do parlamentar, movido por um conjunto heterogêneo de fatores ou interesses. Esse silêncio e essa leniência não derrogam a norma constitucional, mas manifestam, ruidosamente, uma ação política objetiva ou uma interpretação da mesma que sejam vantajosas para determinado interesse.

A Constituição Federal de 1967, acrescida da Emenda de 1969, sacramentou um paradigma de Estado no qual o Poder Executivo exercia papel de total predominância na vida política do país. Isso foi sendo aperfeiçoado pela inclusão no ordenamento jurídico de uma vasta legislação que garantia ao Executivo, no plano federal, poderes de exceção próprios de regimes autoritários. O Legislativo e o Judiciário tiveram suas prerrogativas tolhidas tanto por força da ordem constitucional quanto da infraconstitucional quanto pelo uso dos poderes excepcionais conferidos ao Executivo - especialmente aqueles originários do A. I. 5, que permitia a cassação do mandato de parlamentares e o próprio fechamento temporário das Casas Legislativas. As Cartas de 1988-1989 alteraram essa realidade, permitindo que os enfrentamentos e as diversas ideologias pudessem ser transpostas para a arena do debate político.

CAPITULO 6

O GOVERNO ALBUÍNO E OS ARRANJOS INSTITUCIONAIS: O PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO, O ULTRAPRESIDENCIALISMO E O PODER LEGISLATIVO.

Duas pessoas, além do Governador eleito, atraíram as atenções na cerimônia de sua posse, ocorrida no dia 15 de março de 1991: sua mãe, Normília – que, com seus depoimentos sobre o filho e sua luta de menino pobre que venceu na vida, havia se transformado numa das principais peças da campanha do candidato – e o então Ministro dos Esportes, o jogador de futebol Zico.

Albuíno chegara ao poder e era hora de iniciar suas ações de governo. Estas não constituem objeto desta dissertação, sendo citadas ao longo do texto como recurso exemplificativo. Interessa-me, e isto é o que discutirei, os arranjos institucionais e as discussões levantadas no artigo de Pereira e Lemos (2002), pelo fato de aproximarmos em nossos pressupostos teóricos, bem como todo o contexto de crise institucional, cujo ápice se deu entre os meses de abril a julho de 1993. Essa crise será discutida a partir de seus próprios acontecimentos estampados nas páginas do jornal A Gazeta.

Recorro à entrevista de Rogério Medeiros para iniciar esta discussão. Segundo ele, “ninguém era forte no governo de Albuíno”⁵². A própria base política responsável pela sua eleição, e aqui não falo apenas dos partidos, mas de toda a heterogeneidade de atores políticos que se uniram num momento suprapartidário de apoio ao candidato do PDT, expressava a própria complexidade da base de sustentação do governo iniciado em 15 de março de 1991.

As disputas por espaços de poder logo se fizeram públicas. A principal, cujos contornos já haviam se delineado desde a campanha eleitoral, envolvia, de um lado, o ex-Governador Max Mauro, que se auto-intitulava o criador de Albuíno, e um grupo político suprapartidário liderado, entre outros, pelos Prefeitos Ferraço e Enivaldo dos Anjos. Ao lado destes dois, logo estaria perfilada uma base político-partidária também

⁵² MEDEIROS, 1º de julho de 2011.

bastante heterogênea, formada no interior do Poder Legislativo, que chamarei ao longo do texto de base parlamentar suprapartidária.

Max Mauro, “o criador de Albuíno”, havia sido um Governador atacado pelos setores políticos conservadores desde o início de seu mandato, e com eles manteve uma relação tensa, de confronto permanente. No panorama política do Espírito Santo, Max situava-se a esquerda, sempre articulado com os grupos mais progressistas. Mas, como observa Rogério Medeiros, “Max era um sujeito correto, honesto, mas intransigente, que dificultava o diálogo e se cercava de um grupo muito restrito de pessoas”⁵³. No meio político estadual, tinha fama de perseguidor dos seus inimigos e dos grupos que contrariassem seus projetos. Nunca digeriu a derrota para Camata na convenção do PMDB, em 1982. Achava-se o candidato natural do partido, pois era dele integrante desde os tempos do MDB, que ajudara a fundar, e sempre fora crítico do regime militar.

Os Prefeitos Ferraço e Enivaldo vinham do campo oposto ao de Max. Foram militantes da ARENA durante o regime militar. Enivaldo sempre trilhou uma atuação política regional, concentrando-se nas regiões norte e noroeste do Espírito Santo, mantendo-se discreto, ainda que muito atuante nas articulações de bastidores da cena política. Nunca disputou cargo federal, tendo exercido apenas os de Prefeito de Barra de São Francisco e de Deputado Estadual – eleito pelo PFL e, posteriormente, pelo PDT. Seu último cargo público foi o de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, já estando aposentado do mesmo. Atualmente é suplente do Senador Magno Malta, liderança nacional do Partido da República (PR), e coordena o processo de implantação no estado do Partido Social Democrata (PSD), legenda liderada nacionalmente pelo atual Prefeito Municipal de São Paulo (SP), Gilberto Kassab, político oriundo da ARENA, PDS e PFL.

Ferraço ao chegar ao governo Albuíno tinha sólida experiência administrativa de âmbito municipal – no início da década de 1990, estava na metade de seu segundo mandato como Prefeito de Cachoeiro (cargo que ocuparia por mais dois mandatos entre a segunda metade da década de 1990 e primeira década do século XXI), havia sido Secretário de Estado e Deputado Federal – nesse mandato liderou, dentro do PDS, um movimento denominado “participação”, que, mantendo-se fiel ao regime, propugnava por mudanças no campo dos direitos civis e políticos, e por alianças com os grupos de

⁵³ MEDEIROS, 1º de julho de 2011.

oposição. Isso lhe deu projeção nacional, chegando a ser um dos oradores do histórico comício das Diretas Já, em 1984, no Rio de Janeiro. Na Prefeitura de Cachoeiro, a partir de seus mandatos, foi se estabelecendo as bases de uma liderança política sobre toda região sul do Espírito Santo. Chegou a ser uma espécie de “vice-rei” do sul capixaba, representação da qual, hoje, não mais se reveste. Hoje, exerce o mandato de Deputado Estadual, eleito pelo PFL. Seu filho, Ricardo, Deputado Estadual pelo PTB durante o governo de Albuíno, foi Vice-Governador do Estado no segundo mandato de Paulo Hartung (2007-2010). Exerce o mandato de Senador da República pelo PMDB, sendo considerado uma das lideranças políticas em ascensão no cenário estadual.

A campanha de Albuíno, como observado anteriormente, teve em Ferraço e em Enivaldo os principais pilares de sustentação junto aos Prefeitos e Vereadores, o que só aprofundava o campo de disputa com Max, que também almejava esse papel valendo-se do controle da máquina administrativa e dos recursos públicos.

Fernando Silva clarifica essa disputa ao afirmar que uma das dificuldades do novo Governador consistia no fato de que “o pessoal do Max queria mandar”⁵⁴. Sua afirmação, refletida no espelho, expressava o desejo de desidratar politicamente o grupo de Max. Outras pessoas, outros grupos que se associaram para a eleição de Albuíno revestiam-se de legitimidade para, também, desejaram mandar, ou seja, partilhar dos espaços de decisão político-administrativa do governo ou nele ocuparem posições de destaque nos órgãos da administração direta ou indireta.

Fernando Silva, ele próprio, é um significativo exemplo do caráter heterogêneo e suprapartidário que constituiu, na eleição, e depois no governo, a base de apoio ao Governador. Silva era integrante do PFL e muito ligado ao Prefeito de Colatina e seu companheiro de legenda, Dilo Binda – que fora um dos mais ferrenhos opositores do governo de Max Mauro nos dois anos em que exerceu o mandato de Deputado Estadual antes de sua eleição para a prefeitura da principal cidade do noroeste capixaba. Sua aproximação com o governo, já na condição de Prefeito Municipal de Colatina, a principal cidade do noroeste do Espírito Santo, se dera através da interlocução com o Secretário-Chefe da Coordenação Estadual de Planejamento (COPLAN), Albuíno Cunha de Azeredo. O comportamento de Binda exemplifica como foi esse processo de aproximação. Na verdade, os setores da classe política que não se relacionavam com

⁵⁴ SILVA, 12 e 13 de julho de 2011.

Max, se aproximaram foi de Albuíno. Este passou a ser, no governo Max após sua vinda para o estado em 1988, o interlocutor entre esses pólos aparentemente inconciliáveis. Não havia, portanto, uma adesão a Max, mas uma aproximação com Albuíno, nesse aspecto residindo o início da grande articulação suprapartidária da classe política capixaba que, em dois anos, transformou um recém-chegado Albuíno em Governador do Estado do Espírito Santo.

Fernando Silva, assim como Dilo Binda e muitos outros pefelistas, haviam votado em Albuíno, contrariando a determinação do partido, que indicara o candidato a Vice do Senador José Ignácio, o Deputado Federal e empresário Pedro Ceolin Sobrinho. O pragmatismo político dirigiu o comportamento de diversos atores políticos que, como Silva, Binda e Enivaldo, não acompanharam seus partidos no decorrer de toda a campanha. Há indícios, desde este momento, que esse grupo articulava um projeto de poder político e que esse, necessariamente, passava pelo afastamento do governo tanto do ex-Governador Max Mauro quanto dos quadros administrativos a ele ligados.

Na composição do Poder Legislativo resultante das eleições de 1990, o PDT, partido do Governador, elegeu apenas 3 parlamentares contra 6 do PFL (dentre eles, exercendo o primeiro de seus três mandatos, estava o contraventor José Carlos Gratz), 4 do Bloco PRN/PDC, 5 do PSDB, 4 do PTB, 4 do PMDB, 3 do PT e 1 do PSB (este, curiosamente, o atual Governador Renato Casagrande). A coligação formada em torno da eleição de Albuíno controlava nominalmente 8 parlamentares de um total de 30⁵⁵. Segundo observam Pereira e Lemos (2002), “o resultado concreto da eleição de 1990 para o formato do sistema partidário foi o desaparecimento de um partido dominante em favor de uma alta fragmentação partidária e ideológica” (PEREIRA; LEMOS, 2002, p. 414) na composição do Legislativo Estadual. Era o caso do PMDB, antes possuidor de uma maioria acachapante no interior do Legislativo mas que, em razão das inúmeras disputas internas, foi se desidratando com a saída de inúmeras lideranças políticas de significativo peso eleitoral, especialmente após 1988, com a fundação do PSDB.

Pereira e Lemos (2002) observam que dos resultados das eleições de 1990 para a Assembléia Legislativa, emergiu um cenário no qual “[...] a maior parte dos deputados

⁵⁵ Fonte: Diretoria de Documentação e Informação da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

estaduais eleitos tinha como base eleitoral municípios do interior” (PEREIRA; LEMOS, 2002, p. 415). Já os

“[...] quatro municípios (Vitória, Vila Velha, Cariacica e Serra) eram bastante desiguais em termos socioeconômicos e de cultura política. Nessa área, o nível de competitividade entre elites era alto, de forma que daí não emergiu nenhuma força dominante [...] o peso do interior se mostrava muito grande no geral, mas pequeno do ponto de vista de cada uma de suas cidades, das quais se destacavam Cachoeiro [...], Colatina e Linhares” (PEREIRA; LEMOS, 2002, P. 414-415).

Das 30 vagas que compunham a Assembléia Legislativa, 18 eram ocupadas por “[...] parlamentares com base nos municípios do interior. Desses, 12 provinham de cidades muito pequenas” (PEREIRA; LEMOS, 2002, P. 416). Disso se conclui que

[...] a maior parte dos deputados estaduais eleitos em 1990 possuía bases eleitorais concentradas do ponto de vista geográfico, com maior destaque para os municípios do interior. Além disso, a carreira política desses parlamentares se mostrava associada ao poder local (PEREIRA; LEMOS, 2002, p. 414).

No comportamento dos parlamentares em relação ao governo, analisada a fragmentação partidária e o forte componente interiorano dos mesmos – o que os torna mais dependentes do repasse de recursos financeiros e da realização de obras pelo Poder Executivo Estadual -, cristalizou-se um comportamento, logo no início da Legislatura, em que “[...] a esmagadora maioria estaria ‘naturalmente’ disposta a aproximar-se do governador, devido ao volume de recursos controlado por ele” (PEREIRA; LEMOS, 2002, p. 421).

Outro dado importante, derivado da excessiva pulverização de candidatos aos 30 cargos de Deputado em disputa, refere-se ao fato de que “ a competição para a Assembléia em 1990 foi muito alta. Um total de 17 partidos lançaram nada menos que 385 candidatos” (PEREIRA; LEMOS, 2002, p. 421). Nenhum dos parlamentares eleitos teve votação expressiva (PEREIRA; LEMOS, 2002). Nesse sentido,

[...] a competição entre todos os candidatos e até dentro dos seus partidos/coligações foi muito intensa. Nenhum dos eleitos possuía algo equivalente a um ‘distrito seguro’, ou seja, um número de votos nominais, concentrados ou não, que garantisse a sua eleição (PEREIRA; LEMOS, 2002, p. 422).

A Assembléia empossada em fevereiro de 1991 era, portanto, de base interiorana e de baixa densidade eleitoral, pelas razões anteriormente expostas. Havia instalado um clima de cooperação com o Executivo, independentemente da filiação partidária do parlamentar, tendo em vista a necessidade destes em manterem suas bases e ampliá-las,

garantindo o apoio das lideranças municipais essenciais para o sucesso de seus projetos políticos. Esse contexto era, em tese, altamente favorável ao desenvolvimento dos mecanismos do ultrapresidencialismo federalista (ABRUCIO, 1998), existindo as pré-condições para que o Governador Albuíno fosse o verdadeiro centro das decisões. Segundo Abrúcio, “a dinâmica ultrapresidencialista estadual tornava os governadores fortíssimos perante a classe política local, que normalmente aderira e apoiava o governo estadual” (ABRUCIO, 1998, p. 24). Sobre o papel dos Governadores, cabe destacar que “[...] a ocupação da governadoria foi na redemocratização – e ainda é – a mais importante condição mas não suficiente para um político tornar-se posteriormente um ‘cacique regional’ ”(ABRUCIO, 1998, p. 21). Ao longo deste capítulo, ao analisar o caso do Espírito Santo no período 1991-1994, irei demonstrar de que forma as bases desse ultrapresidencialismo estadualista se estruturou e operou nestas terras. Como todo esquema teórico, a aplicação do mesmo aos contextos históricos vai revelando nuances próprias, que longe de negá-lo, evidencia a construção de paradigmas. Cabe identificá-los e discuti-los.

Pelos paradigmas do presidencialismo de coalizão (ABRANCHES, 1988), o Governador deveria compor seu secretariado e órgãos da administração indireta com membros de outros partidos que lhe assegurassem, de fato, uma maioria no Poder Legislativo. Não foi o que fez, pois, “conforme a cobertura jornalística, das 12 pastas só três foram destinadas a pessoas filiadas a partidos, dois do PDT e um do PSB” (PEREIRA; LEMOS, 2002, p. 429). A representação desses partidos no secretariado de Albuíno era desproporcional ao tamanho de suas bancadas na Assembléia Legislativa que, juntas, totalizavam 4 Deputados de um total de 30. Nesse contexto, Pereira e Lemos (2002) afirmam que “[...] durante o mandato de Albuíno Azeredo o governador não dominou o Legislativo e, mesmo estando seu partido em situação minoritária no plenário, também não promoveu um governo de coalizão”(PEREIRA; LEMOS, 2002, p. 409).

Trata-se de uma afirmativa que irei problematizar, pois entendo que o foco sobre os indícios das condições de governança e de governabilidade durante a administração de Albuíno Azeredo deve ser buscado fora das estruturas partidárias, em algum tipo de articulação que, a exemplo daquela que elegeu o Governador em 1990, se processava por canais informais ou suprapartidários, valendo-se da criação, no âmbito do Legislativo, de pólos de poder que agregassem o quantitativo de parlamentares

necessário para a aprovação de matérias ou para o enfrentamento político em defesa dos interesses do governo.

Outro campo propício à observação de indícios das condições de governança e de governabilidade é aquele relacionado às ligações do parlamentar com sua base de apoio municipal. Como visto anteriormente, a articulação de uma ampla e suprapartidária frente de Prefeitos e Vereadores constituiu uma das razões determinantes do sucesso eleitoral de Albuíno em 1990. No contexto do Legislativo eleito no mesmo ano, observa-se que a maior parte dos parlamentares “[...] construiu, ao longo do tempo, suas carreiras políticas com forte inserção municipal” (PEREIRA; LEMOS, 2002, p. 417). E mais, de um total de 30 parlamentares, “[...] 17 [...] teve carreira centrada em municípios, treze deles atuando no interior e quatro na Grande Vitória” (PEREIRA; LEMOS, 2002, p. 417), e entre esses 17, excetuando-se o caso da Deputada Brice Bragatto (PT), “[...] os outros 16 pareciam dever seus desempenhos eleitorais a algum tipo de manipulação de recursos públicos em seus municípios” (PEREIRA; LEMOS, 2002, p. 417).

Ora, a origem dos recursos públicos a serem aplicados em obras e serviços nos Municípios é o Tesouro estadual, controlado pelo Executivo. Surge aí uma evidência que nos auxilia a montar todo o jogo operado para a atração de parlamentares pelo Executivo no decorrer do governo Albuíno. A liberação dos recursos almejados era efetivada em razão de determinado apoio. Era o jogo.

Valho-me do depoimento do ex-Deputado Fernando Silva (PFL), para esclarecer melhor todo esse cenário e perceber a forma como se processaram as relações entre o Executivo e o Legislativo no transcurso do governo Albuíno. Segundo ele, o “pessoal [parlamentares] gostava da *merenda*”⁵⁶. Ele próprio esclarece que esse termo não constitui metáfora para a prática de qualquer tipo de ilegalidade ou de atos contrários à ética e à moral. Essa *merenda* a que alude Silva, e que a propagava da tribuna da própria Assembléia, constituía, isto sim, a série de prebendas e recursos financeiros para obras e serviços nas bases municipais, solicitadas ao governo pelos parlamentares e dele obtidas. Essa *merenda*, e a necessidade de sobrevivência política da maioria dos parlamentares, levou-os a articularem-se na formação de um grupo suprapartidário que, independentemente de seu quantitativo, controlou as estruturas internas da Assembléia

⁵⁶ SILVA, 12 e 13 de julho de 2011.

Legislativa no período de 1991 a 1994, sofisticando-se a partir de então num processo interrompido apenas em 2003.

Sobre o custo de estruturação e manutenção de uma base de apoio no Poder Legislativo, Rogério Medeiros, que no governo Vitor Buaiz (1995-1998) desempenhou o papel de principal articulador político – seja como Secretário-Chefe da Casa Civil, seja como Secretário de Estado da Fazenda -, afirmou que “a Assembléia tem um custo alto”⁵⁷, não especificando a natureza do mesmo. Infere-se que esse custo é resultado dos acordos, com os conseqüentes repasses de recursos, realização de obras e prestação de serviços nas bases eleitorais dos parlamentares e, mesmo, o atendimento de demandas de setores do funcionalismo público, geralmente de natureza salarial, que possuam influência sobre algum parlamentar. Mas fica a questão do custo, expondo um dos mecanismos pelos quais as administrações estruturam as bases para o sucesso de sua governança e de sua governabilidade.

Nessas bases foram se constituindo as formações parlamentares de apoio ao Governador. Isso já nos primeiros meses de seu governo. Silva esclarece que dentro desse grupo as coisas se processavam, em alguns momentos sob tensão, mas sempre buscando pactuações e acordos que respeitassem os interesses de todos os seus integrantes: “era uma coisa de saber administrar, pois todo mundo ficava numa situação cômoda. A gente sentava na mesa do gabinete do presidente [da Assembléia] e discutia tudo de forma clara”⁵⁸, ou seja, todos eram atendidos em seus interesses, o que não implica dizer que havia um consenso absoluto sobre todos os temas e interesses. As questões de disputas internas eram resolvidas dentro do próprio grupo, segundo Silva⁵⁹. Mas a mediação dos conflitos internos, quando surgidos, se processava no contexto daquela articulação parlamentar, não extravasando para fora de seus círculos.

Valho-me de uma observação de Pereira e Lemos (2002) para corroborar tal afirmativa. Diferentemente da realidade do Congresso Nacional, objeto de estudo por excelência das relações entre Legislativo e Executivo, onde encontram-se organizadas expressivas bancadas parlamentares, no caso do Espírito Santo:

As bancadas com as quais Azeredo se defrontou eram muito pequenas, parecidas do ponto de vista ideológico, institucional e de

⁵⁷ MEDEIROS, 1º de julho de 2011.

⁵⁸ SILVA, 12 e 13 de julho de 2011.

⁵⁹ SILVA, 12 e 13 de julho de 2011.

bases eleitorais [...] isso lhe concedia vantagem estratégica na relação com os parlamentares [...] Tirando os quatro deputados de oposição radical (PT e Gualberto), ele poderia jogar com as rivalidades dos outros 26. Se sua agenda não incluísse reformas constitucionais que alterassem muito o *status quo*, sua margem de manobra seria maior ainda. A coisa se passaria como se os custos para a obtenção de apoio dos deputados capixabas fossem muito baixos. Assim, o governador não precisaria conceder cargos de primeiro escalão, bastando dirigir recursos (cargos de nível mais baixo e verbas) para as bases eleitorais, pequenos municípios nos quais bens públicos de baixo custo de execução garantiriam o prestígio do parlamentar (PEREIRA; LEMOS, 2002, p. 424-425).

Como em seu governo, Albuíno, de forma similar aos demais antecessores e aos seus sucessores, não precisou submeter nenhum tipo de Proposta de Emenda Constitucional à Assembléia Legislativa, os custos do apoio dos parlamentares apresentou-se baixo, se comparado ao que veio a ocorrer no plano federal, quando o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, em seu primeiro mandato, iniciado em 1995, submeteu ao Congresso diversas Propostas de Emendas Constitucionais que alteravam de forma substancial a ordem econômica, o sistema eleitoral e os direitos sociais.

Fernando Silva explica que as relações e os interesses entre o Executivo e o Legislativo eram claras, com “obras, serviços e recursos à disposição do trabalho político”⁶⁰. E complementa afirmando que “cada Deputado tinha relação com um prefeito”⁶¹. Tais afirmativas, agregadas às observações anteriores de Pereira e Lemos (2002, p. 424-425), indica a estruturação de uma parceria entre o Legislativo e o Executivo, ambos valendo-se de suas prerrogativas e dos meios que lhe são específicos/próprios. Fernando Silva a define de forma clara: “o importante na gestão de Albuíno é que não era o ‘toma lá, dá cá’. Era um jogo de poder compartilhado. Um apoiava o outro nas suas pretensões”⁶². Essa tônica de participação, de co-governo, é a mesma utilizada pelo Deputado Valci Ferreira na Circular nº 01/91 (Anexo A).

Nesse contexto, os Deputados e o Governador apresentam-se como protagonistas dos jogos políticos, independentemente dos meios pelos quais se valiam para manter-se em campo. Essa a razão pela qual Albuíno contraria o raciocínio de que

[...] contando com vantagens estratégicas tão grandes, não havia razão para supor que o Chefe do Executivo, sendo ele um ator racional, cedesse qualquer coisa para qualquer deputado. A dispersão dentro do Parlamento e a alta competição eleitoral tornariam os deputados individualmente verdadeiros reféns do governador, que, poderia

⁶⁰ SILVA, 12 e 13 de julho de 2011.

⁶¹ SILVA, 12 e 13 de julho de 2011.

⁶² SILVA, 12 e 13 de julho de 2011.

chantageá-los das mais diversas maneiras (PEREIRA; LEMOS, 2002, p. 425).

Não foi o que ocorreu à época, mas trata-se de um raciocínio, de uma hipótese, da qual se valeram outros Governadores do Estado do Espírito Santo na estrutura de suas relações com o Legislativo, em determinados contextos históricos. O que ocorre, no caso, é que tanto Albuíno quanto o Legislativo caminharam juntos nesse processo, aliás, o constituíram, foram formatando essas relações na medida em que os acontecimentos e os interesses se sucediam ou se manifestavam. Havia, entretanto, um ponto inicial, e este localizava-se exatamente na fragilidade eleitoral da maioria dos parlamentares eleitos em 1990, do forte conteúdo interiorano e municipalista, da fragmentação político-partidária e da ausência de ação do Governador em formar, a partir de sua liderança, uma base de sustentação política no interior do Poder Legislativo estadual. Fernando Silva teve um papel destacado na articulação interna desse apoio ao Governador, na formação do grupo suprapartidário que lhe deu sustentação interna.

Rogério Medeiros afirma que “Albuíno era um Governador fraco, que desconhecia os valores que existiam em seu governo”⁶³. Esse é um indício interessante a ser explorado. Max Mauro, José Moraes e Camata foram Governadores reconhecidamente fortes. Ora conciliando interesses, ora confrontando-os sob pena de perder a sustentação no Legislativo, os três souberam se valer dos mecanismos da administração pública estadual e dos recursos do Tesouro para exercerem seus governos. Já Albuíno parece um caso a parte. Ele não se confrontou com o Legislativo, e ainda conseguiu estruturar a base suprapartidária que lhe deu as condições de governabilidade e de governança. Segundo Silva, “como é que iriam [os Deputados] prejudicar um cara que era bom como o Albuíno? Ele administrou com todo mundo, mas fazia o que queria. Ele respeitava os Deputados e vice-versa”⁶⁴.

Há uma clara contradição entre as visões de Medeiros e de Silva, pelo menos numa leitura inicial. Na verdade, ambos estão corretos em suas afirmativas, que se complementam. E por se complementarem é que o grupo de Deputados, suprapartidariamente articulados, foi avançando em suas posições dentro da estrutura de governo e na obtenção de apoios financeiros para suas bases municipais. O mesmo Fernando Silva ilustra essa questão: “o governo era uma esculhambação organizada.

⁶³ MEDEIROS, 1º de julho de 2011.

⁶⁴ SILVA, 12 e 13 de julho de 2011.

Mas nosso apoio era automático, pois a máquina assim funcionava. O Secretário ou seu assessor liberava o que o Deputado solicitava. A relação e a colaboração eram diretas, sem entraves”.⁶⁵ E completa seu raciocínio: “era bem simples, se o Secretário não estava agradando [ao grupo] a gente pedia a saída dele”⁶⁶. A colaboração do governo com esses Deputados era intensa.

Segundo matéria publicada no jornal A Gazeta, edição do dia 20 de maio de 1993, p. 3, o líder do governo na Assembléia, Deputado Humberto Messias (PDT), chegou a promover um sorteio entre os parlamentares governistas para “definir os que serão beneficiados com os serviços de ‘patrulha mecanizada’ da Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas” – eis aí um exemplo do “custo” ao qual se referiu em sua entrevista Rogério Medeiros⁶⁷.

A distribuição de serviços públicos entre os integrantes da base de apoio do governo no Legislativo, era uma medida que atraía e mobilizava o desejo e o interesse dos parlamentares, pois se revestiria em ações diretas nos Municípios que formavam suas bases eleitorais, em benefícios visíveis aos olhos de cada habitante. Era o parlamentar, com o governo, atendendo à região e melhorando a vida de todos – como poderia constar de qualquer discurso proferido por agente político alusivo a esse fato. Segundo a matéria de A Gazeta, edição do dia 20 de maio de 1993, p. 3, “cada parlamentar aliado ao Palácio Anchieta será contemplado com uma média de 800 horas/máquina, por um período de aproximadamente de 10 dias”, período no qual seriam usadas “para obras de recuperação de estradas. Serão colocados à disposição de cada parlamentar quatro caçambas, um trator de esteira e igual número de retroescavadeira, patrol e pá-mecânica”.

A ação de Messias, a mando do governo, veio a público pelo jornal através de denúncia de um parlamentar de oposição. Era para ser um acontecimento oculto, para não transparecer que o governo estava agindo em troca de apoio. Mas vazou, revelando parte da engenharia das relações entre o Executivo e o Legislativo, e alguns dos meios pelos quais ela se operava. Em sua entrevista, Fernando Silva⁶⁸ confirma que a utilização de patrulhas mecanizadas era um instrumento valioso não apenas para a

⁶⁵ SILVA, 12 e 13 de julho de 2011.

⁶⁶ SILVA, 12 e 13 de julho de 2011.

⁶⁷ MEDEIROS, 1º de julho de 2011.

⁶⁸ SILVA, 12 e 13 de julho de 2011.

satisfação dos parlamentares, mas como compensação de alguns que estivessem se sentindo à margem dos jogos políticos ou, mesmo, para a atração daqueles que se mantinham numa postura independente diante do governo e do grupo suprapartidário.

Se não dispunham do controle da máquina pública do Executivo - daí a construção desse paradigma de relações todo próprio -, os parlamentares, imbuídos de uma nova cultura sobre as suas prerrogativas e sobre sua capacidade de ação política, detinham, por ser exclusividade deles, o controle da máquina da Assembléia Legislativa.

A estrutura interna de poder da Assembléia Legislativa tem na sua Mesa Diretora o órgão máximo. Integrada pelo Presidente e pelo 1º e 2º Secretários, eleitos a cada dois anos, à Mesa compete, entre outras atribuições, a de “dirigir os serviços das Casas e tomar as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos”, conforme preceitua o inciso I do artigo 17 do Regimento Interno. Tomo esse inciso como exemplar, pelo fato de sua redação ser bastante abrangente no tocante aos poderes da Mesa Diretora. Ao lado dele, 33 outros incisos e dois parágrafos integram o artigo 17, delineando a ampla e complexa estrutura de poderes concentrados na Mesa Diretora.

O Presidente da Casa tem suas atribuições relacionadas nos artigos 22, 23, 24 e 25 do Regimento Interno. Seus poderes são bem mais substanciais do que os reservados aos seus dois companheiros de Mesa, que encontram-se previstos nos artigos 26 (1º Secretário) e 27 (2º Secretário) do Regimento Interno. Este, aliás, é o documento que disciplina o processo legislativo e a distribuição de poderes entre os vários órgãos que integram a estrutura da Casa e dos quais participam os agentes políticos com assento na mesma. O Regimento Interno não trata de servidor, mas de parlamentar e do processo legislativo – esta é uma observação necessária para desfazer, desde já, qualquer dúvida ou equívoco na definição daquela norma de caráter interno do Poder Legislativo.

Segundo Pereira e Lemos (2002),

Em trabalho anterior, um dos autores deste texto (Pereira, 2001), demonstrou que o Espírito Santo está entre os estados brasileiros nos quais as delegações de poderes ao Presidente da Mesa Diretora e aos presidentes das comissões permanentes de maior destaque [Constituição e Justiça, Serviço Público e Redação; Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de Contas] atinge níveis mais significantes. Com isso, o que está a dizer é que os deputados poderiam – e efetivamente o fizeram – compensar suas desvantagens estratégicas vis-à-vis com o governador, por meio do controle de cargos na Assembléia, reequilibrando o jogo (PEREIRA; LEMOS, 2002, p. 425)

O fato de não haver se preocupado em valer-se dos mecanismos da coalizão na formação de seu secretariado - aliado à reduzida bancada eleita por sua coligação, à fragmentação partidária (com a sensível diminuição do PMDB, em razão de suas crises internas e da saída de várias lideranças, como Max e Albuíno) e à influência que Max Mauro exercia sobre a maior parte do secretariado (em sua primeira composição, empossada em 1991, 50 % das pastas eram ocupadas por antigos secretários ou subsecretários do governo de Max) - levou a que nas duas disputas para a presidência da Assembléia, em 1991 e em 1993, os candidatos apoiados por Albuíno (ambos pertencentes ao PDT) fossem derrotados. E quando observamos o perfil político dos eleitos nas duas disputas, Valci Ferreira (PTB), em 1991, e Marcos Madureira (PFL), em 1993, percebemos que os mesmos além de um perfil político conservador, nutriam sérias e profundas divergências com o ex-Governador Max Mauro – Marcos Madureira foi por ele exonerado da Direção Geral do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), sob acusação de prática de atos de corrupção.

Assim exposto, e agregado aos elementos anteriores e ao fato de Albuíno não haver conseguido atrair, ao longo de seu governo, “[...] (se é que tentou) um número seguro de deputados” (PEREIRA; LEMOS, 2002, p. 430), cristalizava-se um cenário político no qual o Governador dependia, de forma crescente, do apoio daquele grupo suprapartidário formado ainda em 1991, e para o qual foi atraído, logo no início, o Deputado Valci Ferreira, Presidente da Assembléia. Claro que essa dependência era dupla – da mesma forma que carecia dos votos dos parlamentares e da leniência ou omissão dos mesmos no exercício pleno de suas prerrogativas, o Governador os favorecia em suas bases com recursos financeiros e a realização de serviços, além de postos na estrutura administrativa do Estado.

Que não se classifique como coalizão toda essa dinâmica – e por purismo conceitual talvez –, mas a mesma pode ser circunscrita a um pacto de interesses comuns ou a uma prática partilhada de certos mecanismos de poder. Eram as bases, meio enviesadas, da estruturação no Espírito Santo de um modelo todo próprio de coalizão, forjada não entre partidos, como no modelo de Abranches (1988), mas entre interesses de parlamentares numa dimensão suprapartidária. Vejo nisso não uma deformação do processo político, mas a forma como no contexto do Estado do Espírito Santo, no período entre 1991 e 1994, estruturou-se um tipo de coalizão, um paradigma de relações entre os Poderes

Executivo e Legislativo – ainda que meio *jabuticaba*, se comparado ao modelo de Abranches (1988).

As derrotas de 1991 e, principalmente a de 1993, sob o ponto de vista do jogo partidário, pode indicar que o Governador, filiado ao PDT

[...] perdeu mais apoio do que ganhou. Considerando a alta fragmentação e a baixa institucionalização dos partidos, além da suposta dependência com relação a recursos públicos pelos parlamentares, os dois episódios demonstraram grande vitalidade dos deputados, o que talvez devesse à posição estratégica que os cargos lhes podiam conceder na Assembléia (PEREIRA; LEMOS, 2002, p. 428).

Na eleição de Marcos Madureira, em 1993, um fato curioso deve ser observado: a bancada do PT consegue eleger o 2º Secretário (Deputado João Coser, atual Prefeito Municipal de Vitória) e um suplente para a Mesa. Consegue, também, a presidência de duas Comissões permanentes. A aliança com o PT enquadra-se na estratégia defendida por Fernando Silva, para quem é importante ter oposição, “pois ela faz render; ela cobra, faz discurso, faz pressão. Ela mostra o que há de errado, permitindo a ação da base de apoio ”⁶⁹. A presença de um Deputado do PT na composição de um órgão colegiado como a Mesa Diretora, sobre a qual o Presidente da Casa exerce um poder quase que absoluto, foi nula do ponto de vista político, não alterando a dinâmica de funcionamento do grupo suprapartidário, muito menos a utilização da estrutura da Assembléia como elemento vital da imposição dos parlamentares no jogo político com o Poder Executivo. Meses depois, em razão da crise instalada com as denúncias de corrupção contra o 1º Secretário, Coser renuncia ao cargo. Mas o PT manteve-se no comando das Comissões que havia alcançado – Educação e Cidadania e Direitos Humanos.

Apesar do poder da Mesa, especialmente de seu Presidente, as Comissões gozam de prerrogativas consideráveis em suas áreas específicas, competindo-lhes não apenas a análise de matérias legislativas como, também, uma série de mecanismos de ação política que, bem utilizados, as capacitam como órgãos importantes na discussão de políticas públicas, na interlocução com a sociedade e na formulação de propostas. Seus presidentes concentram também muitos campos de ação para o exercício do poder – só que em escala restrita, se comparada àqueles de que dispõe o Presidente da Casa.

⁶⁹ SILVA, 12 e 13 de julho de 2011.

Retomo a visão de Fernando Silva sobre o papel da oposição, por nela perceber indícios de que o grupo suprapartidário valeu-se da bancada do PT que, ao lado dos Deputados Hélio Gualberto (PSDB) e Luciano Cortez (PRN), compunham o grupo duro de oposição a Albuíno – 5 Deputados num total de 30, para se cacifar um pouco mais no jogo político e nas relações que mantinham com o Governador. Segundo Fernando Silva, o grupo suprapartidário contava com 18 integrantes fixos⁷⁰. Restavam então 7 parlamentares, que posicionavam-se como organicamente governistas ou independentes, sendo que destes muitos, ocasionalmente, se aliavam ao grupo suprapartidário em defesa de questões específicas. Fernando Silva tinha uma visão instrumental da ação da oposição no Legislativo, pois “quanto mais brigava e denunciava, mais aumentava o nosso poder no Executivo”⁷¹, demonstrando a forma como se davam as relações que o grupo suprapartidário mantinha com o governo. Este, sempre que atacado, valia-se de sua base de apoio, composta principalmente pelos deputados desse grupo suprapartidário, para se defender. E isso tinha um custo, cuja fatura era apresentada diretamente ao Governador, a Secretário ou a dirigente de órgão da administração indireta do Poder Executivo.

O próprio Silva confidenciou⁷² que insuflava o Deputado Djair Camata (PSDB), integrante do mesmo grupo suprapartidário, para atacar o governo, em especial a área de Segurança Pública de onde originava-se. Dessa forma, segundo Silva, ficava mais fácil dialogar com o governo⁷³. O homem público Djair Camata, primo do ex-Governador Gérson Camata, fora Presidente da Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar, tendo sido internado, preso e expulso da corporação por atos de indisciplina durante o governo Max Mauro. Ele está a merecer um estudo acadêmico pela complexidade de representações que encarnou. Após o término de seu mandato, foi candidato ao Governo na sucessão de Albuíno, indo para o segundo turno contra o candidato do PT, o ex-Prefeito de Vitória, Vitor Buaziz. Sua plataforma era populista, com forte apelo à segurança pública e ao combate ao crime através de medidas à margem do ordenamento jurídico. Posteriormente, foi eleito Prefeito Municipal de Cariacica.

A eleição de Madureira, como observado anteriormente, fortaleceu ainda mais esse grupo suprapartidário. O governo já estava na metade de seu mandato, e era preciso

⁷⁰ SILVA, 12 e 13 de julho de 2011.

⁷¹ SILVA, 12 e 13 de julho de 2011.

⁷² SILVA, 12 e 13 de julho de 2011.

⁷³ SILVA, 12 e 13 de julho de 2011.

começar a se organizar o pleito de 1994, atendendo aos interesses heterogêneos em disputa, inclusive no interior do próprio grupo. Mas o Governador manifestou, pela imprensa, após reunir-se com sua equipe de governo, certa contrariedade quanto à derrota sofrida por seu candidato, o Deputado Paulo Lemos (PDT), na qual se empenhou pessoalmente.

Na edição do jornal A Gazeta, de 4 de fevereiro de 1993, página 6, Albuíno declarou que a eleição de Madureira fora um “divisor de águas”, e que “temos que trabalhar com o bloco que fez opção pelo Governo”; mais adiante na mesma matéria, afirmou que iria “precisar ampliar a base de sustentação do Governo na Assembléia Legislativa, já que 11 votos [o total obtido por Lemos] não são suficientes para a aprovação das propostas governamentais”; completou suas declarações afirmando que “[...] não iria tolerar posições dúbias”. Ora, no mundo da política, esse tipo de declaração, feita no calor de um revés, no caso em tela já previsto com grande antecedência, tem o objetivo de acalmar os aliados, ao mesmo tempo em que não destrói as pontes de que necessita. Albuíno era sabedor de que não governaria sem os votos que não foram carreados para Lemos. A maior parte deles, inclusive, era de integrantes do grupo suprapartidário, que dava sustentação ao seu governo desde 1991.

No mesmo sentido, podem ser entendidas as declarações do candidato vitorioso, o Deputado Marcos Madureira (PFL), dadas ao jornal A Gazeta, edição do dia 3 de fevereiro de 1993. O novo Presidente da Assembléia declarou que “a autonomia da Casa sobre o Executivo será uma das principais características de sua gestão”; “terminou o tempo das tratoradas”; segundo ele, suas decisões “não significam represálias ao Poder Executivo, já que ‘as matérias que procurem melhorar as condições de vida no Estado terão tratamento especial’”; concluiu afirmando que “nos últimos dois anos, a Assembléia sempre ajudou o Governo e por isso não pode ser responsabilizada por falhas. Se o Governo vai mal, a culpa não é dos deputados”.

Cada lado demarcou o seu campo, ciente de que a aliança entre ambos, forjada em 1991, não poderia ser rompida, em razão da dependência mútua construída desde então. Mas aqueles eram os momentos de festa e de reclamações, e cada um desempenhou protocolarmente o seu papel. Nas declarações de Madureira, ao referir-se a “autonomia” e ao “fim do tempo das tratoradas”, temos indícios da postura que o Legislativo iria assumir a partir de então.

Especialmente no tocante às “tratoradas”, Madureira referia-se a um expediente comum, previsto na Constituição, e típico da hipertrofia do Poder Executivo brasileiro ao longo de sua história, que é o chamado *regime de urgência*. Através dele o Governador do Estado, e também os Deputados, após aprovação pelo Plenário, conseguem que as matérias legislativas tramitem em tempo mais célere, suprimindo algumas formalidades previstas no Regimento Interno. O Poder Executivo sempre usou de forma sistemática esse expediente constitucional, evitando, dessa forma, que suas proposições venham a sofrer discussão mais aprofundada quando de sua tramitação. O uso sistemático do *regime de urgência* pelo Poder Executivo do Estado do Espírito Santo na tramitação de matérias por ele apresentadas vem sendo banalizado, o que enfraquece a capacidade política do Poder Legislativo de discutir e, havendo constitucionalidade, emendar tais proposições.

No episódio da eleição do Deputado Marcos Madureira (PFL) para a presidência da Assembléia, no mesmo dia em que ocorreu, entraram em ação uma série de agentes políticos articulando a garantia de que não haveria quebra da aliança em curso desde 1991. Não se quebraria a aliança (pela impossibilidade que se apresentava ao cumprimento dessa hipótese, se analisada dentro de seu contexto), mas o Legislativo iria tentar avançar, liderado por Madureira, na construção de um campo ainda mais fértil para as suas ações e para o exercício de suas prerrogativas constitucionais. Longe de crise, essa postura refletia o desejo de Madureira, espelhando as palavras de Valci Ferreira na Circular 01/91 (Cf. Anexo A desta dissertação). Era uma reafirmação de princípios, de visão do que deveria se transformar o Poder Legislativo, ou melhor, da representação que ambos, espelhando a visão de outros tantos, tinham do parlamento naquele contexto histórico pós-Constituição de 1988-1989.

Coube ao Secretário de Estado dos Transportes e Obras Públicas, e Diretor interino do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), Theodorico de Assis Ferraço, em entrevista publicada no jornal A Gazeta, edição do dia 21 de fevereiro de 1993, p. 3, a tarefa de acalmar de vez os ânimos. Na entrevista, Ferraço declarou que:

Sabia que era impossível a eleição do deputado Paulo Lemos (PDT), e aí está o mérito do governador. Ele também sabia que essa eleição era impossível. Eu disse isso a ele. Até propus que convidasse Paulo Lemos para uma secretaria e buscasse um candidato de conciliação. Mas Paulo Lemos não abriu mão. Quis ser o candidato, e o governador o acompanhou, e até arranjou 11 votos para ele. Albuíno

foi um grande vitorioso. Conseguiu até mais votos que esperava que tivesse o ilustre deputado.

Ferraço agia como bombeiro, acalmando a base suprapartidária e enaltecendo o papel de Albuíno no processo, afastando do Governador qualquer tipo de insinuação sobre uma possível derrota sua em razão daquela sofrida por Paulo Lemos. Era um indício de que o governo, através de seu Secretário com melhor trânsito e respeitabilidade junto ao grupo suprapartidário desejava pacificar o quadro político. Era um momento delicado, explorado pela imprensa e pelos partidos e parlamentares de oposição como sendo de uma derrota do Governador. Isso o fragilizava ainda mais, e nesse contexto surge Ferraço para, com sua declaração enaltecer o Deputado Paulo Lemos (PDT), ainda que criticando sua insistência diante de um cenário de derrota irreversível, e elevar o Governador à condição de político fiel aos seus compromissos e companheiros de partido, um homem que tem “vontade de acertar”, como registrado na matéria de A Gazeta, edição de 21 de fevereiro de 1993, p. 3. O episódio da eleição de Madureira tomou o desvio que o levaria para o arquivo político. O contexto histórico, sempre dinâmico, impunha novos desafios a serem enfrentados. O drama político capixaba continuaria em cartaz, com novas e instigantes representações.

Alguns elementos, por fim, merecem ser destacados nesse processo de eleição do Deputado Marcos Madureira. Segundo a jornalista Nelsa Amaral, em matéria publicada no jornal A Gazeta, edição do dia 7 de fevereiro de 1993, p. 3, tanto Madureira quanto Paulo Lemos “eram alinhados politicamente e participaram do mesmo grupo que deu sustentação política a Albuíno na Assembléia”. Portanto, havia fortes liames entre ambos e o Executivo.

Na eleição, entretanto, “a dissidência atingiu quase todas as bancadas [...] e os grupos que conseguiram sobreviver coesos nos últimos quatro dois anos se dividiram facilmente num único dia”. Prossegue Nelsa Amaral em sua análise: “alianças até então inimagináveis foram seladas; provou-se que o desempenho dos parlamentares não sofre nenhuma influência dos respectivos partidos” e, uma informação importante que, entretanto, a dinâmica histórica encarregou-se de anular em parte, “[...] a sucessão do governador Albuíno [...] acabou sendo deflagrada com uma antecipação de quase dois anos”. Madureira soube dividir os espaços de poder internos – vide a composição com o PT. O que não ocorreu com Lemos, que acreditou na força de pressão do Executivo

sobre os Deputados para a obtenção da vitória. Houve dissidência até dentro do seu partido, com o Deputado Edinho Pereira votando em Madureira.

Talvez esse cenário ajude a entender, um pouco, o grau de rispidez das declarações iniciais do Governador Albuíno sobre os resultados dessa eleição. Mas, como visto, não tardou a que o pacto entre o Governador e o grupo suprapartidário fosse refeito, haja vista a dependência mútua entre ambos e a necessidade particular de Albuíno de contar com o apoio de uma base sólida no interior do Legislativo, com repercussão nos Municípios.

Vista pelo aspecto partidário, a eleição de Madureira foi ainda mais dura para o Executivo, pois “a vitória dos ‘independentes’, dessa vez, foi bem maior [que a ocorrida quando da eleição de Valci, em 1991], contando com 18 votos contra 11 para os governistas e um voto em branco” (PEREIRA; LEMOS, 2002, p. 427). Mas essa análise não leva em consideração que tanto entre os 18 quanto entre os 11 a maioria era, esmagadoramente, governista, independentemente da filiação partidária. Foi mais uma disputa intra-grupos de sustentação do que de pólos opostos no plano ideológico ou pragmático. Venceu o que melhor soube lidar com a distribuição da economia de poder no interior do Legislativo, o que demonstra o nível de aperfeiçoamento e de sofisticação que o grupo suprapartidário vinha agregando às suas ações objetivas – ao ponto de trazerem para dentro da estrutura de poder a representação de um partido, o PT, pelo qual nutriam não só desconfianças ou divergências de cunho ideológico, mas verdadeiro desprezo.

E mais, instrumentalizavam o PT para obterem espaços e prebendas do governo, como admite Fernando Silva: “quanto mais eu esculhambava o PT mais eu me fortalecia com o secretariado. Os caras [a bancada do PT] eram idiotas e iam para a briga [atacando o governo]”⁷⁴. A estratégia de provocação operada por Fernando Silva e outros integrantes do grupo suprapartidário mostrava bons resultados para seus interesses, conforme admite o próprio ex-Deputado pefelista⁷⁵: “era um time de oposição [e aqui ele reúne todos os parlamentares que se opunham ao governo] muito complicado. Essa complicação, entretanto, era muito favorável para nós”⁷⁶.

⁷⁴ SILVA, 12 e 13 de julho de 2011.

⁷⁵ SILVA, 12 e 13 de julho de 2011.

⁷⁶ SILVA, 12 e 13 de julho de 2011.

Ainda sobre a eleição do Deputado Marcos Madureira (PFL) para a presidência da Assembléia em 1993, no calor dos acontecimentos, o jornalista José Carlos Corrêa, em artigo publicado no jornal A Gazeta, edição do dia 5 de fevereiro de 1993, p. 5 (Opinião), intitulado “A temporada de caça”, manifestava seu receio quanto ao futuro do governo e do projeto político tanto de Albuíno quanto de seu vice, Adelson Salvador. Ressalto que, a cobertura jornalística, sobre a disputa interna pela presidência da Assembléia, com a vitória do Deputado Marcos Madureira (PFL) sobre o Deputado Paulo Lemos (PDT), apoiado pelo Governador – ambos, relembro, compunham e continuaram compondo a base de sustentação do governo na Assembléia -, passava um ar de derrota do governo. Como discutido aqui, essa derrota teve nuances próprias, que estão sendo discutidas ao longo de todo este capítulo. Sobre o processo que culminou com a eleição de Madureira, José Carlos Corrêa observou:

O governador Albuíno Azeredo agora sabe as reais dimensões da sua bancada na Assembléia Legislativa – algo em torno de um terço dos deputados – e não tem mais dúvidas de que a tendência do PMDB é, cada vez mais, fugir da sua área de influência. Com isso se fortalece a oposição que praticamente inexistiu nos dois últimos anos e, com ela, é certo que haverá dificuldades crescentes para a aprovação de matéria do interesse do Governo Estadual na Assembléia.

A opinião de Corrêa refletia o temor de que o governo viesse a sofrer sérios reveses em suas relações com o Legislativo, em razão da derrota de seu candidato e do afastamento do PMDB da base de sustentação. Entretanto, desde 1991 o quadro partidário já estava altamente fragmentado, espelhando os resultados das eleições de 1990, e o Governador não se valeu dos mecanismos do presidencialismo de coalizão para exercer o seu mandato. A opinião do jornalista parte de um paradigma bem identificado: a capacidade do Executivo em usar do seu poder “[...] para controlar a agenda de votações, reduzindo a independência do Parlamento” (PEREIRA; LEMOS, 2002, p. 407). As nuances a serem exploradas no caso do Espírito Santo no período 1991-1994 remete à identificação, como aqui exercito fazer, das relações entre os dois poderes, fora dos canais formais das estruturas partidárias como é praxe, por exemplo, no caso federal. E essa relação, como reiteradamente identificada e comentada, se processou nos moldes aludidos anteriormente. Nesse sentido, a eleição do Deputado Marcos Madureira (PFL), ainda que contrariando a vontade pública do Governador, não representaria empecilhos às condições de governança e de governabilidade de Albuíno. Iria, isso sim, fortalecer um dos pólos dessa relação, no caso, o Poder Legislativo, como de fato fez, e dentro dele, o grupo suprapartidário estruturado ainda em 1991.

O Executivo, de fato, não teria o poder de “impor a agenda”, mas teria espaços de negociação para a mesma. O custo disso se refletiria, como vinha ocorrendo desde 1991, no atendimento das demandas parlamentares. Entretanto um aspecto merece ser observado: fortalecido, o Legislativo não admitia manter-se numa postura submissa, razão pela qual ele próprio também apresentaria suas agendas ao Executivo. A construção da nova sede da Assembléia Legislativa, na Enseada do Suá, em Vitória, iniciada sob grande polêmica na presidência do Deputado Valci Ferreira (PTB), era uma delas. O atendimento às demandas dos parlamentares, outra. Era um jogo entre dois pólos, com regras de equilíbrio nem sempre claras, mas existentes no comportamento de ambos.

Essas duas eleições para a Mesa da Assembléia, e para a presidência das Comissões, de 1991 e de 1993, são emblemáticas de toda essa arquitetura e engenharia de relações entre o Legislativo e o Executivo que então se estruturavam. Ao grupo suprapartidário interessava manter sob controle as principais estruturas de poder – Mesa e Comissões de Justiça e de Finanças, negociando os demais postos. E isso sem que fosse cobrado dos aliados eventuais, como o PT, em 1993, nenhuma garantia de apoio ao governo. Não precisava. Eles reuniam na época uma maioria mais que suficiente para isso, aliado àqueles parlamentares que mantiveram-se leais ao governo desde o início do mandato e não se ligaram ao grupo suprapartidário, como, por exemplo, o Deputado Renato Casagrande (PSB), cujo partido ocupava a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – ele só se afastaria da base de sustentação do governo quando do rompimento de Albuíno com o seu Partido, em 1993, na esteira de todo o processo político deflagrado pelo Governador. O PT, após as eleições da Mesa, toma posição pública de oposição ao governo, mesmo ocupando postos de poder aliado ao grupo suprapartidário, conforme noticiou A Gazeta, edição do dia 10 de fevereiro de 1993, p. 2. Pereira e Lemos (2002) esclarecem o cenário dessas disputas e suas conexões políticas:

vale observar que as duas Mesas não foram de oposição a Azeredo. Um acompanhamento superficial da cobertura jornalística indica um relacionamento fácil do Executivo com o Legislativo, mas não se pode dizer que o segundo tenha sido dominado pelo primeiro. Essa independência remete-nos à forma como o governador distribuiu os cargos do primeiro escalão, pois essa poderia ter sido uma maneira de influir com mais força no Parlamento (PEREIRA; LEMOS, 2002, p. 428).

Volta à cena a questão da composição do secretariado inicial do governo. O Deputado Valci Ferreira (PTB), em declaração publicada na edição de A Gazeta de 15 de março

de 1991, p. 5, ou seja, no dia da posse do Governador, comentando sobre a escolha do secretariado, se disse “decepcionado”. Para ele, “o perfil do primeiro escalão se assemelha a uma ‘ação entre amigos’, além de ter a ‘a cara de Max Mauro’ ”. Mas ressalva, que sua opinião é “como Deputado e não como Presidente do Poder Legislativo”, arrematando a propósito que “como Presidente nos próximos dois anos vou ajudar Albuíno, mesmo com esse secretariado, para o benefício do Estado”. Valci avaliava que Albuíno, ao compor seu secretariado, “deixou de prestigiar a classe política, sobretudo porque manteve afastado quem o ajudou durante a campanha [...]”.

Nas declarações de Valci percebe-se uma sinalização clara ao novo Governador: o desejo de que operasse uma ruptura com Max Mauro, um secretariado mais representativo do conjunto heterogêneo de forças que se articulou para a sua eleição, uma contrariedade com os nomes indicados mas, fundamentalmente, o desejo de garantir as condições de governo. Esta é a senha a indicar que as articulações internas no Legislativo e as negociações deste com o Executivo seriam intensas e bem assentadas politicamente. Esta é a senha, também, para que os Deputados, insatisfeitos com a formação da equipe de governo e desejosos de obterem sucesso em seus mandatos através de benefícios para suas bases, se articulassem e pressionassem o Governador, daí resultando o grupo suprapartidário que dominou as estruturas do Legislativo de forma crescente até 1994, e de forma ainda mais sofisticada, enquanto articulação de mecanismos de pressão, até 2003.

Coincidentemente, essa segunda metade do governo Albuíno expôs a separação entre ele e Max Mauro, uma situação que vinha sendo aguardada, e mesmo trabalhada, por alguns setores da classe política capixaba, desde 1991.

No início de 1993, antes da eleição de Marcos Madureira (PFL) para a presidência da Assembléia Legislativa, Theodoric Ferraço (PTB) e Enivaldo dos Anjos (PFL), cujos mandatos como prefeitos municipais já se encerrara, assumem, respectivamente, as Secretarias de Estado dos Transportes e Obras Públicas e a do Interior – “os dois mandavam nas Secretarias que ocupavam”, segundo Fernando Silva⁷⁷, chegando, em determinados momentos, a acumularem interinamente suas pastas com outras (Casa Civil, no caso de Enivaldo) ou com órgãos essenciais da administração indireta (Departamento de Estradas de Rodagem/DER, no caso de Ferraço).

⁷⁷ SILVA, 12 e 13 de julho de 2011.

Era a consolidação de uma influência política que originou-se na articulação da candidatura de Albuíno, em 1990. Mas era um sinal claro para Max Mauro de que seus espaços e sua influência na máquina administrativa estavam chegando ao fim. Feranando Silva⁷⁸ e Rogério Medeiros⁷⁹ comungam na avaliação de que a entrada de ambos no secretariado fez com que Max Mauro percebesse que estava perdendo espaços na estrutura de governo. Silva vai além, ao afirmar que os integrantes do grupo suprapartidário mantinha excelentes relações com Ferraço e Enivaldo, e que a entrada de ambos no governo foi boa para esse grupo. Segundo Silva, “a gente precisava de força dentro do governo”⁸⁰, e os dois novos Secretários lhes davam a certeza de que a teriam, pois as relações entre eles antecederam a eleição de Albuíno. A entrada de Ferraço e Enivaldo, pela força política e pela liderança exercida por ambos, reveste-se, portanto, de um simbolismo todo próprio. Era o início da grande reforma do secretariado de Albuíno que, no limite, trouxe consigo o rompimento da aliança entre ele e Max.

A esse respeito, e ampliando sua análise para todo o quadro político estadual, o jornalista José Carlos Corrêa em artigo publicado no jornal A Gazeta, edição do dia 19 de fevereiro de 1993, p. 5 (Opinião), observou:

Às vésperas do carnaval, três dos principais grupos que dominam a política capixaba resolvem rasgar a fantasia e expor suas fraturas internas com toda nitidez. Num deles, retornam à tona as divergências entre o ex-governador Max Mauro e o governador Albuíno Azeredo em torno da presença, no secretariado, do ex-prefeito de Cachoeiro, Theodorico Ferraço, agora ainda mais fortalecida com o comando formal da aplicação da bilionária verba do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Em outro o PMDB decide em convenção, se livrar da facção maxista que está de malas prontas para se bandear para o PDT. E no terceiro episódio, o PT mais uma vez desnuda suas facções ao divergir sobre a participação de Luiza Erundina no ministério do Presidente Itamar Franco e, no rebatimento capixaba, quanto à permanência do militante Raimundo Kappel na Delegacia Regional do Trabalho.

[...]

O ex-governador Max Mauro, que nunca escondeu a sua aversão à presença de Ferraço no governo, criticou publicamente o ato de Albuíno [transferindo a gestão dos recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento para o DER, e entregando, ainda que interinamente, o cargo de Diretor Geral ao próprio Ferraço], chegando a tachá-lo de ilegal. Quando se sabe que Max é o criador do político Albuíno, pretende voltar ao Palácio Anchieta e vê em Ferraço

⁷⁸ SILVA, 12 e 13 de julho de 2011.

⁷⁹ MEDEIROS, 1º de julho de 2011.

⁸⁰ SILVA, 12 e a3 de julho de 2011.

um concorrente em potencial, agora sentado sob uma verba de US\$ 104 milhões, percebe-se que o novo atrito é o penúltimo ato de uma novela cujo epílogo pode ser o rompimento definitivo entre o “ex” e o atual governador.

O jogo prometia lances ousados e arriscados de todos os lados. Se a entrada de Ferraço e Enivaldo, no início de 1993, sinalizou a iminência da ruptura política entre Max e Albuíno, ou a consolidação de todo um contexto que a transformava em algo irreversível, ao mesmo tempo fortaleceu ainda mais o poder do grupo suprapartidário no interior da Assembléia.

Pelo caráter municipalista da maioria de seus integrantes, Ferraço e Enivaldo, ocupando duas das principais Secretarias - gestores de grandes orçamentos e responsáveis, de fato, pela área de obras públicas do governo, além de manterem excelente trânsito com o grupo, expressavam para o mesmo a cristalização de novos e significativos pólos de interlocução no interior da estrutura de governo.

Um acontecimento ocorrido no âmbito da Assembléia Legislativa, protagonizado por um dos mais ferozes opositores do Governador, o Deputado Luciano Cortez (PRN), serviu de estímulo para a mais grave crise política ocorrida no governo de Albuíno, acionando forças e interesses que dele se valeram para exercitarem sua potencialidade. Desse acontecimento se valeram tanto os Deputados do grupo suprapartidário quanto membros do governo (Ferraço e Enivaldo, principalmente) e aliados diversos, interessados em demonstrar sua força política e impor ao Governador uma nova pactuação na divisão do poder. No dia 30 de março de 1993, o Deputado Cortez protocola um expediente dirigido ao Presidente da Assembléia, como determina o Regimento Interno, requerendo que fosse submetido ao Plenário da Casa

[...] a representação que ora fazemos contra o Exm^o. Sr. Governador do Estado, Dr. Albuino Cunha de Azeredo, em decorrência da falta de cumprimento da lei [...] que trata da trimestralidade – concessão de reajuste dos vencimentos do funcionalismo público – cuja postura atenta contra o princípio estabelecido no art. 92 da mesma Carta Magna Estadual.

[...]

Ressalta-se, ainda, que o fato aqui apresentado já foi objeto de decisão judicial favorável aos servidores cuja decisão desrespeitada pelo Chefe do Poder Executivo Estadual rompe com o juramento feito pelo Sr. Governador junto a este Poder, quando de sua posse [...] (Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo. Comissão Especial – Impeachment, criada pelo Ato Legislativo nº 1/1993).

A Comissão estava criada, presidida por um aliado do governo, o Deputado Renato Casgrande (PSB), e tendo como relator o Deputado Fernando Silva (PFL), vice-líder do governo na Assembléia. Seus trabalhos estenderam-se pelos meses de abril e maio de 1993. De seus 9 membros, apenas Hélio Gualberto (PSDB), Aloísio Krohling (PT), além do requerente, se perfilavam na oposição ao governo. Outro, o Deputado Ruzerte Gaigher (PDT), era muito ligado ao ex-Governador Max Mauro, mas manteria postura de apoio a Albuíno durante os trabalhos da Comissão. Restavam 5 Deputados, que integravam o grupo suprapartidário. Desta forma, a Comissão já se instala possuindo o Governador plena segurança quanto ao resultado de seus trabalhos. Segundo Fernando Silva, “eu tinha absoluta certeza que [o processo de *impeachment*] não dava em nada. Albuíno ficou apavorado, pois achava que contrapartida seria muito alta. Eu disse para ele: ‘calma rapaz, isso aí nos resolvemos’ ”,⁸¹ complementando “a Comissão era toda nossa”.⁸² Reconhece o ex-Deputado pefelista que eles (o grupo suprapartidário) estavam querendo a Comissão, e que o problema era mostrar “que o governo se alicerçava em bases sólidas”⁸³. Essa solidez fica clara logo na composição da Comissão, decidida pela Mesa Diretora, presidida pelo Deputado Marcos Madureira (PFL). As garantias dadas por Silva a Albuíno demonstravam não serem objetivas, mas altamente tranquilizadoras. Persistia, entretanto, o problema da dimensão da contrapartida a ser despendida pelo governo para assegurar o controle de todo o processo. Essa é uma questão que ficará clara algumas semanas após o arquivamento do pedido de *impeachment*, como mais adiante será abordado.

A motivação do pedido de abertura da Comissão revestia-se da devida legalidade, tendo em vista que a falta de ação do Governador na solução daquele impasse caracteriza prática de crime de responsabilidade, uma das bases para uma possível cassação de mandato. No dia 15 de maio de 1993, A Gazeta, em sua p. 2, traz uma declaração do então Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Desembargador José Eduardo Grandi Ribeiro, que contribuiu para reforçar os jogos de pressão sobre o Governador às vésperas da votação do Relatório da Comissão Especial da Assembléia, que decidiria seu destino político. No jornal, Grandi ameaçava “[...] propor ao Tribunal Pleno formalizar, junto ao Supremo Tribunal Federal, um pedido de intervenção federal no Estado, caso o governador Albuíno (PDT) não regularize o repasse [...] para pagamento

⁸¹ SILVA, 12 e 13 de julho de 2011.

⁸² SILVA, 12 e 13 de julho de 2011.

⁸³ SILVA, 12 e 13 de julho de 2011.

dos precatórios [...]”, e isto no “[...] prazo máximo de 10 dias a contar da próxima segunda-feira”.

Era o Judiciário, através de seu Presidente, agindo de forma a tornar ainda mais turvo o ambiente político, agora através de uma ameaça de intervenção federal. Tal declaração criou um clima de instabilidade, não pela ação que pretensamente seria proposta e que se arrastaria, como outras similares, durante anos pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O que essa declaração traz de importante é a ingerência direta do Judiciário na crise, uma demonstração, ao governo, de que havia um cerco se fechando em torno dele. E desse cerco, a partir daquele momento, participava o próprio Poder Judiciário.

Retomando o tema da Comissão Especial, observo que ela só foi instalada por que o Presidente Marcos Madureira acolheu o requerimento do Deputado Luciano Cortez, algo que pelo Regimento Interno da Casa não constitui nenhuma obrigação de caráter compulsório. Muito pelo contrário, trata-se de um desses casos típicos de luta interna ou de demonstração de força política. Os poderes quase absolutos do Presidente facultavam-lhe o direito de acolher ou de rejeitar o requerimento. E ele acolheu, o que nos indica um sinal de que a luta política no estado atingiria novo patamar, pois o Governador seria alvo de investigação por suposta prática de crime de responsabilidade, hipótese que a Constituição prevê para que, aprovada pelo Legislativo, ocorra a cassação do mandato e a suspensão dos direitos políticos – como ocorrido em 1992 com o ex-Presidente Collor. E mais que acolher, Madureira e o grupo de Deputados suprapartidariamente organizado a potencializaram, dando aos trabalhos da Comissão relevância, prioridade. Era um instrumento vital para os lances do jogo político que vinha se desenvolvendo desde a campanha de Albuíno em 1990.

O processo de *impeachment* do Chefe do Poder Executivo, em razão do ocorrido com Collor, apresentava-se como um significativo instrumento de luta política. O impedimento do Chefe do Executivo é definitivo, uma vez aprovado pela Casa Parlamentar. Como uma “espada de Dâmocles”, pairava no mundo político brasileiro, desde os acontecimentos envolvendo Collor, essa alternativa de luta política. Não nego aqui a importância do instrumento jurídico, mas não posso desconhecer que o mesmo, por suas características, pode se converter em um efetivo instrumento de luta política.

Uma matéria do jornal A Gazeta, edição do dia 6 de maio de 1993, p. 2, introduz alguns elementos interessantes para que esse processo de *impeachment* possa ser entendido em

sua complexidade. A matéria tinha como personagem o Vice-Governador do Estado e Secretário de Estado da Agricultura, Adelson Salvador (PDT), que fora indicado para compor a chapa de Albuíno como seu vice, em 1990, representando a base municipalista que se reuniu em torno do candidato do PDT ao governo, independentemente das filiações partidárias. Na matéria, Adélson, seu personagem, expõe um enredo onde denuncia a formação de um “cartel para desestabilizar o governo”. Registre-se que essa matéria de A Gazeta foi publicada já no decorrer dos trabalhos da Comissão Especial criada no âmbito da Assembléia Legislativa. Havia, segundo Adelson, a “[...] existência de um ‘cartel de marajás, sonegadores e políticos’ que procura desestabilizar o Governo estadual, e, especialmente, atacá-lo”. Adélson, desde o início do governo, postara-se entre aqueles integrantes do secretariado que defendia medidas duras por parte de Albuíno contra certas práticas que oneravam os cofres públicos, quer pelo pagamento de salários elevados a um conjunto específico de servidores da administração direta – os chamados *marajás*, quer pela sonegação sistemática de impostos por parte de alguns empresários ou pela existência de superfaturamento em obras e serviços da administração pública. Isso agravava o já delicado quadro financeiro do governo estadual, gerando sucessivos atrasos no pagamento de salários e contratos, haja vista a precariedade dos recursos financeiros do Tesouro frente ao montante das despesas com pessoal, investimento e custeio. Essa crise comprometia os investimentos do Estado e a regularidade dos serviços públicos. Em outras palavras, fragilizava financeiramente a administração pública, tornando-a incapaz de deter os meios adequados ao atendimento dos interesses da população.

Para o Vice-Governador, “estão querendo nos imobilizar. Já é uma articulação com vistas à sucessão estadual”. Adelson não era o primeiro ator político a trazer esse tema à discussão. Já em 1993 a sucessão do Governador Albuíno estava em pleno curso, com os grupos políticos e os partidos discutindo, ainda que silenciosamente na maioria das vezes, os rumos que viriam a adotar no pleito de 1994. Albuíno começava a ser considerado “carta fora do baralho”, restando saber qual seria sua capacidade de interferir no processo eleitoral de escolha do seu sucessor ou, mesmo, se reuniria condições para ele próprio disputar um mandato eletivo, provavelmente o de Senador da República, haja vista que o instituto da reeleição para os cargos do Poder Executivo só viria a ser aprovado pela Emenda Constitucional Federal nº 16, de 1997. A declaração de Adelson na edição do dia 6 de maio de 1993, p. 2, de A Gazeta, seria repetida

insistentemente por outros atores políticos, especialmente após os acontecimentos do final de julho, quando ocorreu o rompimento político entre Albuíno e Max. A reiteração desse tipo de fala deixa a impressão de que no mundo político as articulações, silenciosas, já eram intensas.

Adelson, que recentemente havia ocupado interinamente a governadoria em razão de viagem de Albuíno ao exterior, afirmou ter adotado uma série de medidas administrativas que contrariavam os interesses desse *cartel*. Disse o Vice-Governador na matéria de A Gazeta do dia 6 de maio de 1993, p. 2, “[...] que certos grupos políticos estão tentando emperrar o Governo [...] as medidas anunciadas por ele, durante o período de interinidade, estariam contrariando interesses desses grupos”. Ele próprio, de forma genérica, identifica esses grupos como formados por “[...] sonegadores e marajás, com ‘braços políticos’ na Assembléia Legislativa [...]”. Esses grupos, segundo Adelson, estariam “[...] desenvolvendo uma estratégia de modo a abrir caminho com vistas à sucessão estadual”. Adelson foi claro ao afirmar que “o primeiro passo desse cartel [...] seria afastar o governador Albuíno Azeredo [...] com denúncias infundadas. Posteriormente [...] esse grupo passaria a trabalhar no sentido de afastá-lo também”. A identificação das áreas de onde provinham esses grupos é uma informação da maior importância – servidores públicos detentores de altos salários (*marajás*), empresas e empresários (sonegadores), com ramificações políticas na Assembléia Legislativa. Esse o tripé de sustentação do *cartel* ao qual alude o Vice-Governador.

A fala do Vice-Governador levanta indícios de que um tipo de golpe estava sendo perpetrado tanto contra o Governador quanto contra ele, seu substituto constitucional. Ao mencionar as “denúncias infundadas” – de resto não tanto, pois o Estado não cumpria com a obrigação de pagamento das dívidas contraídas com servidores em razão de decisão judicial -, o Vice-Governador toca no ponto nevrálgico de toda a questão. De fato, o não pagamento daquelas dívidas, constitucionalmente, é um dos requisitos para se enquadrar o Chefe do Poder Executivo na prática de crime de responsabilidade. Mas processá-lo e cassá-lo em razão disso é algo, no mínimo, curioso, haja vista os poderes que historicamente o Chefe do Executivo, no Império e na República, sempre exerceram na história brasileira.

Não se cassa o mandato do Chefe do Executivo apenas por esse motivo. Na verdade, o não pagamento de dívidas com servidores determinado pela Justiça pode se constituir na

plataforma de lançamento de um processo que, no limite, leva ao *impeachment* do Chefe do Poder Executivo. É a base constitucional e legal sobre a qual se arma todo o edifício de desestabilização do quadro institucional. Tomada isoladamente, entretanto, essa motivação não possui os elementos políticos que articulem com vigor o conjunto de forças e a pressão popular que acarrete o *impeachment*. Este, quando ocorre, tem sua origem em cisões profundas no interior da classe política ou da sociedade, que levam à perda de legitimidade do Chefe do Poder Executivo ou interditam o seu diálogo com as forças políticas. A declaração de Adelson Salvador estampada na edição do dia 6 de maio de 1993, p. 2, do jornal A Gazeta, tiveram o condão de politizar o processo em curso na Comissão Especial da Assembléia Legislativa. E politizaram por levantar hipótese que, se comprovada, resultaria na cassação tanto do Governador quanto de seu Vice, num processo que seguiria, formalmente, os ritos constitucionais, legais e regimentais estabelecidos. Seria um *assalto ao poder* sem armas, sem tanques, sem prisões. Na forma do ordenamento constitucional em vigor, se faria a transição. Mas havia algo de obscuro em todo esse processo, que com o passar dos anos e a revelação de novas informações, bem como a dinâmica que caracterizou a política capixaba no final dos anos 1990 e nos primeiros anos do século XXI, foi se encarregando de revelar, tornando mais claro o sentido dos acontecimentos ocorridos em 1993. Esse é um estudo que merece ser efetuado, dada sua relevância para a história do Estado do Espírito Santo e do Brasil. Infelizmente não o será feito nesta dissertação, por não se constituir no seu objeto de estudo. Mas as raízes de tudo o que viria a acontecer estão sendo agora delineadas.

Ainda na matéria de A Gazeta de 6 de maio de 1993, p. 2, o Vice-Governador informou ter sido procurado no Palácio Anchieta, durante o período em que ocupou interinamente a governadoria, por “[...] uma pessoa que estaria a serviço desse cartel”. Essa pessoa “[...] nos disse que não deveríamos lutar contra os altos salários, falar em auditoria no DER e correr atrás de sonegadores porque, dessa forma, estaríamos contrariando os interesses de muita gente”. Adelson não cita nomes, não denuncia pessoas, mas afirma categoricamente que “[...] estava denunciando a existência de um cartel de pessoas e não de instituições”.

Analisados os elementos da matéria com o Vice-Governador de A Gazeta de 6 de maio de 1993, p. 2, temos indícios da formação de um dispositivo civil, com ramificações no setor produtivo, em áreas do serviço público e no Legislativo estadual. Esse dispositivo,

amplo em sua base, atuava, segundo Adelson, para evitar que o governo agisse com rigor em algumas matérias, contrariando interesses solidamente estabelecidos. A participação do Legislativo nesse processo pode ser explicada pela necessidade de um “braço político” para operar toda a máquina de desestabilização. Ocorre que o grupo suprapartidário que dominava de forma crescente a Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo desde 1991 movia-se por interesses próprios, sendo acessível a pressões e demandas de elementos externos ao mundo político. Mas não se pode considerar isso como uma subordinação direta, automática, desse grupo àqueles elementos externos. Se havia pressões de áreas do setor produtivo e do serviço público sobre os parlamentares, havia, bem como, a abertura para o diálogo com o Governador e sua equipe, especialmente após a entrada no governo dos Secretários Ferraço e Enivaldo.

Quem respondeu a Adelson de forma vigorosa foi o ex-Presidente da Assembléia, Deputado Valci Ferreira (PTB), antigo desafeto de Max Mauro, a quem o vice era ligado politicamente. E a resposta de Valci veio pelas páginas do mesmo jornal, A Gazeta, em sua edição de 19 de maio de 1993, p. 2, sob a forma de denúncia, a de que haveria uma “trama dentro do Governo contra Albuíno”, destinada a derrubar o Governador, possibilitando a posse do Vice, Adelson Salvador. Valci, líder do PTB, “atribuiu a ‘manobra’ ao grupo político ligado ao ex-Governador Max Mauro (PDT)”. Quando analisados os fatos concretos que geraram a denúncia de Valci, percebemos o grau de sua magnitude: um documento formulado pelos procuradores do Instituto Estadual de Saúde Pública (IESP), distribuído entre os parlamentares com acusações contra o governo. O documento foi distribuído na sexta-feira anterior à votação, pela Assembléia, do pedido de admissibilidade para abertura do processo de *impeachment* do Governador Albuíno – na verdade, a Assembléia estava votando o parecer da Comissão Especial, que era contrário à abertura do processo contra o Governador. Valci, na matéria de A Gazeta do dia 19 de maio de 1993, p. 2, afirma que tal documento poderia ter influenciado o voto dos parlamentares, até mesmo alterando o resultado. O Deputado atribuiu a manobra ao grupo político do ex-Governador Max Mauro (PDT), ao qual estava ligado politicamente o então Secretário de Estado da Saúde, Geraldo Queiróz.

A denúncia de Valci foi feita em discurso “inflamado da tribuna da Assembléia”, informava o jornal, que assinala ainda que “hoje, Valci terá um encontro com o governador Albuíno Azeredo e garante que fará questão de abordar esse assunto”.

Completa o jornal acerca do encontro: “na sua opinião tudo é consequência de o governador ‘dividir’ o Governo com Max Mauro, e hoje vai advertir Albuíno: ‘ou ele muda ou sai da história como o pior governador do Estado’ ”. Antigo e ferrenho desafeto de Max, Valci, que segundo o jornal na votação do parecer da Comissão havia feito o pronunciamento mais radical em defesa do Governador Albuíno e, conseqüentemente, contrário a abertura do processo de *impeachment*, associou o ex-Governador ao processo, valendo-se de um documento distribuído por procuradores do IESP, servidores de carreira do Estado, como se esses agissem por ordem do Secretário de Estado da Saúde. Era a estratégia do grupo suprapartidário sendo posta em operação logo após a rejeição do pedido de abertura de processo contra Albuíno. Era, também, uma resposta às críticas feitas pelo Vice-Governador e Secretário de Estado da Agricultura, Adelson Salvador (PDT), publicadas em A Gazeta, edição do dia 6 de maio de 1993, p. 2. As declarações de Adelson, como anteriormente comentadas, eram graves, e localizava na Assembléia os braços políticos do que chamou de *cartel* que queria afastar tanto Albuíno quanto ele do governo. Curiosamente, pela Constituição, se cassados o Governador e o Vice, assumiria o cargo, interinamente, o Presidente da Assembléia, Deputado Marcos Madureira (PFL), que convocaria eleição indireta para o preenchimento dos cargos, pois faltavam menos de dois anos para o término do mandato – é o que determina o artigo 84 da Constituição Estadual. A eleição indireta dos novos Governador e Vice seria feita pelo Plenário da Assembléia Legislativa.

Segundo a matéria de A Gazeta do dia 19 de maio de 1993, p. 2, em seu discurso Valci “[...] voltou a cobrar um governo homogêneo, formado por pessoas realmente de confiança do governador”. Prosseguindo em seu discurso, segundo o jornal, Valci afirmou que “[...] dentro do próprio Palácio Anchieta vinha sendo articulado um movimento para que o requerimento apresentado pelo Deputado Cortez resultasse no impeachment de Albuíno”. Para que se entenda a gravidade dessa declaração, e a quem deseja atingir, ressalto que no Palácio Anchieta, à época, funcionavam a Casa Civil, a Casa Militar, a Secretaria de Estado do Planejamento e Ações Estratégicas, a Chefia de Gabinete do Governador, o Gabinete do Governador e, aí o grande indício do objeto do discurso do Deputado Valci, o Gabinete do Vice-Governador, Adelson Salvador. Este era o responsável pela articulação dentro do Palácio, insinuada por Valci. Não seriam os demais personagens, Secretários da mais estreita confiança do Governador, pela

natureza das próprias pastas que ocupavam – de assessoramento direto do Chefe do Poder Executivo.

O grupo suprapartidário, pelo discurso de Valci, atacava tanto Adelson quanto Max, criando um quadro hipotético no qual os dois teriam, diretamente ou através de pessoas a eles ligadas, participado de toda a trama que resultou no requerimento do Deputado Luciano Cortez e na conseqüente instalação da Comissão Especial, cujo relatório final, elaborado pelo Fernando Silva (PFL), negando a abertura do processo de *impeachment* contra o Governador Albuíno, fora aprovado pela Assembléia numa sessão tumultuada, onde os discursos em defesa de Albuíno foram enfáticos. O Governador acompanhou a sessão da Assembléia em seu gabinete no Palácio Anchieta, ao lado de todo o secretariado e de outros assessores. Militantes do PDT tomaram a praça entre o Palácio Anchieta e a Assembléia, manifestando-se contrários ao *impeachment*. Mas era tudo uma grande encenação de uma farsa, urdida e coordenada pelo grupo suprapartidário, que, como visto, detinha a maioria dos membros da Comissão Especial e, aliado aos demais membros da base do governo, controlava a maioria absoluta do Plenário da Assembléia. E uma Assembléia que reiteradamente manifestava seus vínculos com Albuíno, mantendo sua autonomia na escolha do Presidente, como forma de demonstrar não ser refém do Governador e garantir a existência de um pólo fortalecido politicamente nas negociações entre os dois poderes. Não havia, portanto, condições objetivas para que o *impeachment* fosse aprovado. A própria instalação da Comissão Especial e o acatamento pela Mesa Diretora do requerimento do Deputado Luciano Cortez é um indício de que uma articulação estava em curso dentro da Assembléia. E era uma articulação destinada a criar uma situação politicamente dramática que pusesse em cheque o mandato do Governador e a estabilidade institucional do Estado para, ao final, apresentar-se a solução que todos, desde o início, já sabiam qual seria: a rejeição do pedido de abertura do processo de *impeachment*. É o custo da Assembléia a que se referiu Rogério Medeiros em sua entrevista⁸⁴. Era o valor da contrapartida que temia Albuíno, conforme assinalado por Fernando Silva em sua entrevista⁸⁵. Era, ainda, a capitulação do Governador perante o poder desse grupo suprapartidário que articulava-se, numa sintonia perfeita, com os Secretários Enivaldo e Ferraço – este, aliás,

⁸⁴ MEDEIROS, 1º de julho de 2011.

⁸⁵ SILVA, 12 e 13 de julho de 2011.

acompanhou a votação na sala anexa ao Plenário da Assembléia, conversando e articulando com os parlamentares durante toda a sessão.

O jogo agora invertia-se a favor desse grupo suprapartidário. Ele, na farsa encenada do *impeachment*, se credenciara como fiador do mandato de Albuíno. O Deputado Valci simplesmente verbalizou, em tom ameaçador, o que a maioria deles já comentava, que Albuíno teria que fazer uma escolha. E essa escolha, na visão daquele grupo e de seus aliados, era uma só: romper politicamente com Max Mauro, afastara do governo seus aliados e alterar a composição do secretariado e da direção dos principais órgãos da administração indireta do Poder Executivo.

A Comissão Especial concluiu seus trabalhos no dia 17 de maio de 1993, deliberando pelo não acolhimento da representação contra o Governador, decisão esta posteriormente referendada pelo Plenário da Assembléia. Interessa a esta dissertação explorar os seus aspectos relacionados a todo o processo de crise anteriormente aludido, razão pela qual não teço nenhum comentário sobre os trabalhos da Comissão ou sobre o conteúdo de suas oitivas e debates entre os seus integrantes.

A reforçar o contexto acima, de transformação do requerimento de *impeachment* em um instrumento de luta política, estabeleço um paralelo entre o mesmo e a Comissão Especial de Inquérito (CPI) requerida por 10 parlamentares, encabeçados pela Deputada Brice Bragato (PT), e protocolada no dia 15 de fevereiro de 1993, quando a Assembléia Legislativa reabria seus trabalhos após o recesso constitucional iniciado na primeira quinzena de dezembro de 1992. Aquela que ficou conhecida como a “CPI do caos”, teve seus trabalhos obstruídos pelos aliados do Governador. Segundo o jornal A Gazeta, na página 3 de sua edição do dia 16 de fevereiro de 1993, na fundamentação do requerimento de sua criação, Brice e os demais signatários relacionam uma série de irregularidades e fatos que, segundo os mesmos, estavam criando uma situação de caos nas finanças e nos serviços públicos do Estado.

O requerimento relacionava denúncias do Conselho Regional de Medicina (CRM) sobre o “abandono na área de saúde”, incentivos fiscais concedidos a sonegadores, postergação aleatória dos prazos para pagamento de dívidas com o fisco, custeio de eventos do PDT com recursos do Tesouro, descontrole das tarifas do sistema de transporte coletivo de passageiros da região metropolitana da Grande Vitória (Transcol), desobediência ao texto constitucional em não responder a requerimentos de informações

encaminhados pelo Legislativo, entre outras. Politicamente, a CPI requerida pela Deputada petista poderia, se atuasse com o devido apoio parlamentar, investigar fatos relacionados à própria condução do governo, o que resvalaria, pela amplitude do pedido protocolado, em áreas múltiplas tanto da classe política quanto do setor produtivo. Não interessava, portanto, que tal CPI prosseguisse, mas não havia como evitá-la. Valeram-se os deputados aliados do governo e o grupo suprapartidário de um expediente inscrito no Regimento Interno, negando *quorum* para a abertura das reuniões e, mesmo, votando contra a convocação de depoentes, a solicitação de documentação e a realização de diligências.

Atribui-se ao ex-Deputado Ulysses Guimarães a declaração de que “CPI a gente sabe como começa, mas nunca como termina”. E essa, pela multiplicidade de denúncias, poderia caminhar por veios não desejáveis nem pelo governo, nem pela maioria da Assembléia, nem por áreas do setor produtivo. Daí a decisão de abri-la, de acatá-la, mas de paralisá-la e deixar que nos 90 dias de funcionamento regimental nada ocorresse, apenas e tão somente o seu arquivamento ao término desse prazo. Foi o que ocorreu com a natimorta “CPI do caos”.

Complementando a discussão do Capítulo 5, o Legislativo no início da década de 1990 estava, como de resto o conjunto da sociedade brasileira, interpretando as Constituições de 1988-1989. Alguns dispositivos eram claros, de aplicação imediata. Outros careciam de ser entendidos, tanto em sua arquitetura quanto em sua engenharia. No âmbito do Poder Legislativo, as posições do Deputado Valci discutidas no Capítulo 5 entusiasmavam parcela crescente de parlamentares, mas ainda não havia se materializado em fatos objetivos de impacto sobre o contexto histórico. Não havia estabelecida um “cultura política” de independência. Como discutido anteriormente neste Capítulo, mesmo no interior do grupo suprapartidário, era patente a dependência de seus membros em relação às prebendas do Executivo, aos recursos, obras e serviços que o governo do Estado poderia realizar e, desta forma, favorecer tanto o parlamentar quanto o Prefeito a ele politicamente ligado. Trata-se pois de um momento de aprendizagem para todos os Poderes e seus integrantes. As regras do jogo estavam alteradas desde 1988-1989, mas não havia ainda sido compreendidas ou apreendidas em sua totalidade. Entretanto, não havia ninguém estático nesse contexto. O *impeachment* era um instrumento que, pelos efeitos dramáticos da crise federal de 1992, concentrava

mais atenção, mais empenho. Daí sua relevância em todo o drama histórico aqui estudado.

O principal desdobramento foi a cristalização do poder do grupo suprapartidário, agora contando com o apoio do Presidente do Tribunal de Justiça em suas operações políticas. O Judiciário estava ansioso por verbas para pagamento de aumentos salariais de seus membros e de seus serventuários e para a construção de Fóruns nos Municípios, além de equipamentos e meios que modernizassem suas atividades. Ora, recursos para tanto só através do Orçamento do Estado, haja vista que os valores das taxas cobradas pela Justiça em razão de serviços exclusivos por ela prestados eram, e são, ínfimos diante da magnitude dos serviços e da máquina que o Poder Judiciário possui e opera. E o Orçamento, apesar de proposto pelo Executivo, pode, desde a Constituição de 1988, sofrer emendas por parte do Legislativo, remanejando recursos dentro do próprio projeto, mas não podendo criar novas despesas. Nesse sentido, o Judiciário levantou a voz, mostrando-se interessado, ele próprio, como de fato ocorreu, em participar de todos os jogos políticos como um ator de significativa importância, não mais numa posição secundária, de mero espectador.

Outro desdobramento, e esse é o que me importa, foi a consumação do rompimento entre Albuíno e Max, no final de julho de 1993. Desde o mês de maio, quando da votação e rejeição do pedido de abertura do processo de *impeachment*, de forma sistemática, Deputados do grupo suprapartidário vinham dando declarações fazendo discursos pedindo a ruptura entre Albuíno e Max e o afastamento dos indicados por ex-Governador que ocupassem postos na estrutura de governo.

Registro que, no período entre a rejeição do pedido de *impeachment* de Albuíno pela Assembléia, maio de 1993, e a ruptura entre o Governador e Max Mauro, julho de 1993, além dos Deputados do grupo suprapartidário como Valci Ferreira (PTB) e Fernando Silva (PFL), Secretários influentes também vieram a público defender que o Governador operasse a mudança de seu secretariado. Esse fato, à época, era o indício da defesa da ruptura entre Albuíno e Max e mais, da alteração do secretariado com o afastamento de todos os membros que mantivessem ligações políticas com Mauro. Este já criticava o governo abertamente, antes mesmo do afastamento de seus aliados.

Na edição do dia 23 de julho de 1993, A Gazeta, em sua página 3, publica uma matéria na qual o Secretário de Estado do Interior, Enivaldo dos Anjos (PFL), afirmava de

forma categórica que “[...] diante da crise política que se instalou no Estado, o governador Albuíno Azeredo (PDT) terá que tomar uma posição, ‘sob pena de perder a credibilidade da opinião pública’ ”. Enivaldo juntava sua voz na crítica à permanência no governo de pessoas ligadas a Max Mauro. O sentido de “tomar uma posição”, por ele cobrada do Governador Albuíno, era claro – a ruptura com Max tinha que se materializar não apenas no campo do discurso, mas na prática. E isso representaria, também, uma recomposição de forças no interior do secretariado e da equipe de governo como um todo, que deveria se abrir para a entrada de novos nomes, indicados ou aliados dos grupos que davam sustentação política ao Governador. Esses grupos tinham seus representantes tanto na Assembléia Legislativa, quanto no próprio secretariado e nas Prefeituras de alguns dos principais Municípios do Estado, como Cachoeiro – à época governada pelo Prefeito José Tasso de Andrade (PFL), ex- Deputado Estadual e desafeto histórico de Max Mauro.

Um acontecimento curioso em todo esse processo de crise é retratado pelo jornal A Gazeta em sua edição do dia 23 de julho de 1993, p. 3. O Secretário de Estado de Justiça e Cidadania, Renato Soares, presidente regional do PSB, e um dos quadros políticos que compunha o governo desde o início do mandato, dentro da perspectiva da coalizão partidária, criticou o Vice-Governador Adelson Salvador (PDT) por declarações que classificou como “equivocadas”. Adelson teria criticado o Governador Albuíno e os Secretários Theodorico Ferraço (Transportes e Obras Públicas), Enivaldo dos Anjos (Interior), Xerxes Gusmão Neto (Comunicação Social e, após agosto de 1993, Casa Civil) e José Eugênio Vieira (Casa Civil e, após agosto de 1993, Fazenda). Soares afirmou na matéria publicada no jornal que Adelson havia assinado um documento “[...] se comprometendo a discutir as divergências internamente e, no mesmo dia, voltou a fazer ataques estéreis, através dos jornais”. A postura de Soares, antigo militante do PCB, que havia abandonado o partido e organizado o PSB no Espírito Santo, demonstrava sua preocupação em garantir um certo equilíbrio de forças dentro da equipe de governo. Soares sabia que nem todos os Secretários apoiavam as manobras que culminaram na encenação do *impeachment*, acreditando haver, ainda, alguma margem de manobra para que as forças mais à esquerda dentro do governo pudessem reagir e evitar que Albuíno fosse na direção do grupo suprapartidário da Assembléia e dos Secretários Ferraço e Enivaldo. Adelson, na visão de Soares, ao partir para o confronto direto, e isso antes da grande reforma do secretariado que ocorreria em

agosto de 1993, obstruiu os canais internos de negociação e de articulação política que alguns atores tentavam operar no sentido de contornar a crise. Entretanto, essa havia atingido um ponto irreversível. Albuíno estava convencido de que tinha que proceder à reforma, que custaria a Soares o seu cargo, alterar a composição do secretariado, refazer o pacto político e prosseguir com a sua administração.

O próprio Governador, como registrado no jornal *A Gazeta*, edição de 7 de agosto de 1993, p. 3, declara que a crise política por que passava sua administração era “[...] patrocinada por inimigos do Espírito Santo, capitaneados por ex-aliados ou inimigos políticos”. Segundo o jornal, “mesmo sem falar o nome, uma das farpas foi endereçada ao ex-Governador Max Mauro [...]”. Em agosto, o rompimento político entre ambos já estava consumado, tendo Albuíno reformulado o secretariado e a direção de vários órgãos da administração indireta para deles afastar os aliados de Max que persistiram em manter-se ao lado do ex-Governador. É significativo o fato de que Albuíno construísse e propagasse um discurso onde exalava sua vitimização diante de Max e de seus aliados.

Em várias passagens anteriores deste texto, comentei sobre a existência de um sentimento de rejeição a Max por parte de importantes setores da classe política. Relembro que os dois Presidentes da Assembléia no governo Albuíno, Valci Ferreira (PTB) e Marcos Madureira (PFL) eram seus desafetos. Valci, numa entrevista concedida a jornalista Nelsa Amaral, publicada em *A Gazeta*, edição de 3 de fevereiro de 1991, p. 2, ao defender a independência e a autonomia do Poder Legislativo, afirmou que “[...] acho que isso será possível porque Albuíno Azeredo saberá respeitar o Poder Legislativo”. Ao expor esse raciocínio, Valci estava fazendo um contraponto com o período administrativo anterior, o que deixa bem claro ao afirmar que “O Max pisoteou o Legislativo, violentou a Constituição. A independência que vamos manter significa Legislativo e Executivo terem como objetivo os projetos de alcance social”.

Jogando claro com as palavras, Valci demarca o campo de atuação do Poder Legislativo, e de seus integrantes, para o jogo político com o Governador Albuíno, que assumiria apenas no dia 15 de março de 1991. Ele convida Albuíno para uma relação de cooperação, mas sinaliza, tendo as ações de Max como exemplo, o tipo de relação que não admitirá existir.

Clamar pela cooperação em prol da sociedade sempre foi um recurso discursivo utilizado quando do estabelecimento de um certo padrão de relações institucionais após um período de instabilidade. E Valci, Presidente da Assembléia, transmitiu o “recado” tanto ao Governador que assumiria quanto ao que ainda estava no Palácio Anchieta – para este, bem mais emblemática era a sinalização de que viria a ser combatido politicamente no novo contexto histórico. As críticas de Valci ao secretariado de Albuíno, anteriormente citadas, corroboram essa postura.

Na edição do dia 25 de julho de 1993, p. 9, Max Mauro comunicou seu rompimento com Albuíno, dando início a uma polêmica que seria travada tanto nos bastidores políticos quanto nas páginas dos jornais, mas que compunha toda um cenário de enfrentamentos que iniciara ainda na campanha eleitoral de 1990. Enfrentamento que opunha Max ao grupo surrapartidário e a alguns Secretários, antes Prefeitos, como Ferração e Enivaldo. Segundo o jornal, Max reclamou do “[...] espaço conquistado na administração estadual pelos secretários Enivaldo dos Anjos [...], José Eugênio Vieira (Fazenda) e Theodorico Ferração [...] a ‘santíssima trindade’ ”. O jornal pontua que Max não queria admitir “[...] é que o crescimento desse grupo no Governo começou no exato momento em que teve início seu afastamento de Albuíno”. Prossegue a matéria afirmando que “Max queria que Albuíno não mantivesse no Governo secretários como Ferração e Enivaldo, considerados por ele de direita. Dessa “santíssima trindade”, mas não incluído entre os quadros de “direita”, encontrava-se um ex-Secretário de Max, José Eugênio Vieira. Exercia, em 1993, o poderoso cargo de Secretário de Estado da Fazenda.

O governador, entretanto preferiu manter “[...] os que estiveram com ele na campanha eleitoral”. Segundo a matéria, “Max não conseguiu convencer Albuíno a fazer o que ele fez quando governador: romper com o lado conservador, que ajudou a elegê-lo [Max rompe com Camata e José Moraes logo no início de seu governo, em 1987, exonerando os indicados por ambos e que ocupavam alguns postos da administração direta e indireta]”. Max Mauro ficara mais descontente ainda “[...] com a vinda de Enivaldo e Ferração para o governo”, mas sua contrariedade começou “[...] com a eleição municipal de Vila Velha, quando não teve do governador o apoio que esperava [em 1992 Max foi candidato a Vice-Prefeito de Vila Velha, numa chapa que tinha como titular o seu filho, Max Mauro Filho]”. Avalia o jornal que Max “[...] rompeu justamente para, na oposição, tentar conquistar o espaço que não estava tendo no Governo”. Mas esse era

um espaço a ser disputado com outros atores políticos que militavam na oposição a Albuíno.

A Gazeta, edição do dia 29 de julho de 1993, p. 7, repercute a entrevista coletiva concedida pelo Governador no dia anterior, já oficializado o rompimento entre Max e Albuíno. Nessa entrevista, “rompendo o silêncio que vinha mantendo ante a crise político-administrativa de seu Governo”, Albuíno atribuiu a crise ao Vice-Governador e a Max Mauro, “ao dizer que eles provocaram o rompimento”. Na mesma entrevista, o Governador anunciou mudanças no primeiro e segundo escalões, comunicando a exoneração de Adelson Salvador (Vice-Governador), filiado ao PDT, da Secretaria de Estado da Agricultura, do Secretário de Estado da Saúde, do Secretário de Estado de Meio Ambiente, todos “sem comunicação prévia”, assim como de outros maxistas que integravam a equipe de governo – caso do então Diretor Geral do DETRAN, o ex-Deputado Salvador Bonomo. Durante a entrevista, Albuíno “denunciou a existência de um golpe para afastá-lo do Governo”. Albuíno afirmou que o estopim da crise foi a sua “decisão de cumprir seu mandato até o fim [...]” – segundo o Governador, “a partir daí, movidos por interesses pessoais, tentaram me afastar do poder”. Na matéria, o jornal publica que “Albuíno fez questão de dizer que, a partir de agora, o Governo terá uma só voz”, a dele, partilhada com a do Secretário-Chefe da Casa Civil, Xerxes Gusmão Neto.

Na edição do dia seguinte, 30 de julho 1993, o jornal A Gazeta, pagina 03 estampa a reação do ex- Governador Max Mauro: Albuíno “traíu o povo do Espírito Santo ao se afastar dos compromissos de campanha”. Max compara o Governador ao ex-Presidente Collor, caçado no ano anterior. Max, “ao comentar as mudanças feitas pelo Governador [no secretariado] disse que Albuíno mostrou sua verdadeira face: ‘a da direita’ [...]”, deixando claro que “essa guinada de Albuíno representa o seu afastamento dos compromissos assumidos com a Frente Democrática que o elegeu, para se aliar às ‘forças políticas de direita, derrotadas na campanha de 90’”. O ex-Governador contestou as declarações de Albuíno, que o responsabilizou, juntamente com o Vice-Governador “[...] pela crise política do Governo”. Na avaliação de Max, “o único responsável pela crise é o próprio Governador [...], ‘pelas suas indecisões e pelas suas indefinições no campo político e administrativo’”. Segundo o jornal, inconformado pelo fato de Albuíno “[...] ter se aproximado de forças políticas adversárias do pleito passado, Max Mauro disse que o Governador está procurando reunir essas forças

políticas com o objetivo de isolá-lo politicamente em 94, como aconteceu na eleição municipal de 92, em Vila Velha”.

Era público que Max articulava-se para disputar, de novo, como de fato o fez, a governadoria do Estado no pleito de 1994. Max teceu uma série de acusações contra o Governador e sua equipe: “o ex-Governador criticou as ‘composições espúrias’ feitas por Albuíno, destacando que o Governador está entregando as rédeas do Governo ao PFL”; completando o raciocínio ao afirmar que essa era a “[...] forma de retribuir o apoio recebido dos pefelistas, quando da votação do pedido de *impeachment* na Assembléia Legislativa”. Segundo Max, “ele (Albuíno) está tão submisso que se mandarem [permanecer no Governo até o final do mandato], ele fica” – especulava-se que Albuíno sairia do governo para disputar o Senado nas eleições de 1994. Max, muito emocionado segundo o jornal, concluiu sua entrevista citando uma frase do último comício do candidato à Presidência Ulysses Guimarães, em 1989: “o dia do benefício é a véspera da ingratidão”. Na mesma edição de A Gazeta, Albuíno, através do Secretário–Chefe da Casa Civil, informou que não iria responder às acusações feitas por Max. Nem precisava, pois já estava desempenhando, com competência, o papel de vítima de Max, transferindo para este a responsabilidade pela crise política e pela falta de ação do governo diante da grave crise fiscal e financeiro que erodia as condições de governabilidade e de governança no Estado do Espírito Santo à época.

Max, ao relacionar o rompimento com a votação do *impeachment*, trouxe à luz as articulações que grassavam desde aquele momento, e mesmo em anteriores, no interior da Assembléia e em setores do próprio governo e da classe política. O Deputado Fernando Silva (PFL), em discurso na tribuna da Assembléia, segundo matéria de A Gazeta, edição do dia 27 de julho de 1993, p. 2, afirmou que seu partido havia dado “[...] o prazo até o próximo dia 30 para que o Governador [...] faça as mudanças que achar necessárias na administração estadual.” Disse Silva que “entendemos que é preciso dar um novo rumo ao Governo, com a mudança do time que não deu certo, para um time que vai funcionar”. Segundo o jornal, Silva avaliava que o Governador “[...] terá que fazer de 10 a 15 substituições no primeiro e segundo escalões do Governo, começando pelo Secretário da Agricultura [...], o pivô de toda essa crise”. Fernando Silva, como Valci em seu discurso repercutido por A Gazeta, edição do dia 19 de maio de 1993, p. 2, mirava o Vice-Governador e Secretário de Estado da Agricultura, Adelson Salvador (PDT), sobre ele lançando a hipotética suspeita de ser o principal

articulador do processo que poderia ter resultado no *impeachment* de Albuíno, rejeitado em maio de 1993 pela Assembléia.

O discurso de Fernando Silva é emblemático, passando a clara impressão de que as declarações de Max sobre as pressões do PFL em razão da rejeição do *impeachment* eram verdadeiras. Era uma demonstração inequívoca de força por parte de uma liderança parlamentar da maior importância, tanto pelo cargo de líder do partido com a maior bancada, como de expoente do grupo parlamentar suprapartidário. Era, também, uma senha para que o Governador agisse. E agisse afastando do governo os integrantes ligados ao grupo de Max Mauro. Silva, em seu discurso, dá uma demonstração do nível de sofisticação e do robustecimento que o grupo suprapartidário tinha atingido: com a rejeição do pedido de *impeachment*, esse grupo, que pelas palavras de Valci e de Madureira, sempre manifestou uma posição de fortalecimento do Legislativo, entendia que o momento histórico lhe era favorável para avançar na ocupação de estruturas de poder. As da Assembléia não lhes eram mais suficiente.

Nesse sentido, a questão ideológica e o pragmatismo desse grupo vêm à tona. Trocar o secretariado como proposto por Silva representava, na prática, abrir espaços para indicações de pessoas do grupo suprapartidário ou a eles ligadas. Salta aos olhos a força que o PFL mantinha seja no Plenário da Assembléia, por ser a maior bancada, seja no interior do próprio grupo suprapartidário, onde pontuavam, em posições de expoentes, o próprio Silva, também Vice-Líder do Governo, e Madureira, Presidente do Legislativo.

Vai se configurando, dessa forma, o grande salto armado desde o início do governo: a assunção de cargos e o controle da estrutura de governo pelos grupos classificados por Max como conservadores, “de direita”, como aquele constituído na Assembléia no início de 1991, aliado a outros atores políticos como Ferraço e Enivaldo dos Anjos.

Entretanto, acredito que falta um componente essencial na caracterização desse grupo. Nem todos eram ideologicamente “de direita” ou “conservadores”. Muitos, com certeza, eram pragmáticos, e viram em todo esse jogo ao qual se associaram uma oportunidade de serem atendidos em suas reivindicações e na obtenção de meios, materiais e financeiros, para o prosseguimento de seus projetos político-eleitorais. Dessa forma, temos uma grande articulação formada, e sobre a qual lanço um olhar inquieto, que busca no mais profundo desse grupo os interesses que os moviam em suas ações. Não há uma luta do “bem contra o mal”, um maniqueísmo. É próprio da política as disputas

e os enfrentamentos. Compete-nos, como historiadores, e aos demais colegas das ciências humanas e sociais, desvelar os mecanismos de funcionamento, os interesses em profundidade e as conexões que sustentam essas disputas e enfrentamentos, como no caso ora em análise.

Na mesma edição, o jornal A Gazeta repercute as declarações de Max com o então Prefeito de Vitória, Paulo Hartung (PSDB)⁸⁶. Ao ser questionado sobre as mudanças que o Governador Albuíno fez em sua equipe, no contexto da crise instalada, Hartung reagiu afirmando que: “tentar me colocar nessa briga é igual a colocar cabrito dentro d’água”. O teor da reação de Hartung frente aos acontecimentos que agitavam a cena política estadual, valendo-se de um recurso discursivo metafórico, algo comum no mundo político, era um indício de que desejava manter-se afastado de toda a crise – ao menos essa era a intenção que procurava demonstrar perante a opinião pública, através de declarações a um jornal de grande circulação estadual. Prosseguindo, a matéria registra que “Hartung disse que não queria participar dessa crise e nem de outras que pudessem surgir, mas deixou clara sua posição de se aliar ao Governo do Estado, para desenvolver ações conjuntas em favor da população”. Segundo o jornal, “[...] Hartung confirmou que Albuíno, no que considerou ‘um gesto de elegância política e administrativa’, lhe perguntou se colocaria algum empecilho à indicação do médico Luiz Buaiz para a Secretaria de Saúde, pelo fato de terem sido adversários na eleição do ano passado. O prefeito disse ao Governador que nada tem contra a indicação, explicando que a eleição municipal é fato passado”. Numa análise superficial, tratava-se de mais uma daquelas declarações formais dadas por atores políticos em momentos de crise, da qual desejam manter distância, estabelecendo diferenças entre comportamentos e paradigmas. Mas isso superficialmente.

Na mesma matéria de A Gazeta do dia 30 de julho de 1993, p. 3, o Prefeito de Vitória adverte para o aproveitamento da crise como forma de antecipar o processo eleitoral de

⁸⁶ Ao longo de sua trajetória política, iniciada na década de 1970, Paulo Hartung esteve filiado ao PCB (na clandestinidade), MDB, PMDB, PSDB, PPS E PSB. Em determinados momentos, em curtos espaços de tempo, no interregno de sua saída de um partido e a articulação para entrada em outro, manteve-se desvinculado de qualquer agremiação partidária. Já exerceu mandatos de Deputado Estadual (2 mandatos), Deputado Federal (1 mandato, incompleto por ter sido eleito Prefeito Municipal de Vitória), Senador da República (1 mandato, incompleto por ter sido eleito Governador do Estado do Espírito Santo), Prefeito Municipal de Vitória (1 mandato) e Governador do Estado do Espírito Santo (2 mandatos). Na década de 1990, ainda filiado no PSDB, foi Diretor da área social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), indicado pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Hoje, encontra-se filiado no PMDB, não exercendo nenhum mandato eletivo desde sua saída da governadoria do Estado do Espírito Santo, em janeiro de 2011.

1994, o que, para ele, seria “prestar um desserviço à população do Estado, porque contribuirá para prejudicar as ações administrativas dos Governos municipais e estadual”. Eis aí um elemento importante do discurso de Hartung: ele expressava o receio de setores da classe política que a crise do governo antecipasse o processo sucessório do ano seguinte. E antecipasse no contexto de uma disputa onde as forças políticas que se estruturavam para a disputa, o PSDB inclusive, estavam ainda a se organizar. Antecipar o processo eleitoral seria, no mínimo, desfavorável à condução das articulações políticas que caracterizam esses momentos. Naquele contexto de crise, Albuíno, Max, o PFL e o grupo suprapartidário, por desempenharem os principais papéis, juntamente com os Secretários Ferraço e Enivaldo, detinham as melhores condições de jogo. Isso era prejudicial aos demais interesses, como os de Hartung e de seu partido, e os do PT, pois a candidatura do Deputado Federal Vitor Buaiz vinha se consolidando como uma alternativa viável e agregadora de múltiplos apoios.

Mas prossigo no resgate da matéria com o Prefeito de Vitória, registrando, ao término da mesma, uma passagem bastante emblemática: “Hartung ponderou que a fase do caciquismo já passou, argumentando que na vida democrática ‘temos que ter capacidade para superar as divergências’ ”. O que desejava Paulo Hartung transmitir em seu discurso pelas páginas de A Gazeta? Claro está que não era o seu distanciamento da crise. Ele podia, como outros atores, não ser protagonista direto dela, como de fato não era. Mas não existe crise política que não afete o conjunto de atores que integram a classe política. Nesse sentido, Hartung clama pela normalidade administrativa, enviando um sinal ao conjunto da sociedade sobre a seriedade da classe política, afirmando sua responsabilidade na gestão dos interesses públicos. Não estar envolvido na crise, e desejar a normalidade administrativa são indícios de que Hartung desejava colocar-se numa postura tanto equidistante do processo como ao lado dos reais interesses da população, para a qual crises como essas de 1993 possuem uma representação de luta interna no aparelho de poder, entre os integrantes deste, portanto, algo distante de seu cotidiano. É ao cotidiano da população que fala Hartung, apresentando-se como um ator político preocupado com a normalidade administrativa, enquanto outros se digladiam em disputas intestinas pelo controle do aparelho de Estado.

O fecho de sua entrevista, ao decretar o fim da “fase do caciquismo” e a apelar para a “capacidade de superar as divergências” no contexto da vida democrática, é altamente simbólico do quão inserido na crise estava o Prefeito de Vitória. Afirma que “não

adianta me provocar. Ninguém vai me colocar numa coisa da qual não quero participar” é muito vago, ou até impossível, para alguém que ocupava o cargo de Prefeito da capital. A referência à superação da “fase do caciquismo” é uma crítica direta à forma como ele, expressando o pensamento de outros atores políticos, classificavam a dinâmica da vida política estadual. O “caciquismo” é filho, ou sinônimo repaginado do “coronelismo”, práticas políticas que caracterizaram a república brasileira até outubro de 1930. Ambos cresceram e se desenvolveram no contexto do patrimonialismo. Mesmo após os acontecimentos daquele ano, as lideranças locais, municipais, regionais, os “caciques”, antes os “coronéis”, permaneceram exercendo um papel preponderante na vida política nacional, apesar das características de que se revestiram durante o regime do Estado Novo (1937-1945).

No Espírito Santo, em particular, e a eleição de Albuíno em 1990 foi um bom exemplo, a força política dos Prefeitos e lideranças municipais e regionais, mostrou-se fundamental na definição dos resultados. A política se fazia ainda muito tributária do poder e da influência dessas lideranças, os “caciques” a que se referiu Hartung. Mas esse fenômeno político tem, também, outras nuances. No caso, o “caciquismo” a que se referiu Hartung, tinha relações expressas com a divisão da estrutura administrativa em áreas de influência de lideranças ou grupos partidários ou suprapartidários, num exercício administrativo onde a unificação de interesses não era o elemento caracterizante essencial, muito antes pelo contrário. Hartung, em sua crítica, passa ao conjunto da opinião pública, desconstruindo pelo discurso um modelo político tido como arcaico e contrário aos interesses públicos e do conjunto da sociedade. Ele sinaliza que há algo diferente no cenário político, e, através do discurso, respaldado por sua prática administrativa, tenta credenciar-se como possuidor dessa diferença, portanto, credenciando-se no jogo político a partir de outro pólo que não aquele que critica. Hartung, operando a construção de seu projeto político, baseou o mesmo na imagem de um político novo, livre dessas práticas, crítico delas.

Hartung não estava ligado a nenhum dos grupos políticos em disputa naquele momento, ainda que alguns de seus aliados políticos ocupassem cargos na estrutura de governo – caso, por exemplo, de Luiz Paulo Vellozo Lucas, que exerceu os cargos de Secretário de Estado do Planejamento e Ações Estratégicas e o de Agricultura na administração de Albuíno. Na matéria de A Gazeta opta pela estratégia de postar-se a favor dos interesses públicos e da sociedade, admitindo o apoio ao governo nesse sentido, mas criticando,

como anteriormente demonstrado, um conjunto de práticas políticas. Estava, isto sim, valendo-se da força e da simbologia que possui no imaginário político estadual o cargo de Prefeito Municipal de Vitória, respaldado por uma grande aceitação popular e pelo reconhecimento de sua competência no exercício de mandatos parlamentares, construindo-se como a mais promissora, influente e poderosa liderança política do Espírito Santo nas duas primeiras décadas do século XXI.

O Governador ao exonerar o Secretário de Estado da Agricultura, o Vice-Governador Adelson Salvador, na esteira de acontecimentos de toda a crise não apenas rompia a aliança entre ambos. Repetia-se no governo Albuíno, a ruptura ocorrida entre Max Mauro e seu Vice, Carlos Alberto Cunha. Aqui uma curiosidade: desde Adelson, todos os Secretários daquela pasta oriundos do meio político (Marcelino Fraga, César Colnago e Ricardo Ferraço – para ficar nos casos mais recentes) conquistaram mandatos parlamentares federais, em razão da grande capilaridade da pasta, da sua vinculação com os produtores rurais e da articulação com as lideranças políticas do interior do estado.

No rompimento entre Albuíno e Adelson, estampado nos jornais, pinço duas declarações, estampadas na mesma edição de A Gazeta do dia 6 de agosto de 1993. Na primeira, o Líder do PFL na Assembléia, e vice-Líder do Governo, Deputado Fernando Silva declara que “se Adelson fosse bom, não seria político. Seria padre, porque os bons, os padres seguram nos seminários”. Silva respondia a Adelson, que segundo o jornal, em entrevista coletiva, havia feito críticas ao governo, anunciando que faria oposição ao mesmo a partir de então. Silva, segundo o jornal, repreende Adelson: “O vice-governador anunciou que fará oposição ao Governo, mas o Deputado [Fernando Silva] disse que Adelson está mentindo porque ‘ele é oposição desde que chegou ao Governo’ ”.

Em editorial publicado na edição de 6 de agosto de 1993, p. 5, A Gazeta critica a exigência feita pelo Deputado Valci Ferreira de exoneração do Secretário de Estado de Justiça e Cidadania, Renato Soares, e da Auditora Geral do Estado. Soares era o único representante do PSB na estrutura de Governo, integrando-o desde 1991. Segundo o editorial “ o argumento de que [...] Soares é um homem de esquerda e, que, portanto, deverá ser apeado do Governo não encontra eco junto ao Sr. Albuíno [...] , para quem ideologia jamais foi qualificação para determinar ou não a presença de pessoas na sua

administração”. Prossegue o editorial relembrando que Albuíno foi “eleito por uma coligação mais à esquerda, com apoio de políticos de centro e de direita”; Segundo o jornal, “a imposição que o deputado Valci Ferreira quer fazer ao Governo é inadequada, inconcebível e extremamente imprópria. Ele está ferindo os princípios da independência dos poderes e suas ameaças constituem um desrespeito ao Executivo e ao Legislativo”; prossegue o editorial: “dizer que a Assembléia Legislativa vai apreciar de uma forma mais ou menos simpática as matérias do Palácio Anchieta, em função das escolhas que Albuíno [...] fizer para o seu secretariado, é, acima de tudo, a confissão de que os humores e o comportamento dos parlamentares dependem da submissão do Executivo”. O editorial conclui advertindo o Governador: “sob pena de se tornar inteiramente desmoralizado e perder o controle do Governo, o governador [...] não pode concordar com as pressões explícitas do deputado”.

A posição de A Gazeta em seu editorial não evitou que Albuíno exonerasse Soares, indicando a primeira-dama, Waldicéia Azeredo, para ocupar a pasta da Justiça e Cidadania.

Percebe-se no editorial de A Gazeta a assunção de uma postura crítica diante dos fatos. Há indícios no texto de que o jornal não pactuava com o crescimento da força do grupo suprapartidário, nem concordava com a postura do Governador de aceitar as pressões dos parlamentares desse grupo. Na verdade, Albuíno era indiretamente criticado por estar cedendo às pressões, passando uma imagem de fraqueza diante das mesmas. Pior, de concordância, haja vista que no imaginário coletivo brasileiro, corroborado pela história, a representação do Chefe do Poder Executivo sempre foi de força, de alguém que lidera, que se impõe às demais instituições, fazendo prevalecer sua vontade e seus projetos. Albuíno agia em direção oposta a isso. E agia sem que conseguisse, ao alterar o secretariado, estabelecer as condições de governança e de governabilidade necessárias à normalização da vida estadual. Esta permaneceria conturbada por ainda mais 10 anos após 1993, com acontecimentos que só instalaram e agravaram todo um quadro de crise político-econômica-institucional, de conseqüências graves para o Estado do Espírito Santo.

CAPITULO 7

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cientista político João Gualberto Moreira de Vasconcellos, em depoimento inserido na dissertação de mestrado de Francisca Selidonha Pereira da Silva (2008), tece uma longa e criteriosa avaliação sobre o governo Albuíno. Segundo Gualberto, “ [...] a candidatura de Albuíno nasceu de relações construídas na base municipal, junto aos prefeitos do interior, que são lideranças tradicionais ‘sem expressão partidária’” (SILVA, 2008, p. 201). Gualberto prossegue classificando a eleição de Albuíno como resultante de uma “articulação interiorana e clássica”, descompromissada com um projeto de desenvolvimento consistente ou com um projeto político que não aquele em que se fundamentou. Segundo Gualberto:

Não podemos esquecer que o grupo político no qual Max fez parte no PMDB chegou ao governo com Gérson CAMata e, depois, com o próprio Max (Mauro), se desfez durante sua gestão. Albuíno dentro da máquina administrativa estadual e filiado ao partido de Leonel Brizola, costurou lentamente seu projeto de ascensão à primeira cena política. Esse é um fato. Mas não podemos esquecer de outro elemento importante no jogo de poder da época. A eleição se deu em 1990, um ano depois da de Fernando Collor. Estávamos no auge de um novo momento na política brasileira, que passou a ter a televisão como ator-chave na definição eleitoral. E Albuíno foi o grande astro daquele processo. Podemos dizer que a eleição de Albuíno foi a primeira a ser ganha na televisão. A primeira na qual o veículo foi utilizado de forma intensa e dirigida aos setores populares, onde a figura carismática do ex-governador reinou. Com a estratégia de comunicação voltada para os setores D/E, habitantes das maiores cidades, houve um casamento perfeito com as bases municipalistas que produziram o primeiro movimento de campanha. A fórmula do sucesso havia sido encontrada. O candidato saiu vitorioso no pleito (VASCONCELLOS, João Gualberto de apud SILVA, 2008, p. 201-202).

Mas vencer uma eleição não é passaporte para o sucesso administrativo. Como visto anteriormente, o governo Albuíno manteve um forte compromisso com os Municípios, em razão tanto da base que o elegeu como daquela que se formou suprapartidariamente para lhe dar a devida sustentação política.

Ele desprezou as coalizões partidárias, optando por aliar-se a grupos heterogêneos, situação na qual as negociações tornam-se bem mais complexas, haja vista a necessidade de dialogar quase que individualmente com os atores políticos.

Seu governo foi marcado por inúmeras crises, tendo eu optado pelo estudo daquela ocorrida no ano de 1993, envolvendo a instauração de uma Comissão Especial para apreciar a abertura, ou não, de processo de *impeachment* do Governador. Esta crise desvelou o paradigma de relações entre os Poderes Executivo e Legislativo, no qual o segundo continha o primeiro e criava uma ambiência para negociações em torno de projetos e políticas públicas. Esse paradigma, aperfeiçoado, levou o Espírito Santo a uma crise que se arrastou por mais de uma década, e cuja síntese é a seguinte:

[...] desde meados da década de 90, o Estado passou a viver uma séria crise ética e moral. Neste período, diversos casos de violência, escândalos de lavagem de dinheiro e o crime organizado vieram à tona, dando ao Espírito Santo uma aparência de “terra sem lei”. Em 2002, uma missão especial de combate ao crime organizado foi enviada ao Estado pelo Ministério da Justiça para investigar casos de violência e de desrespeito aos direitos humanos. Durante a missão, metade dos suspeitos investigados era de servidores ou autoridades públicas.

A crise deixou marcas profundas no Espírito Santo. Multinacionais anunciaram o fechamento de fábricas sob a alegação de que teriam sido alvo de cobrança de propina para a liberação de financiamentos retidos e, no início de 2003, o Estado não possuía dinheiro em caixa, detinha elevada dívida com o funcionalismo (atraso de 2 meses na folha de pagamento) e acumulava um déficit de cerca de R\$ 1,2 bilhão (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 24)

Na área financeira e fiscal, o governo Albuíno viveu momentos extremos, ao ponto de vender a participação minoritária do Estado no capital da Espírito Santo Centrais Elétricas S/A (ESCELSA), como forma de angariar recursos para pagamento de servidores e de dívidas vencidas junto a empresas que atuavam na realização de obras e serviços para o Estado.

Rogério Medeiros afirma que Albuíno, no processo de construção desse paradigma de relações com o Legislativo, dividiu o Estado em áreas de influência dos parlamentares integrantes de sua base⁸⁷. A opinião de Rogério merece a devida atenção. No governo subsequente ao de Albuíno, o de Vítor Buais (PT), ele desempenhou papel de destaque como Secretário-Chefe da Casa Civil e Secretário de Estado da Fazenda. Segundo Medeiros, por detrás de toda a encenação dos parlamentares, o que havia de concreto é que o grupo suprapartidário “queria tomar conta do governo”.⁸⁸

No momento pós-arquivamento do requerimento para abertura do processo de *impeachment*, Rogério afirma que Albuíno passou a buscar junto aos Prefeitos, de

⁸⁷ MEDEIROS, 1º de julho de 2011.

⁸⁸ MEDEIROS, 1º de julho de 2011.

forma direta, o apoio que tanto desejava, razão pela qual, e insuflado pela base parlamentar suprapartidária, “irriga as Prefeituras com convênios, nem sempre honrados”.⁸⁹

Foi, dessa forma, um governo que potencializou práticas seculares da política brasileira, repaginadas pelo contexto histórico das transformações profundas por que passou o país a partir da segunda metade do século XX. O patrimonialismo era uma característica do grupo parlamentar suprapartidário, e Albuíno, ao aliar-se a ele, potencializou essa prática, incorporando-a dentro do aparelho de Estado, algo que outros governantes, pelo menos no discurso, faziam questão de negar. Outra prática, derivada da primeira e da própria base formada para a sustentação de seu governo, foi a distribuição indiscriminada de prebendas. Albuíno distribuiu cargos e vantagens aos parlamentares, recebendo em troca o apoio que necessitava tanto para aprovação de suas matérias legislativas quanto para a sustentação das condições objetivas de governança e de governabilidade do Estado durante sua gestão. Ele não cooptou nem praticou a coalizão, governando ao sabor dos acontecimentos, mas tendo claro que sua sustentação política dependia do atendimento das demandas do grupo suprapartidário da Assembléia e de setores do próprio governo que lideravam áreas significativas da classe política.

O rompimento político com Max Mauro, no curso da crise de 1993, não é um elemento histórico a ser fulanizado. De fato essa ruptura afetou os planos eleitorais do ex-Governador, do Vice-Governador e do próprio Governador Albuíno. Ninguém saiu vitorioso dessa crise. Adelson Salvador, muito em razão de seu trabalho na Secretaria de Estado da Agricultura, elegeu-se Deputado Federal em 1994, mas foi derrotado no pleito seguinte. Max disputou e perdeu, já no primeiro turno, as eleições para a governadoria em 1994. Albuíno tentou, e foi derrotado, eleger-se Deputado Federal pelo PMDB em 1998.

Na raiz do apoio do grupo suprapartidário da Assembléia a Albuíno identificamos uma nuance esclarecedora. Uma das bases desse grupo era o que Régis C. de Andrade classificou como coalizão fisiológica de governo” (ANDRADE, Régis C apud PETERSEN, Mauro. In SANTOS, Fabiano (Org.), 2001). Ao lado desse fisiologismo, localizamos, como visto no Capítulo 6, indícios de um ensaio de assalto ao poder por parte de alguns setores da classe política, também integrantes daquele grupo

⁸⁹ MEDEIROS, 1º de julho de 2011.

parlamentar suprapartidário. Um quadro complexo de interesses, que se uniam em torno da obtenção das prebendas e da afirmação do patrimonialismo. Ao lado desse grupo, outros atores, ainda não identificados, mas denunciados pelo Vice-Governador de forma genérica como pertencentes a áreas do setor produtivo, já se articulava para alçar novos espaços.

No Espírito Santo, identifico no período de 1991 a 1994, a quebra do *encanto* que adormecia, como num conto de fadas dos mais pueris, tanto setores da classe política quanto aqueles ligados às atividades mais dinâmicas de nossa economia - especialmente aqueles de setores do comércio exterior, que foram potencializados em razão das mudanças introduzidas na economia pelo governo do Presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992). Esses setores despertaram para os jogos do poder. O Legislativo não mais aceitava o caráter de um poder homologatório das proposições do Executivo. Já os setores produtivos, ensaiavam a ocupação de espaços na cena estadual condizente ao montante de recursos por eles movimentados e investidos na economia local.

Foi o momento histórico em que esses setores, através de um conjunto de atores, forma tomando para si, de fato, o compartilhamento da condução dos negócios do Estado e a definição de seus paradigmas – sem perder de vista a necessidade de construção de representações que legitimassem essa empreitada. Era o co-governo a que se referiu o Deputado Valci Ferreira na Circular 01/91 (Anexo A). No caso, é importante ressaltar que o Governador Albuíno jamais esteve ausente desse processo. Nada aconteceu sem que ele soubesse ou autorizasse ou, mesmo, participasse. Apesar da fragmentação interna de seu governo, ele tinha acesso e interlocução junto às áreas estratégicas, em especial a Casa Civil e as Secretarias de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Fazenda, do Interior e dos Transportes e Obras Públicas. Todas ocupadas por homens de sua confiança ou por aliados de primeira hora de sua campanha.

A professora Maria Hermínia faz uma singular observação sobre essa questão, tomando por base o governo federal:

O sistema político brasileiro, com sua organização federativa, fragmentação partidária extremada, presidencialismo de coalizão e eleições competitivas e freqüentes em todos os níveis, funciona com base na negociação política permanente, comandada, mas não determinada, pelo Executivo federal (ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. O Estado no Brasil contemporâneo: um passeio pela história. In: MELO; SÁEZ. **A democracia brasileira**: balanço e perspectivas para o século XXI, p. 31).

Emerge no cenário estadual uma sofisticação na representação e na operação dos instrumentos de poder político e de interesses econômicos altamente complexos, que dão o tom da vida política, econômica e social a partir daquele período. Despertam os atores para o tempo presente em que se inseriam historicamente, arquitetando e executando todo um conjunto de táticas que ao fim e ao cabo resultariam na vitória de seu objetivo estratégico, qual seja, a definição de um paradigma de Estado e de relações.

Esse processo histórico carece de uma apurada investigação, exatamente pela importância que teve na construção de um novo paradigma de Estado e das relações deste com os grupos sociais e econômicos no Espírito Santo. Vozes antes inauditas tornaram-se comuns e estridentes. A arquitetura e a engenharia desse processo não têm sido objeto de uma observação investigativa, mantendo-se ocultas aos olhos e ouvidos da maioria da população - quer por ignorância, quer por ausência da devida clareza, quer por interesses os mais variados que a insistem em mantê-las no limbo. Mas as vozes desse processo não se cansam de ecoar, ainda que sorrateiramente ignoradas. Mas ecoam, o que exige do pesquisador uma especial atenção para o seu conteúdo. Há algo de misterioso, de segredo nesse ignorar - algo que pretendi, modestamente, identificar ao longo desta dissertação.

Concluo esta dissertação retomando “essa parte de subjetividade” inserida na introdução. Caminhar pelo mestrado em história foi das experiências mais significativas de minha existência. Foram anos de grande alegria, de enormes desafios e de um aprendizado estimulante e apaixonante. Pude me reencontrar com a academia, de onde havia saído, graduado em história, em 1989.

O aprendizado foi além do conhecimento acadêmico. Aprendi a conviver com meus medos, sendo dele ainda escravo em diversos momentos, mas já tendo a ousadia de olhar para frente e para dentro de mim, encará-lo e afastá-lo na construção de meus objetivos maiores.

Nesses anos de curso tive que me separar, por designos supremos, daquela que se constituiu na pessoa mais importante para a minha existência – Maria de Lourdes Siano Lima, minha mãe. Em 2009, vivi todo o processo de sua perda, que se arrastou por quase sessenta dias de internação. Me lembro que a notícia de seu falecimento me foi

transmitida, por telefone, por volta das 17 horas, quando chegava em casa após uma aula na UFES. Vivo o luto dessa perda, sabedor que o mesmo será eterno, inscrito em meu próprio corpo. Vou aprendendo a cada dia os meios através dos quais convivo com esse luto e com sua profunda melancolia e sentimento de perda irreparável. Já há muito desisti de achar que tais situações de perda podem ser apagadas de nossa memória e do nosso corpo. Jamais. Mas, por continuarmos vivos, por sermos seres desejantes, nós humanos vamos reconstruindo a vida, e entendendo que tais perdas. Só sei que, “[...] se chorei ou se sorri, o importante é que emoções eu vivi”, como na letra de Roberto Carlos. E viverei de novo, tantas e quantas vezes quiser e puder.

Vivi a retomada de minhas energias vitais, de reencontro com saberes e sentimentos dos quais havia me afastado. Quero estar junto deles, sempre, pois são essenciais para que possa me sentir vivo e produtivo. Hoje e sempre.

Vila Velha (E. S.), outono/inverno de 2011.

Sob o olhar de Clarice, o crepúsculo e a aurora se tornaram uno.

AMARELANDO

Letra: Tetê Espíndola

*estou dentro do ar,
até posso respirar,
como flor que já brotou,
para anunciar,
que estou cheio de amor,
e beleza para dar,
amarelando para você me notar.*

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. O presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. Rio de Janeiro: **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 31, n.1, p. 5-33, 1988.

ABREU, Carol; MARTINS, James De Biase; VASCONCELLOS, João Gualberto M. (Org.). **VITÓRIA: trajetórias de uma cidade**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1993.

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira**. São Paulo: Hucitec/Departamento de Ciência Política da USP, 1998.

ACHIAMÉ, Fernando Antônio de Moraes. **O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937): elites políticas e reformismo autoritário**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ADELSON denuncia cartel para desestabilizar Governo. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 6 mai. 1993.

ALBUÍNO privilegiará deputados aliados. **A Gazeta**, Vitória, p. 6, 4 fev. 1993.

ALBUÍNO afasta os ‘maxistas’ e muda o Governo. **A Gazeta**, Vitória, p. 7, 29 jul. 1993.

ALBUÍNO no interior diz que crise é “patrocinada”. **A Gazeta**, Vitória, p.3, 7 ago. 1993.

ALMEIDA, Helena de. **Comunicação e poder: a emergência do marketing na política capixaba**. Vitória: GSA Gráfica e Editora, 2010.

AMARAL, Nelsa. Sucessão na Assembléia divide até grupos coesos. **A Gazeta**, p. 3, Vitória, 7 fev. 1993.

_____. Valci passa agora a exibir um estilo conciliador. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 3 fev. 1991.

ANASTASIA, Fátima; MELO, Carlos Ranulfo; SANTOS, Fabiano. **Governabilidade e representação política na América do Sul**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2004.

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Tradução Luiz Tupy Caldas de Moura - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

BANCADA do PT fará oposição ao Governo Albuíno. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 10 fev. 1993.

BANK, Geert. **Dilemas e símbolos**: estudos sobre a cultura política do Espírito Santo. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1998.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In : BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas – Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. Tradução Sérgio Paulo Rouanet; Prefácio Jeanne Marie Gagnebin - São Paulo : Brasiliense, 1994, p. 222-232.

BILICH, Jeanne. **As múltiplas trincheiras de Amylton de Almeida**: o cinema como mundo, a arte como universo. Vitória: GSA Gráfica e Editora, 2005.

BITTENCOURT, Gabriel (Org.). **Espírito Santo**: um painel da nossa história. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura e Esporte, 2002.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. 6. ed. Tradução Marco Aurélio Nogueira - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). **Dicionário de política**. 2. ed. Tradução Carmen C. Varrialle... [et al.]; coordenação da tradução João Ferreira - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

BRASIL. *Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 28 out. 1965. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/atoinst/1960-1969/atoinstitucional-2-27-outubro-1965-363603-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 1 jun. 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Edição administrativa do texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988,

com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nºs 1/1992 a 57/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/1994. Brasília: Senado Federal, 2009.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral [do] Estado do Espírito Santo. **Eleitorado atual (2011)**. Disponível em: < http://www.tre-es.gov.br/internet/callPage.jsp?page=pages/eleitorado_atual.jsp>. Acesso em: 14 ago. 2011.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Reforma do Estado para a cidadania**: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo: Ed. 34; Brasília: ENAP, 1998.

BUENO, Marcelo Cunha. Eu tenho o poder. **Revista Crescer**. [S.I.: s.n., 20--]. Disponível em <<http://revistacrescer.globo.com/Revista/Crescer/0,,EMI27395-15565,00-EU+TENHO+O+PODER.html>>. Acesso em 2 jun. 2011.

BULOS, Uadi Lâmega. **Curso de direito constitucional**. 4. ed. reformulada e atualizada de acordo com a Emenda Constitucional n. 57/2008. São Paulo: Saraiva, 2009.

BURGUIÈRE, André (Org.). **Dicionário das ciências históricas**. Tradução Henrique de Araújo Mesquita - Rio de Janeiro: Imago Ed., 1993.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro de sombras**: a política imperial. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros**. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CHAVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Org.). **Questões para a história do presente**. Tradução Ilka Stern Cohen - Bauru: EDUSC, 1999.

CONTI, Mario Sérgio. **Notícias do Planalto**: a imprensa e Fernando Collor. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CORRÊA, José Carlos. A temporada de caça. **A Gazeta**, Vitória, p. 5, 5 fev. 1993.

_____. Fraturas expostas. **A Gazeta**, Vitória, p. 5, 19 fev. 1993.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Org.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DEZ requerem a 'CPI do caos'. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 16 fev. 1993.

DINIZ, Eli. **Crise, reforma do Estado e governabilidade**. 2. ed. Rio de Janeiro : Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DOMINGUES, Mauro Petersen. Espírito Santo: produção legal e relações entre os poderes Executivo e Legislativo entre 1995 e 1998. In: SANTOS, Fabiano (Org.). **O Poder Legislativo nos Estados: diversidade e convergência**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 86-111.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Anais da Comissão Especial criada pelo Ato Legislativo nº 1/1993**: Representação apresentada contra o Senhor Governador do Estado do Espírito Santo, Dr. Albuíno Cunha de Azeredo. 8 v. Vitória: Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 1993.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Constituição (1967). **Constituição [do] Estado do Espírito Santo 1967**. Edição do texto constitucional de 15 de maio de 1967, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 13 de novembro de 1971, e as alterações feitas pelas Emendas Constitucionais nºs 2/1972 a 25/1984. Vitória: Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 1984.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Constituição (1989). **Constituição [do] Estado do Espírito Santo 1989**. Edição do texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1989, com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais nºs 1/1990 a 61/2009. Vitória: Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo: Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, 2009.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Espírito Santo 2025: plano de desenvolvimento**. Vitória: Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, 2006.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Regimento Interno [da] Assembléia Estadual Constituinte**. Vitória: Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 1989.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Regimento Interno [da] Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo**: Resolução n. 2.700, de 15 de julho de 2009. Vitória:

Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo: Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, 2009.

EX-GOVERNADOR ataca Albuíno e o compara a Collor. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 30 jul. 1993.

EXIGÊNCIA descabida. **A Gazeta**, Vitória, p. 4, 6 ago. 1993.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2004.

FERRAÇO diz que Albuíno tem vontade de acertar. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 21 fev. 1993

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 13. ed. Organização e tradução de Roberto Machado - Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 3. ed. Tradução de Ligia M. Pondé Vassalo - Petrópolis: Vozes, 1984.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo : Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Ângela Maria de Castro... [et al.]. **O Brasil republicano, t. 3, v. 10: sociedade e política (1930-1964). História Geral da Civilização Brasileira; introdução** geral de Sérgio Buarque de Holanda; direção de Bóris Fausto. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

GOVERNADOR adia divulgação de nomes. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 30 jul. 1993.

HARTUNG está fora da briga. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 30 jul. 1993.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**, ou, Matéria, forma e poder eclesiástico e civil. 2. ed. Organizado por Richard Tuck; tradução brasileira supervisionada por Eunice Ostrensky; tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva; tradução do aparelho crítico de Cláudia Berliner; revisão da tradução de Eunice Ostrensky - São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HOBBSAWN, Eric. **Sobre história**. Tradução Cid Knipel Moreira – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Tradução Marcos Santarrita – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JUSTIÇA ameaça pedir intervenção federal no ES. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 15 mai. 1993.

LARANJA, Anselmo Laghi. **Negócios públicos, riquezas privadas: o escândalo dos “anões do orçamento” (1993-1994)**. Vitória: Flor&Cultura, 2006.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**; tradução Bernardo Leitão...(et al.) - Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LÍDER faz críticas ao vice. **A Gazeta**, p. 6, 6 ago. 1993.

LIMONGI, Fernando. Presidencialismo e governo de coalizão. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Org.). **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 237-257.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Direção). **História: novos problemas**. 3. ed. Tradução Theo Santiago – Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 179-193.

MADUREIRA quer prerrogativas de volta. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 3 fev. 1994.

MALUF, Sahid. **Teoria geral do estado**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

MAX justifica o rompimento com Albuíno. **A Gazeta**, Vitória, p. 9, 25 jul. 1993.

MEDEIROS, Rogério; CALADO, Stenka do. **“Um novo Espírito Santo”**: onde a corrupção veste toga. Rio de Janeiro: Capital Cultural, 2010.

MELO, Carlos Ranulfo; SÁEZ, Manuel Alcântara (Org.). **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

MENDONÇA, Paulo Henriques de. **Muqui – cidade menina: 1850-1989**. Vitória: [s.n.], 1989.

MENEGUELLO, Rachel. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MOSCOZO, Roberto. ES tem tradição em briga de governadores e vices. **A Gazeta**, p. 9, 8 ago. 1993.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, .

PEREIRA, André Ricardo; LEMOS, Amarildo Mendes. Cooptação ou coalizão de governo? O governo de Albuíno Azeredo no Espírito Santo (1990-1994). **Dimensões – Revista de História da UFES**, Vitória, n. 14, p. 407-437, 2002. Disponível em: <<http://www.ufes.br/ppghis/dimensoes/index.php?id=dimensoes-14>>. Acesso em 19 jul. 2011.

PEREIRA, Valter Pires; MARVILLA, Miguel (Org.). **Ditaduras não são eternas: memórias da resistência ao golpe de 64, no Espírito Santo**. Vitória: Flor&Cultura: Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 2005.

PFL dá prazo a Albuíno de até 30 dias para mudar o secretariado. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 27 jul. 1993.

RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RENNÓ, Lucio R. Críticas ao presidencialismos de coalizão. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Org.). **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 259-271.

ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Ângela Maria. **Cafecultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

SANTOS, Fabiano (Org.). **O Poder Legislativo nos estados: diversidade e convergência**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001.

SANTOS, Fabiano. **O Poder Legislativo no presidencialismo de coalizão**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SANTOS, Fabiano. Governos de coalizão no sistema presidencial: o caso do Brasil sob a égide da Constituição de 1988. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Org.). **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 223-236.

SECRETÁRIO defende mudanças na equipe de Albuíno. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 23 jul. 1993.

SILVA, Francisca Selidonha Pereira da. **O programa povo na TV da TVE-ES como estratégia de comunicação pública**. 2008. 278 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 34. ed. revista e atualizada até a Emenda Constitucional n. 67, de 22.12.2010. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder**. Vitória: FCAA/SPDC, 1995.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **O desenvolvimento do Porto de Vitória: 1870-1940**. Vitória: Companhia Docas do Espírito Santo S. A., 1995.

SOARES faz críticas a vice-governador. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 23 jul. 1993.

SODRÉ, Francis. **O campo político da saúde do trabalhador**. 2002. 138 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública/Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2002.

SORTEIO de hora/máquina beneficia os governistas. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 20 mai. 1993.

SOUZA, Márcia Teixeira de. **O processo decisório na Constituição de 1988: práticas institucionais**. São Paulo: Lua Nova, nº 58, p. 37-60, 2003.

SUETH, José Cândido Rifan. **ESPÍRITO SANTO, UM ESTADO “SATÉLITE” NA PRIMEIRA REPÚBLICA**: de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892-1912). Vitória: Flor&Cultura, 2006.

SCHMITT, Carl. **A crise da democracia parlamentar**. Tradução Inês Lohbauer - São Paulo : Scritta, 1996.

VALCI denuncia trama no Governo contra Albuíno. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 19 mai.

VALCI se diz ‘decepcionado’. **A Gazeta**, Vitória, p. 5, 15 mar. 1991.

VASCONCELLOS, João Gualberto Moreira de. **A invenção do coronel**: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro. Vitória: UFES – Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1995.

VASCONCELLOS, João Gualberto Moreira de (Coord.). **Christiano Dias Lopes Filho**. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2010.

WEBER, Max. Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída (uma contribuição à crítica política do funcionalismo e da política partidária). In: **Max Weber**: textos escolhidos. Tradução Maurício Tragtenberg; Revisão Cássio Gomes – São Paulo: Nova Cultural, 1997.

FONTES ORAIS

MEDEIROS, Rogério Sarlo de . Entrevista concedida a Marcelo Siano Lima na redação do jornal eletrônico Século Diário, Vitória, 1º jul. 2011.

SILVA, Fernando José da. Entrevista concedida a Marcelo Siano Lima na Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, Vitória, 12 e 13 jul. 2011.

REFERÊNCIAS DE NORMALIZAÇÃO DO TRABALHO ACADÊMICO

PEROTA, Mara Luiza Loures Rocha; CARVALHO, Isabel Cristina Louzada; BECCALLI, Angela Maria. **Normalização e apresentação de trabalhos científicos e acadêmicos**/Universidade Federal do Espírito Santo, Biblioteca Central. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2006.

_____. **Normalização de referências**: NBR 6023:2002/Universidade Federal do Espírito Santo, Biblioteca Central. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2006.

ANEXO A

CIRCULAR Nº 01/91 DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS DEPUTADOS ESTADUAIS DO ESPIRITO SANTO (IPDE).



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS DEPUTADOS ESTADUAIS

Criado pelas Leis N.ºs 2247, 2280/66 e 3603/84

VITÓRIA - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Vitória, 25 de fevereiro de 1991.

Circular nº 01/91

PREZADO DEPUTADO:

Esta Circular tem por objetivo colocá-lo a par de assuntos importantes, todos referentes ao INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS DEPUTADOS ESTADUAIS (IPDE). São verdades que os críticos de nosso Instituto desconhecem ou não têm interesse em comentar.

Primeiramente, vamos falar de sua estrutura legal. Veja que o IPDE não foi criado, apenas, pela Assembléia Legislativa. Ele é fruto de um estudo federal, pois se baseou em Lei proposta e aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo então Presidente João Goulart, em 1963. Esta Lei Federal criou o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS (IPC), que até hoje funciona regularmente em Brasília e concede benefícios de previdência a todos os ex-deputados federais e senadores. Este sistema de previdência parlamentar federal está consolidado e já não existe mais nenhuma campanha contra ele.

Em 1966, o então Governador do Estado, sr. Rubens Rangel e o Presidente da Assembléia da época, Dr. José Moraes, com o apoio do Plenário, criaram o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS DEPUTADOS ESTADUAIS, o IPDE, baseando seu funcionamento nos mesmos moldes e critérios do IPC. O IPDE tomou como parâmetro e seguiu como modelo o IPC. E todas as Assembléias Legislativas do Brasil fizeram o mesmo.

Vamos, agora, comentar sobre a estrutura legal do IPDE. São 16 (dezesseis) Leis que, nos últimos 25 (vinte e cinco) anos, vêm regulando a existência do nosso Instituto. O IPDE, portanto, é resultado da vontade e da decisão política do Executivo e do Legislativo, pois ele se rege através de LEIS e não de RESOLUÇÕES, aprovadas apenas por esta Assembléia.



02

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS DEPUTADOS ESTADUAIS

Criado pelas Leis N.ºs 2247, 2280/66 e 3603/84

VITÓRIA - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEIS REFERENTES AO IPDE

Lei nº 2.247, de 16 de dezembro de 1966 - sancionada pelo Governador Rubens Rangel (criação do IPDE).

Lei nº 2.280, de 02 de fevereiro de 1967 - sancionada pelo Governador Christiano Dias Lopes Filho.

Lei nº 2.570, de 03 de fevereiro de 1971 - sancionada pelo Governador Arthur Carlos G. Santos.

Lei nº 2.834, de 12 de dezembro de 1973 - sancionada pelo Governador Arthur Carlos G. Santos.

Lei nº 2.867, de 11 de janeiro de 1974 - sancionada pelo Governador Arthur Carlos G. Santos.

Lei nº 2.932, de 20 de agosto de 1974 - sancionada pelo Governador Arthur Carlos G. Santos.

Lei nº 3.197, de 12 de janeiro de 1978 - sancionada pelo Governador Elcio Álvares.

Lei nº 3.434, de 20 de novembro de 1981 - sancionada pelo Governador Eurico Resende.

Lei nº 3.480, de 24 de agosto de 1982 - sancionada pelo Governador Eurico Resende.

Como vimos, todas estas Leis foram APROVADAS pela Assembléia Legislativa e SANCIONADAS pelos Governadores da época.

Posteriormente, outras Leis foram editadas, sempre regulando o funcionamento do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS DEPUTADOS ESTADUAIS.

Vejamos:

Lei nº 3.603, de 13 de dezembro de 1983 - esta Lei fez a consolidação de todas as Leis anteriores referentes ao IPDE. Com esta consolidação, as Leis anteriores foram revogadas. Esta Lei foi sancionada pelo Governador Gerson Camata.

Lei nº 3.707, de 28 de dezembro de 1984 - sancionada pelo Governador Gerson Camata.

Lei nº 3.863, de 03 de julho de 1986 - sancionada pelo Governador



03

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS DEPUTADOS ESTADUAIS

Criado pelas Leis N.º 2247,2280/66 e 3603/84

VITÓRIA - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

José Moraes.

Lei nº 3.996, de 08 de dezembro de 1987 - sancionada pelo Governador Max de Freitas Mauro.

Lei nº 4.139, de 31 de agosto de 1988. Esta Lei foi promulgada pela Mesa da Assembléia Legislativa, pelo Presidente Dilton Lyrio, tendo em vista o Governador não haver se pronunciado no prazo.

Lei nº 4.366, de 16 de abril de 1990. Lei promulgada pela Mesa da Assembléia Legislativa, pelo Presidente Alcino Santos, tendo em vista o Governador ter se omitido dentro do prazo.

Lei nº 4.468, de 20 de novembro de 1990. O sr. Governador vetou, em parte, este projeto. A Assembléia Legislativa derrubou o veto parcial do Governador. E a Mesa, presidida por Alcino Santos, promulgou esta Lei.

Como se observa, o IPDE foi criado há 25 (vinte e cinco) anos atrás, através de uma Lei, ou seja, a LEI Nº 2.247. O nosso Instituto vem, portanto, funcionando sempre dentro da legalidade, sendo as Leis que o regem sancionadas pelos Governadores do Estado desde 1966, até o atual, que sancionou a Lei nº 3.996.

Observação final:

Este Instituto, o IPDE, ainda recebeu o apoio dos Constituintes de nosso Estado, em 1990, com a promulgação da Constituição do Estado do Espírito Santo. Além de todas as Leis já referidas, o IPDE é também assegurado pela própria Constituição Estadual, em seu artigo 278, que diz:

"Art. 278. Fica assegurado pelo Estado o sistema de previdência dos deputados estaduais, sendo o seu funcionamento regulado na forma da lei."

São, portanto, 25 (vinte e cinco) anos de existência legal que possui o IPDE, sempre visando a proteção, presente e futura, do deputado e de sua família. Este sistema de previdência funciona bem. Infelizmente, nem todas as classes ou



04

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS DEPUTADOS ESTADUAIS

Criado pelas Leis N.ºs 2247, 2280/66 e 3603/64

VITÓRIA - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

segmentos de nossa sociedade possuem bons sistemas de previdência como o nosso. Sabemos, entretanto, que o Banco do Brasil, a Vale do Rio Doce, o Banestes, a Escelsa, a CST e outros órgãos estatais, acertadamente, também criaram e possuem, hoje, os seus sistemas de previdência próprios, considerados excelentes e, também, subsidiados pelos cofres públicos. Nem por isto são combatidos, nem mesmo citados pelas críticas da imprensa. Só o Poder Legislativo é o lembrado.

Bom seria, contudo, que todos os cidadãos brasileiros e todas as categorias profissionais, também tivessem uma previdência boa como estas mencionadas (IPDE, do Banco do Brasil, da Vale do Rio Doce, etc.). Temos que lutar para que todos os brasileiros tenham condições melhores de vida e de previdência. Mas, nunca combater ou tentar acabar com o que vai bem e o que funciona. A nossa luta deve ser dirigida contra o que vai mal e o que não funciona. Para isto fomos eleitos. E para esta luta, contem comigo.

Meu prezado colega:

Finalmente, uma última idéia.

Nos últimos anos, com o restabelecimento das prerrogativas e da força do Poder Legislativo, nós legisladores federais, estaduais e municipais, passamos a ser olhados como impertinentes, inconvenientes, intrusos no "bolo do Poder". E para nos combaterem, se levantam as vozes dos contrariados, principalmente dos que têm a "chave do caixa", os homens do Executivo, para financiarem campanhas difamatórias do Legislativo. Ontem, falavam que o deputado não pagava imposto de renda, depois falaram da inércia dos parlamentos, ultimamente falam do alto salário, do nepotismo e do IPDE. Vão continuar falando sempre. Futuramente vão nos criticar alegando que estamos com força demais. Precisamos reagir. O que o povo quer de nós é trabalho. Muito trabalho. Bom salário e boa previdência são um direito e uma conquista de todos os parlamentos do mundo.

A nova Constituição Federal e Estadual nos abrem um amplo caminho para o trabalho na elaboração de leis e no



05

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS DEPUTADOS ESTADUAIS

Criado pelas Leis N.ºs 2247.2280/86 e 3603/84

VITÓRIA - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

controle e fiscalização do Poder Executivo, até hoje senhor absoluto dos orçamentos e dos destinos públicos do povo capixaba. A nossa imagem, acredito eu, não se desgastou porque temos, agora, um bom salário ou uma boa previdência; ela se desgastou, isto sim, porque não tínhamos força constitucional para legislar, nem mesmo para fazer uma simples emenda ao orçamento do Estado. Hoje, tudo mudou. A partir da nova ordem constitucional, em forma de co-gestão com o Executivo, nós somos e seremos os verdadeiros ordenadores das políticas públicas, os agentes de todo e qualquer processo de desenvolvimento político, econômico e social do Espírito Santo. Nada se faz sem a Lei, e a Lei é produto de nosso trabalho. Por tudo isto, estamos incomodando, principalmente estamos incomodando o Executivo imperialista do passado, acostumado a ver um Legislativo constitucionalmente amordaçado e fraco.

Mas, não tenha dúvida, este é o nosso grande momento. O momento de nossa afirmação. O Poder Legislativo vai exercitar a sua força e as suas prerrogativas de Poder legiferante e de fiscal do Governo. E, apesar das críticas encomendadas, vamos buscar o nosso fortalecimento no trabalho, crescendo de importância no contexto da política nacional.

Saudações cordiais.

VALCI FERREIRA
Presidente

OBS: vide anexo a relação de benefícios concedidos pelo IPDE aos seus associados.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS DEPUTADOS ESTADUAIS

Criado pelas Leis N.ºs 2247, 2280/86 e 3603/84

VITÓRIA - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

RELAÇÃO DE BENEFÍCIOS

BENEFÍCIOS EM VIDA:

01. PENSÃO INTEGRAL -

Esta pensão é paga ao contribuinte inválido por acidente de serviço, por moléstia incurável ou contagiosa, seja qual for o tempo de mandato. Portanto, este direito já está garantido ao Deputado desde a sua posse em 1º de fevereiro de 1991. Esta pensão será recebida pelo associado durante todo o tempo que ficar inválido. O seu valor é integral, logo, igual à remuneração do mês.

02. PENSÃO PROPORCIONAL -

Esta pensão é concedida aos ex-deputados, proporcional aos anos de mandato e de contribuição, à razão de 1/28 (um, vinte e oito avos) por ano, e calculada sobre a remuneração total do Deputado. O associado passa a ter direito a esta pensão, somente após 02 (dois) mandatos, ou seja, depois de 08 (oito) anos de carência (pagando contribuições). A partir de 08 (oito) anos, cada ano de mandato novo eleva a pensão em 1/28 (um, vinte e oito avos), até atingir seu máximo em 28 (vinte e oito) anos de mandato.

03. Porém, ao final do primeiro mandato, se o Deputado não concorrer a novo pleito ou não conseguir se reeleger, ele terá duas opções a fazer.

a) Poderá continuar pagando o restante da carência, no mesmo valor pago pelo Deputado em exercício, até atingir 08 (oito) anos de contribuição, quando passará a ser pensionista.

b) Ou, poderá receber as suas contribuições recolhidas (dos 04 anos), em dobro. Neste caso, é importante lembrar ao Deputado que as contribuições pagas lhe garantiram, durante todo o mandato, vários benefícios previdenciários, como pensão invalidez, empréstimos, auxílio funeral, seguro de vida e pensão em caso de morte, como explicado itens 01, 04, 06, 07 e 08 desta Relação.



07

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS DEPUTADOS ESTADUAIS

Criado pelas Leis N.ºs 2247, 2280/66 e 3603/84

VITÓRIA - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

04. EMPRÉSTIMOS -

Durante o mandato, ou mesmo como pensionista, o associado tem direito a contrair empréstimos do IPDE. O limite do empréstimo é fixado pelo Conselho Deliberativo e os juros a serem pagos não podem ser inferiores a 70% (setenta por cento) dos rendimentos da caderneta de poupança.

BENEFÍCIOS EM CASO DE MORTE:

05. PENSÃO -

Esta pensão corresponde à que caberia ao Deputado, na época de seu falecimento. É distribuída, 50% (cinquenta por cento) à viúva (ou viúvo) e os restantes 50% (cinquenta por cento) são distribuídos pelos filhos menores, até 05 (cinco) no máximo. O contribuinte solteiro, divorciado ou viúvo, poderá destinar metade da pensão à pessoa que constituir beneficiária especial. Perdem o direito à pensão: os filhos, ao atingirem 18 (dezoito) anos e as(os) viúvas(os), pelo casamento; podendo continuar a receber a pensão, se forem incapazes.

06. AUXÍLIO FUNERAL -

Este benefício corresponde à remuneração de 01 (um) mês, que será pago à família ou à pessoa que houver custeado as despesas do funeral.

07. SEGURO DE VIDA COLETIVO -

Este benefício é feito em favor de todos os associados. O seu valor é estipulado pelo Conselho Deliberativo. Para cobrir este seguro, mensalmente é cobrada uma taxa de todos os associados.

Valores atuais: por morte natural.. Cr\$ 10.800.000,00
 por morte acidental Cr\$ 43.200.000,00
 invalidez permanente Cr\$ 43.200.000,00

08. O Deputado morrendo durante o primeiro mandato, o seguro co-



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS DEPUTADOS ESTADUAIS

Criado pelas Leis N.ºs 2247, 2280/66 e 3603/84

VITÓRIA - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

letivo de vida cobrirá o restante das suas contribuições até o limite de 08 (oito) anos, passando a sua família a receber uma pensão proporcional a 08 (oito) anos.

OBSERVAÇÕES FINAIS

a) CONTRIBUIÇÃO MENSAL -

Para fazer jus a todos estes benefícios concedidos pelo IPDE, nós, associados obrigatórios, Deputados em exercício, contribuimos com 12% (doze por cento) da nossa remuneração mensal. Os pensionistas contribuem com 8% (oito por cento) da pensão.

b) DIREITO ADQUIRIDO -

Todos estes benefícios estão previstos nas Leis do IPDE e assegurados pela Constituição Estadual. Mas, por último, e com maior destaque, quero lembrar ao prezado Deputado que, desde o instante de nossa posse, bem como os ex-deputados, todos nós, já estamos garantidos no direito de recebermos, agora e no futuro, tais benefícios, pois eles se constituem para todos nós um "DIREITO ADQUIRIDO", que não pode ser reduzido e nem revogado.

Esta garantia está explícita no art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal, que diz:

"Art. 5º . (...)

"XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;"

(grifo nosso)

Portanto, nenhuma Lei nova poderá ser aprovada em prejuízo destes direitos.

c) Outros esclarecimentos poderão ser obtidos conosco, pessoalmente, ou na sede do IPDE, à rua Pedro Palácios, 104/601, ed. Heitor Lugon, nesta cidade de Vitória, com o funcionário responsável.